

SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS

REITOR

Paulo Gabriel Soledade Nacif

VICE-REITOR

Silvio Luiz Oliveira Soglia



SUPERINTENDENTE

Sérgio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Cristina Silva Valentim

Ana Cristina Fermino Soares

Ana Georgina Peixoto Rocha

Robério Marcelo Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Sérgio Augusto Soares Mattos

(presidente)

Simone Seixas da Cruz

COMITÊ CIENTÍFICO DA

PPGCI

(Referente edital nº. 01/2012 –

Edital de apoio à publicação de
livros Impressos)

Ana Cristina Fermino Soares

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Franceli da Silva

Ana Georgina Peixoto Rocha

Luciana Santana Lordêlo Santos

SUPLENTE

Ana Cristina Vello Loyola Dantas

Geovana Paz Monteiro

Jeane Saskya Campos Tavares

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Francisco Henrique da Costa Rozendo

Marcela Mary José da Silva

Sílvia Cristina Arantes de Souza

Valéria dos Santos Noronha Miranda

Wilson Rogério Penteadó Júnior

Organizadores

SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS



Cruz das Almas – Bahia

2014

Copyright©2014 by Wilson Rogério Penteadó Júnior, Valéria dos Santos Noronha Miranda, Simone Brandão Souza, Sílvia Cristina Arantes de Souza, Maria Lúcia, Machado Aranha, Maria Elizabeth Santana Borges, Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, Márcia da Silva Clemente, Marcela Mary José da Silva, Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Jucilei de Ferreira do Nascimento, Ilzamar Silva Pereira, Heleni Duarte Dantas de Ávila, Francisco Henrique da Costa Rozendo, Fabrício Fontes de Andrade, Danielle Viana Lugo Pereira, Alecsonia Pereira Araujo e Albany Mendonça Silva.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB
Projeto gráfico, capa: RB GRAFICA DIGITAL EPP
Editoração eletrônica: Talitta Tatiane Martins Freitas
Revisão, normatização técnica: Talitta Tatiane Martins Freitas
Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme
decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

S491 Serviço social, trabalho e direitos / organizado por Francisco Henrique da Costa Rozendo ... [et al.]. – Cruz das Almas/BA : UFRB, 2014.

384 p.

ISBN 978-85-61346-59-1

1. Formação Profissional 2. Política Social 3. Profissionalização do trabalho I. Rozendo, Francisco Henrique da Costa II. Silva, Marcela Mary José da III. Souza, Sílvia Cristina Arantes de IV. Miranda, Valéria dos Santos Noronha V. Penteadó Júnior, Wilson Rogério.

CDD 361.61

Ficha catalográfica elaborada por: Ivete Castro



Campus Universitário
Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – BA
Tel.: (75)3621-1293
gabi.editora@ufrb.edu.br

SUMÁRIO

Apresentação.....07

PARTE I

PANORAMAS E DISCUSSÕES DOS ELEMENTOS DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL

**O curso de Serviço Social no Recôncavo Baiano: os desafios na
formação profissional..... 13**

Valéria dos Santos Noronha Miranda e Simone Brandão Souza

**Um desenho do mercado de trabalho do Assistente Social no Brasil
(1998-2008) 43**

Lúcia Aranha, Albany Mendonça Silva e Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

**A construção do projeto ético-político do Serviço Social e os desafios
para a sua efetivação.....77**

Alecsonia Pereira Araujo e Danielle Viana Lugo Pereira

**Contribuições de Gramsci para interpretar a realidade brasileira e sua
aproximação com o Serviço Social..... 97**

Heleni Duarte Dantas de Ávila e Jucileide Ferreira do Nascimento

**Pesquisa e formação profissional: os velhos desafios em novos
tempos121**

Maria Elizabeth Santana Borges

**Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação: a vivência da
articulação entre ensino, pesquisa, extensão e projeto ético político
profissional.....153**

Marcela Mary José da Silva

PARTE II

PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS NA LÓGICA CAPITALISTA

Comunidade de São Francisco do Paraguaçu: expressões da questão social e o sistema de (des)proteção social.....187

Ilzamar Silva Pereira e Lúcia Maria Aquino de Queiroz

A institucionalidade da Assistência Social na proteção social brasileira.....223

Fabício Fontes de Andrade

O Serviço Social na Previdência Social brasileira: elementos para o debate.....257

Francisco Henrique da Costa Rozendo

Direitos sociais e ações afirmativas: a saúde da população negra no recôncavo da Bahia.....291

Valéria dos Santos Noronha Miranda e Márcia da Silva Clemente

Mapeando a violência no Recôncavo Baiano: desafios metodológicos329

Simone Brandão Souza e Sílvia Cristina Arantes de Souza

Autores e organizadores371

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é parte das reflexões e experiências de pesquisa e de extensão dos docentes das Universidades Públicas Federais do Estado da Bahia. O primeiro curso de Serviço Social inicia-se em 2008 na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e posteriormente em 2009, ocorre a criação do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A constituição do curso de Serviço Social no âmbito das Universidades Federais Baianas representa um marco histórico necessário para alargar os horizontes da formação e do trabalho profissional. Além disso, a criação do curso nestas Universidades demarca a necessidade de analisarmos criticamente a lógica da proteção social e dos direitos na sociedade contemporânea, especialmente sinalizando suas configurações no Estado.

A presente obra, portanto, é fruto do investimento em pesquisas e ações extensionistas realizadas pelos docentes das Universidades Federais Baianas, fortalecida e articulada com o projeto de Doutorado Interinstitucional (DINTER) aprovado pela CAPES em outubro de 2012. Tal projeto foi consolidado através da celebração de um convênio realizado entre a Instituição Promotora – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Instituição Receptora – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), contando com a participação da UFBA, propiciando a ampliação da capacitação docente e o estabelecimento de futuras redes de cooperação técnica e de pesquisa entre as Unidades de Formação.

Os textos estão agrupados em duas partes, sendo o seu conteúdo de inteira responsabilidade dos autores. A primeira delas centra-se na

fundamentação crítico-analítica sobre os panoramas e discussões dos elementos da formação e do trabalho profissional e suas particularidades no território do Recôncavo da Bahia. Aí estão presentes as contribuições das professoras Valéria dos Santos Noronha Miranda e Simone Brandão Souza, contextualizando os desafios da formação profissional no âmbito da região do Recôncavo Baiano, sinalizando a importância da constituição do primeiro curso de Serviço Social em uma Universidade Pública no Estado da Bahia. As professoras Lúcia Aranha, Albany Mendonça Silva e Maria da Conceição Almeida Vasconcelos realizam uma análise sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, apontando suas principais tendências e desafios. As professoras Alecsonia Pereira Araujo e Danielle Viana Lugo Pereira apresentam uma discussão acerca do projeto ético-político do Serviço Social e os desafios para sua efetivação diante das transformações societárias em curso. As professoras Heleni Duarte Dantas de Ávila e Jucileide Ferreira Nascimento abordam a importância das contribuições de Gramsci para interpretar a realidade brasileira e sua aproximação com o Serviço Social. Ainda, são expostos os artigos respectivamente das professoras Maria Elizabeth Santana Borges e Marcela Mary José. O primeiro artigo aponta a importância e a necessidade da dimensão investigativa na formação profissional e o segundo destaca a experiência do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação: a vivência da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e projeto ético-político profissional.

Os textos que compõem a segunda parte fornecem elementos para uma reflexão acerca da proteção social e dos direitos na lógica capitalista. As políticas sociais, a partir de seu caráter contraditório, devem ser defendidas como um instrumento estratégico das classes subalternas, no sentido de assegurar as condições de vida para sua auto reprodução e

como espaço para a conquista de poder político por parte dos trabalhadores organizados.

De forma inovadora, as professoras Ilzamar Silva Pereira e Lúcia Maria Aquino Queiroz, a partir da experiência de pesquisa realizada na Comunidade de São Francisco do Paraguaçu, desenvolvem uma reflexão sobre as expressões da questão social e o sistema de (des)proteção social. O professor Fabrício Fontes de Andrade discute a institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira demarcando-a enquanto política pública. O professor Francisco Henrique da Costa Rozendo a partir de uma ampla reflexão promove a discussão do Serviço Social na previdência social brasileira, suscitando elementos para o debate. As docentes Valéria dos Santos Noronha Miranda e Márcia da Silva Clemente problematizam a relevância das ações afirmativas e das transversalidades no contexto da saúde da população negra no território do Recôncavo, considerando a equidade como um dos elementos fundamentais na efetivação do direito à saúde.

Encerrando o livro, as professoras Simone Brandão Souza e Sílvia Cristina Arantes de Souza apresentam um mapeamento da violência no Recôncavo Baiano, pontuando os principais desafios metodológicos no processo de realização da pesquisa. O estudo ainda contempla uma análise sobre as políticas públicas de enfrentamento às questões de violência, no sentido de fortalecer a promoção e a garantia dos direitos humanos.

Assim, este livro visa não somente à socialização do conhecimento produzido a partir das experiências de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas pelos seus autores, mas, acredita-se, sobretudo, que ele possibilite pensar a dimensão da formação e do trabalho profissional identificando nossas reais possibilidades de transformação diante de uma nova conjuntura que continuamente precariza o Estado de direito social.

Mesmo nas terras do Recôncavo da Bahia, é hora de ampliar a vigilância e potencializar o debate, tendo como referência a construção de uma sociabilidade que referende os valores humanos universais e fortaleça o projeto coletivo. Esse é o desafio!

Os(As) Organizadores(as).

PARTE I

PANORAMAS E DISCUSSÕES DOS ELEMENTOS DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL

O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO RECÔNCAVO BAIANO: OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Valéria dos Santos Noronha Miranda¹

Simone Brandão Souza²

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade apresentar uma reflexão teórica sobre os desafios subjacentes ao campo da formação profissional estabelecida a partir das discussões travadas entre docentes e discentes do grupo de pesquisa **Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional** e os resultados do projeto de pesquisa “**O perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**”. A presente investigação teve a participação de 5 (cinco) docentes e 10 (dez) discentes³ em todo o seu

¹ Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UFRB. E-mail: valerianoronha@gmail.com.

² Professora Assistente do Curso de Serviço Social da UFRB. E-mail: sibrandaoufrb@yahoo.com.br.

³ Como pesquisadores do presente projeto de pesquisa tivemos a participação de 5 (cinco) docentes e 10 (dez) discentes respectivamente: Msc. Albany Mendonça, Msc. Márcia Clemente, Msc. Sílvia Arantes, Msc. Simone Brandão e Dra. Valéria Noronha e as discentes- Carine Oliveira da Silva, Cristiane O. Xavier Machado, Edna Maria de Souza Santos, Elisama de Almeida Santos, Geisyelle Pires Reale, Laís Cristiane T. Carvalho, Sara Regina Santos Oliveira, Tainara de Jesus Souza, Thialla Invenção A. de Oliveira, Valdeci da Silva Ferreira.

processo de elaboração e desenvolvimento metodológico. Toda a análise acerca da formação profissional do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB aponta tendências e particularidades que refletem os desafios presentes na própria construção da universidade e ressaltamos que a análise dos dados não tem a pretensão de esgotar as questões apontadas, no qual, também, comparecem limitações objetivas e subjetivas.

A criação de uma universidade federal no Recôncavo Sul da Bahia é resultado da luta popular desta região pela democratização do acesso ao ensino de terceiro grau no Estado da Bahia, cujo curso da sua história assinalava a oferta de apenas uma universidade pública federal, restringindo-se, dessa maneira, a possibilidade de jovens ingressarem em um curso superior, porquanto a demanda era muito maior que a oferta. Assim, um processo social reivindicador, de natureza comunitária, consolidou-se, ao tempo em que o Projeto de Expansão das Universidades Federais propiciou sua implantação.

O surgimento da universidade do Recôncavo baiano representa um novo impulso para essa modernização, visto que nasceu com o compromisso de resgatar o rico acervo de tradições culturais e bens patrimoniais nessa região, historicamente marcada pelo comércio de escravos, e hoje densamente povoada. Destarte, tem como desafio o cultivo dos aspectos culturais e valores tradicionais da região e, ao mesmo tempo, responder, em alguma medida, a demandas do Recôncavo Sul, no sentido de contribuir para com o desenvolvimento socioeconômico, cultural, ambiental, educacional, tecnológico e científico da região. Encontrar os caminhos e percorrê-los com responsabilidade social e ética é fundamental para a sustentabilidade e o desenvolvimento da referida instituição de ensino superior.

O Recôncavo Sul, por ser uma referência com múltiplas dimensões culturais, econômicas, sociais, ambientais e portador de diferentes demandas, permitiu construir uma universidade *multicampi*, estruturada em especificidades dos diversos espaços, com Centros de Estudos constituindo diversas áreas do conhecimento, que se propõem a explorar aspectos de culturas locais e demandas específicas, visando contribuir para o desenvolvimento humano, finalidade última de uma instituição de ensino superior.

Em suma, a Universidade do Recôncavo da Bahia nasceu para contribuir com a articulação entre o conhecimento científico e a complexa realidade do Recôncavo. A sua instalação neste território soma à instituição, necessariamente, contornos sócio espaciais, pela incorporação do contexto econômico, político, cultural, social, ambiental e histórico do seu entorno, nas funções que exerce. Neste aspecto, sem perder a noção de universalidade, o Recôncavo é tomado como “região de aprendizagem”, buscando-se ações sinérgicas entre a universidade e o referido território, de modo que ela contribua para a constituição de competências regionais e nacionais. Isto acontecerá por meio de uma desafiadora e contínua dinamização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, pretendendo-se que o processo de aprendizagem se difunda em diversos espaços sociais e seja praticado em todos os setores da sociedade regional. Deste modo, a universidade estará buscando elementos que a introduzam, regionalmente, como uma relevante fonte de saber que ligará o Recôncavo aos processos socioeconômicos e culturais em curso em todo o mundo.

A criação do curso de graduação de Serviço Social, proposta pela comissão de expansão do centro, foi aprovada pelo Conselho Diretor do Centro em 29 de março de 2007. Durante este ínterim, foram tomadas

todas as medidas necessárias para a implantação do curso de Serviço Social, o qual abriu suas portas para o corpo discente no dia 01 de setembro de 2008, oferecendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo a indissociabilidade entre o mencionado tripé.

Entendemos que o trabalho profissional é determinado por configurações estruturais e conjunturais da questão social, e pelas formas históricas específicas que assumiu a exclusão social na Bahia e no Recôncavo. A formação do profissional de Serviço Social, que se caracteriza pela sua capacidade de elaboração crítica e intervenção nas expressões da questão social, deverá trazer propostas consideráveis para população desta região, marginalizada pelo processo de reestruturação produtiva e destituídas de direitos sociais de cidadania.

Ao apresentar uma proposta de implantação do curso de Serviço Social, a Universidade do Recôncavo da Bahia levou em consideração as orientações das diversas instâncias representativas da categoria em questão, relativas ao seu projeto de formação acadêmico-profissional. Na fase de elaboração da proposta de implantação se considerou a escuta de representantes formais dos assistentes sociais e a consulta de documentos oficiais produzidos pelas entidades representativas⁴. Além dessas fontes, a proposta é igualmente inspirada em outras experiências exitosas em unidades de ensino de Serviço Social no país, com destaque para aquelas em vigor nas Instituições Federais Ensino Superior (IFES).

Compreendendo que o processo de formação profissional implica numa constante revisão crítica e atualização, faz-se necessário repensar o referente debate, considerando os elementos presentes no cenário

⁴ Informações contidas e extraídas do *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social- UFRB* (2007).

contemporâneo e que se refletem no espaço universitário e no campo da formação. Essa necessidade de articulação entre formação profissional e Universidade faz total sentido para pensarmos a dinâmica vivenciada pelas Universidades Públicas no cenário nacional que marcadamente enfrentam um processo de permanente desafio para manter sua função pública e social. Desta forma, o estudo está voltado para as especificidades da proposta de formação profissional no Recôncavo Baiano sem perder de vista a sua interlocução com o debate nacional acerca da educação, pois as particularidades da pesquisa reafirmam a necessidade de conhecer o perfil discente historicizando essa formação rompendo com análises descoladas da realidade. No momento, o curso se encontra em uma conjuntura que viabiliza uma nova discussão curricular, seja pela contratação de novos docentes e também pelo aumento do quantitativo de alunos com a introdução do curso noturno. Com o objetivo de aprofundar a discussão da formação profissional, a pesquisa direcionada para a elaboração do perfil discente possibilitou também uma problematização sobre **o que é Serviço Social, as competências e atribuições de um assistente social, o motivo pelo qual o aluno escolheu o curso e as expectativas em relação ao curso** identificando como essas representações repercutem no plano da formação, na tentativa de desmistificar um caráter messiânico atribuído à profissão, trazendo à tona para o debate uma imagem de um profissional comprometido na implementação, ampliação e na garantia dos direitos.

O DEBATE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS PARTICULARIDADES NO RECÔNCAVO BAIANO

A questão da formação profissional adquiriu papel central e estratégico no Curso de Serviço Social. Sua relevância se assenta no

esforço para formar profissionais habilitados e competentes do ponto de vista teórico e metodológico, ético e político, além da capacitação para intervir na realidade social. Faz-se necessário destacar alguns avanços que o Serviço Social alcançou durante esses 70 anos de história, enfatizando que o processo de construção histórica da profissão se consolidou num campo de contradições e lutas sociais.

O primeiro avanço a se ressaltar é o reconhecimento da profissão, a partir da década de 80, como um campo dinâmico de pesquisa e de produção acadêmica, gerado nos cursos de graduação, pós-graduação e no âmbito do exercício profissional, consolidando a base investigativa e interventiva da profissão. Como destaca Borgianni (2006) em sua fala de abertura na Reunião Ampliada do Conjunto Conselho Federal de Serviço Social-CFESS/ Conselho Regional de Serviço Social- CRESS dos dias 29 e 30/04: “[...] a produção acadêmica do Serviço Social brasileiro é hoje referência para os trabalhadores sociais da América Latina, de Portugal e dos países africanos de língua portuguesa”.

Outro avanço é a visibilidade que a profissão ganha no processo de formulação, planejamento, execução e gestão de políticas públicas, alcançando funções de comando e liderança em vários espaços do poder executivo e legislativo. A profissão também tem expandido seus campos ocupacionais, que são expressos através de variados formatos: assessorias, consultorias, funções comissionadas e outros.

Cabe ressaltar ainda, que a profissão tem trilhado ao longo de sua história o caminho em direção a formulação e consolidação de um projeto ético-político profissional, articulado a uma proposta de transformação social e de um projeto societário comprometido com a emancipação humana e o exercício pleno da democracia e cidadania. Somos hoje uma categoria profissional que põe a público e para outras categorias um

projeto ético-político profissional articulado a um projeto societário, representando um processo de conquistas – resultado de trabalho, estudo e de enfrentamento com o poder instituído - e de luta constante pelos direitos humanos e sociais.

Por um lado, não podemos deixar de ter uma perspectiva de totalidade e reconhecer as contradições e limites impostos pela estrutura econômica e conjuntura política à nossa intervenção profissional. Por outro lado, não podemos esquecer também da historicidade, que nos possibilita perceber a história como um processo contínuo de mudanças, sendo cada um de nós sujeitos protagonistas dessa história (BEHRING, 2006).

Segundo Koike (2009, p. 202), o processo de formação profissional é perpassado pelas transformações societárias que produzem impactos sócio profissionais. Isso põe como exigência a necessidade de atualização constante dos processos de formação profissional. Quer seja, pela crise da modernidade ou dos paradigmas ou pela crise do Estado, sinalizada por diversos autores. É essencial destacar que vivenciamos um quadro de supressão dos direitos sociais historicamente consolidados e de privatização do patrimônio público e de atividades de reconhecida atribuição do Estado.

No campo da educação notamos também um aumento visível da mercantilização do ensino sendo verdadeiramente problemático o “aligeiramento” da formação profissional e a fragmentação do conhecimento. A política universitária vem sendo constantemente “alvo” de um processo de privatização, onde se reconhece também uma tendência de fragilização permanente da esfera pública, com a proliferação de inúmeros Cursos de Graduação em Serviço Social nas Universidades

Privadas⁵. A defesa da Universidade laica, pública, de qualidade e que prima pela razão crítica vem se defrontando com um movimento que concebe a Universidade dentro de uma lógica mercantil e empresarial. Dahmer (2009, p. 271) pontua que o ensino superior constitui-se como um veio extremamente lucrativo para o capital e, ao mesmo tempo, destaca-se pelo seu papel na disseminação ideológica da sociabilidade colaboracionista, através da formação de intelectuais colaboradores e empreendedores, sob a ótica do capital.

Neste sentido, a temática da formação profissional deverá transcender a mera adequação da formação às exigências do mercado de trabalho. “Essa articulação passa por outras considerações: a exigência de uma formação profissional sintonizada com o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, dotada de um distanciamento crítico do mesmo” (IAMAMOTO, 1999, p. 171).

A formação universitária pautada na perspectiva da massificação e da normatização pelo mercado produz profissionais despolitizados. Além disso, verifica-se um aumento dos Cursos de Graduação de Ensino à Distância (EAD), tecnologia que foi apreendida pela lógica da lucratividade e da privatização, retirando do processo ensino x aprendizagem a vida universitária e a possibilidade de coletivamente os discentes construir o processo de conhecimento.

⁵ Yamamoto (2008) identifica essa diretriz de tornar a educação uma mercadoria capitalista, um negócio empresarial privado, capturado pelo capital. Ainda, menciona os desafios presentes na sustentabilidade do nosso projeto profissional, sendo necessário pela via política garantir o assessoramento e o acompanhamento no processo de implementação das diretrizes curriculares. Cita em seu estudo, com base nos dados do MEC/INEP de abril de 2007 que para a área de Serviço Social existem no País, 253 Cursos inscritos em Instituições de Ensino Superior das quais 207 são privadas, corresponde à 82% do total e 46 são públicas, ou seja, 18%.

Iamamoto (2008, p. 441) aponta que esse panorama universitário compromete a direção social do projeto profissional que se propõe hegemônica, estimulando a reação conservadora e regressiva no universo acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro, com repercussões políticas no processo de organização dessa categoria.

Sem dúvida, a conjuntura requer capacidade política e especial empenho das entidades representativas, especialmente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no sentido de garantir os avanços alcançados com as diretrizes curriculares em seu texto original⁶ apontando a definição de competências e habilidades incorporando uma leitura teórica, metodológica e histórica para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira. O estabelecimento de princípios e pressupostos necessários para a construção de um projeto universitário coerente com a direção social estratégica e hegemônica da profissão está voltada para a adoção dos seguintes elementos de acordo com Wanderley (1998, p. 16-17):

- Exercício do pluralismo e da interdisciplinaridade como condições essenciais da vida acadêmica e profissional;
- Qualificação de uma formação generalista e abrangente assegurada pelo rigor teórico, metodológico e técnico na apreensão dos conhecimentos e pelos padrões de competência técnica profissional, através da articulação dos conhecimentos básicos e dos conhecimentos específicos de cada área;
- Ensino que assegure elevados padrões de competência profissional pelo domínio do instrumental técnico, operativo e das habilidades

⁶ Existiram alterações significativas no texto original das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1999. As Diretrizes Curriculares homologadas em 2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) não reflete a proposta original na sua íntegra descaracterizando a proposta original no que se refere à direção social da formação profissional ver: IAMAMOTO (2008), em *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*.

de cada área de formação, capacitando para a atuação nas diversas realidades e âmbitos de pesquisa e exercício profissional;

- Compromisso ético-social como princípio formativo, passando o conjunto da formação curricular;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão não apenas como princípio, mas efetiva realidade na condução dos projetos acadêmicos;
- Articulação das diversas dimensões investigativas e interventivas próprias dessas áreas de formação profissional, como expressão da relação teoria, realidade, através da constituição de um espaço de pensar crítico, da dúvida, da autonomia, da investigação e da busca de soluções;
- Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional;
- Padrões de desempenho e qualidade idênticos para os cursos diurnos e noturnos (formação universitária com um período mínimo de 4 anos);
- Ensino organizado na observância dos Códigos de Ética e na observância das competências e atribuições previstas na Legislação Profissional de cada área específica de formação;
- Dinamismo na organização dos currículos plenos de cada curso, possibilitando a definição e organização dos vários componentes curriculares – disciplinas, oficinas, estágios supervisionados, núcleos temáticos, atividades complementares, como forma de garantir o acompanhamento das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas. Esses elementos citados anteriormente estão atrelados também com a perspectiva de pensar o ensino como teórico-prático, rompendo com a visão positiva entre ciência pura e aplicada. Entre os que pensam e os que fazem, os professores da teoria e os professores da prática, os que investigam e os que intervêm.

Guerra (2005, p. 153) menciona que cabe aos professores, supervisores e estudantes, em conjunto ou individualmente, criar metodologias que permitam essa síntese entre um saber teórico que se expressa em um fazer qualificado, cuja mediação é a aquisição de

valores/princípios éticos e políticos, habilidades, posturas e competências que extrapolem o pensamento conservador.

Outro elemento fundamental que devemos considerar é que o conteúdo das disciplinas de Serviço Social tenha uma análise crítica do Serviço Social enquanto totalidade: seus fundamentos e seus objetos de intervenção e espaços sócio ocupacionais, articulando a dimensão teórica e metodológica ao cotidiano profissional.

Desta forma, a categoria profissional vem considerando a relação entre trabalho e formação profissional como uma unidade na diversidade, sendo resultado de um processo de amadurecimento vivenciado pelo próprio conjunto de profissionais ao longo de uma trajetória histórica.

A formação profissional no cenário da produção e reprodução das relações sociais, conforme as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aponta para um conjunto de conhecimentos articulados em três núcleos de formação profissional:

1. Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social pressupõe um conjunto de fundamentos que permitam o conhecimento do ser social enquanto totalidade histórica, inserido na sociedade burguesa em seu movimento contraditório.
2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira pressupõe um conjunto de fundamentos que permitam conhecer a constituição da sociedade brasileira no seu desenvolvimento rural e urbano e as diversidades regionais e locais.
3. Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional pressupõe um conjunto de fundamentos que permita compreender o Serviço Social como especialização do trabalho com sua trajetória histórica, teórica, metodológica, ética que envolve o exercício profissional.

Os três núcleos acima referidos caracterizam a formação profissional e organizam a lógica curricular. São dimensões indissociáveis do processo de conhecimento que não permitem classificação ou abordagem sequencial entre os mesmos e que levam em conta as três dimensões fundamentais existentes na proposta de produção de conhecimentos no interior da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Sendo assim, o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia se propôs através do **Grupo Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional** analisar de forma geral, as particularidades da formação e do exercício profissional no território do Recôncavo Baiano, identificando os elementos culturais, políticos e socioeconômicos que caracterizam os docentes, discentes e profissionais de Serviço Social da região, além de verificar as condições do mercado de trabalho e os processos interventivos estabelecidos pelos assistentes sociais que atuam em âmbito local.

Para a materialização do objetivo proposto tornou-se necessário um desenho metodológico que consistiu em duas etapas:

PRIMEIRA ETAPA

- Identificar o perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social – CAHL/UFRB para construir uma formação profissional que atenda aos princípios do projeto profissional, considerando as particularidades/regionalidade do Recôncavo da Bahia;

- Propor atividades formativas abrangendo a politização, o eixo cultural e educativo da formação discente (atividades de pesquisa e extensão);
- Construir coletivamente (discentes e docentes) uma proposta de direcionamento a dimensão da cultura popular do recôncavo, priorizando uma educação “emancipatória” (Educação Popular, Intelectual Orgânico e Organizador da Cultura) junto à população de Cachoeira.

SEGUNDA ETAPA

- Identificar o perfil socioeconômico, político, cultural e mercado de trabalho dos Assistentes Sociais do Recôncavo da Bahia – para compreender a relação deste perfil com as dimensões interventivas e investigativas e possibilitar uma formação profissional contínua para esses profissionais, possibilitando construir uma qualificação para atender as demandas identificadas nas pesquisas do eixo: direitos humanos e cidadania e desenvolvimento regional e políticas sociais
- Construir um espaço de Formação Profissional conjunta entre Supervisor Acadêmico e Supervisor de Campo – previsto nas Diretrizes Curriculares em 1996/ Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética Profissional (1993), Resolução CFESS/CRESS (2008) – tendo a primazia nas dimensões

interventivas e de investigação no espaço de ensino-aprendizagem (Estágio Supervisionado em Serviço Social)

- Construir e discutir entre comunidade acadêmica docente, discente e supervisores de estágio (campo) intervenções pautadas em referenciais teórico-metodológicos de cunho sócio, político-educativo, priorizando um trabalho emancipatório junto às classes subalternas do Recôncavo – proposta fundamentada em Antonio Gramsci e Paulo Freire.

Merece destaque o fato de que na primeira etapa, o grupo de pesquisa conseguiu avançar com a conclusão do projeto de pesquisa sobre o perfil discente nos instrumentalizando para o aprofundamento dos pressupostos vinculados à formação profissional, propiciando o desvendamento de aspectos fundamentais relacionados ao processo de formação, captando os elementos sociais, políticos, econômicos, culturais provocando uma discussão sobre *que formação desejamos, pois* nos pautamos em um processo formativo que tenha como centralidade a defesa da educação pública, universal, gratuita, laica e socialmente relevante fortalecendo o projeto ético-político da profissão.

O PERFIL DOS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB

A discussão sobre formação profissional possui papel central no debate dos cursos de Serviço Social. Com o objetivo de contribuir na ampliação dessa discussão foi criado o grupo de pesquisa “Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional”, do Curso de Serviço Social da UFRB.

A proposta do grupo de pesquisa é analisar de forma geral, as particularidades da formação profissional no território do Recôncavo Baiano. Para tanto buscou-se identificar o perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB.

Pretende-se com o resultado da pesquisa, contribuir para a construção de uma formação profissional que atenda aos princípios do projeto profissional, considerando as particularidades/regionalidade do Recôncavo da Bahia.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Ao definirmos a metodologia a ser adotada no desenvolvimento da pesquisa, optamos pela aplicação de questionários em discentes matriculados nas três primeiras turmas do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A pesquisa foi realizada com 85 discentes do curso de Serviço Social da UFRB nos meses de abril e maio de 2010.

Para a coleta de dados utilizamos questionários semiestruturados, aplicados por discentes integrantes do grupo de pesquisa aos alunos do 1º, 2º e 4º períodos do curso de Serviço Social da UFRB. Os questionários foram aplicados em sala de aula, após explanação dos objetivos da pesquisa. Os alunos que não se encontravam em sala de aula não responderam ao questionário.

De um total de 139 discentes matriculados no 1º, 2º e 4º períodos, 85 discentes responderam aos questionários, representando 61% do universo da pesquisa, Deste total, 28% alunos cursavam o 1º período, 39% o 2º período e 27% o 4º período. Cinco (05) discentes participantes não informaram o semestre que estavam matriculados.

Para realizar a análise, os dados colhidos foram sistematizados e calculados através do programa Excel, gerando-se gráficos e tabelas para melhor apresentação dos dados quantitativos, permitindo assim observar e analisar questões relacionadas ao perfil dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB.

APRESENTANDO OS RESULTADOS

Com base nas informações levantadas através dos questionários é possível construir o perfil dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade do Recôncavo da Bahia.

Constatou-se que a maioria dos discentes é do sexo feminino (89%), o que corrobora com o traço da profissão de ser majoritariamente feminina. Esta característica de curso de nível superior com predominância feminina é observada no curso de Serviço Social das décadas de 1970 a 2000, conforme pesquisa de Beltrão e Teixeira (2004), sendo o curso com maior índice de mulheres entre todos os cursos de nível superior.

Ainda no que diz respeito ao campo do gênero, Iamamoto (2008, p. 446 e 447) destaca como um ponto fundamental a divisão sexual do trabalho e o componente feminino do corpo discente e conseqüentemente na categoria profissional. Os Cursos de Serviço Social, conforme os dados do INEP/MEC de 2003,⁷ lideram os de maior percentual feminino. Esse elemento constitui-se extremamente relevante para compreendermos o

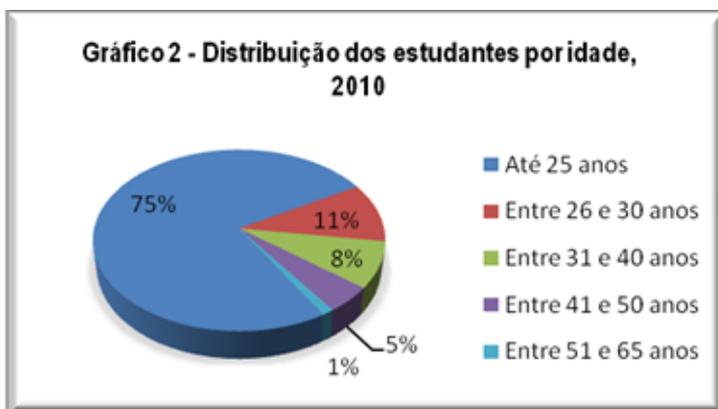
⁷ Dados citados no estudo de Iamamoto (2008:446 e 447) sobre os Cursos com os dez maiores percentuais de matrículas do sexo feminino em 2003 segundo informações do INEP/MEC.

mercado, as condições de trabalho e a imagem e representações da profissão.



Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

Quanto ao aspecto geracional, observa-se que a maior parte dos discentes é jovem e possui até 25 anos (75%). Aqueles que têm entre 26 e 40 anos representam 19% do grupo pesquisado e os outros 6% possuem mais de 41 anos de idade.



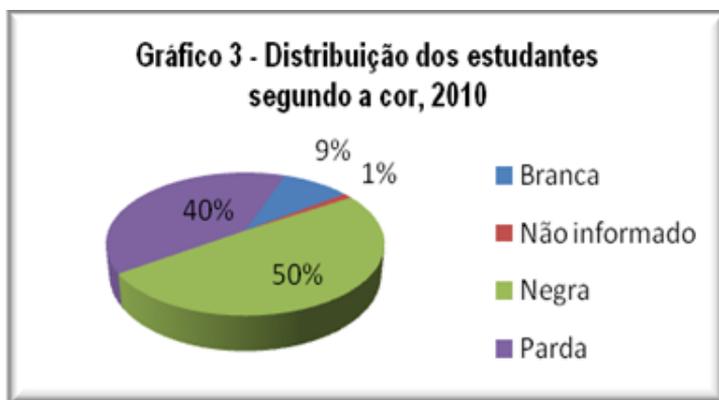
Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

A variável cor/raça foi auto declarada, e revela que quase metade dos discentes (49%) é de cor negra e que ainda outros 40% são pardos. Os brancos representam apenas 9% do total de entrevistados e apenas um discente não informou sua cor.

Tais dados são bastante significativos se pensarmos que a participação de negros e pardos no ensino superior é inferior à participação de brancos, mesmo na Bahia, estado brasileiro com maior percentual de negros e pardos na população, mas que possui uma das menores taxas do Brasil de jovens no ensino superior.

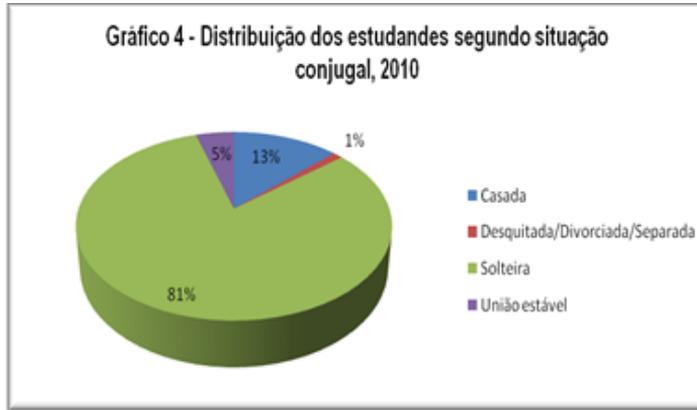
Dados da PNAD de 2009 mostram que enquanto 62,6% dos jovens entre 18 e 24 anos estão cursando o nível superior, apenas 29,2% de negros e 31,8% de pardos estão incluídos nesse nível educacional.

Por outro lado Beltrão e Teixeira (2004) revelam, em sua pesquisa sobre cor e gênero nas carreiras universitárias, que os cursos considerados mais femininos possuem um percentual maior de negros, pardos e amarelos em seu corpo discente, o que sugere influência da intersecção das categorias gênero e raça nesta questão.



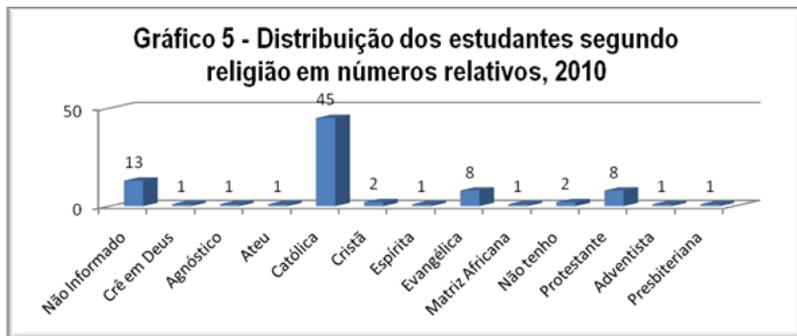
Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

No que diz respeito à situação conjugal dos discentes, pode-se afirmar que a grande maioria (81%) é solteira e 61% nunca viveu com companheiro. Os casados somam 13%, e 5% dos entrevistados declararam ter união estável. Apenas um discente informou ser desquitado/divorciado/separado.



Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

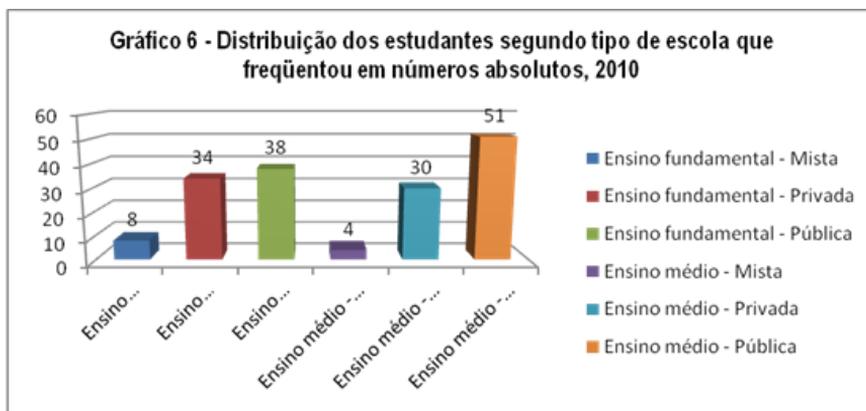
Na variável religião, a percentagem de discentes que se declaram católicos é a mais significativa, representando 50% do universo pesquisado. Aqueles que se revelam evangélicos ou protestantes somam 20%. Tais dados podem ser significativos se pensarmos na identidade que a profissão teve em sua origem com valores religiosos e que a ideia de “ajuda ao próximo” e de promoção da “justiça social”, bastante difundidos nas religiões católicas e protestantes, também são elementos trazidos pelos discentes que escolhem o curso de Serviço Social.



Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

Ao tratarmos da origem de classe dos discentes de Serviço Social da UFRB, pode-se afirmar que a maioria, ou 60%, cursou o ensino médio em escola da rede pública.

Quando os dados dizem respeito à escolaridade dos pais, 40% cursaram até o ensino fundamental completo e 41% concluíram o ensino médio. Os dados referentes à escolaridade das mães não são diferentes e enquanto 40% concluíram o ensino médio, as outras 40% só cursaram até o ensino fundamental completo.



Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

Entre os entrevistados, 73% não desenvolvem atividades remuneradas ou estão fora do mercado de trabalho e a renda familiar de 66% não ultrapassa 4 (quatro) salários mínimos, indicando uma origem e permanência nas classes mais vulnerabilizadas da sociedade.



Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

De acordo com a PNAS – 2004, o público usuário da Política de Assistência Social é constituído por:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004).

Esta definição do PNAS corrobora a análise da pesquisa que considera a maioria dos discentes em situação de vulnerabilidade social, já

que não estão inseridos formal ou informalmente no mercado de trabalho. Dentro dessa lógica e a partir ainda dos critérios estabelecidos pela PNAS para a inclusão dos indivíduos na proteção social básica, essa parcela de discentes em situação de vulnerabilidade social seria uma população usuária em potencial para essa política. Entretanto, de acordo com os dados, 82% do total de alunos pesquisados, não estão inseridos em qualquer programa social de transferência de renda.



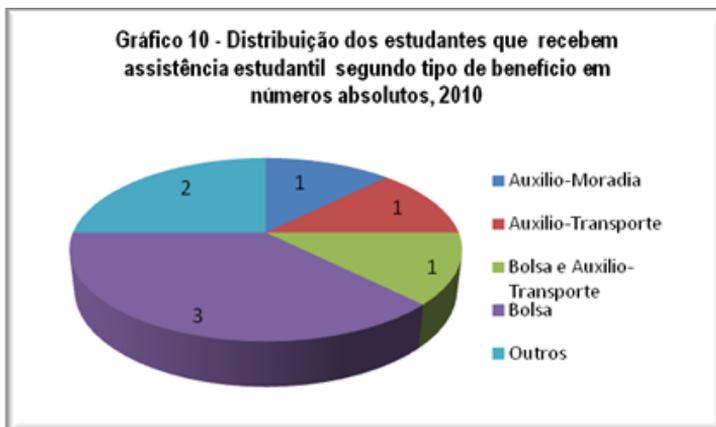
Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

Quando nos reportamos às políticas e práticas de democratização relativas à permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade, promovidas pela UFRB, através da Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, constatamos que a parcela majoritária de discentes (77%) não está inserida em qualquer programa de assistência ao estudante.



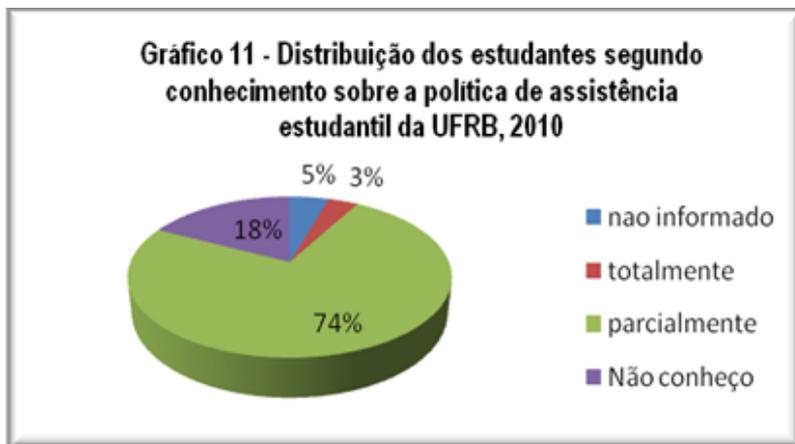
Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

Todos os benefícios concedidos pela política de permanência e assistência estudantil da UFRB estão concentrados no Programa de Permanência Qualificada e contemplam principalmente o auxílio moradia, auxílio transporte e projeto institucional que prevê a inclusão do discente em atividades de pesquisa e extensão. Entre discentes que são beneficiados pela assistência estudantil, apenas 7,8%, o auxílio moradia e a bolsa de projeto institucional são os que atendem a maioria.



Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

É interessante constatar que a maioria dos discentes entrevistados (74%) conhece apenas parcialmente a política de assistência estudantil. Se somarmos a esta parcela aqueles que desconhecem as políticas ou não estão informados sobre as mesmas, esse número sobe para 97%.



Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

Estes dados revelam que a desinformação e o desconhecimento sobre a política de assistência estudantil produzem dificuldade de acesso a esses direitos, contribuindo para que na maioria das vezes exista um abandono dos seus cursos de graduação aumentando a evasão universitária.

Em relação à Cidade de Origem adotamos o recorte do “Territórios de Identidade” para analisar os referentes dados. O conceito de território utilizado pela Secretaria de Cultura da Bahia entende que eles não são definidos pela objetividade dos fatores disponíveis, mas pela maneira como se organizam e devem ser entendidos como “base geográfica da existência social”. É no território que a população constrói a sua

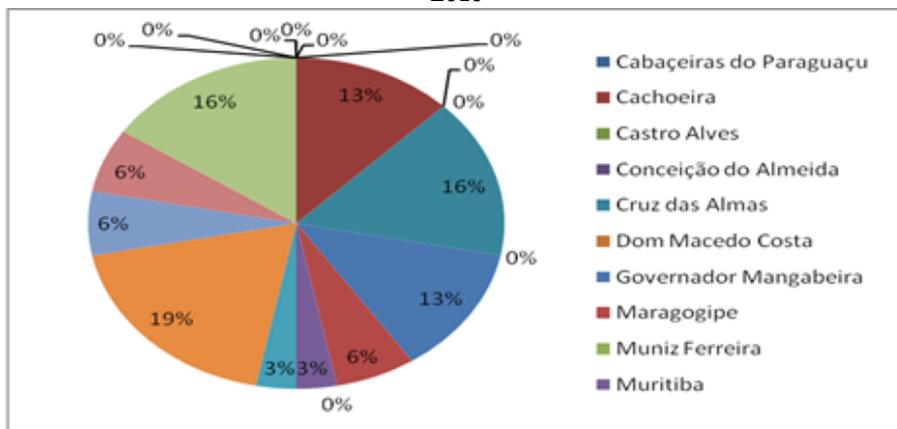
identidade e os seus sentimentos de pertencimento onde expressa seu patrimônio cultural e define o seu destino. Contudo, é fundamental ressaltar as dificuldades que permeiam a descentralização das políticas de desenvolvimento e os limites institucionais, estreitos, que lhe são impostos (CARVALHO, 2008).

Os municípios que compõem o território de identidade do Recôncavo são: Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.

A UFRB é criada no processo de interiorização das universidades públicas e tem a pretensão de atender a demanda de ensino superior do interior do estado da Bahia, em especial do território de identidade do Recôncavo.

Os dados revelam que esse objetivo é parcialmente contemplado no âmbito do curso de Serviço Social, onde 37% dos discentes são provenientes dos municípios que integram o território de identidade do Recôncavo. É importante ressaltar que parcela significativa dos discentes é oriunda de outros municípios do interior do estado que compõe os demais territórios de identidade.

Gráfico 12 – Distribuição dos estudantes segundo município de origem, 2010



Fonte: Perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o debate da formação profissional é central no atual estágio de desenvolvimento do nosso curso em decorrência da sua recente estruturação e dos desafios já citados levando-se em consideração as peculiaridades do território onde o curso está inserido.

A pesquisa desenvolvida possibilitou ampliar o conhecimento sobre sujeitos concretos, onde partimos deste universo para entendermos as especificidades da formação na região e os desafios da formação em um contexto de crise do capital e seus desdobramentos, tais como: flexibilização e precarização do trabalho. O perfil destes estudantes indica que são, na maioria, jovens, oriundos de famílias de baixa renda e não trabalham e/ou participam da renda da família.

Os discentes do Grupo de Pesquisa **Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional** perceberam, através das suas leituras, debates e análises que a profissão vivencia novos tempos, tempos cuja base da categoria se fundamenta significativamente na luta pela consolidação e ampliação dos direitos sociais e da cidadania. Com isso, o trabalho profissional é atravessado pelo desafio cotidiano de concretizar direitos numa sociedade que os retira constantemente. Além disso, não podemos desconsiderar que “aqueles” velhos traços ainda transitam pela nossa imagem ou por nossa representação na sociedade, dentre eles: “a imagem da moça boazinha” - um profissional marcado pelo fetiche da ajuda e pelo voluntarismo. Essa imagem conservadora e contraditória ao projeto ético-político e ao significativo acúmulo teórico-metodológico que a profissão expressa na contemporaneidade deve ser desvencilhada e desconstruída. Com isso, o trabalho de pesquisa no processo de formação torna-se fundamental e estratégico para modificar o “olhar” tradicional sobre a profissão.

Ainda, as reflexões estabelecidas no grupo de pesquisa contribuíram também para a produção da revisão do projeto pedagógico do curso, sendo neste momento a ação estratégica mais importante para responder aos desafios postos para a consolidação do primeiro curso de Serviço Social em uma instituição de ensino superior pública do Estado da Bahia.

A análise dos dados revelou que o perfil discente apresenta diversas nuances tendo como elementos norteadores as categorias de classe, gênero, raça/etnia, geração demonstrando que o curso é majoritariamente feminino, jovem e negro e pardo. Pertencem aos segmentos vulneráveis da sociedade, sendo oriundos do interior do estado da Bahia, não são incluídos em programas sociais de permanência na Universidade ou de transferência de renda.

O perfil discente do Serviço Social da UFRB desvelado pela pesquisa levanta elementos que poderão subsidiar outras reflexões sobre a formação profissional, aprofundando o conhecimento acerca dos estudantes vinculados ao curso que possui particularidades próprias da região onde a Universidade está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. O processo de formação profissional do assistente social. *Cadernos ABESS nº 1*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. Ensino em serviço social: pluralismo e formação profissional. *Cadernos ABESS nº 4*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Produção científica e formação profissional. *Cadernos ABESS nº 6*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Formação profissional: trajetórias e desafios. *Cadernos ABESS nº 7*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Diretrizes curriculares e pesquisa em serviço social. *Cadernos ABESS nº 8*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Formação Profissional: trajetórias e desafios. *Cadernos ABESS nº 7*. Edição Especial. São Paulo: Cortez, 1997.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 50, p. 143-171, 1996.

BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. de P. *O Vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira - uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. (Texto para Discussão, 1.052)

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social – Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BORGIANNI, E. *Conferência de Abertura da Reunião Ampliada do Conjunto CFESS/CRESS*, 29 e 30 Abr. 2006.

BRASIL. *Código de Ética do Assistente Social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 3. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

CARVALHO, L. A cultura como dimensão estruturante das políticas públicas. *Site da Secretária de Cultura – Governo da Bahia*. Disponível em: <www.secult.220i.com.br/conteudo/programa/sistema_estadual_cultura/downloads>.

GUERRA, Y. O Potencial do Ensino Teórico-Prático no Novo Currículo: Elementos para o Debate. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 147-154, Jul./Dez. 2005.

_____. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 104, 2010.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social*. São Paulo: Cortez, 2008.

KOIKE, M. M. Formação Profissional em Serviço Social: Exigências Atuais. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

PEREIRA, L. D. *Política educacional brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB. *Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social*. Cachoeira, 2007. (mimeo).

_____. *Projeto Político Pedagógico Institucional*. Cruz das Almas, 2006. (mimeo).

WANDERLEY, M. B. Formação Profissional no contexto da reforma do sistema educacional. *Cadernos ABESS/CEDEPSS*, São Paulo, n. 8, p. 7-18, 1998.

UM DESENHO DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL (1998-2008)

Lúcia Aranha¹

Albany Mendonça Silva²

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos³

INTRODUÇÃO

As três últimas décadas do século XX foram palco de variadas e significativas alterações na dinâmica do capitalismo. Com diferentes contornos e dimensões, as formações sociais regidas por esse modo de produção sofreram impactos nada desprezíveis da crise estrutural que eclodiu a partir dos anos 1970. Obviamente que, a depender das particularidades de cada país e da sua inserção na divisão internacional do trabalho, os impactos e as estratégias de reestruturação assumiram características próprias, não obstante o seu caráter mais geral.

Ao longo de sua existência, o capitalismo revolucionou as formas de produzir, desenvolvendo ao máximo as forças produtivas. No entanto, não foi capaz de potencializar as possibilidades abertas por tal

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Educação. Bolsista do PET/DIFES/SESu/MEC. maluaranha@uol.com.br.

² Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Mestre em Educação. albanym@gmail.com

³ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Serviço Social. calmeida@infonet.com.br

desenvolvimento, com vistas à redução das expressões da questão social. Iniciamos o século XXI convivendo com um amplo processo de aprofundamento das desigualdades sociais, em um quadro de desemprego prolongado e de retirada de direitos historicamente construídos.

Se essa é uma realidade vivenciada por países do capitalismo central, no caso do Brasil, dada a sua histórica inserção passiva e subordinada na divisão internacional do trabalho, existem determinações estruturais que agravam ainda mais a situação. O aprofundamento da dívida externa aliado à estagnação econômica que vem se verificando desde os anos de 1990, aponta para um cenário nada promissor. A partir de então, se observa, além da ampliação do desemprego, o agravamento da heterogeneidade ocupacional, da precarização das ocupações, da desigualdade da renda, dos baixos salários, da informalidade, da alta rotatividade da mão-de-obra etc. (GUILHON, 2005; POCHMANN, 1999, 2001; OLIVEIRA, 1998; MORETTO, 2001).

Em termos de regulação política, o Estado é redesenhado segundo os preceitos neoliberais, conforme uma lógica que o modelou como “[...] mínimo para o trabalho e máximo para o capital”. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227.) Nesse contexto, o Serviço Social, bem como outras profissões, vem passando por mudanças expressivas e de diferentes ordens, com incidências na formação e no exercício profissional, nas relações e condições de trabalho, nas formas de inserção e em outros aspectos relativos ao mercado de trabalho profissional.

Diante destas considerações, este estudo tem como objetivo analisar as principais características do mercado de trabalho do assistente social, no caso brasileiro, no período de 1998 a 2008. Para tanto, realizou-se pesquisa documental e bibliográfica. Gil (1999) apesar de tratá-las como semelhantes, aponta a natureza das fontes e os procedimentos adotados

como elementos distintivos entre elas, “[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto e [...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 1999, p. 66).

No caso da pesquisa documental, os anais de seis Encontros de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no período delimitado foram as fontes consultadas (ABEPSS, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008). Para a pesquisa bibliográfica, recorreu-se a fontes diversas, como livros, artigos, teses, dissertações etc.

Referenciada no método dialético, a pesquisa procurou captar as mediações que explicam as relações das partes com a totalidade para desvendar o real a partir de suas contradições e determinações, por concordar-se que a verdade está na própria realidade, cabendo ao pesquisador apreendê-la e reproduzi-la idealmente (KOSIC, 1995). Assim sendo, entende-se que a identificação e análise dos resultados das pesquisas sobre o mercado de trabalho do assistente social, realizadas em diferentes estados e regiões do Brasil, contêm um conjunto de elementos que aponta para um conhecimento aprofundado da sua dinâmica. A delimitação temporal buscou contemplar pesquisas desenvolvidas nas décadas de 1990 e 2000, possibilitando uma apreensão mais consistente da temática pesquisada.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto está estruturado em três partes. A primeira é dedicada às transformações decorrentes da crise capitalista dos anos 1970; a segunda recupera determinações importantes para a caracterização do mercado de trabalho no Brasil; e a terceira se detém no mercado de trabalho do assistente social,

analisando-o a partir das determinações apresentadas nas partes anteriores e de uma interlocução com alguns estudiosos do assunto.

CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SOLO HISTÓRICO

Em conformidade com o método que orienta o estudo, considera-se que a apreensão de qualquer processo social deve ser feita em articulação com a dinâmica sócio histórica, com base na perspectiva dialética de totalidade, que “[...] não é um método que pretenda ingenuamente conhecer *todos* os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro ‘total’ da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; é a teoria da realidade como totalidade concreta” (KOSIC, 1995, p. 44. Destaque do autor).

Partindo desta perspectiva, nesta parte, recuperam-se alguns aspectos da crise capitalista e da contextualidade dela emergente⁴ para a compreensão do objeto em exame à luz das condicionalidades impostas pelo real.

As transformações por que vem passando o capitalismo depois da crise dos anos 70 do século XX possuem diferentes angulações; e a depender da matriz analítica adotada, têm-se estudos bastante distintos, desde meras e simplificadas descrições até análises mais criteriosas que contemplam a complexidade dessas transformações, sem falar nas apreensões que são marcadas por equívocos. Um ponto, no entanto, é inquestionável e consensual: a ordem do capital mudou e, nesse sentido,

⁴ As questões discutidas nessa parte se encontram em ARANHA e DIAS (2005).

algumas categorias têm assumido um caráter de novidade que parece tudo explicar, bastando apenas a sua menção.

Nova ordem mundial, globalização, reestruturação produtiva, financeirização da economia, acumulação flexível, novas tecnologias, nova divisão internacional do trabalho, mutações nos processos, relações e formas de gestão do trabalho, novas qualificações, novo perfil do trabalhador, nova educação, enfim, nesse contexto em que o **nov**o parece ser a “marca registrada”, impõe-se a necessidade de se pensar esses conceitos a partir da premissa básica de que as “novas” materialidades recompõem, em outras bases, as “velhas” relações características da sociedade capitalista. (ARANHA, 1999, p. 98. Destaque da autora)

A novidade reside, pois, no próprio capitalismo, que depois de uma fase inusitada de expansão, sofre uma mudança radical, configurando uma virada no seu desenvolvimento. Nesse sentido, um primeiro e necessário esclarecimento, conforme indicam análises que nos parecem as mais procedentes (CHESNAIS, 1996; MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2000; BOLAÑO, 2002), é que a crise capitalista caracteriza-se como uma crise estrutural “[...] impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1080).

Essa crise – a do padrão de desenvolvimento que assegurou a expansão capitalista do pós Segunda Guerra –, tem procedência no esgotamento do

[...] potencial dinâmico dos setores que puxaram a expansão [...] e [em função] das contradições internas de uma economia de endividamento crescente, que gerou o descolamento entre as órbitas financeira e produtiva, responsável pelos sobressaltos que passaram a acontecer recorrentemente no sistema a partir da crise do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, em 1982. (BOLAÑO, 2002, p. 57.)

Do ponto de vista da acumulação, “a idade de ouro” do capitalismo teve no padrão de acumulação fordista,⁵ no Estado intervencionista, de corte Keynesiano, cuja expressão maior foi o *Welfare State*, e na forte presença dos sindicatos, os seus principais protagonistas. A crise do fordismo implicou em mudanças significativas na base técnica da produção, nos processos produtivos, nas condições e relações de trabalho, nas formas de controle, organização e gestão da força de trabalho etc.

Essas alterações no mundo da produção e na esfera político-institucional trouxeram desdobramentos relevantes para todo o tecido societário. O quadro que emerge comporta elementos que se conformam ao que Chesnais (1996) denominou de “mundialização do capital”, expressão que para o autor que mais corresponde ao termo “globalização”, utilizado pelos ingleses. O fato é que, nesse quadro,

[...] embora tenham ressurgido alguns aspectos característicos daquela época (extrema centralização e concentração do capital, interpenetração das finanças e da indústria etc.), o sentido e o conteúdo da acumulação de capital e dos seus resultados são bem

⁵ O padrão de acumulação fordista caracteriza-se, grosso modo, pela base técnica eletromecânica, sobre a qual se assenta a automação fixa, através de máquinas especializadas; unidades produtivas concentradas e verticalizadas; supervalorização da hierarquia, que possibilitava o controle e a supervisão da produção e salários equiparados com a produtividade; produção e consumo em massa de bens padronizados; separação entre concepção e execução; fragmentação e simplificação das tarefas; pouca ou quase nenhuma exigência de qualificação para a grande maioria dos trabalhadores, alta qualificação para o segmento que comanda o processo e determinadas qualificações para alguns setores fundamentais da produção; (SALM, 1994; CARVALHO; SCHMITZ, 1990). Deve-se destacar a diversidade de incorporações destas características, procurando-se evitar generalizações que não se aplicam às distintas realidades. Nesse sentido, há que se considerar o próprio caráter diferenciado do fordismo no Brasil em relação ao “fordismo genuíno”, levado a cabo nos Estados Unidos (FERREIRA, s/d).

diferentes [...]. O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos (securities) e sua obsessão, a rentabilidade aliada à “liquidez” [...]. (CHESNAIS, 1996, p. 16-7.)

Dentro dessa lógica, toda e qualquer forma de regulamentação estatal é mal vista, pois cria obstáculos à liberdade de escolha do capital. Aliás, como destaca o próprio Chesnais (1996, p. 18),

[...] ligar o termo “mundialização” ao conceito de capital significa dar-se conta de que, graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização que ganhou de presente em 1979-1981 e cuja imposição foi depois ampliada, o capital recuperou a capacidade de voltar a escolher, com total liberdade, quais países e camadas sociais que têm interesse para ele.

Isso implica no recrudescimento das desigualdades inter e intrapaíses, a partir de uma lógica contraditória que exclui ao incluir aqueles que têm menos poder de barganha frente à dinâmica feroz da financeirização. Redundante dizer que o neoliberalismo⁶ assume, legítima e garante o processo de desregulamentação, fragilização dos Estados nacionais, privatizações etc., tão necessário à quebra de pactos anteriores e à afirmação do novo estilo de acumulação. Cabe destacar também o aumento do peso dos Estados Unidos, em função não apenas do seu poderio militar e do desmoronamento da União Soviética, mas da

⁶ Segundo Netto e Braz (2006, p. 126. Destaques dos autores), a “[...] *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista em função da liberdade de *mercado*)”.

superioridade que tem no plano do capital financeiro em relação ao plano industrial.

São eles, então, que ditam as regras do comércio e das finanças internacionais, através de seus posicionamentos no FMI e no GATT [...] e também dos posicionamentos menos formais que ordenam o relacionamento interno do oligopólio mundial. Compreende-se o peso que esse fator representa para a América Latina em geral e para o México e o Brasil em particular, e como pode condicionar inteiramente a política externa e interna das camadas dirigentes. (CHESNAIS, 1996, p. 19.)

Nunca é demais lembrar o enorme diferencial entre os países de economias avançadas e os chamados periféricos, de Terceiro Mundo, em todo esse processo. No caso dos primeiros, “a desregulamentação e as eventuais privatizações estão ligadas a uma estratégia nacional de posicionamento frente à concorrência internacional em setores chave para o futuro do capitalismo”; ao passo que nos segundos, “trata-se de alienar o patrimônio nacional, sem nenhuma contrapartida aparente, sob a pressão do endividamento externo e dos programas de estabilização ditados pelo Fundo Monetário Internacional” (BOLAÑO, 2002, p. 57). Cumpre atentar ainda para a importância de tais elementos para a “transnacionalização” da produção que, igualmente, obedece às “escolhas” da nova dinâmica da acumulação, ditada pelo capital financeiro, conforme já referido.

Além dos elementos destacados, para muitos estudiosos, a crise estrutural do capitalismo vem dando lugar a um conjunto de mudanças que, sob diferentes denominações (“toyotismo”, “pós-fordismo”, “neofordismo”, entre outras), aponta para um novo modelo de produção, o “paradigma da flexibilidade”, cuja base técnica tem na microeletrônica o

seu núcleo fundamental, e nas inovações organizacionais, as formas de controle e gestão da força de trabalho. Esse modelo

[...] apoia-se na flexibilidade dos processos e padrões de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140).

Como sublinha Coriat (1988, p. 58-9), as inovações em curso, tanto as organizacionais como as tecnológicas respondem pela exigência de renovação das técnicas de controle do trabalho vivo, diante da crise de eficácia do modelo anterior. Segundo o autor, “[...] tanto no caso das soluções organizacionais [...] quanto nas tecnológicas, trata-se de aprofundar as técnicas de organização visando a renovar os métodos tradicionais de controle”.

Em termos da estrutura de classes, verifica-se a sua recomposição, de acordo com um processo de fragmentação e heterogeneidade, em que se assiste ao enfraquecimento das formas de organização da classe trabalhadora, precarização e flexibilização das relações de trabalho, desemprego estrutural, subemprego, intensificação e superexploração do trabalho, principalmente de mulheres, negros e crianças, em um acentuado ritmo de deterioração das relações de assalariamento e exclusão social (ANTUNES, 1995, 2000; MATTOSO, 1996; POCHMANN, 2001).

Sem a pretensão de esgotar o assunto nos limites desse texto, fica demarcada que a contextualidade histórica que emergiu com a crise estrutural do capitalismo, no pós-1970, apresentou outras determinações

à questão social.⁷ As suas novas expressões, bem como as formas de enfrentamento, com a redução do Estado e a transferência de grande parte de suas responsabilidades para a sociedade civil, demandaram um repensar do Serviço Social em várias direções: das demandas impostas a partir destas determinações, do redirecionamento à formação profissional, das respostas a serem dadas pela profissão, da ampliação dos espaços sócio ocupacionais, das mudanças no mercado de trabalho, dentre outras.

É na emersão desta contextualidade, que algumas universidades, juntamente com Conselhos Regionais de Serviço Social, começam a realizar pesquisas para compreender as novas configurações do mercado de trabalho do assistente social. Tais configurações, por sua vez, inscrevem-se nos marcos de muitas alterações no mercado de trabalho brasileiro em geral, razão pela qual é importante abordá-las.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A década de 1930 é emblemática no que se refere ao redirecionamento do papel do Estado em termos mundiais. A crise de 1929-1932 põe em xeque os princípios liberais da regulação através do mercado e da não intervenção do Estado na economia. A intervenção estatal ganha corpo em distintos quadrantes do mundo capitalista e, não obstante as particularidades que assume em cada região/país, o Estado

⁷ A questão social “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos [...] Tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado”. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-7.)

“[...] teve de assumir novos (Keynesianos)⁸ papéis e construir novos poderes institucionais [...]” (HARVEY, 1992, p. 125).

No caso brasileiro, tal intervenção se dá nos marcos da passagem da dinâmica econômica agroexportadora para a industrial. O Estado remodelado é mais “centralizado e autônomo” e conduz importantes mudanças em vários âmbitos. Fundamentado em Fausto (1995), diz Moretto (2001, p. 7):

No âmbito político, este Estado reuniu as várias forças sociais em torno do projeto de criação de uma indústria de base, o que funcionaria como fator de garantia da ordem interna. No âmbito econômico, promoveu a industrialização do país. E, no plano social, assegurou a proteção dos trabalhadores urbanos com registro em carteira.

Nesse cenário vai se desenvolver o mercado de trabalho com um padrão diferenciado, se consolidando posteriormente “[...] um mercado de trabalho moderno, que proporcionou um crescente número de novas e amplas oportunidades ocupacionais, com predominância do trabalho assalariado” (FARIA, 1986, apud MORETTO, 2001, p. 7). No entanto, problemas decorrentes do caráter concentracionista e excludente do modelo de desenvolvimento brasileiro, agravado, dentre outros aspectos,

⁸ A ampliação das funções do Estado é orientada por um “[...] padrão de intervenção pública específica: o Keynesianismo. Na Europa este se estruturou enquanto Keynesianismo social – no qual a intervenção pública assumiu o formato de uma expansão notável do gasto público de caráter social, conformando o *Welfare State* moderno, ou o Estado Keynesiano de bem-estar social. De forma diversa, nos EUA, o Estado Keynesiano se estruturou como um *Welfare State*, em que o gasto público esteve associado à constituição do chamado complexo industrial militar. Em ambos os casos, a expansão do gasto público teve notáveis repercussões no sentido de estabilizar o capitalismo – ou seja, cumpriu uma função anticíclica clara e decisiva”. (MELO; COSTA, 1993, p. 75. Destaques dos autores)

pela desigualdade regional e pela falta de uma reforma agrária, vão condicionar a sua estruturação.

Conforme argumenta Henrique (1998, p. 81), “[...] a permanência de uma estrutura agrária assentada na distribuição concentrada da propriedade e no atraso produtivo combinou-se com um intenso e desigual processo de modernização agrícola a partir dos anos 60 [...]”, com a reprodução da pobreza devido à falta de acesso à terra e ao financiamento; aos baixos salários etc. Assim,

De um lado, aumentou a concentração de renda nas áreas modernizadas do campo. De outro, a migração rural-urbana atingiu volume e intensidade inusitados [...], aumentando a disponibilidade de mão-de-obra barata e pouco qualificada e, conseqüentemente, as demandas sociais no meio urbano [...] [onde] cresceram o assalariamento e a formalização das relações contratuais, mas o núcleo de assalariamento mais estável e com garantia de direitos trabalhistas – associados em geral ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e organização – continuou relativamente pequeno e variável segundo a região. Tornaram-se também inúmeras as formas de integração precária ao mercado de trabalho [...]. (HENRIQUE, 1998, p. 81-82.)

Para a autora, estes aspectos, aliados à configuração da organização produtiva, condicionaram a constituição de um perfil heterogêneo e desigual das ocupações, “[...] um mercado de trabalho sem condições favoráveis à elevação real dos salários de base e com grande liberdade de contratação e dispensa de mão-de-obra [...]” (HENRIQUE, 1998, p. 83). Nesse sentido, Moretto (2001, p. 13) observa que, apesar do processo de desenvolvimento ter levado a uma maior integração econômica do mercado de trabalho nacional, tanto em relação a uma maior complexidade intersetorial, quanto na redução das desigualdades regionais e de rendimentos entre os setores, não se estruturou plenamente um

mercado de trabalho. “[...] Persistiram características próprias do subdesenvolvimento, tais como a informalidade, o subemprego, baixos salários e desigualdade de renda [...]”. Segundo o autor (MORETTO, 2001, p. 99),

[...] o mercado de trabalho brasileiro não chegou a estruturar-se por completo. Mesmo com o vertiginoso crescimento da economia e do emprego assalariado – sobretudo com carteira – no período de 1930 a 1980, não conseguimos implantar, aqui, instrumentos de proteção social capazes de incorporar grande parcela da população à cidadania. Essa incorporação foi seletiva, por meio do mercado de trabalho e, mesmo assim, a posição do trabalhador sempre esteve fragilizada diante do empregador, devido ao grande excedente de mão-de-obra.

Não obstante tais características, pode-se afirmar que, nesse período, se teve o melhor padrão de mercado de trabalho no Brasil. No início dos anos 1980, com a crise da dívida externa, começam a se deteriorar as condições econômicas e sociais do país, que se agravam na década de 1990, com a adoção da política econômica de orientação neoliberal, redundando, conforme Moretto (2001, p. 99), “[...] no pior desempenho econômico da história do capitalismo brasileiro [...] as taxas de desemprego foram crescentes ao longo de toda a década, reduziu-se o emprego formal, enquanto o mercado de trabalho tornou-se mais precário com a ampliação do emprego informal e das ocupações por conta própria”.

Na avaliação do autor, “[...] transposta para o Brasil, a lógica política neoliberal somente exacerbou a assimetria existente no mercado de trabalho [...] em detrimento dos trabalhadores e suas organizações [...], em meio ao desastre econômico e social dos anos 90 [...]” (MORETTO, 2001,

p. 100). Proni e Henrique (2003, p. 7-8-9), ao referirem-se à década de 1990, afirmam que:

[...] em meio às inflexões observadas na ordem mundial, assistimos [no Brasil] a um processo indiscriminado de abertura comercial e financeira, à implementação do combate à inflação ancorado na moeda sobrevalorizada e nas taxas de juros elevadas, a um movimento de reestruturação produtiva e de desnacionalização de segmentos econômicos significativos, inclusive por meio da privatização de importantes estatais. [...] A elevação e persistência das taxas de desemprego, a proliferação de oportunidades ocupacionais e condições de trabalho de pior qualidade, a cristalização dos baixos rendimentos das massas foram a contraface de um processo de regressão econômica.

Nesse quadro regressivo, diminui-se o papel do Estado na área social, conformando um padrão de intervenção pública contrário à garantia de direitos conforme a concepção de política social afirmado na Constituição de 1988. Orientadas pelas diretrizes neoliberais,

[...] as iniciativas têm como objetivos recriar ao máximo os mecanismos de mercado na provisão de benefícios e serviços sociais (mediante subsídios à oferta privada ao invés da oferta pública direta, operação privada de fundos de pensão, alcance mais restrito dos esquemas de previdência pública, etc.) e reter na esfera pública a atenção à população pobre por meio da criação de uma rede de proteção aos grupos vulneráveis. [...] Os instrumentos básicos para esse desenho de intervenção pública na área social seriam a privatização, a focalização e a descentralização (HENRIQUE, 1998, p. 90).

No interior da relação da sociedade civil com o novo ordenamento político-institucional ganha força, no Brasil, o chamado terceiro setor,⁹ “[...] que abarca um conjunto heterogêneo de entidades sociais, organizações empresariais, ONGs dos mais variados tipos, que atuam no desenvolvimento de projetos socioeducativos, em grande parte voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias em situações de risco social e pobreza” (RAICHELIS, 2009, p. 7).

Conforme Montañó (2002), o terceiro setor oculta uma nova estratégia do capital no enfrentamento da questão social, no contexto da desresponsabilização do Estado, da desoneração do capital e da auto responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função.

Este breve apanhado sintetiza algumas das importantes determinações que incidem nas expressões da questão social, nas suas formas de enfrentamento, no exercício profissional do Serviço Social, bem como no mercado de trabalho do assistente social, objeto em exame neste estudo.

UM PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL

Para nortear a análise dos dados foram definidas como categorias de análise: natureza institucional; áreas de atuação; formas de ingresso e vínculos empregatícios; faixa salarial; atividades/atribuições; dinâmica de inscrição e cancelamento nos CRESS de algumas regiões. Nos seis

⁹ Segundo Montañó (2002, p. 53), “[...] o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (‘primeiro setor’), o mercado (‘segundo setor’) e a ‘sociedade civil’ (‘terceiro setor’). [...] Como se o ‘político’ pertencesse à esfera estatal, o ‘econômico’ ao âmbito do mercado e o ‘social’ remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista.

encontros promovidos pela ABEPSS foram identificadas pesquisas resultantes de projetos de iniciação científica, de teses e de Núcleos de Pesquisa de algumas universidades financiados por agências de fomento¹⁰, perfazendo aproximadamente 40 trabalhos.

Para a seleção dos trabalhos, utilizaram-se os seguintes critérios: serem pesquisas empíricas; possuírem como objeto de estudo o mercado de trabalho dos assistentes sociais. As investigações constantes nos Anais dos ENPESS (1998 a 2008) foram realizadas nos seguintes estados: Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Goiás, Minas Gerais, Amazonas e Tocantins.

Dentre os objetivos propostos nos estudos analisados, destacaram-se, dentre outros: conhecer/observar/identificar as demandas e exigências postas à profissão; traçar o perfil do profissional de Serviço Social; mapear/analisar as configurações e particularidades do mercado de trabalho do assistente social; analisar o movimento de entrada e saída no mercado de trabalho; identificar principais campos/áreas de atuação, condições e relações de trabalho e novas tendências ocupacionais.

Os resultados encontrados evidenciam que a natureza institucional dos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais é predominantemente relativa ao setor público, confirmando a maior incidência nos níveis estaduais e municipais. Tal constatação reafirma uma característica histórica do mercado de trabalho do assistente social no Brasil que, conforme Netto (2006, p. 119-120, grifos do autor), “[...] tem seus mecanismos originais deflagrados em meados dos anos 40 [...], no

¹⁰ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundações de Apoio à Pesquisa de diferentes Estados, além do apoio de alguns Conselhos Regionais de Serviço Social.

bojo do processo de ‘desenvolvimento das grandes instituições sociais’, implementadas no ocaso do Estado Novo [...]. Nos anos cinquenta e na entrada dos sessenta, esse mercado se expande e não pode haver dúvidas acerca da conexão desta expansão com o andamento da já vista *industrialização pesada* [...]” e o conseqüente aprofundamento da intervenção do Estado, cuja reformulação vai incidir no enfrentamento da questão social.

Para Netto, (2004, p. 121), “está reformulação [...] atravessou de ponta a ponta o mercado ‘estatal’ de trabalho dos assistentes sociais [...] [cuja] inserção nos chamados serviços públicos viu-se universalizada no espaço nacional [com] uma extensão quantitativa da demanda dos quadros técnicos de Serviço Social”, tendo em vista a ampliação das políticas sociais no contexto da ditadura militar, não obstante, a continuidade da concepção restrita de proteção social.

O redesenho do sistema de proteção social a partir de 1988 explica a permanência do Estado como grande empregador dos assistentes sociais, mediante o novo padrão de gestão das políticas sociais que tem na descentralização um de seus principais marcos, expressa na transferência significativa de atribuições do âmbito federal para os estados e municípios (ARRETCHE, 1999).

Embora tenha se observado a forte presença da esfera estadual como empregadora de assistentes sociais, os resultados revelam uma tendência de ampliação da absorção destes profissionais pelos municípios. Tal tendência é comum em todas as regiões do país, com percentuais que indicam o crescimento expressivo da inserção dos assistentes sociais na instância municipal. Em todas as análises se atribuiu esse crescimento aos processos de descentralização e municipalização, principalmente com relação às políticas de saúde e assistência social (ARANHA et. al., 2003,

2006; ARANHA; JESUS; SANTOS, 2008; CFESS, 2005; SERRA, 2000, 2001; TRINDADE; MORAES, 2001). Nesse sentido, conforme Anselmo (2008, p. 23),

[...] a municipalização é facilitadora do processo de reordenamento do sistema de descentralização, bem como o reconhecimento do nível municipal como esfera autônoma de poder e de gestão da política de assistência social contribuindo para o reconhecimento das particularidades e interesses próprios do município e com possibilidade de levar os serviços para mais perto da população [...].

O crescimento do setor municipal é ilustrado por Borges, Pinto e Silva (2008), ao analisarem os editais de concursos realizados na região Nordeste, no período de novembro de 2007 a março de 2008, cujos achados mostram que 91,4% desses concursos foram lançados por prefeituras municipais e apenas 5,2% por governos ou empresas estaduais; e 3,4% pela administração federal. Nesta direção, Luz (2000, p. 145) constata essa tendência desde o final dos anos 1990, conforme afirmação abaixo:

Foi possível ainda, apreender, o movimento dos postos de trabalho entre as esferas administrativas e as áreas de prestação dos serviços sociais, e, constatar um deslocamento da alocação dos postos de trabalho das esferas estadual, federal, base de sustentação da profissão na sua gênese, para as esferas municipal, filantrópicas e privadas, nos anos mais recentes.

A respeito dos espaços sócio ocupacionais, verificou-se também a presença do terceiro setor, principalmente as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e as entidades filantrópicas. Para Raichelis (2009, p. 9), “[...] no campo das políticas sociais, a conjuntura de 1990 traz novos elementos [...] intensificam-se as parcerias e transferências de

responsabilidades públicas para as iniciativas da sociedade civil, de repasse da prestação de serviços para organizações não governamentais, empresariais ou sem fins lucrativos.” Apesar do reconhecimento na literatura e em algumas das pesquisas analisadas, os dados não permitem avaliar a dimensão da absorção de assistentes sociais nestes espaços.

No tocante às áreas de atuação, as pesquisas indicam que, majoritariamente, a saúde e a assistência social são as que mais absorvem os profissionais de serviço social. No caso da saúde, pode-se constatar que a partir da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e os programas daí derivados, bem como o processo de gestão participativa, a política de humanização, dentre outros, foi-se incorporando, cada vez mais, assistentes sociais em suas equipes. Em relação à assistência social, a construção do modelo com base nos níveis de atenção básica e especial, de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), traz como exigência a atuação dos assistentes sociais.

Além destas, aparecem, em menor proporção, as áreas de habitação, empresa, sócio jurídica, trabalho, educação e previdência social. Excluindo-se o setor privado, o sócio jurídico e a previdência social, a presença das demais áreas está relacionada com a nova conformação do modelo de gestão da política social brasileira após 1988, descentralizando ações anteriormente de responsabilidade do governo federal. Assim, de acordo com Arretche (1999, p. 14), “[...] à exceção da área de previdência, nas demais áreas da política social — educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular — estão sendo implantados programas de descentralização [...]”, ampliando o raio de ação dos estados e municípios, repercutindo no mercado de trabalho do profissional de Serviço Social.

Quanto ao setor privado, Netto informa (1996) que, no Brasil pós-1964, em decorrência do padrão de desenvolvimento capitalista induzido pela “modernização conservadora”, assistiu-se a uma ampliação expressiva na demanda de assistentes sociais pelas empresas privadas. Tal ampliação, contudo, não pôde ser avaliada pelos resultados das pesquisas analisadas, pois a maioria não abordou e/ou não apresentou dados a respeito deste setor. As que abordaram não deram indicações de grande representatividade das empresas privadas como empregadoras de assistentes sociais. A esse respeito, levanta-se a hipótese de que, no contexto da reestruturação produtiva, não está se verificando tal ampliação na absorção de assistentes sociais pelo setor privado em muitos estados brasileiros. Além disso, deve-se levar em conta que, conforme Mota (1998, p. 41),

[...] as empresas não são consideradas tradicionais empregadoras de assistentes sociais, isto é, como participantes do rol de entidades que tiveram influência decisiva na institucionalização da profissão. Embora seja conhecida a existência de experiências esparsas a partir dos anos 40, tanto no Sul como no Nordeste, é notório que a inclusão do Serviço Social na empresa se deve a conjunturas específicas, marcadamente a partir de 1960.

Com relação às formas de ingresso e aos vínculos empregatícios, observou-se uma predominância do vínculo estatutário, demonstrando que a forma de ingresso se dá através de concursos públicos. Tal situação pode ser verificada nas regiões Sudeste (Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Cone Leste Paulista), Nordeste (Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas), Centro-Oeste (Mato Grosso) e Norte (Amazonas, Pará). A respeito deste indicador, Sergipe apresentou uma particularidade, ao apresentar o maior percentual de inserção profissional através de indicação e convite, com

72,2% e 60%, respectivamente. Celetista foi um vínculo citado em poucas pesquisas.

Cabe destacar também que no Piauí, apesar da principal forma de ingresso ser o concurso público, identificou-se um percentual significativo (20%) de profissionais que se encontram na condição de prestadores de serviços. Outras formas de vínculos comuns a todas as regiões referem-se a cargos comissionados, contratos temporários e prestação de serviços, com percentuais menos representativos. Tais modalidades têm sido utilizadas com frequência no setor público.

Embora os resultados não permitam se afirmar a precarização como uma característica marcante do mercado de trabalho em exame, algumas das suas indicações possibilitam suscitar hipóteses na direção da precarização, refletindo a tendência do mercado de trabalho em geral, no Brasil, já discutido anteriormente, apontando para a ampliação da flexibilização das relações de trabalho, duplicidade de vínculos empregatícios, insegurança no trabalho etc.

Sobre isso, Cordeiro (2005, p. 110-111), a partir dos dados de uma pesquisa por ela realizada em Natal/RN, argumenta que “esses dados demonstram que apesar dos contratos permanentes continuarem sendo a principal forma de relação contratual de trabalho dos assistentes sociais, os contratos informais vêm marcando uma expressiva presença o que não se tinha há alguns anos.”

Estes aspectos são reforçados com o elevado número de profissionais que estão sendo formados nos últimos anos, diante da expansão do ensino privado, agravada com a modalidade do ensino à distância, podendo, inclusive, acentuar os níveis de desemprego que assolam o país. Refletindo sobre isso, Iamamoto (2009, p. 36. Destaques da autora) afirma:

Esse crescimento exponencial traz sérias implicações para o exercício profissional, as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza. Pode-se antever, já no curto prazo, um crescimento acelerado do desemprego nessa área, visto que dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial e estimulando, no curto prazo, a precarização das condições de trabalho e a insegurança do trabalho. A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva*. Isto é, *um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade* em um ambiente político que estimula a criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores e o caráter assistencial das políticas sociais, como já salientado.

Sobre a faixa salarial, constatou-se que muitos estudos não trazem informações relativas aos salários auferidos pelos profissionais; outros utilizam intervalos muito grandes (03 a 09; 03 a 12 salários mínimos), dificultando a análise; e alguns, embora tenham utilizados intervalos menores, estes não coincidiram (02 a 04; 03 a 06 salários mínimos). Feitas estas ressalvas, foi possível observar que, no geral, há uma incidência maior na faixa salarial que varia de três a seis salários mínimos, possibilitando a definição de uma média salarial aproximada que não destoaria da realidade de grande parte de profissionais de Serviço Social no Brasil. Yacoub e Ribeiro (2007) em pesquisa realizada em Juiz de Fora, em 2006, com 92 profissionais recém graduados em Serviço social entre 2000 a 2004, encontraram resultado similar no caso de 45,8% deles, que percebem entre mais de três e cinco salários mínimos.

No Nordeste, as investigações realizadas por área de atuação sinalizam que, em Alagoas, os profissionais que atuam na saúde percebem salários mais elevados, seguidos dos da assistência social. Já em Sergipe, o

setor privado (empresas) é quem melhor remunera os profissionais. Estes resultados correspondem, em grande medida, a uma das projeções de Netto (1996, p. 124), qual seja: “a segmentação (especialização) no mercado de trabalho tenderá a se adensar progressivamente, com duas implicações incontornáveis: a) na categoria profissional produzirá uma sensível estratificação entre os assistentes sociais (novas escalas de conhecimento, de prestígio, de remuneração etc.) [...]”.¹¹

Nesta direção, Yamamoto (2000, p. 67) refere: “as organizações não-governamentais vêm absorvendo assistentes sociais mantendo um padrão salarial não unívoco e nem sempre observando os direitos previdenciários e trabalhistas. Destacam-se contratos por tempo determinado e/ou por tarefa, sujeitos à insegurança do trabalho”.

No que concerne às atividades/atribuições desenvolvidas pelos profissionais, poucos estudos dentro do universo aqui pesquisado investigaram essa questão. Dos que nela se detiveram, os resultados mostram que, apesar da alta concentração em atividades vinculadas à execução, os profissionais desenvolvem, também de forma significativa, outras atribuições, a exemplo de planejamento e coordenação de programas e projetos; monitoramento e avaliação de ações/programas e serviços. Com menor representatividade, aparecem ações relacionadas à assessoria e pesquisa. Diretamente relacionada com essa questão, Yazbek (1999, p. 98) destaca a presença do assistente social em todo território nacional “[...] em fóruns e conselhos vinculados às Políticas Sociais, seja no plano da defesa de direitos sociais dos usuários destas Políticas, seja no

¹¹ Para não deslocar a argumentação no interior do texto, optou-se por citar aqui a segunda implicação. “[...] no campo da formação, reclamará um profundo redimensionamento das relações entre as escolas e os demais segmentos da categoria profissional”. (NETTO, 1996, p. 124.)

âmbito do legítimo controle social das mesmas bem como de planos, projetos e orçamentos”.

Como afirma Raichelis (2009, p.14) “[...] embora historicamente os assistentes sociais tenham se voltado à implementação de políticas públicas, como ‘executores terminais das políticas sociais’, [...] esse perfil vem mudando nos últimos anos e, apesar de ainda predominante, abrem-se novas alternativas e áreas de trabalho profissional”. Novas exigências e atribuições estão relacionadas com a ampliação de espaços sócio ocupacionais, principalmente no âmbito dos municípios, conforme constatado nesta pesquisa. Ainda conforme Raichelis (2009, p.14),

[...] o processo de descentralização das políticas sociais públicas, especialmente sua municipalização, exige dos assistentes sociais e dos demais profissionais o desempenho de novas atribuições e competências. [...] os assistentes sociais passam a ser requisitados para atuar também na formulação e avaliação de políticas, bem como no planejamento e na gestão de programas e projetos sociais, desafiados a exercitarem uma intervenção cada vez mais crítica e criativa.

Ainda sobre as atribuições profissionais dos assistentes sociais, ressentiu-se de dados relativos às que particularizam a atuação profissional nas empresas privadas para responder às requisições feitas ao profissional de Serviço Social, não obstante algumas considerações relativas ao setor de recursos humanos e de pessoal. Consoante com a hipótese de Cesar (2006, p. 116), tais requisições, nos anos 1990, “[...] passaram a ser mediadas por novas formas de controle da força de trabalho, exigindo a formulação de estratégias de atuação que se definem, também, em função das condições de trabalho dos profissionais”, haja vista as exigências de aumento da produtividade no contexto da redução de trabalho vivo, de postos de trabalho, aliada à precarização e intensificação do ritmo do

trabalho, cuja compatibilidade com a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais deve ser assegurada.

Perpassado por estas determinações, o exercício profissional do assistente social nas empresas tem agravados os mecanismos de controle, segundo a observação de Netto relativa ao mercado de trabalho dos assistentes sociais, ou seja, além da “[...] *crecente segmentação* das atividades profissionais [...] [há] a *diferenciação* progressiva das condições de trabalho nas instituições ‘estatais’ e nas da ‘iniciativa privada’, estas com esquemas de controle e aferição mais estritos do desempenho profissional”. (1996, p. 121. Destaques do autor)

A dinâmica de inscrição, cancelamento e reativação dos registros dos assistentes sociais junto aos CRESS; bem como sobre emprego e desemprego no Serviço Social foram abordadas por poucos trabalhos, mas tiveram indicadores importantes para a compreensão do mercado de trabalho profissional, em especial, a questão da oferta e retração mercado de trabalho e das atuais condições e relações a ele relacionadas. Nesse sentido, observa-se que as tendências de cancelamento dos registros têm sido marcadas pelas dificuldades decorrentes das garantias de inserção e ou permanência no mercado de trabalho.

Dentre as razões que levaram ao cancelamento dos registros, destacam-se: o não exercício profissional, o desemprego e as aposentadorias, este último em menor proporção. Nota-se que a questão do não exercício da profissão é justificada pela inserção dos profissionais em contratos que não exigem as atribuições privativas do assistente social. Outras razões alegadas foram a atuação como assistente social na condição de voluntário e o reingresso em outros cursos de graduação. Como referem Yacoub e Ribeiro (2007, p. 150) “[...] o cenário apresenta-se bastante sombrio para os assistentes sociais do novo milênio. Em busca

de sobrevivência, um percentual significativo passa a atuar em outras áreas ou cursar uma nova graduação [...]”.

Os desdobramentos destas questões na profissão abrangem um leque diversificado de elementos, que envolvem a ampliação e concomitante redução de espaços ocupacionais, novas requisições ao exercício e à formação profissionais, precarização das condições e relações de trabalho, baixos salários, desemprego, entre outras. Afinal, não se pode esquecer que o assistente social sofre muitas das injunções inerentes à condição de assalariamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises desenvolvidas nesse estudo a partir dos resultados das pesquisas sobre mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, publicadas nos anais dos ENPESS (1998-2008), cabem algumas considerações a respeito do principal elemento que o caracteriza no contexto contemporâneo.

Marca histórica da profissão, o Estado continua como o grande e principal empregador dos profissionais de Serviço Social, cabendo observar o crescimento da esfera municipal com o processo de descentralização das políticas sociais, desde anos 1990, acentuado com a implementação do SUAS, a partir de 2005.

A redundância deste destaque indica a necessidade de aprofundar os estudos para a compreensão da complexidade do real no sentido de apreender o papel do Estado nos últimos anos nesse processo de absorção dos assistentes sociais com vistas ao enfrentamento das expressões da questão social. Com isso se quer dizer que, no caso brasileiro, não obstante o acúmulo de conhecimento acerca do assunto e as implicações do

redesenho do Estado no mercado de trabalho dos assistentes sociais, causa certo estranhamento a redução do Estado e dos gastos sociais, nos marcos da retirada de direitos, conforme o receituário neoliberal, e a sua permanência e/ou a ampliação como o maior empregador destes profissionais na implementação e execução de políticas sociais.

Esta aparente contradição remete ao debate sobre a “desresponsabilização” do Estado e a transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, isto porque a reconfiguração do Estado apontava para a tendência de uma presença mais intensa do terceiro setor enquanto empregador dos profissionais de Serviço Social, haja vista o argumento do deslocamento do enfrentamento das expressões da questão social para a órbita não estatal.

Desnecessário dizer da concordância com a maioria das análises nesta direção, entretanto, o que aqui se defende é a necessidade de mais estudos e pesquisas para aprofundar a compreensão do *precarizado* papel do Estado na prestação dos serviços sociais, possibilitando captar outras mediações com o mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Mesmo e até no interior deste *precarizado* papel, vale lembrar uma importante projeção feita por Netto (1996, p. 124), isto é:

[...] imediatamente, as possibilidades objetivas de manutenção da demanda social da profissão não se mostram ameaçadas, mas impõem ao Serviço Social a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sociopolítico) para as questões que recaem no âmbito de intervenção profissional.

A partir desse entendimento e das questões apontadas ao longo desse estudo, importa demarcar o mérito das investigações realizadas na

área sobre o tema em exame e a sua contribuição para o delineamento do mercado de trabalho do assistente social no Brasil. Foi com esse sentido que se inscreveu a pesquisa aqui apresentada, ou seja, procura somar-se aos esforços já empreendidos para a apreensão dessa realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 6. *Anais...* Brasília: ABEPSS, 1998.

_____. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7. *Anais...* Brasília: ABEPSS, 2000.

_____. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 8. *Anais...* Juiz de Fora: ABEPSS, 2002. [1 CD-ROM.]

_____. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9. *Anais...* Porto Alegre: ABEPSS, 2004. [1 CD-ROM.]

_____. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10. *Anais...* Recife: ABEPSS, 2006. [1 CD-ROM.]

_____. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11. *Anais...* São Luís: ABEPSS, 2008. [1 CD-ROM.]

ANTUNES, R. *Adens ao trabalho?:* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANHA, L. *Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial*. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.

_____; DIAS, N. S. R. Trabalho e educação frente às novas determinações da crise estrutural do capitalismo. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, Editora da UESB, n. 1, 2005.

_____. et. al. Transformações Contemporâneas e o trabalho do assistente social em Sergipe. *Cadernos UFS/ Serviço Social*, São Cristóvão, Editora UFS, v. V, fasc. 4, 2003.

_____. et. al. Trabalho e mercado de trabalho do assistente social: a realidade do setor público municipal e das organizações não-governamentais em Aracaju/SE. *Revista da FAPESE*, Aracaju, v. 2, n. 1, 2006.

_____; JESUS, E. de A.; SANTOS, D. R. Serviço Social na contemporaneidade: uma análise do mercado de trabalho e da intervenção profissional do assistente social em Aracaju/SE. *Cadernos UFS/ Serviço Social*, São Cristóvão, Editora UFS, v. X, fasc. 1., 2008.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, Jun. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf> Acesso em: Abr. 2010.

ANSELMO, G. C. R. *A construção da rede socioassistencial do município de Belford Roxo na perspectiva do PNAS/SUAS: limites e possibilidades*. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610367_08_cap_02.pdf>. Acesso em mar. 2009.

BOLAÑO, C. R. S. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. *Revista*

da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dezembro 2002.

BORGES, A. M. C.; PINTO, J. S.; SILVA, S. J. Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Nordeste: o que revelam os editais de concursos públicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11. *Anais...* São Luís: ABEPSS, 2008.

CARVALHO, R. de Q.; SCHMITZ, H. O fordismo está vivo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 27, Jul. 1990.

CESAR, M. de J. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, trabalho e as demandas ao Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS. (Org.). *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaoovirtual2006.pdf>. Acesso em: Dez. 2006.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORDEIRO, A. P. *A relação formação profissional/mercado de trabalho: percepção dos assistentes sociais não-inseridos no mercado de trabalho do Serviço Social em Natal/RN*. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: <<http://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/AnaPMC.pdf>>. Acesso em: Jun. 2011.

CORIAT, B. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. In: CARVALHO, R. de Q.; SCHMITZ, H. (Org.). *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo: Hucitec, 1988.

FERREIRA, C. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. *Cadernos CESTT*, Campinas, UNICAMP. IE, n. 9, [s/d].

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUILHON, M. V. M. *Avaliação do Planfor entre a adesão de sujeitos sociais e a acomodação de interesses em torno da política: uma trajetória em direção à tecnificação*. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HENRIQUE, W. Questão social e políticas sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Economia e Trabalho: textos básicos*. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, ABEPSS, Grafile, Ano 2, n. 3, Jan./Jul. 2001.

_____. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social. *SER Social*, Brasília, Editora da UnB, n. 6, Jan./Jun. 2000.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KOSIC, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LUZ, L. C. X. Elementos do Mercado Profissional em Teresina nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7. *Anais...* Brasília, ABEPSS, 2000.

MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1996.

MELLO, L. I. A.; COSTA, L. C. A. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1993.

MESZAROS, I. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORETTO, A. J. *Mercado de trabalho e políticas de emprego no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOTA, A. E. *O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *O emprego na globalização: nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. Apresentação. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo/Campinas: UNICAMP. IE/UNESP, 2003.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SALM, C. Os sindicatos, as transformações tecnológicas e a educação. *Trabalho e educação* – Coletânea CBE. Campinas: Papirus, 1994.

SERRA, R. M. S. *Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social. In: SERRA, R. M. S. (Org.). *Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens*. São Paulo/Rio de Janeiro: PETRES/FSS/UERJ/Cortez, 2001.

TRINDADE, R. L. P.; MORAES, R. P. de. Espaço sócio-ocupacional do Serviço Social e as configurações do mercado de trabalho em Alagoas. In: TRINDADE, R. L. P.; AMARAL, M. V. B. (Org.). *Serviço Social, trabalho e direitos sociais*. Maceió: EDUFAL, 2001.

YACOB, L. B. D.; RIBEIRO, L. C. Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> Acesso em: Out. 2010.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO

Alecsonia Pereira Araujo¹

Danielle Viana Lugo Pereira²

INTRODUÇÃO

Nesta discussão apreende-se o desafio de efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que, na atual conjuntura, estão sendo contrapostos os princípios “[...] da defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia da sociedade [...]” (IAMAMOTO, 2001, p.113), princípios estes norteadores do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Projeto político profissional que se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social – 1993 – que constituiu-se, democraticamente em direitos e deveres dos Assistentes Sociais, segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício profissional cotidiano. Como também na Lei de Regulamentação da Profissão de

¹ Mestre em Serviço Social, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Professora Assistente I da UFPB no Departamento de Serviço Social, Pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisa em Saúde e Serviço Social - SEPSASS/PPGSS. E-mail: alecsonia@hotmail.com.

² Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. E-mail: daniellego.ufba@gmail.com.

Serviço Social (Lei nº. 8662/93), que representa a defesa da profissão na sociedade, assim como na nova proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS (atual ABEPSS), de 1996, que redimensiona a formação profissional para fazer frente a esse novo cenário de transformações societárias.

Pensar o projeto ético-político do Assistente Social requer que haja uma leitura consciente e crítica em torno do mundo que se apresenta na atualidade, sobretudo sintonizando o Serviço Social às transformações societárias que se inscrevem, na ofensiva neoliberal que expressa, dentre outros aspectos, na reforma do Estado, na reestruturação produtiva e nos novos padrões de produção e organização do trabalho.

Assim, a discussão partiu de uma análise em torno das atuais transformações que se inscrevem as necessidades do capital e os seus desdobramentos na vida social e na profissão do Serviço Social, assim como identificamos os desafios em torno da efetivação de seu projeto ético-político profissional.

Por fim, apresentamos as considerações finais, seguindo-se das referências que subsidiaram a presente discussão.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Verifica-se que as novas necessidades do capital têm produzido o crescimento da exclusão social, econômica, política e cultural de uma verdadeira massa de indivíduos sociais. Tal desdobramento leva a afirmação de que o processo de modernização do capital não tem combinado com a igualdade e justiça social, mas sim com o agravamento das múltiplas expressões da questão social.

Assim, a exaltação do mercado que perpassa as diretrizes econômicas e políticas, tem se firmado paralelamente ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder. Com isso, o nível de pauperização e de desigualdade social tem apresentado o crescimento das demandas por serviços sociais, mas por outro lado a investida concernente ao projeto político econômico do capital tem aumentado o processo de seletividade no âmbito das políticas sociais, com corte nos recursos destinados aos serviços públicos e no aumento dos critérios para o acesso dos usuários aos programas sociais.

Nesse sentido, o momento histórico que se vive encontra-se marcado por transformações societárias “[...] que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades”. (NETTO, 1996, p. 87.)

De acordo com o citado autor, é na década de setenta que emergem tais transformações, as quais metamorfoseiam a produção e reprodução da sociedade, atingindo diretamente a divisão sócio-técnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis, inclusive as profissões, e dentre estas, a do Assistente Social.

Sobretudo, torna-se necessário repensar a questão social, posto que esta constitui-se a base sócio histórica do Serviço Social e se processam novas bases de produção da mesma. Com isto não se pretende afirmar que existe uma nova questão social, vez que as contradições sociais existentes nesse processo de produção e acumulação, embora agudizadas, são insupríveis sem a superação da ordem do capital. Novas são as problemáticas derivadas a partir da investida do ideário neoliberal, em que a reestruturação produtiva, ultrapassa o âmbito da flexibilização das relações de produção e propõe a ampliação de suas inflexões no que se

refere a interlocução entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, principalmente no que diz respeito ao redesenho das práticas sócio institucionais e/ou o redirecionamento das políticas públicas.

Segundo Cantalice (2002) a flexibilização das relações de produção é veiculada na defesa do discurso da modernização do Estado, ao propor uma reforma para este que, dentre as diretrizes básicas apresente o rompimento com o sistema de proteção social e suas ações públicas.

Apesar da Reforma do Estado processar-se através de um conjunto articulado de alterações na esfera administrativa, fiscal, eleitoral, judiciária e previdenciária, a orientação centra-se na diminuição dos serviços públicos e isto vem atingir diretamente os programas sociais, ou seja, esta reforma indica muito mais do que uma redefinição de funções e do papel do Estado, ela representa fundamentalmente um novo pacto do grande capital, em que se efetivam graves perdas aos trabalhadores, ao social e a população em geral. E o Assistente Social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos.

Deste modo, passa-se a estabelecer um novo modelo de Estado: o denominado Estado pós-moderno, que se firma enquanto Estado mínimo, fraco, desterritorializado e que se esvazia de um conjunto social, contrapondo-se ao Estado Moderno, que se inscrevia no cenário das lutas de classes, sob a prerrogativa das conquistas e direitos sociais.

Segundo Netto (1996), a desqualificação do Estado tem sido, como se sabe, a pedra de toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do Estado mínimo pretende, fundamentalmente, o Estado máximo para o capital.

Se por um lado o projeto neoliberal propôs-se a reanimar o capitalismo avançado mundial, restaurando o crescimento estável – em que o Estado deveria garantir a estabilidade da moeda, a elevação da taxa de juros e o lucro das empresas, abolir o controle sobre o fluxo financeiro, promover privatizações e cortar gastos sociais – por outro fez crescer o desemprego e as desigualdades sociais.

Porém, ele não consegue atingir seus fins econômicos para os quais surgiu, isto é, alavancar a produção e ampliar as taxas de crescimento econômico, pois ao invés de voltar-se para o setor produtivo, é canalizado para o setor financeiro, favorecendo um crescimento especulativo da economia e não o seu crescimento produtivo.

No que se refere ao agudizamento das desigualdades sociais e o desemprego em massa, o projeto neoliberal atinge as suas metas, vez que para este a grande esfera reguladora das relações econômicas é o mercado, sendo os indivíduos postos à mercê deste mercado, cabendo a estes a responsabilidade de inserirem ou se manterem neste mercado.

Para as políticas sociais públicas, os desdobramentos desta proposta neoliberal, sobretudo pela via da Reforma do Estado aponta para a focalização, descentralização e privatização destas, configurando um arrefecimento dos direitos sociais, materializados através dos serviços sociais públicos. Cabe ressaltar que o enxugamento dos gastos públicos do Estado se dão de forma unidirecional, posto que ocorrem apenas no plano da proteção social, já que é cada vez maior a linha de proteção do Estado aos oligopólios, passando o fundo público a sustentar os grandes capitais, como foi o caso do socorro aos bancos no Governo Fernando Henrique Cardoso, o dinheiro das privatizações de empresas Estatais foi canalizado para bancos que ameaçavam falir.

Neste contexto, tais mudanças rebatem sobremaneira na profissão do Assistente Social que segundo Netto (1996) e Almeida (1997) provocam um duplo desdobramento: o primeiro, consiste na emersão de novas expressões da questão social, acarretadas pela crise no mundo do trabalho e, como consequência, novas formas (de saber, de intervenção profissional) se põem no encaminhamento a essas questões e isso influi na profissão, em razão de ser o objeto do Serviço Social a questão social e as suas múltiplas determinações na vida social, das quais derivam as demandas que compõem matéria da profissão. E o segundo desdobramento refere-se às influências deste contexto no trabalho do Assistente Social, que representa inúmeros desafios, dentre os quais se destaca o alargamento do ideário privatizante do projeto neoliberal que, irrefutavelmente, contrapõe-se ao projeto ético-político do Serviço Social.

Diante deste quadro contextual, fica evidente que é preciso retornar os projetos coletivos em direção à defesa da radicalidade democrática e dentre as lutas sociais, priorizar a oferta e a qualidade da prestação dos serviços sociais públicos, da preservação e da ampliação de postos de trabalho, afetados pelo projeto político-econômico e social implementado pelo neoliberalismo, enquanto reação do capital.

No conjunto das lutas sociais, insere-se o projeto político-profissional do Assistente Social, cujo recorte dado se norteia em princípios e valores éticos que dimensionam a sua prática.

E estando o Serviço Social imbricado nos diversos cenários e lutas da sociedade brasileira - em especial na década de 80 - tem avançando em discussões que propiciem à profissão um perfil crítico e transformador, pautado em uma fundamentação teórico-metodológica consistente e coerente, tendo como fruto de tal processo a construção do projeto ético político da profissão.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 95.)

Esta perspectiva considera que toda categoria profissional constitui um campo de tensões e de lutas, o que leva a destacar que a construção do projeto ético-político dos assistentes sociais não se deu de forma homogênea, sendo fruto da articulação das vanguardas da profissão, as quais mobilizaram-se ativamente para tornar, o pluralismo político presente na profissão, redimensionando-a o perfil da categoria profissional.

Profissional que atua nas múltiplas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (IAMAMOTO, 2000, p. 70-71.)

Como evidencia-se, o Serviço Social brasileiro avançou sobremaneira para sintonizar o seu perfil as transformações societárias contemporâneas. Desta feita, essa foi uma das iniciativas que se uniu aos outros acontecimentos que nortearam a construção do projeto ético-

político da profissão que, no princípio da década de 90, configura-se na estrutura do Código de Ética hoje em vigor.

Esquemáticamente, este projeto ético-político assume como eixo central o reconhecimento da liberdade e, por conseguinte, sua dimensão política se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais. Do ponto de vista profissional, o referido projeto implica o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos direitos dos indivíduos sociais.

Desta feita, o projeto profissional do Serviço Social posiciona-se em prol de uma nova ordem mundial que assuma a defesa incondicional dos direitos humanos e o reconhecimento do pluralismo. De acordo Guerra (2010, p.105.) no âmbito do projeto profissional:

Tem-se como estratégia a defesa de valores sociocêntricos: as noções de público (a coisa pública), da universidade e de gratuidade dos serviços, de direitos e, sobretudo, da prestação de serviços de qualidade. [...] é importante que o assistente social, como qualquer outro trabalhador, vislumbre estratégias coletivas, de modo a unir a sua luta com a de outros trabalhadores a favor da universalidade de cobertura; do reconhecimento de Seguridade Social como política pública, bem como, pela ampliação do que a Constituição define como Seguridade Social, não a restringindo às políticas de Assistência, Previdência e Saúde. Lutar pela ampliação do que se torna como Seguridade Social e por uma política social que incorpore o direito ao trabalho. Ainda no âmbito do projeto ético-político, ressalta-se a necessidade quanto à Lei de Regulamentação da Profissão e às Diretrizes da formação profissional.

Cabe destacar, que a perspectiva admitida pelo projeto ético-político pretende direcionar a atuação dos assistentes sociais opondo-se ao projeto

neoliberal configurado pela hegemonia do sistema capitalista, que no Brasil vem vilipendiando os direitos sociais.

Assim, verifica-se nesse contexto, que a atuação do Assistente Social perpassa dois desdobramentos antagônicos: por um lado, para defesa do seu projeto ético-político que se fundamenta nos direitos sociais, na democracia, na universalidade do acesso aos bens e serviços, na defesa dos interesses da coletividade, do outro lado depara-se com a realidade cruel, em que prioridades orçamentárias do Estado – garantidor de direitos – incorporam uma lógica contabilista, em que todos têm direito aos serviços sociais públicos, mas os recursos não são destinados a todos.

Decerto, destaca-se uma problemática central na contemporaneidade, e está se processa em escala mundial, através do domínio do capital financeiro sob o capital produtivo, qual seja: o desemprego e a crescente exclusão de trabalhadores da inserção no mercado de trabalho, radicalizando a questão do trabalhador livre que não consegue transformar-se em trabalhador assalariado, além da vontade individual de cada um, porque em ritmo acelerado o enorme contingente de trabalhadores sobrantes não é absorvido pelas necessidades do capital, e não o será nas atuais condições de desenvolvimento das forças produtivas. Atingem cada vez mais trabalhadores o nível de miséria, comprometem os direitos sociais, a satisfação das necessidades básicas e o próprio direito à vida dessas pessoas.

Com tais transformações, na divisão social e no mundo do trabalho, vem confrontando o exercício profissional comprometido com as diretrizes postas no projeto ético-político, portanto, trata-se de um contexto adverso que modifica o perfil exigido para o Assistente Social na sociedade e no próprio mercado de trabalho, que expressa alterações nas

consagradas formas de produção e de gestão de seu trabalho, introduzindo novas demandas e requisitos à qualificação e às atribuições profissionais.

A emersão de novos perfis, demandas e formas de atuação decorrem do fato de a esfera de trabalho dos prestadores de serviços sociais ter sido sempre a da reprodução social, predominantemente estatal, e a gradativa perda estatizante desta esfera vem lhes conferir uma situação de desespecialização e desqualificação frente às novas expressões da questão social e às novas formas de trabalho que, a rigor, começam a se delinear. (ALMEIDA apud CANTALICE, 2002, p. 104.)

Diante disto, cabe ao Assistente Social apreender criticamente as novas configurações que vêm sendo postas à profissão, buscando identificar o universo destas demandas, refletindo sobre o marco das condições e das relações sociais que fomentam uma forma material e social ao trabalho realizado e que conferem significado aos seus resultados.

Por outro lado, com as novas mediações históricas refletidas na questão social, conformam-se novas perspectivas acerca do seu enfrentamento. De forma particular, o Serviço Social, ao se inserir nos diversos processos de trabalho coletivo, que tem sua intervenção junto à questão social, busca o fortalecimento de um projeto ético-político profissional que vem sendo construído em contraposição aos perversos impasses da contemporaneidade.

O que se coloca enquanto desafio aos Assistentes Sociais é como fazer frente ao contexto sócio-político e econômico atual – o que se contrapõe aos princípios ético-políticos que norteiam o Serviço Social – e reforçar e consolidar o projeto ético-político profissional da categoria, porém não se trata de assumir uma postura messiânica, pois qualquer

forma de enfrentamento assumida pelo assistente social passa pelo projeto político de sociedade.

Deste modo, uma das formas emergentes de atuação consiste em decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social, identificar também as práticas de resistência e de rebeldia gestadas e vivenciadas pelos sujeitos sociais que experimentam os recortes da questão social.

Contudo, não podemos nos furtar de apontar a importância de “[...] apreender o processo social em sua totalidade contraditória, reproduzindo, na esfera da razão, o movimento da realidade em suas dimensões universais, particulares e singulares”. (IAMAMOTO, 2001, p. 115.)

É interessante destacar que o mercado profissional de trabalho para o Assistente Social também tem sofrido o impacto das atuais transformações, fundamentalmente no que concerne às relações que se processam entre o Estado e a sociedade.

Historicamente os Assistentes Sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizados na linha de frente das relações entre população e instituição ou nos termos de Netto (1992) – executores terminais de políticas sociais -. Embora este seja ainda o perfil predominante, não é mais exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas funções e competências, além de novas exigências de qualificação. Pois, estes profissionais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como do planejamento e gestão, inscritos em equipes multiprofissionais.

Enquanto funcionários públicos, os Assistentes Sociais vem sendo atingidos pelos efeitos da reforma do Estado que tem primado pela redução do campo de emprego e precarizado as relações de trabalho, notavelmente através da “[...] redução dos concursos públicos, a demissão de funcionários não estáveis, contensão salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de direitos”. (IAMAMOTO, 2001, p. 124.)

Outra demanda que emerge para o Serviço Social consiste na abertura de mercado profissional na esfera das Organizações Não Governamentais – ONG’s –, que com a retração do Estado na prestação dos serviços sociais, apresentam um crescimento enquanto forma de terceirização destes serviços, haja vista que estas tem atuado em parceria com Estado ou com entidades de financiamento, na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais com atuação em diversas áreas.

Este trabalho, geralmente dá-se de forma temporária com ações pontuais e preestabelecidas, regidos por contratos determinados de duração dos trabalhos. Acrescenta-se ainda, que na esfera do público-porém-privado, – *locus* em que de fato vem se desenvolvendo e gradativamente ampliando-se no trato da questão social. “A demanda por responsabilidade social passou, aos poucos, a se deslocar do governo para o ativismo social e voluntário da população [...]”. (DUPAS, 2003, p. 76), – verifica-se a presença do Assistente social que trabalha voluntariamente e que segundo resultados da pesquisa de Paiva (2003), eles trabalham na esperança de, futuramente serem contratados.

Também observa-se a tendência a diversificação dos níveis de profissionalização que irão envolver desde profissionais pós-graduados e graduados a técnicos provenientes dos cursos universitários sequenciais.

Além de um contingente de voluntários que também firmam uma atuação no âmbito da questão social.

Atualmente em pleno Estado Neoliberal, que se caracteriza, entre outros fatores, com a privatização do trato da questão social, dá-se o retorno da sociedade civil como categoria central para a profissão do Assistente Social.

Deste modo, o deslocamento do trato da questão social do âmbito do Estado para a sociedade civil, e conseqüentemente, a emersão do processo de precarização do trabalho e salário, efetiva uma profunda alteração na profissão do Assistente Social ao atuar sob uma perspectiva individual, particular, fragmentada e seletiva diante da emersão da mercantilização e refilantropização dos serviços sociais.

Efetiva-se, portanto, um grande arrefecimento dos direitos, da cidadania e da democracia com “[...] a emersão da “centralidade da sociedade civil”, vez que ao centralizar a ação da sociedade civil, está se desloca do âmbito público, ou seja, da sociedade política, podendo se tornar uma ação pública, mas que advém da esfera privada”. (PAIVA, 2003, p. 104.)

Neste sentido, ao invés do cidadão acessar as políticas sociais, implementadas pelo Estado, enquanto direito social, passa a se inserir em ações sociais pontuais desenvolvidas no âmbito da sociedade civil através da prática de “solidariedade” humana (ou empresarial), da filantropia, do voluntariado. Deste modo, o que era dever do Estado, torna-se uma ação espontânea, voluntária da sociedade civil, despolitizando o trato da questão social.

Da mesma forma em que se despolitiza o trato da questão social, despolitiza-se também a atuação do Assistente Social, vez que esta atuação

distancia-se da perspectiva de direitos, em que, predominantemente atua esse profissional, emergindo a sua negação (do não direito) ao se inserir na esfera da filantropia e do voluntariado.

Para o Assistente Social significa o deslocamento da direção social de sua formação e atuação profissional para a prática da filantropia, da ajuda, da assistência, focalizando as ações de acordo com o nível de necessidade dos usuários com adoção de critérios de seletividade, discriminatórios e clientelistas. Afasta-se, assim, da dimensão ético-política até então predominante na profissão que, pelo fato de trabalhar no âmbito do Estado, possibilitava inserir a sua atuação numa perspectiva democrática, ao se guiar pelos princípios da universalidade, gratuidade e equidade no acesso aos serviços sociais.

Decerto, a postura antidemocrática do grande capital expressa na cultura do neoliberalismo é uma ameaça real ao projeto profissional do Serviço Social, pois “[...] do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de atraso, é marchar na contramão da história”. (NETTO, 1999, p. 107.)

Sem dúvida, a consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer “[...] remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade”. (IAMAMOTO, 2001, p. 141.)

No entanto, é nos perversos desdobramentos do projeto societário inspirado no neoliberalismo, que “[...] fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente para o combate (ético, teórico, político e prático-social) ao neoliberalismo, para preservar e efetivar os valores que o informam”. (NETTO, 1999, p. 108.)

Vale lembrar que a manutenção e o aprofundamento deste projeto profissional, em condições que parecem tão adversas, não dependem apenas da vontade majoritária da categoria, mas também do revigoramento do movimento democrático e popular, tão pressionado e acuado nos últimos anos.

Portanto, caminhar nessa direção constitui, sem dúvida, grande desafio para a profissão, principalmente no que diz respeito a fazer valer o seu projeto ético-político, pois é incontestável que a realidade do capitalismo contemporâneo encontra-se permeada de inseguranças produzidas social e economicamente.

Contudo, vale lembrar que a realidade impõe mais que respostas puramente executoras de políticas, ela propõe outras possibilidades de ação profissional radicadas no compromisso com a profissão, com a classe trabalhadora e em especial, sem descreer no futuro e nos sujeitos agentes de transformação.

[...] é nessa dinâmica tensa da vida social que se ancoram as possibilidades e a esperança de efetivar e ampliar os direitos inerentes à condição de cidadania, assim como as possibilidades de universalização da democracia, irradiada para as múltiplas esferas e dimensões da sociabilidade dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 144.)

Neste movimento, faz necessária a criação de fóruns de debate e representação da sociedade a fim de que a implementação das decisões ganhe a cena pública para que sejam considerados e mediados os interesses da coletividade, no plano das decisões políticas.

Deste modo, a realidade social exige um Assistente Social

[...] culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas em nível das políticas sociais e da organização da sociedade civil [...] informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais [...] que supere tanto o teorismo estéril, o pragmatismo, quanto o mero militante. (IAMAMOTO, 2001, p. 144.)

Acima de tudo, um Assistente Social que seja comprometido com sua capacitação permanente que invista em sua formação intelectual, cultural e que acompanhe a dinâmica histórico-conjuntural dos processos sociais, extraindo dos mesmos propostas de trabalho, contidas na contemporaneidade enquanto transformações e possibilidades.

Urge, enfim, que esses profissionais se apropriem do projeto ético-político da profissão como fundamento para seu agir, haja vista que o mesmo convida à ação, reivindica atitudes, alerta para os riscos, desafia os medos, possibilitando a reflexão sobre as melhores escolhas e fins. No decurso deste século, no qual a legitimidade da profissão tem suas bases abaladas, é preciso que a categoria profissional dos Assistentes Sociais imprima um novo caráter à sua prática, impregnando-a de valores como democracia, liberdade, cidadania, equidade e justiça social, buscando uma qualificação teórico-prática referenciada pela realidade histórica que possibilite à profissão construir alternativas de ação condizentes com um o exercício profissional crítico e propositivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações societárias contemporâneas vêm impondo grandes desafios aos profissionais de Serviço Social, que por sua vez, precisam desvelar as relações que encobrem e gestam as demandas pelo

seu trabalho, na intenção de romper com as determinações históricas do capital que assolam a classe trabalhadora, e ir ao encontro da efetivação das diretrizes constitutivas do Projeto Ético-Político profissional, em busca de uma nova ordem onde a igualdade e a justiça social sejam hegemônicas.

Entretanto, para que não se tenha uma visão limitada sobre a não efetividade desta ação comprometida por parte dos profissionais de Serviço Social na atualidade, é preciso que se compreenda a prática do assistente social, atrelada às condições sócio históricas nas quais ela foi gerada e como hoje se desenvolve. Pois a prática profissional não é autônoma, não pode ser tomada descolada da realidade na qual se insere, ou seja, mesmo que o posicionamento do profissional direcione sua ação, ela será sempre intrínseca às determinações conjunturais às quais pertence.

Desta forma, para o entendimento crítico dos rebatimentos advindos das transformações contemporâneas, sobre a prática profissional e a conseqüente limitação da materialização das diretrizes do Projeto Ético-Político da profissão, faz-se necessário, contextualizar o que determina, nas diversas conjunturas, o posicionamento teórico-prático e metodológico profissional, identificando seus avanços e retrocessos, diante das demandas e possibilidades apresentadas naquelas. Pois a compreensão da trajetória histórica da profissão e da apreensão destes profissionais acerca do projeto atual, possibilitará a visualização do posicionamento destes quanto à implementação ou não de mediações possíveis para o contexto que ora se apresenta.

Ainda para Behring e Boschetti (2006) a estratégia de viabilização do nosso projeto põe-nos a tarefa de resgatarmos algumas perspectivas que orientaram a formulação desse projeto profissional desde sua origem, qual sejam: uma é termos uma visão histórico-processual da realidade, isto

é, devemos reconhecer os limites dados pela estrutura econômica capitalista, acreditando que todas as coisas se transformam pela ação humana. E o outro, é reconhecer o Estado e a sociedade como espaços contraditórios, mesmo que exista uma hegemonia conservadora.

Faz-se urgente ao serviço social, para materializar seu projeto ético-político, investir no fortalecimento dos movimentos sociais e das instituições democráticas, vez que fazer história requer lutas coletivas, o que exige situar o indivíduo e a atuação profissional nas lutas mais gerais de defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Nesse sentido, para alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte do projeto ético-político exige-nos segundo Iamamoto (2008) estratégias político-profissionais que visem ampliar as bases de apoio no interior do espaço de intervenção, somando forças com segmentos organizativos da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos.

Na verdade, o grande desafio dos assistentes sociais é afirmar uma profissão voltada à defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores no Brasil, e assim, desenvolver uma atuação comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B. de L. F. *A Crise dos Paradigmas*. João Pessoa, UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS, 1995. (Mimeo).

_____. *Análise do processo de trabalho dos assistentes sociais frente aos impasses da contemporaneidade*. João Pessoa, UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS/SEPESS, 1997. 32p. (Projeto Integrado de Pesquisa).

_____. *Análises das novas expressões da pobreza em face das rupturas pós-modernas*. João Pessoa, UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS, São Paulo: PUC/PPGSS, 2002. 61 p. (Projeto de Pós-doutorado).

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006. [Biblioteca básica do Serviço Social]

CANTALICE, L. B. de O. *As atuais demandas postas ao assistente social: entre as transformações no mundo do trabalho e nas expressões da questão social*. 2002. Dissertação (Mestrado), João Pessoa, 2002.

DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GUERRA, Y. *O Serviço Social rumo ao século XXI: a dialética casualidade e teleologia – elementos para pensar os rumos da profissão*. Salvador: CFESS/ABESS/CEDEPSS, 1995. IX CBAS.

_____. Serviço Social: dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. In: GILMAISA, M. C.; PRÉDES, R.; SOUZA, R. (Orgs.). *Crise contemporânea e serviço social*. Maceió: UFAL, 2010.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 50, ano XVII, 1996.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil. Pós-64*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

PAIVA, N. R. B. *Os impactos da “nova centralidade da sociedade civil” no Serviço Social: a reemersão do trato privatizante da questão social*. 2003. Dissertação (Mestrado) – João Pessoa, 2003.

CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI PARA INTERPRETAR A REALIDADE BRASILEIRA E SUA APROXIMAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Heleni Duarte Dantas de Ávila¹

Jucileide Ferreira do Nascimento²

INTRODUÇÃO

Eu sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo. Quando pivete, meu sonho era ser jogador de futebol, vai vendo, mas o sistema limita a nossa vida de tal forma que tive que fazer a minha escolha: sonhar ou sobreviver. Os anos se passaram e eu fui me esquivando do círculo vicioso, porém o capitalismo me obrigou a ser bem sucedido. Acredito que o sonho de todo pobre é ser rico. Em busca do meu sonho de consumo procurei dar uma solução rápida e fácil pros meus problemas: o crime, mas é um dinheiro amaldiçoado, quanto mais eu ganhava, mais eu gastava, logo fui cobrado pela lei da natureza, vixi... quatorze anos de reclusão, o barato é loko

(Racionais MC – A vida é um desafio).

¹ Assistente Social, Professora Assistente, Mestra em Meio Ambiente. Docente do Colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Tel.: (71) 81942880 – (71) 33350227. E-mail: heleniavila@gmail.com.

² Assistente Social, Professora Assistente, Mestra em Política Social e Cidadania pela Universidade de Brasília – UnB. Docente do Colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Tel.: (71) 3203-7791 e 8635-4173. E-mail: nascimento.jucileide@gmail.com.

Coutinho (1988) esclarece que no período entre 1966 e 1968, foram publicados no Brasil cinco das mais importantes obras de Gramsci, entretanto, não houve uma grande recepção do pensamento do filósofo italiano por parte dos intelectuais de esquerda. Segundo o mesmo autor, isso ocorreu, primeiro, em função da decretação do AI – 5 em dezembro de 1968 e, segundo, pela influência dominante na esquerda brasileira de modelos interpretativos com base no marxismo-leninismo.

Nesse período, o Brasil era visto como um país semicolonial e semifeudal, tendo como saída apontada a via gradualista, defendida pelo PCB e a via da revolução armada proposta pela esquerda mais radical, porém, apesar de possuírem divergências táticas e estratégicas, ambos tinham um elo de ligação, a ideia de que o Brasil deveria adotar os modelos revolucionários do Bolchevismo, do Maoísmo e do Castrismo.

Ainda Coutinho (1988), estabelece uma relação entre o declínio da ditadura e a crise da “velha esquerda” com o crescimento da influência gramsciana entre os intelectuais, afirmando que a “adoção” do pensamento de Gramsci no Brasil se deu, em especial, no plano do método e dos conceitos básicos, assim, tentaremos analisar algumas categorias importantes do pensamento de Gramsci, que apontarão subsídios para análise da história brasileira e fornecerão indicativos para a construção do socialismo no Brasil.

Contemporaneamente o seu pensamento é estudado e seguido por diversos intelectuais que a todo o momento chamam a atenção para a sua atualidade, “[...] a atualidade do autor dos Cadernos do Cárcere - ao contrário de Maquiavel e Hobbes – resulta do fato de que ele foi interpretado de um mundo, que em sua essência, continua a ser o nosso mundo de hoje [...]” (COUTINHO, 1998, p. 16).

Antonio Gramsci foi um autor inconformado com o seu tempo e a sua grande produção foi realizada como prisioneiro do regime fascista italiano. O pensador sardo constrói uma série de notas, não destinadas à publicação, mas como reflexões sobre acontecimentos políticos em curso na Europa, especialmente na Itália. Estas notas foram redigidas e distribuídas ao longo de 33 cadernos escolares fornecidos pela prisão, que após a sua primeira publicação ficaram conhecidas como os *Quaderni Del Cárcere*. Os cadernos foram escritos através de uma linguagem metafórica posto que Gramsci encontrava-se preso e não podia explicitar tão claramente as suas ideias que iam de encontro ao regime político vigente na Itália. Assim, o pensamento de Gramsci se apresenta como possibilidade de resposta a boa parte dos desafios gerados pela realidade brasileira, em especial no período do regime ditatorial, possuindo, ainda hoje, uma grande atualidade e importância para a análise da conjuntura contemporânea.

Gramsci, pensador inserido na tradição marxista, tem grande influência no serviço social, porém, torna-se interessante ressaltar que quando as obras do filósofo italiano chegaram ao Brasil, a profissão já possuía reconhecimento legal e passava por questionamentos acerca do seu referencial, tendo como marco o Movimento de Reconceituação. O Serviço Social inicia a sua aproximação com o pensamento marxista através das ideias althusserianas, na década de 1970, passando,³ posteriormente a uma maior aproximação com os conceitos do filósofo italiano.

³ Quando se inicia um relativo distanciamento dos referenciais de Louis Althusser, o Serviço Social gradativamente vai se aproximando das concepções de Antonio Gramsci, tendo um maior impulso na década de 1980 que foi o período do surgimento dos cursos de pós-graduação no Serviço Social, ampliando, conseqüentemente a sua produção teórica.

Assim, o presente ensaio tem por escopo realizar uma análise inicial,⁴ de caráter bibliográfico, acerca da importância das categorias gramscianas para analisar a realidade brasileira e a sua inserção no Serviço Social.

GRAMSCI E A REALIDADE BRASILEIRA

Coutinho (1988) aduz que o Brasil passou por um processo de modernização capitalista sem que houvesse a necessidade de realização de uma “revolução democrático-burguesa” ou de “libertação nacional”, segundo um modelo jacobino.

O desenvolvimento capitalista ocorreu de forma gradual e pelo alto. Por um lado houve a transformação da propriedade latifundiária em empresa capitalista agrária e por outro, a internacionalização do mercado interno, destacando a participação do capital estrangeiro que contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno. Vale ressaltar que nos dois casos foi uma ação do Estado e não resultado de mobilizações populares.

Para Coutinho (1988), fazendo uma analogia do pensamento leninista da “via prussiana”, em que reconhece a transformação pelo alto, com o pensamento do autor italiano de “revolução passiva”, afirma que o conceito leninista é incompleto, pois se fixa na infraestrutura, não considerando a superestrutura (categoria trabalhada pelo filósofo italiano).

Na formulação de Gramsci, ao conceito de “revolução passiva”, implica sempre a presença de dois momentos: o de “restauração” – uma

⁴ Este ensaio é fruto de um estudo mais ampliado acerca do pensamento gramsciano e que encontra-se em fase de desenvolvimento.

reação à possibilidade de uma radical transformação de baixo para cima e a de “renovação” – demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes.

No caso brasileiro, a instauração da Ditadura de Vargas em 1937, é um exemplo de transformações pelo alto, onde as classes dominantes optaram por “restaurações”, produzindo importantes modificações na composição das classes.

Assim, após um período de agitação política pela classe operária (com lutas por direitos sociais e civis) que se iniciava em 1922 com a criação do PCB, com a primeira revolta militar tenentista e com a vitória da oligarquia agrária dominante, ligado à produção do mercado interno, a frente da chamada Revolução de 30, levou a formação de um novo bloco de poder. Como as massas populares continuaram marginalizadas, buscaram uma articulação contra a revolução instaurada em 1930, apesar de possuírem uma frágil organização política. Essa iniciativa foi reprimida com facilidade pelo governo que utilizou como pretexto para a instauração da ditadura de Vargas. Apesar de seu caráter repressivo e de sua influência fascista o Estado Novo de Vargas trouxe um crescimento da industrialização brasileira e promulgou conjunto de leis trabalhistas, reivindicação antiga da classe trabalhadora (apesar de impor uma estrutura sindical corporativista e atrelada a estrutura do Estado). Neste sentido, segundo a concepção gramsciana a ditadura de Vargas pode ser definida como uma “revolução passiva” ou uma “restauração progressista”.

Gramsci, na sua análise da história italiana não se limitou a utilização da expressão “revolução passiva” aos períodos de consolidação do capitalismo, aplicou também para explicar a passagem da fase concorrencial à fase monopolista do capitalismo.

Essa análise pode ser utilizada para compreender o período brasileiro pós-64 que não se caracteriza como um regime fascista “clássico”, entretanto vale esclarecer que seus objetivos de política econômica têm fortes semelhanças com os do fascismo italiano. O governo ditatorial instaurado nesse período favoreceu a expansão do capitalismo monopolista no Brasil, mantendo o princípio do lucro privado e conservando o poder das classes dominantes tradicionais (burguesia industrial e financeira e do setor latifundiário).

Para Coutinho (2007), o regime militar tecnocrático conseguiu, em alguns momentos, conquistar consensos entre setores da classe média e isso ocorreu porque assimilou e deu respostas a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados em 1964. O autor conclui trazendo o exemplo da análise de Gramsci em relação ao fascismo italiano, ou seja, o modelo adotado de modernização teve a virtude de criar um período de expectativas e de esperanças, especialmente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, mantendo, assim, o sistema econômico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais.

A “revolução passiva” pode ser entendida como a forma que a classe dominante tem de se manter no poder e conseqüentemente fazer o capitalismo crescer, através de uma transformação pelo alto (uma forma de reação aos movimentos populares, reais ou potenciais).

O conceito de “revolução passiva” é de fundamental importância para não apenas compreender episódios capitais da história brasileira, como também o processo de transição à modernidade capitalista e o surgimento e crescimento do capitalismo monopolista.

O Brasil, diferentemente da Itália, quando protagonizou as “revoluções passivas”, já era um Estado unificado, entretanto, possuía

historicamente o mesmo papel que Gramsci atribuiu ao Piemonte: o de substituir as classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transformação e a tarefa de dirigir as classes economicamente dominantes. Acrescenta, ainda, o autor, que estes grupos têm a função de domínio e não de direção, são ditaduras sem hegemonia. Analisa, nesse caso, que o Estado teve a função política de “dirigir”, controlar e reprimir as classes subalternas, quando necessário, o que não quer dizer que a burguesia brasileira não tenha realizado a sua “revolução” através da “revolução passiva”.

A “ditadura sem hegemonia”, para se manter necessitaria utilizar da coerção, o que em longo prazo traria prejuízos ao seu funcionamento. Gramsci indicou como se obtém esse consenso mínimo, no caso da transição pelo alto, que seria o “transformismo”: “[...] cooptação ou assimilação pelo bloco de poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas (molecular e moderado) [...]” (COUTINHO, 2007 apud GRAMSCI, 1988, p. 204.)

Os dois tipos de transformismo apontados pelo filósofo italiano podem ser identificados na história brasileira. A modalidade “molecular” (personalidades políticas singulares elaboradas pelos partidos democráticos se incorporam a classe política conservadora moderada, sem intervenção das massas populares na vida estatal) e a modalidade “moderada” (transformismo de grupos radicais inteiros que passam para o campo moderado) são identificadas no Brasil, sendo que a molecular desempenhou um papel decisivo na vida cultural do país através da assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam os valores das classes subalternas.

Também se pode identificar, segundo Coutinho (2007), na história brasileira, tentativas de assimilação de grupos inteiros ou classes sociais de

oposição, sob o manto do populismo e da legitimação carismática tendo maior destaque no segundo governo Vargas e no governo Kubitschek. O sucesso destes períodos ocorreu, em especial, pela política nacional desenvolvimentista, pautada por processos de industrialização acelerada com base na substituição de importações.

Segundo o pensador italiano, no Oriente o Estado era tudo, enquanto que a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e quando se dava um abalo do Estado percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil. Gramsci (1980) fez essa reflexão para compreender os motivos que levaram o modelo bolchevique fracassar nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa.

Assim, após demonstrar que nesses países os Estados assumiam uma forma “ampliada”, Gramsci formula uma nova estratégia que substituiria a “guerra de movimento”, válida no Oriente, pela “guerra de posições” que seria adequada à luta pelo socialismo no Ocidente.

Avaliando o pensamento de Marx e Engels com relação à guerra de movimento, Gramsci, aduz que esse modelo é próprio de um momento histórico em que não existiam as organizações políticas de tempos mais recentes (partidos de massa, grandes sindicatos, etc.). Com esta análise, o pensador italiano diz que à proporção que os Estados vão se tornando mais complexos, e as guerras de movimento vão sendo transformadas em guerras de posições, os Estados começam a se “ocidentalizar”, passando para um Estado “ampliado”.

Coutinho (2007), ao tentar responder se a sociedade brasileira é do tipo “oriental” ou “ocidental”, afirma que o Brasil, passou por um longo período histórico, que vai da fase imperial a uma boa parte republicana com fortes traços típicos do modelo “oriental” no tocante a relação entre

Estado e sociedade civil. Não obstante, com o processo de industrialização do Brasil, fazendo com que o capitalismo se torne o modo de produção dominante, a estrutura social do país se torna mais complexa, assim, após a queda da ditadura de Vargas, em 1945, o processo de “ocidentalização” do Brasil se torna mais nítido. O PCB torna-se um partido de massa, outros partidos com posições ideológicas definidas surgem no cenário nacional e os sindicatos operários tornam-se cada vez mais importantes na vida econômica e política do país. Com o golpe militar de 1964 esse quadro modificou-se através da forte repressão a organização da sociedade civil. Todavia, a partir de meados dos anos 1970, há uma reorganização do movimento de massas em favor da redemocratização política do país, desempenhando um papel decisivo na derrota da ditadura militar no Brasil.

O referido autor indaga como pode uma sociedade civil crescer e ampliar a sua autonomia sob um regime ditatorial? Responde, afirmando que como o regime militar brasileiro não foi uma ditadura fascista “clássica”, ou seja, não foi capaz de conquistar uma hegemonia real da sociedade civil, teve que para obter um consenso mínimo tolerar a presença do parlamento e de um partido de oposição (MDB). Por outro lado, com a crise do “milagre brasileiro” em 1974, que era uma tentativa de legitimação do regime e a derrota sofrida nas eleições, pela ditadura, nos anos de 1974, 1978 e 1982, o Governo Militar perdeu a base de consenso, levando a sociedade civil a uma nova rearticulação e mobilização. O país ingressa nesse período no capitalismo monopolista, porém permanece com a sua estrutura conservadora (manteve a sua dependência com imperialismo, desigualdades regionais, disparidades na distribuição de riquezas, entre outras).

Contudo, se o Brasil é uma sociedade “ocidental”, não se pode mais imaginar formas de transição centradas na “guerra de movimentos”, ou seja, o embate frontal com os aparelhos coercitivos do Estado, mas sim, através “da hegemonia no curso de uma difícil e prolongada guerra de posições”.

Para uma melhor compreensão do pensamento gramsciano, é de grande importância avançar em outras categorias trazidas pelo autor em estudo, tais como, partidos, governo, dentre outras, que, com certeza, trarão contribuições para a análise da realidade brasileira.

Assim, o pensador italiano traz alguns questionamentos acerca dos elementos da política, o primeiro deles é a existência de governados e governantes, de dirigentes e dirigidos, tendo os partidos um papel importante para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção, entretanto, chama a atenção para uma premissa fundamental nesse processo: “pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade dessa divisão desapareça?”. (GRAMSCI, 1980, p. 20.)

Nesta ótica, os partidos apresentam-se sob os mais variados nomes, mesmo os denominados antipartidos e de “negação dos partidos, os “individualistas”, são, também, homens de partido”. Aponta como parte do processo de condução política o aparecimento da expressão espírito estatal, que se refere a uma continuidade tanto ligada à tradição (passado), como ligada ao futuro. Para o autor italiano o espírito estatal não pode prescindir do espírito de partido, ou seja, o espírito de partido é elemento fundamental do espírito estatal.

Para Gramsci, o partido político está sempre relacionado à criação de um novo Estado, embora cada partido seja a expressão de um grupo social, ou das alianças entre grupos aliados e até mesmo grupos inimigos.

Mas, quem representa o partido no Brasil? Quem representa o Moderno Príncipe no cenário brasileiro? Quem conduz o governo?

Desta forma e para melhor compreender a configuração da direção, ou melhor, do partido que lidera a máquina governamental, será necessária a interpretação de Gramsci sobre do pensamento de Maquiavel, o partido moderno de massas e de quadros é o Príncipe, o Moderno Príncipe, com seus “intelectuais orgânicos”⁵ que conduz a hegemonia.

Gramsci, através de uma analogia, utiliza a figura do Príncipe, que para Maquiavel representava a figura de um “chefe de estado ideal” que pudesse organizar o povo italiano no contexto do feudalismo e o levasse a fundação do novo Estado. O Moderno Príncipe, na visão de Gramsci, não pode ser identificado como uma pessoa ou um indivíduo, mas sim, representar a figura de um organismo, símbolo da vontade coletiva (classe operária e o campesinato), traduzindo-se no partido político:

O moderno príncipe, o mito príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Esse organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 1980. p. 6).

⁵ No pensamento gramsciano, os intelectuais orgânicos, ao se desenvolverem, depara-se com os de tipo “tradicional”, herdados de formações histórico-sociais anteriores: clérigos, filósofos, juristas, escritores e outros. No caso da classe operária, para Gramsci, a luta seria no sentido de afirmar um novo intelectual, não mais afastado do mundo produtivo ou possuidor de uma retórica abstrata, mas capaz de exercer uma função dirigente no novo bloco histórico.

O Moderno Príncipe, para o autor, terá um papel decisivo na realização de uma reforma intelectual e moral ligado a um programa de reforma econômica (modo através do qual toda a reforma intelectual e moral são realizadas). Assim, o Príncipe (aqui, na figura do partido político) será responsável pela construção de uma nova ordem, contribuindo para a ocorrência de um laicismo moderno e de uma laicização completa de toda a vida e de todas as relações de costume. (GRAMSCI, 1980.)

O Moderno Príncipe brasileiro, a frente do governo, não cumpriu o prometido, ao contrário, manteve a política econômica, realizou avanços em algumas políticas sociais, como o caso da saúde, entretanto, como bem preconiza o sociólogo Francisco de Oliveira (2007), para garantir a governabilidade e conseqüente luta pela sucessão percebe-se um processo de hegemonia às avessas, ou seja, ao chegar ao poder praticam políticas que são o avesso do mandato de classe recebido nas urnas, com o discurso da garantia do governo e das políticas.⁶

Interpretando a realidade brasileira a luz do pensamento do autor italiano (Antonio Gramsci), identificamos mais um processo de Revolução Passiva⁷ no Brasil, constituindo um novo bloco no poder. A revolução passiva é efetivada pelo partido, ou, na análise de Gramsci pelo moderno Príncipe, de caráter transformista moderado.⁸

O Príncipe Transformista, ou seja, o partido, a frente do Brasil, tem conseguido apoio e aprovação dos segmentos mais pobres da sociedade.

⁶ Hegemonia às avessas – categoria criada pelo sociólogo Francisco de Oliveira.

⁷ Transformações pelo alto.

⁸ Transformismo moderado – transformismo de grupos inteiros que passam para o campo moderado.

Contudo, resta-nos saber se os movimentos sociais e os segmentos mais organizados irão aceitar essas políticas e seus resultados.

Com a chegada do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores ao poder, criou-se uma grande expectativa no sentido de efetivamente representar os anseios populares em todos os seus segmentos através de mudanças significativas e reais. No entanto, houve, como diz Oliveira (2007) uma transformação dos partidos em “partidos ônibus”, ou seja, todas as candidaturas aspiram a congregar todos, como se não houvesse classe, antagonismos, criando um cenário de indeterminações⁹ políticas (os programas dos partidos acabam sendo muito parecidos). Assim, o que se apresentou foi à manutenção da política econômica orquestrada pelo seu antecessor e uma redução de direitos sociais, associada a políticas compensatórias ligadas ao combate à pobreza, como, por exemplo, o caso mais conhecido que é o Bolsa Família. De fato, a política social focalizada, de combate à pobreza (filantropização da pobreza),¹⁰ nasce e se articula umbilicalmente ligada às reformas liberais e tem por função compensar parcialmente os estragos socioeconômicos.

Para Druck e Filgueiras (2007, p. 26) a política social de combate à pobreza pode ser considerada como:

[...] uma política apoiada em um conceito de pobreza restrito, que reduz o número real de pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem disponibilizados [...]. Uma política social de natureza mercantil, que concebe a redução da pobreza como um bom negócio e que transforma o cidadão de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado, através da transferência direta de

⁹ Para Oliveira (2007), a indeterminação significa dizer que o campo de conflitos no qual os atores devem se movimentar, não foram cristalizadas.

¹⁰ Perspectiva desenvolvida pela Escola de Serviço Social na PUC de São Paulo e sendo a sua grande idealizadora a professora Carmelita Yasbek.

renda [...] Uma política social que divide os trabalhadores em categorias do tipo: miseráveis, mais pobres, pobres e privilegiados [...].

Assim, acentuando a atualidade do pensamento do autor estudado e fazendo uma comparação com os dias atuais, a afirmação de Gramsci de que na luta deve-se sempre prever a derrota e que a preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante quanto tudo o que se faz para vencer, pode-se pensar no processo sucessório do Brasil e das articulações estabelecidas na construção das sucessões eleitorais, ao longo da história brasileira (hegemonia às avessas?).

Gramsci analisa a realidade com base em uma multiplicidade de significados, evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições, a partir de um ponto de vista crítico e que leva em conta a historicidade do ser social.

No pensamento de Simionatto (1998), e enfocando a importância dos escritos do autor italiano, diz que:

O social e o político tomados do ponto de vista da totalidade congregam uma dialeticidade com outros conceitos como hegemonia, cultura, economia, história, ideologia, senso comum, Estado, sociedade civil, classes sociais, cidadania, democracia, revolução, dentre outros, essenciais para pensarmos as novas determinações da realidade contemporânea (p. 42).

Discutir as determinações sociais e políticas dentro da sua totalidade, tomando como base o pensamento gramsciano, significa discutir a realidade criticamente tendo como centro os sujeitos sociais construídos historicamente.

Através da análise pautada no pensamento gramsciano podemos compreender que pensar na transformação social é pensar na construção de uma nova sociedade, é intervir na construção da história.

O SERVIÇO SOCIAL E O PENSAMENTO GRAMSCIANO

Em meados da década de 1970, o serviço social passa a ter uma aproximação mais contundente com o marxismo, a princípio através do pensamento de Althusser.

Segundo Simionatto (2004) o pensamento de Gramsci teve uma maior repercussão na produção do Serviço Social nos anos 1980 e prossegue hoje em forma de livros derivados de teses acadêmicas, ensaios diversos, artigos e análises da prática profissional.

Para a mesma pesquisadora, os primeiros autores do serviço social que se apropriaram das categorias de Gramsci e que as utilizaram em suas produções foram: Faleiros através da categoria da hegemonia e da análise da prática profissional no contexto da sociedade capitalista; Safira Bezerra Ammann, Alba Maria Pinho de Carvalho, Franci Gomes e Marina Maciel.

O processo de redemocratização do Estado brasileiro que se funda em meados da década de 1970 e início da década de 1980, traz a necessidade de fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais. A conjuntura política trazia novos elementos e a possibilidade de instauração de uma nova ordem democrática no Brasil. Essa nova dinâmica social, incentiva os profissionais a buscar novos referenciais que possibilitassem recuperar a prática e a formação profissional. O cenário apresentado fez surgir influências de pensamentos e ideologias as mais variadas, conduzindo a uma recomposição das linhas teóricas de fundamentação e pensamento da profissão, mesmo que restrita à esfera

acadêmica, mas recolocava em debate diferentes tendências no âmbito do marxismo, entre elas o pensamento de Gramsci.

Assim, pode-se tomar como marco desse período para o Serviço Social, a construção e produção do Método BH e a produção inicial de Marilda Yamamoto.

O final dos anos 1970 é marcado por uma tomada de posição que tem como expoente o III CBAS – Congresso da Virada e o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social na PUC de São Paulo, contribuindo para instaurar um novo debate no interior da profissão. É nesse período que a produção teórica do Serviço Social se expande e toma corpo tendo como eixo a tradição marxista, buscando no aporte teórico gramsciano subsídios para refletir sobre o Serviço Social frente às novas demandas da realidade brasileira.

Após o distanciamento da profissão com o pensamento althusseriano, Gramsci passa a ganhar destaque e ser considerado um marco teórico significativo nas elaborações do Serviço Social. As ideias de Gramsci passam a ser progressivamente incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para se pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas. O pensamento de Gramsci influenciou sobremaneira a produção do Serviço Social a partir da década de 1980 e persiste até os dias de hoje em forma de livros derivados de teses acadêmicas, ensaios diversos, artigos e análises da prática profissional.

Neste sentido, cabem algumas indagações: como o pensamento de Gramsci continua sendo importante tanto para pensar o Serviço Social quanto e para analisar a realidade contemporânea do Brasil? Quais as categorias desse pensador que continuam sendo atuais ante o cenário contemporâneo? Para Simionatto, diante das tempestades político-sociais e das transformações societárias do final do século XX e início do século

XXI, em que medida é possível pensar os problemas contemporâneos da vida social e política a partir do legado de Gramsci? Em que sentido seu pensamento é capaz de nos ajudar a desvelar as novas questões postas pela ordem presente?

Trazer o pensamento de Gramsci para pensar este novo século, exige tratar de alguns temas que são realmente inevitáveis, sendo necessário centrar esse debate na análise das categorias totalidade, cultura, política, hegemonia, Estado e sociedade civil, com seus respectivos desdobramentos.

O pensamento do autor italiano tem sido utilizado em vários campos do saber e das mais variadas maneiras e formas de intervenção.

Categorias como hegemonia, estado ampliado, sociedade civil, classes subalternas, cultura, revolução passiva, intelectual orgânico, intelectual tradicional, filosofia da práxis, bloco histórico, transformismo, partido, dentre outras, continuam permeando as produções do Serviço Social contemporaneamente com questionamentos e reflexões acerca das classes sociais, Estado, sociedade civil, ideologia e da compreensão da realidade social o que tem contribuído para operar mudanças significativas tanto no que se refere ao referencial teórico-metodológico, ético-político quanto prático operativo da profissão.

Compreender os conceitos de Estado e sociedade civil à luz do referencial gramsciano nos aponta elementos imprescindíveis para aventar a possibilidade de revolução contra a ordem imposta pelo capitalismo na contemporaneidade.

O Poder do Estado se constitui da força concentrada e organizada na sociedade. Em todos os níveis a sociedade contém o Estado, ainda que este possa dissociar-se, devido aos interesses, grupos ou

classes Sociais que se apossam dele. Em essência, o Estado é um desdobramento da sociedade. A sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história. (COUTINHO, 1989, p. 77.)

Acerca do papel da sociedade civil, temos a contribuição de Ianni (1996, p. 125), segundo o qual:

A sociedade civil é o espaço das classes sociais, compreendidas em suas relações de reciprocidade e antagonismo, relações essas que movimentam o cenário da história. Classes mescladas e compostas por grupos sociais de base racial, étnica, religiosa, linguística, cultural, regional e outras características.

A sociedade civil é uma esfera própria dotada de legalidade e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado (COUTINHO, 1992). A lógica de funcionamento da esfera estatal é bem diferente da lógica que impera no seio da sociedade. Os tipos de respostas oferecidos pela sociedade para os problemas sociais não podem ser comparados com as históricas soluções dadas pelo Estado, pois são estruturas diferentes, com interesses e intencionalidades diversos.

Estas categorias vêm sendo amplamente utilizadas pela categoria e vem subsidiando a construção teórica do serviço social. Sua obra é perpassada por uma visão crítica e histórica dos processos sociais, debruçando-se sobre a realidade enquanto totalidade. Essa realidade é analisada pelo pensador a partir de uma multiplicidade de significados, evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições, apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade do social.

A GUIA DE UMA CONCLUSÃO (OU FRAGMENTOS DE UM PENSAMENTO INCONCLUSO)

O texto busca propiciar uma reflexão inicial sobre as relações e a formação social e política do Brasil, bem como os métodos e estratégias desenvolvidos pela esquerda brasileira nos enfrentamentos com o aparelho do Estado. O diálogo com Coutinho propicia uma reflexão crítica sobre a leitura da realidade brasileira, apontando caminhos através dos métodos e categorias de análise desenvolvidas por Gramsci.

A aproximação do Serviço Social com o referencial Gramsciano tem possibilitado ao Serviço Social uma melhor interpretação da realidade e compreensão da totalidade do ser social de forma histórica e crítica.

A análise do pensador em estudo não recai apenas na esfera econômica, mas também política, ideológica e cultural o que tem possibilitado ao conjunto da categoria a análise da realidade social, contribuindo para uma melhor elaboração e intervenção nas políticas sociais.

A concepção do Projeto Ético Político Profissional está embasada na concepção gramsciana de analisar e propor alternativas a realidade com vistas à construção de uma nova ordem societária.

Historicamente o uso do referencial teórico gramsciano nos estudos, pesquisas e reflexões do Serviço Social em âmbito acadêmico e nos espaços sócio ocupacionais têm possibilitado a essa profissão questionamentos fecundos acerca da estrutura e da superestrutura. Indagações acerca do cenário político, econômico, social, e dos aspectos ideológicos e culturais que fomentam à profissão o repensar das suas tradicionais formas de leitura e intervenção na realidade gerando respostas efetivas as demandas impostas no âmbito das políticas sociais sejam elas

públicas ou privadas, e nos diferentes espaços de atuação do profissional de Serviço Social.

O cenário histórico na contemporaneidade não é igual ao vivenciado por Gramsci, no entanto, os óbices centrais do passado estão presentes nos dias atuais de forma ainda mais intensa. Os diferentes fatores que provocam a exclusão social ainda persistem, e geram a polarização dos que têm e dos que não têm acesso aos bens e serviços socialmente produzidos. O acesso a riqueza socialmente produzida está cada vez mais concentrada nas mãos de poucos, os privilegiados. As disparidades entre incluídos e excluídos sociais no mundo todo, apesar da prosperidade econômica e do avanço científico e tecnológico.

A clivagem não aponta apenas para a divisão entre ricos e pobres (tradicional), ou entre os que têm e os que não têm riquezas e bens, mas indica a separação entre os que estão dentro e os que estão fora do circuito das possibilidades de acesso e usufruto de bens, serviços, e direitos que constituem patrimônio de todos. Ou seja, a divisão está entre os que estão (econômica, política, social e cultural) instalados no seio da sociedade e os que estão à margem dela.

Totalidade é a categoria que devemos considerar quando analisamos os aspectos estruturais e conjunturais do cenário contemporâneo para não incorreremos no risco de segmentar e pulverizar os fatores constituintes desses processos de exclusão e desigualdade social.

A práxis do Serviço Social deve buscar dialeticamente uma articulação entre a subjetividade e a objetividade do indivíduo na sociedade, em prol de uma revolução na superestrutura e na infraestrutura. Martinelli, afirma:

Faz-se necessário estabelecer com a profissão tendo presente que quem produz a prática são os sujeitos sociais dela participantes – agentes institucionais e usuários – e quem a legitima são exatamente esses sujeitos usuários e não os mandantes e ou contratantes da prática. É indispensável que o profissional tenha claro que em toda a prática há um espaço de criatividade a ser explorado, há vias de transformação a serem acionadas. Nenhuma prática é um bloco monolítico, impenetrável, sempre há caminhos críticos, vias de superação a serem trilhadas, porém a verdade é que só são encontrados por quem os procura pacientemente, por quem os constrói corajosamente (MARTINELLI, 2005, p. 12).

E são esses os caminhos apontados pelo pensamento de Gramsci que são revisitados pelo Serviço Social brasileiro em prol da consolidação de uma práxis emancipatória e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, A. *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

_____. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Notas sobre Cidadania e modernidade. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 01, 1997.

_____. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, A. *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

DRUCK, G.; FILGUIERAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. *Revista Katálysis*, Florianópolis, n. 1, v. 10, p. 24-34, 2007.

GRAMSCI, A. *A concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MARTINELLI, M. L. *Pensar a identidade: eis a tarefa – um ensaio sobre a identidade profissional do serviço social*. São Paulo, 2005. (mimeo).

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

OLIVEIRA, F. O avesso do avesso. *Revista Piauí*, 2007.

_____. Das invenções a indeterminação. In: OLIVIERA, F. et al. (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: GRAMSCI, A. *A vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

_____. *Sua teoria, incidência no Brasil, influencia no serviço social*. 3. ed. Florianópolis / São Paulo: Editora da UFSC / Cortez, 2004.

_____. *Trilbas*, Belém, v. 2, n. 1, p. 7-18, 2001.

PESQUISA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS VELHOS DESAFIOS EM NOVOS TEMPOS

Maria Elizabeth Santana Borges¹

INTRODUÇÃO

A EXPERIÊNCIA DE CURSO NOVO: O TERRENO DA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES

A velha Salvador tem problemas novos, por acúmulo e por decorrência de problemas históricos que a leva a se posicionar entre as últimas colocações no ranking dos indicadores de saúde, educação, segurança, trabalho, condições de moradia e infraestrutura e entre os primeiros nas estatísticas de violência, trabalho infantil, pobreza, exploração sexual de crianças. Estando entre os estados com maior população que recebe o benefício do “Bolsa Família” do Ministério de Desenvolvimento Social, campo fértil para a necessidade de atuação de assistentes sociais, era inconcebível a ausência de espaço de formação profissional numa universidade pública.

Com esses dados e essas motivações e com apoio das Entidades profissionais (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO, 5^a Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-5^a), que assumem a bandeira de

¹ Profa. MS. do Curso de Graduação em Serviço Social, da UFBA. E-mail: bethborges@gmail.com

expansão do ensino público e da qualificação da formação profissional na luta contra as formas de precarização do ensino da graduação, inclusive com a ameaça do ensino à distância que destrói nossas mais caras conquistas, conseguimos “furar a barreira”, tomando como propulsora a instigante fala do reitor, ao participar do VII Seminário do Serviço Social do Complexo Hospital Universitário Edgard Santos – HUPES, em 25 de maio de 2007, em comemoração ao dia do assistente social, atribuindo a uma insuficiente mobilização para a proposição, impetrando seu apoio para a criação do Curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia – UFBA.

A proposta de curso na UFBA responde à orientação mais geral sobre o perfil da formação, como proposto pela ABEPSS, em suas estratégias expressas na Política Nacional de Graduação e de Estágio, levando em consideração que as respostas profissionais devem ser contextualizadas nos processos das mudanças históricas ocorridas no mundo. Portanto, o Projeto Pedagógico deve preparar os egressos para adentrar com criticidade no mundo do trabalho globalizado e neoliberal, com competências para atuar e compreender as implicações econômicas, políticas e sociais que incidem na vida dos trabalhadores, considerando os recortes de classe, étnico-raciais e de gênero.

O Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFBA vem sendo construído com base na Lei 8.662/93 de Regulamentação Profissional, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e no Código de Ética, documentos que materializam o Projeto Ético-Político Profissional. Estes documentos informam os princípios éticos fundamentais da profissão e dão indicação de como os mesmos podem ser articulados na dinâmica curricular. As diretrizes gerais para o curso de

Serviço Social da ABEPPS estabelecem os princípios para a formação profissional, os quais incidem nas diretrizes curriculares.

A proposta vem sendo aperfeiçoada, considerando que a ação profissional do assistente social não tem apenas caráter técnico, incorpora a dimensão política e teórica que leva à compreensão da realidade social e as contradições do sistema capitalista, base dos enfrentamentos da *questão social*, refletida nas dificuldades individuais, grupais e comunitárias. Em linhas gerais, a formação está voltada para apreender, de forma crítica, o processo de produção e reprodução da vida social, a configuração histórica da sociedade brasileira, as determinações e enfrentamentos das expressões da questão social, a relação Estado e classes sociais, as lutas, resistências e movimentos sociais, as relações de gênero, raça/etnia. Deste modo, os componentes curriculares seguem as recomendações da ABEPSS a respeito da distribuição nos eixos temáticos articulados nos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da **vida social**; fundamentos da **formação sócio histórica da sociedade brasileira**; fundamentos do **trabalho profissional** (Destaque nosso).

O Projeto pedagógico do curso assume essa perspectiva e tem, por isso, desafios ao se instalar na universidade pública, plena de potencialidades e, ao mesmo tempo, corroída por falta de recursos e logística acadêmica, num contexto de desqualificação do trabalho docente, projetos políticos conflitantes com a expressão mais crítica da formação profissional; elementos dificultadores, ainda que instigantes intelectualmente, seiva para debates pertinentes. Desafios estão postos na disputa teórica e política em torno da concepção assumida e na afirmação de um projeto ético-político-profissional comprometido com a defesa de uma sociabilidade humanizada, nos termos marxianos, onde o livre desenvolvimento de uns passe ser o livre desenvolvimento de todos.

Um elemento presente é a transversalidade da questão étnico-racial no processo de implementação do Curso de Graduação Serviço Social da UFBA e o desafio é iluminar as dificuldades e facilidades no entendimento do tema para sistematizá-las, refletir sobre as mesmas e ao reconhecê-las, propor formas de superação de posicionamentos embasados no racismo que permeia a sociedade. O curso é novo, a primeira turma ingressou em fevereiro de 2009, desta forma, as posições frente ao debate ainda são incipientes, mas existe o entendimento comum de que a necessidade da inserção dessa categoria analítica é iminente.

A proposta é de transversalização do tema, ao elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (administrativas, institucionais, políticas e teóricas) e uma responsabilização dos agentes públicos e das agências formadoras em relação à superação das assimetrias sociais, de gênero e de raça/etnia. Para Bandeira (2005), essa transversalidade, ao garantir uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais, contribui para o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva.

Neste sentido, *transversalizar* é redimensionar a contribuição da universidade brasileira no aprofundamento da reflexão das bases teóricas e metodológicas e a reinterpretação sobre as questões raciais e de gênero nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, de forma a superar a falta de articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social experimentado historicamente pelo Brasil, que exclui um segmento mais que outros.

No caso do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), transversalizar é mais que implementar uma disciplina específica, significa redimensionar o Projeto Pedagógico, a fim

de garantir a interdisciplinaridade na troca dos saberes entre as várias áreas do conhecimento. Desta forma, o Curso de Serviço Social não pode ficar alheio ao posicionamento da UFBA frente às questões étnico-raciais e de gênero, uma vez que esta Universidade adere às Políticas de Ações Afirmativas e existem espaços de formação para essas temáticas específicas.

Assim, transversalizar as questões étnico-raciais e de gênero significa reforçar as bases e os princípios de Serviço Social defendidos no seu atual Código de Ética de 1993 e das Diretrizes Curriculares de 1996 e sua operacionalização na formação e no exercício profissional. Dos princípios que embasam a profissão temos, em especial, a defesa dos direitos da classe trabalhadora, dos direitos humanos e no combate às discriminações étnico-raciais e de gênero.² Das diretrizes gerais para o curso de Serviço

² Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Social da ABEPSS são definidos 12 princípios para a formação profissional que incidem nas diretrizes curriculares. Posto isto, pode-se afirmar que atualmente as categorias de gênero, bem como de etnia e raça, estão contempladas no Projeto Ético-Político profissional, expressando-se nos valores que embasam o mesmo. Desta forma, hoje, sem dúvida nenhuma, no âmbito do Serviço Social já é comum a inserção, ainda que parca, da temática étnico-racial nos congressos, seminários e mesmo nos currículos de algumas poucas universidades.

Tomando a ética como princípio formativo que perpassa a formação curricular, os princípios que entendemos serem destacados dizem do empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, vinculados a uma opção por um projeto profissional atrelado ao processo de crítica à ordem societária que permite dominação-exploração de classe, etnia e gênero e, portanto, a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Dessa forma, categoria étnico-racial pode ser entendida e inserida como um “*braço*” do eixo que trata da transversalidade da ética. A concepção de currículo que nos embasa exige que a ética seja uma dimensão formativa que atravesse o eixo estruturante do curso, donde desdobram-se as questões étnico-raciais e de gênero. Ética, gênero, raça/etnia são categorias interdependentes. No plano teórico podemos ver a ética com as lentes das categorias étnico-raciais e de gênero e no plano prático não podemos pensar a ética ausente dos conteúdos dispostos na Carta dos Direitos Humanos e da consecução da igualdade étnico-racial e de gênero.

É apropriado afirmar que o *corpus* de conhecimento construído acerca das categorias étnico-raciais no âmbito do Serviço Social são recentes, o primeiro trabalho que se tem notícia no Brasil, foi realizado na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, intitulado o Serviço Social e as Questões Étnico-Raciais: um estudo de sua relação com os usuários negros. (PINTO, 2010).

O princípio da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão é, em si, uma construção, algo que move a universidade na direção do ténue equilíbrio da democratização do ensino público e proposição de saberes referenciados socialmente. E há um tema a ser estudado, problematizado, politizado e esse é o processo da construção dos saberes e de incorporação de práticas. Dado o tema, desafios postos, cabe-nos abrir as trilhas pelo debate e pelo traçado das interrogações e reflexões, há que se impor um caminho de investigações. Deste modo, buscando reconhecer a realidade onde a questão mergulha, emerge a necessidade da sistematização de pesquisas que possam decifrar e articular o tema raça/gênero.

A PESQUISA SE IMPÕE COMO NECESSIDADE

O Brasil é um país de dimensões continentais, agregando desigualdades profundas, manifestadas de formas diferentes entre as várias regiões. O Censo de 2000 informa que sua população é de 169.799.170 habitantes, deste total 86.233.155 são mulheres e entre a população feminina 37.602.461 são negras. Ainda que as mulheres formem a significativa parcela de 51% da população brasileira, os indicadores de desigualdades observados com o recorte de gênero e raça continuam confirmando dados assustadores, que dão visibilidade à situação precária das mulheres no acesso à saúde, trabalho e cultura.

As pesquisas constataam que mulheres e negros em geral encontram mais dificuldades para ocupar postos de trabalho, sejam eles formais ou informais. Enquanto quase 8% dos homens no geral e 10,6% dos homens brancos encontravam-se desempregados em 2003, esses valores saltavam para 12,4% no caso das mulheres e 12,6% para os negros. O aumento nas taxas de desemprego, entre 1996 e 2003, se deu de forma mais intensa para mulheres e negros do que para a população branca ou masculina. Os indicadores de desigualdades figuram como instrumentos fundamentais no diagnóstico e no combate às discriminações de gênero e raça no Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revela que enquanto a expectativa de vida para as mulheres brancas chega à média de 71 anos, para as mulheres negras não ultrapassa os 66 anos. Os dados relativos à renda informam que a mulher negra continua no patamar mais baixo no acesso a renda. O PIB per capita das mulheres negras é de 0,76 salários mínimos; homens negros 1,36; mulheres brancas 1,88 e homens brancos 4,74. No tocante ao índice de escolaridade são respectivamente: 82% para homens brancos, 83% mulheres brancas, 76% para mulheres negras e 70% para homens negros.

Neste sentido, uma contribuição importante da universidade é o aprofundamento da reflexão das bases teóricas e metodológicas e a interpretação sobre as questões raciais e de gênero nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, de forma a superar a falta de articulação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social experimentado historicamente pelo Brasil. Especificamente no Serviço Social, estabeleceu-se o compromisso ético do “[...] projeto profissional sem dominação-exploração de gênero, etnia [...] e sem discriminações”, o que implica conhecimento do assunto e desdobramentos práticos e teóricos que enriqueçam esse debate e efetivamente contribuam para superação das desigualdades históricas.

Embora delimitado como ideia, é preciso ir em busca de uma adequada condução, de modo a contribuir com o debate e ao mesmo tempo, produzir um novo conhecimento, que acrescente a algo já consolidado no plano teórico-metodológico. No âmbito do curso, buscamos consolidar o espírito de pesquisadores, incentivando as problematizações que possam delinear o trabalho de investigação e ousando bastante, propondo pesquisas apenas com os recursos da graduação, onde não existe orçamento disponível para tal e não é habitual que sejam realizadas.

OS DESAFIOS E DESCOBERTAS

Para compreender o percurso traçado no âmbito do curso, na tarefa de implementação do currículo, recuperamos aqui o caminho descoberto para a articulação de questões novas, considerando a indicação de tematização sobre a transversalidade étnico/racial e de gênero.

Iniciamos a discussão com o conceito de ‘questão social’ como matéria-prima do processo de trabalho ao qual o profissional se vincula. Aí o problematizamos como o que vem significar aquilo que origina a profissão e não o que se transforma diretamente pelo trabalho profissional. Sustentamos o seguinte argumento: a ‘questão social’ é estrutural, inerente ao modo de produção capitalista, está presente no plano da vida social, expressando-se, pois, na luta de classes; aparece intrinsecamente como “manifestação” (em estado ‘bruto’) e como enfrentamento, na medida em que se articulam as formas de expressão das desigualdades e as respostas políticas. Como em Pereira (2003, p. 112), “[...] a questão social é um desafio e tem dois elementos na sua composição: estrutural (independem da ação política dos sujeitos) e histórico (ações dos sujeitos que querem mudar a sua história). Foi

suscitada no séc. XIX pelas condições desumanas da vida e do trabalho do proletariado e da tomada de consciência e reação dessa classe contra essas condições”.

Em outras palavras, entendemos como fruto das relações sociais de produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho e expressa as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista; estas aparecem sob a forma econômica, política, cultural, racial, geracional, gênero, vividas pelos sujeitos, que, ao politizá-las, trazem à cena pública os enfrentamentos: manifestações populares, movimentos sociais, mobilizações, articulações partidárias e institucionais, organizações em torno das reivindicações (grupos, associações, sindicatos, conselhos). Como diz Pereira (2003, p. 114) “[...] é preciso a ação dos sujeitos estrategicamente situados e com poder de pressão para que essa questão se explicita como tal”.

Então, a ‘questão social’ é mediada por ações públicas no seu enfrentamento, num movimento de tensionamento constante entre “conter” e “resolver”, resultado da luta em torno de projetos sociais, incorporados nas políticas públicas. Este é o fermento para a geração de políticas sociais direcionadas a determinados enfrentamentos e forma de respostas políticas, lembrando que Política Social é a expressão desse conflito e não o meio para resolvê-lo. A política concerne à canalização de interesses para formulação e tomada de decisões que afetem a coletividade e como nos lembra João Ubaldo Ribeiro, refere-se tanto ao poder que se manifesta quanto ao que se organiza em silêncio, trata-se, portanto, de uma práxis.

As demandas institucionais expressam essa disputa de interesses ali contidas e que explicam as razões do seu enfrentamento a partir de fragmentos da ‘questão social’ e não como ela é num todo, pois, se assim

o fosse, não seria no plano institucional ou o modo de produção seria outro. As formas de enfrentamento da ‘questão social’ pela via das instituições são fragmentárias, porque decorrem da hegemonia das classes dominantes e do engendramento dos projetos sociais em disputa e as instituições representam exatamente esse processo na arena pública.

O assistente social, ao gerar um determinado “valor de uso da sua força de trabalho”, tem os resultados de sua ação mediados por instituições, ao promover acesso a direitos e serviços e não diretamente na manifestação da questão social, pois, não enfrenta a ‘questão social’ em si. Para Pereira (2003, p. 120),

[...] questões são necessidades e demandas socialmente problematizadas por atores sociais estratégicos e com poder de pressão [...] que se mobilizam porque possuem condições de promover a incorporação de seus pleitos na agenda pública. Só quando um problema se transforma em questão é que surgem as políticas, como estratégias de ação. Uma questão socialmente posta sempre exige resolução política e a política só adquire significação prática e teórica na medida em que for sistematicamente uma questão.

O ponto de partida é que, a ‘questão social’ se concretiza em demandas e necessidades a serem respondidas pela mediação do Estado, sob a forma de Direitos Sociais, operados através dos mecanismos de políticas públicas, na prestação de serviços (neste campo se estabelece a mediação da compra e venda da força de trabalho), lugar onde se definem as funções e atribuições profissionais, que devem estar articuladas eticamente às demandas que reforcem direitos. A nosso ver, se insistirmos de que atuamos diretamente nas manifestações da ‘questão social’ cairemos na leitura abstrata, reforçando sua fragmentação, reproduzindo a ideia de que trabalhamos nas questões sociais.

Ao propormos o tema como categoria analítica, compreendendo que a questão social não se apresenta “em estado bruto” e que as situações singularizadas nas demandas do trabalho profissional no interior das instituições, só podem ser apreendidas por mediações teóricas, fazendo uma tentativa de percurso metodológico, para tomar essas situações como aparência de um fenômeno que só pode ser compreendido numa perspectiva de totalidade. O intuito de compreensão da “questão social” suscita interessantes reflexões sobre a temática.

A reflexão nos traz uma interrogativa: o que o Serviço Social está chamando de “questão social”? No terreno das concordâncias, podemos divisar a questão social como sendo fruto da contradição $K \times T$ e da manutenção do capital através de sua inerente exploração, mas não é unívoco o entendimento de que a “questão social” só se impõe como tal se lhe é incorporado o elemento histórico da relação entre as classes e a capacidade de enfrentamento que tensione as bases da dominação burguesa. Mas uma pergunta logo aparece: no Brasil, o sistema de produção capitalista não rompeu com as bases socioculturais que lhe antecedem, procedendo o estabelecimento de relações de conveniência, relativas e mutáveis com as bases culturais pré-capitalistas; então, o elemento classe social teria a mesma conformação que na formação social europeia? E ainda assim, os enfrentamentos próprios da luta por afirmação de conflitos raciais, por exemplo, que adensam as contradições e desigualdades da sociedade brasileira, estariam relegados a um plano “latente”? como se complementariam? Em que medida, podemos estudar a Política Social como resultante do enfrentamento da questão social? Como essas se atualizam, também incorporando novas temáticas e novos sujeitos? O reconhecimento de outras identidades fragmenta a identidade proletária? Atar a análise da questão social definitivamente à contradição $K \times T$ dá conta de esgotar suas dimensões? Como se articulam esses

elementos históricos como uma série de processos contínuos que se expressam uns nos outros?

O nosso desafio é manter a linha teórico-metodológica do curso e articular essas reflexões, na perspectiva dos sujeitos emergentes. Sem dúvida, a pedra de toque da questão é a contradição $K \times T$, porque mesmo as desigualdades “essenciais” podem ser acirradas ou amenizadas por obra das necessidades de manutenção do capital e porque o discurso hegemônico do capital e seus argumentos gestaram uma formação social onde nem mesmo os alicerces culturais que fundamentaram as desigualdades pré-capitalistas têm relevância maior do que sua pertinência para o capital, porque não há no capital uma ética de compromisso com valores que não sejam o lucro.

Já entendemos que, com o advento do capitalismo há o agravamento da pobreza e da desigualdade, percebidas em situações de exclusão do conjunto de serviços uma parcela de população oriunda do proletariado. As situações geradoras dos serviços estatais são decorrentes dessa histórica exclusão social daqueles que não detêm os meios de produção do conjunto de bens e valores construídos e distribuídos socialmente. É nesse campo denso de contrariedades e carências que se materializam as situações do trabalho profissional, constituindo-se no objeto da sua intervenção. E aí para não cairmos no “caminho de Alice”, nos perguntamos: como fazer essa passagem sem cair no abstrato e genérico ou mesmo reproduzir as fragmentações do universo institucional?

Uma das hipóteses que levantamos é que os currículos dos cursos de Serviço Social podem incorrer no risco de reproduzir as desigualdades étnico-raciais e de gênero na formação, na produção do conhecimento, nos desenhos e implementação de políticas públicas. Uma outra hipótese,

que justifica a insuficiência deste debate no contexto da formação profissional, é o entendimento de que a invisibilidade da questão racial perpassa a realidade brasileira, alojando-se na ideia presente, por exemplo, no pensamento muito explorado por pesquisadores de diversas tendências que reforçam as distinções entre as práticas racistas de origem anglo-saxã e ibérica; ou melhor, os estudos, mais frequentemente, colocam de um lado os Estados Unidos e do outro a América do Sul e o Caribe Espanhol. O primeiro apareceu como um vilão na história – um inferno racial – que deveria aprender, principalmente com a América do Sul, o que é viver em harmonia e numa democracia racial. Acreditamos que da mesma forma a cultura patriarcal é responsável pela insuficiência no debate das questões de gênero no interior do projeto profissional.

Assim, o “mito da democracia-racial” está incorporado ao imaginário da sociedade rebatendo-se no conjunto do profissional do Serviço Social. É necessário que este debate se adense no campo da formação profissional, de modo a superar o mito de que o trato das questões étnico-raciais e de gênero não encontra acolhimento no seio da teoria crítica, pairando como ameaça ao projeto ético-político profissional, ou mesmo transformar em ecletismo os projetos pedagógicos específicos. As iniciativas de deciframento dessa categoria analítica e a transversalidade nas políticas públicas deverão contribuir para superação das mistificações e explicitação dessa dimensão das desigualdades sociais no trato da ‘questão social’ na Bahia

NO CAMINHO PERCORRIDO, A TRANSVERSALIDADE ÉTNICA/RACIAL E DE GÊNERO

O conceito de raça sofreu alterações no tempo e na história e, hoje em dia, no Brasil, o termo raça é utilizado, principalmente, por parte do movimento negro, para explicitar posicionamento político, como instrumento no exercício de leitura e compreensão dos fatores que geram os indicadores de desigualdades e também como elemento que deve ser levado em consideração na construção das políticas públicas.

As diferenças culturais, linguísticas, de costumes e de posição social devem ser percebidas como elementos que se inserem na compreensão do conceito de etnia. O sentido de etnia inclui as noções de diferença e alteridade, que são melhor observadas por meio da comparação e do contraste com outros grupos, em situações específicas. Todavia, é comum que em sociedades estratificadas não haja a identificação étnica em todos os campos da vida, seja no político ou na produção do conhecimento dos grupos majoritários e desta forma, esta identificação parece ser importante apenas aos grupos étnicos e politicamente minoritários, sejam eles minoria demográfica ou parcela da sociedade que não detém o poder.

Por isso se diz que etnia, grupo étnico e etnicidade são construções sócio históricas que surgem e são estimuladas pelas relações de exclusão e inclusão, que têm como base o racismo e como resultado as discriminações, sejam elas no mercado de trabalho, em salários diferenciados, na exclusão da política e no acesso aos direitos.

O Censo Demográfico de 2000 revela que a totalidade da população brasileira é de 193.733.795 habitantes. Dados da PNAD referente aos anos de 2007-2008 mostram que aproximadamente 94 milhões de pessoas declaravam-se de cor/raça preta ou parda, superando o índice da

população branca de aproximadamente 93 milhões de pessoas. Desta forma, a população negra representa hoje, mais da metade da população do país. Quanto à distribuição étnico-racial da população, a negra continua majoritariamente concentrada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, representando 73,8%, 70% e 57,5% da população, respectivamente. Na região Sudeste, compõe também uma expressiva faixa da população estimando-se em 40,8% e, na região Sul corresponde a 20,7%.

Tomando por base a realidade baiana, dados do IBGE (2009) revelam que o Estado da Bahia agrega uma população de aproximadamente 14.637.364 de habitantes. Desta população cerca de 77,5% identificam-se como pretos ou pardos. Particularmente a cidade de Salvador, capital do Estado, é composta por uma população de 2.443.107, conforme o censo de 2000. A população negra representa neste espaço, aproximadamente, 79,8% dos habitantes (IBGE de 1999). A cidade de Salvador constitui-se no espaço geográfico que agrega o maior número de pessoas negras fora da África, o que revela a clara necessidade de implementação de políticas específicas para esta população, políticas que compreendam suas particularidades étnicas, culturais e religiosas.

Temos em vista que para haver um verdadeiro reconhecimento se faz necessário que as ideias defendidas pelos segmentos discriminados – hoje partilhadas e legalmente reconhecidas pelo Estado Nacional, por meio dos setores políticos mais progressistas – façam parte da filosofia e da prática de toda a sociedade. Para tanto, os setores governamentais e não-governamentais devem realizar um conjunto de ações que promovam a (re)socialização da sociedade e a preparação da mesma para ampliação das propostas de ações afirmativas rumo às igualdades de direitos e acesso

aos bens e serviços entre homens e mulheres, independente de sua pertença étnica.

Reportamo-nos à Carta Magna e o reconhecimento de direitos sociais que vem ao longo do percurso histórico se configurando na implantação de políticas de **seguridade social**, que é uma das áreas mais significativas de atuação profissional e campo de intervenção institucional. É, pois, nesse terreno que se concretizam as demandas por interferências nas situações de vida e de trabalho, que expressam a relação com a “questão social” como objeto do trabalho profissional. Esta questão social não traduz os conflitos de uma classe sem cor e sem sexo. Como já dissemos anteriormente, nas expressões da questão social localizamos sujeitos empíricos concretos.

Há consenso na literatura especializada (HADDAD; et al., 1995; CAGATAY; ELSON; GROWN [Ed.], 1995; BANCO MUNDIAL, 1995; PALMER, 1995) de que homens e mulheres, brancos e afrodescendentes são afetados de maneira distinta pela política fiscal; de que a não consideração das desigualdades raciais e de gênero têm como consequência o fato de que as políticas de desenvolvimento humano podem não produzir os resultados esperados; de que a análise de gênero e raça é essencial para a formulação de políticas orçamentárias que aumentem, em vez de obstruir, a equidade social e o desenvolvimento humano. Valenzuela (2003) afirma que se as políticas públicas continuarem sendo tratadas de modo geral, não especificando os indicadores por sexo e raça/etnia é pouco provável que alcancem ganhos na redução ou eliminação das desigualdades sociais e da pobreza.

Neste sentido, não é incompatível com o projeto ético-político pedagógico pensar a categoria trabalho na sua intersecção com as implementações de políticas sociais, respeitando a interface das categorias

raça/etnia, pois, essa aproximação se configura como comprometimento ético e sobretudo, garantirá maior efetividade nas implementações de tais políticas. Iniciamos, então, os estudos sobre a transversalidade de Gênero e Raça, escolhendo a Política de Assistência Social, por nos parecer um bom exemplo, considerando sua potencialidade.

Assim, demos início a um processo de discussão, envolvendo alunas, professoras e profissionais da área, dando sistematicidade aos questionamentos e abrindo espaço para estudos transversais. Deste modo, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social/GEPSAS, vinculado ao Curso de Graduação em Serviço Social.³ Enriquecendo e materializando as intenções, aproveitamos a oportunidade de parceria com a Coordenadoria dos Assuntos da População Negra/CONE, da Prefeitura Municipal de São Paulo, com o objetivo de avaliar o processo de formulação, implementação e impacto da política pública de assistência social, a partir do orçamento dos municípios de Salvador e São Paulo, nas gestões 2000 a 2008, sobre as desigualdades e exclusões sociais, na perspectiva de gênero e raça. O tema da pesquisa ficou definido como a *Transversalidade e Equidade de Gênero e Raça na Política Pública de Assistência Social: análise do orçamento e vontade política no município de Salvador, entre 2000-2008*.

A pretensão é analisar comparativamente a intenção (o orçamento) e as ações (o realizado) das políticas públicas de assistência social, voltadas para a meta de reduzir as desigualdades sociais relativas a gênero e raça/etnia na cidade de Salvador, bem como analisar a relação dos programas desenvolvidos localmente com a Política Nacional de

³ Elisabete Aparecida Pinto, Maria Elizabeth Borges, Danielle Pereira, Soila Ribeiro, Ana Fraguas, Samara Floquet, Gislane Garcia, Cláudia Isabelle Silva, Jucilane Santos, Lais de Jesus, Milla Bagano, Rheven Silva.

Assistência Social. Tem como proposição metodológica avaliar a eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas, seguindo um *démarche* qualitativo e se utilizando de dados secundários quantitativos, para compreender a implementação e a estrutura de funcionamento dos órgãos de gestão, financiamento e controle social na Política de Assistência Social, analisando os processos políticos que contextualizaram a implantação desta política, desde a criação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

Além da análise documental, serão entrevistados os atores representativos dessa história. Ao situar e comparar os marcos regulatórios nas instâncias federal e local, localizar-se-á os programas orçamentários, como expressão da vontade política dos governantes, demonstrando em que proporção as necessidades dos diferentes grupos da população estão sendo contempladas pelos governos e em que medida os programas/projetos/ações propostos são compatíveis e dão conta de atender os compromissos assumidos de melhoria de qualidade de vida da população e de justiça social.

O Grupo, vinculado tão somente ao curso de Graduação, tendo angariado como recurso 02 bolsas PIBIC para estudantes/pesquisadoras, passou a funcionar desde agosto de 2010 e até o mês de julho de 2011 realizou um conjunto de tarefas na direção empreendida pela pesquisa. Como se trata de uma pesquisa empírica, o tema foi subdividido de acordo com os objetivos específicos, traçando um percurso metodológico. Para dar conta do empreendimento, o primeiro passo foi o nivelamento teórico e conceitual sobre a Assistência Social, Gênero e Raça/Etnia e depois, o deciframento da implantação da Política Nacional de Assistência através de seus principais marcos.

Em síntese, os passos realizados até aqui foram: a revisão de *literatura*, com vistas a elaboração de uma referência comum do conceito de Assistência Social e dos conceitos de gênero, raça, etnia e orçamento, com o objetivo de apreender e consolidar os conceitos e categorias de análise a serem utilizados na pesquisa, bem como os conceitos sob os quais institucionalmente operam a Política de Assistência Social em Salvador; levantamento de dados e análise documental, com a leitura dos documentos institucionais, para conhecer o padrão de regulamentação da Política Nacional de Assistência Social, sobre o que trata e o que prevê, da construção de banco de dados e definição de critérios de análise dos documentos localizados.

Da literatura, diríamos num excesso de síntese, que o termo gênero, para dar ênfase ao caráter social das distinções baseadas no sexo, é uma denominação relativamente nova, surgida inicialmente entre as pesquisadoras feministas americanas na década de 1970, tornando-se marco de referência em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais. O conceito de gênero é entendido aqui, como um “[...] elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86). Ou ainda segundo a teorização de Joan Scott (1995, p. 88) “[...] é uma forma primária de dar significações às relações de poder”. As políticas de ações afirmativas são entendidas como a realização da transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas, pois, têm como objetivo combater a discriminação étnico-racial e de gênero e reduzir a desigualdade social entre os grupos envolvidos e promover a integração dos diferentes grupos existentes por meio da valorização da diversidade cultural.

Quanto a Assistência Social, sua trajetória é de afirmação como política social, demonstrando que as inovações legais estabelecidas na

Constituição Federal, na LOAS, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica/SUAS, por si sós, são incapazes de modificar de imediato o legado das práticas de assistência social sedimentadas na ajuda, na filantropia e no clientelismo. As mudanças propostas precisam ser compreendidas, debatidas, incorporadas e assumidas por todos os envolvidos no processo de gestão da política de assistência social, em todos os níveis da federação. Obviamente, também dependem do contexto econômico e político e de movimentos de pressão e negociação permanentes.

No curso da história, a política de assistência social adquiriu status de política social. Está em franco processo de institucionalização, de profissionalização e de alcance de racionalidade técnica e política. A Constituição Federal é um marco fundamental desse processo porque reconhece a assistência social como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro. Portanto, pensar esta área como política social é uma possibilidade recente. Mas, há um legado de concepções, ações e práticas de assistência social que precisa ser capturado para análise do movimento de construção dessa política social.

A LOAS introduz um novo significado a Assistência Social como política pública de seguridade social, direito do cidadão e dever do Estado, prevendo-lhe um sistema de gestão descentralizado e participativo, cujo eixo é posto na criação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. (MESTRINER, 2001, p. 206.) Esse processo permite compreender que a Assistência Social não “nasce” com a Constituição Federal de 1988 e com a LOAS. Ela existe anteriormente como uma prática social, alcançando nesses marcos legais o status de política social,

convergindo ao campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

É certo que a história da Política de Assistência Social não termina com a promulgação da LOAS, visto que esta lei introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais e intergovernamentais, confirmando-se enquanto “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo” (YASBEK, 2004, p. 13), assegurando-se como direito não contributivo e garantia de cidadania.

No período pós CF/1988, evidenciam-se fortes inspirações neoliberais nas ações do Estado no campo social. O processo de Reforma do Estado, iniciado na década de 90, “trabalharia em prol de uma redução do tamanho do estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato”. (NOGUEIRA, 2004, p. 41.) Neste contexto, as políticas sociais assumem características seletivas e compensatórias. Deflagra-se um movimento de desresponsabilização do Estado na gestão das necessidades e demandas dos cidadãos. O Estado passa a transferir as suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado. Consequentemente, a implementação da LOAS esbarra em aspectos da ordem política e econômica, que comprometem a sua efetivação. Disso decorre a dificuldade do alcance efetivo da inclusão social, devido às perspectivas fragmentadas e seletivas da assistência social, que focalizam os mais pobres e não contribuem para a ampliação do caráter global da proteção social.

Os instrumentos normativos estabelecem as condições de gestão, de financiamento, de controle social, de competências dos níveis de governo com a gestão da política, de comissões de pactuação e negociação e de avaliação. Criam conselhos deliberativos e controladores da política de assistência social, Fundos Especiais para alocação de recursos financeiros específicos da assistência social e órgãos gestores da política de assistência social, em todos os níveis de governo, além de Comissões Intergestoras Bipartites e Tripartites.

Disso se verifica que a política de assistência social vem avançando muito rapidamente em sua “[...] regulação pelo Estado, na definição de seus parâmetros, padrões, prioridades”. (CARVALHO, 2005, p. 1.) Resta o imenso desafio de operacionalizar os benefícios, serviços e projetos de acordo com os parâmetros, padrões e critérios do Sistema Único de Assistência Social, sob a lógica da proteção social. A regulação estabelece os fundamentos sobre os quais está colocada a possibilidade de reversão da lógica do favor para a lógica do direito à proteção social para todos os cidadãos.

Considerando a atual conjuntura política, social e econômica em que se insere a política de assistência social é necessário compreender os limites e constrangimentos de ordem estrutural, que comprometem a sua efetividade. Apesar de todos os esforços e avanços, ainda permanece um abismo entre os direitos garantidos constitucionalmente e a sua efetiva afirmação. Conforme avalia Yasbek (2004, p. 26) “[...] na árdua e lenta trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na assistência social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários”.

A investigação do processo de execução da política de assistência social é uma medida importante, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social, capaz de analisar, avaliar e construir conhecimentos sobre a área. Avaliar os impactos da política de assistência social na vida dos cidadãos é condição igualmente importante em função da escassez de conhecimento e dados referentes à população que recorre a Assistência Social para satisfazer suas demandas histórica e socialmente produzidas, pois “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças”. (YASBEK, 2004, p. 22.)

Da análise documental, trabalhamos com uma categorização de Resoluções do CNAS e Portarias do MDS, de modo a poder compreender o trânsito da regulamentação. Analisamos 19 portarias entre 2004 – 2008, cujos assuntos mais recorrentes são: normatização das deliberações das instâncias de gestão; tentativa de unificação/integração de destino de dotações; controle por índices formados por estimativas de porte e necessidade, cruzados com estatísticas reais e estruturação dos serviços. Pesquisando as Regulamentações do CNAS, destacamos as mais importantes: Regulamentação das entidades filantrópicas. Regulamentação da Política; Organização de Conferências Nacionais de Assistência Social; Regulamento e Funcionamento do CNAS.

No nível da gestão, analisando as realizações dos dois governos que atravessam a periodização da nossa pesquisa, localizamos como as principais Ações que demarcam a implantação dessa política no governo FHC no período de 1994 a 2002: extinção da Legião Brasileira de Assistência – LBA; aplicação da LOAS com parcialidade e restrições; criação do Programa “Comunidade Solidária”; política de enfretamento da pobreza, com programas de transferência direta de renda para as famílias

pobres e reestruturação de programas existentes. No Governo Lula 2002-2006, localizamos: Reforma Ministerial com a instalação do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome/MDS; unificação dos programas de transferência de renda, com a criação do Programa “Bolsa Família”, que visa unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do governo federal; inovações do Planejamento Plurianual – PPA; implantação do Programa de atendimento integral as famílias – PAIF, que atua como um sistema ordenador das ações de Assistência Social, promovendo o acesso da população vulnerável à rede local de serviços assistenciais; Programa de Proteção Social aos Adultos em Situação de Vulnerabilidade, que tem como público-alvo moradores de rua, migrantes, dependentes do uso e vítimas da exploração comercial de drogas.

A próxima etapa da pesquisa será direcionada ao estudo dos instrumentos locais, reconhecendo atores e instâncias regulatórias, utilizando procedimentos de entrevista e de grupos focais, de modo a localizar as principais orientações e realizações dos programas de assistência social e nesses, encontrar o direcionamento para as ações afirmativas de gênero e raça/etnia. O foco é a análise das instâncias de gestão e de controle social, partindo de uma matriz que orienta a visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias sociais, de gênero e de raça, avaliada no orçamento e na realização de programas institucionais, que devem refletir prioridades sociais e econômicas; ou seja, orçamento e realizações como concretização monetária do compromisso político dos governantes com programas e políticas de desenvolvimento. Os resultados permitirão conhecer e sistematizar informações sobre a política de assistência social no estado e município, ampliando o debate teórico e profissional.

No âmbito institucional/acadêmico na UFBA, este Grupo (GEPAS) se articula a um outro Grupo de Pesquisa que se desenvolve no âmbito da Escola de Administração, sobre processos de inovação e aprendizagem em políticas públicas e gestão social. Este grupo de pesquisa é liderado pela professora adjunta Rosana de Freitas Boullosa, integrado por pesquisadores os professores adjuntos Elisabeth Matos Ribeiro, Ernani Coelho (ambos da Escola de Administração/Curso Gestão Social) e a professora assistente Maria Elizabeth Borges (Instituto de Psicologia/Curso Serviço Social).

Para o 2º semestre de 2011 o GP apresentou um projeto para o PIBIC, que tem como objeto de pesquisa os conselhos gestores municipais, propondo uma revisão das suas premissas conceituais, a partir do aprofundamento de quatro casos: o Conselho Gestor Municipal da Saúde, o Conselho Gestor Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Conselho Gestor Municipal de Assistência Social e o Conselho Gestor Municipal da Educação. Cada um destes casos se constituirá como um plano de trabalho de um aluno de graduação (03 de ADM e 01 do SS), sendo um deles voluntário e os demais pleiteantes de bolsa de pesquisa. Os planos possuem em comum os objetivos específicos e metodologia, para que se possa construir uma plausível arena comparativa.

A política de assistência social foi tomada como objeto de estudo pela novidade da trasladação do campo privado para o público com responsabilidades dos entes federados e as referências de sistema de informação, planejamento e financiamento, que possam assegurar serviços orientados por indicadores de vulnerabilidades sociais. Neste espaço, o interesse está focado nas estratégias de inovação e aprendizagem e como objeto empírico, na abordagem metodológica de estudo de caso, a eleição do Conselho Municipal de Assistência Social, avaliando-se sua efetividade

como instrumento de política pública. Do Serviço Social será extraído o conteúdo sobre o histórico do CMAS, seu funcionamento e avaliação de sua efetividade como instância deliberativa.

O Conselho Municipal de Assistência Social em Salvador foi criado em 1996 e o secretário da pasta indica o seu representante, alternando a presidência entre sociedade civil e governo. Cabe ao CMAS a aprovação de recursos para as ações, programas e projetos a serem executados pelo gestor da área, decidindo e fiscalizando a alocação de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e ainda a inscrição de entidades prestadoras de serviços a serem integradas à rede assistencial do município, regulando suas ações e funcionamento. Persistem questões relacionadas ao grau de autonomia dessa instância colegiada no exercício da função do controle social, além de questões relativas ao percentual de recursos e sua aplicabilidade de acordo com as prioridades a serem discutidas e aprovadas nas Conferências. A pergunta é: seria esta insuficiente funcionalidade atribuída ao desconhecimento dos conselheiros quanto às suas atribuições e ao papel do Conselho? Ou se deve a uma “má vontade política” dos gestores em se adequarem à função deliberativa do conselho?

No Brasil, o formato “Conselho” ganhou ávidos defensores no bojo da discussão que precedeu a promulgação da Constituição de 1988, não por acaso chamada de Constituição Cidadã. Até então, a experiência resumia-se a conselhos populares, com exceções pontuais (GOHN, 1990). Esquerda, centro e direita passaram a defender tal formato como uma possibilidade de inclusão da sociedade em processos de gestão pública. A transição do formato dos conselhos populares dos anos 80 para os conselhos gestores de políticas públicas dos anos 90 aconteceu com a assunção dos Conselhos no desenho das estruturas oficiais de gestão

pública, em todos os níveis federativos, garantidos pela Constituição como espaços interinstitucionais de exercício concreto de democracia participativa, vinculados os órgãos do poder executivo. Os Conselhos passaram, então, a ser reconhecidos e legislados por diferentes leis orgânicas, que traduziam para realidades mais locais o paritarismo desejado entre Poder Executivo e Sociedade Civil, mas também solucionavam o embate ideológico entre o papel consultivo, deliberativo, normativo e/ou fiscalizador destes instrumentos.

Desta interlocução entre os 02 Grupos de Pesquisa já se apontam novos questionamentos e a tarefa de encontrar os fundamentos teóricos com que cada área trata o tema das políticas públicas, em busca de afinações conceituais e construção de referenciais de análises empíricas. Em nosso campo, como ponto de partida, temos o entendimento de que, política social representa as formas de intervenção e regulamentação do Estado nas expressões da ‘questão social’, envolvendo o poder de pressão e a mobilização dos movimentos sociais, com perspectivas de problematizar as demandas e necessidades dos cidadãos, para que ganhem visibilidade e reconhecimento público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ABRINDO NOVOS HORIZONTES

Eis que há muito a percorrer. A perspectiva do GEPSAS é continuar os estudos sobre a assistência social, de modo a produzir conhecimentos na área e subsidiar as experiências de estágio e de formação profissional, no Curso de Graduação em Serviço Social. O Grupo é um espaço em construção, aberto, deverá articular-se a outros sujeitos desse processo de deciframento da política de assistência social, é parte do trabalho docente em regime de trabalho de dedicação exclusiva. Na condição de Mestre em Serviço Social, potencializo a minha produção com a participação e

envolvimento de colegas doutores e as descobertas, tanto institucionais, quanto intelectuais, vão apontando possíveis caminhos.

De positivo, é ver realizada a ousadia de topar pesquisar no nível da graduação. Este texto é fruto da produção coletiva de todo o grupo e parte dele resulta da apresentação no II Encontro de São Lázaro, evento promovido pela FFCH/UFBA, para exposição dos estudos e pesquisas docentes e discentes daquele *Campus*. De mais ousado, o salto para um debate teórico sobre políticas públicas, assumindo a tarefa de levantar o estado da arte no Serviço Social. E aqui, a instigante e esperada interlocução com outras áreas de conhecimento da universidade e descobrindo intercâmbios e complementações entre gestão pública, política social e serviço social, abrindo uma nova trilha para interdisciplinaridades e tematizações.

Rigorosamente, não é o tema o que me instiga, malgrada a oportunidade de aprendizados da técnica de pesquisa; o que me mobiliza é a experimentação de um método de estudo. Creio que desse embate de ideias em campos diferenciados do saber, emergirá o objeto de estudo para a continuidade da minha formação acadêmica. O trabalho profissional é a ponta que me move, articulando formação e exercício profissional e, possivelmente, dessa pesquisa será extraído o tema mais singularizado sobre o trabalho profissional na área da assistência social, haja vista seu processo de regulamentação, no âmbito do CNAS/MDS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, L. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. CEPAL & SPM. Brasília/Rio de Janeiro, 2005. (Mimeo)

BARROCO, L. *Política e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, M. do Carmo Brant. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 105-130.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, P. A. Perspectivas Teóricas sobre a questão social no Serviço Social. *Temporalis*, Ano 4, p. 112-122, 2003.

PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de cidadania. *Temporalis*, ABEPSS 3, Ano 2, p. 51-60, 2001.

PINTO, E. A. *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003 [1986].

PINTO, E. A.; BORGES, M. E. S.; PEREIRA, D. V. L.; SILVA, M. P. M. Transversalidade da questão étnico-racial no processo de implantação do Curso de Serviço Social da UFBA. In: BARRETO, M. O.; ROCHA, N. M. F. *Educação, Desenvolvimento Humano e responsabilidade social*. Salvador: Fast Design, 2010 p. 13-34. v. 10.

RAICHELIS, R. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. (M. 3) Brasília: Cfess/Abepss Unb-Cead, 2000. p. 57-70.

RAMOS, S. R.; MESQUITA, M.; SANTOS, S. M. M. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social. *Presença Ética*, Recife, UFPE, Ano I, n. 1, 2001.

SCHONS, S. M. *Entre a ordem e a des-ordem*. São Paulo: Cortez. 1999.

SPOSATI, A. O. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, A. O. (Coord.). *A Assistência Social no Brasil 1983-1990*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. et al. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

TELLES, V. S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VALENZUELA, M. E. (Ed.). *Políticas de Empleo para superar la pobreza no Paraguay – Proyecto, Género, Pobreza y Empleo in América Latina*. Santiago de Chile: OIT, 2004.

YASBEK, M. C. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. *Serviço Social & Sociedade*, ano XXV, n. 77, p. 11-29, Mar. 2004.

GRUPO DE TRABALHO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A VIVÊNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL

Marcela Mary José da Silva¹

INTRODUÇÃO

Ser consciente [...] não é uma simples fórmula, ou um mero “slogan”. É a forma radical de ser dos seres humanos enquanto seres que, refazendo o mundo que não fizeram, fazem o seu mundo e neste fazer e re-fazer se re-fazem. São porque estão sendo.

(FREIRE, 2005 apud GADOTTI, 2005, p. 255)

Esse artigo tem por objetivo descrever a trajetória e analisar os resultados das ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde funciona o curso de Serviço Social na cidade de Cachoeira.

A UFRB é uma universidade nova de apenas quatro anos e o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) abriga o curso de Serviço Social desde 2008, sendo o primeiro curso público de Serviço Social respondendo a uma demanda histórica da categoria e da sociedade baiana.

¹ Assistente Social, Professora Assistente do Curso de Serviço Social da UFRB-CAHL. Mestre em Educação pela UNEB. Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação-GTSSSEDU-UFRB. E-mail: marcelasilva.gtssedu.com, mmjsilva@ufrb.edu.br

O fato do curso de serviço estar numa estrutura universitária pública de educação superior abriu a possibilidade para que a formação de serviço social executasse com riqueza as três dimensões da formação universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, a formação em serviço social, por suas características encontrou solo fértil para o desenvolvimento de suas atividades, conforme o que estabelece alguns dos princípios da formação profissional:

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, **atividades complementares**;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, **que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social**;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- **Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade**;
- Presença da **interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão**;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;(MEC, 1999, p. 7. Destaques meus).

O curso de serviço social, pelo que suas Diretrizes Curriculares estabelecem, guarda grande relação com os princípios extensionistas.

Confirma-se isso ao olharmos as diretrizes para a Extensão Universitária inscritas na Política Nacional de Extensão (2007. p.18)

- Impacto e transformação
- Interação dialógica
- Interdisciplinaridade
- Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão.

As ações extensionistas tornam-se potentes para o estreitamento e para a qualificação das relações entre a universidade e as comunidades, promovendo outra forma de relacionamento entre os sujeitos da academia universitária e os sujeitos da academia da vida cotidiana. A extensão potencializa a interseção de vários campos do conhecimento no interior na universidade pelo elo que se constrói com sujeitos de fora do espaço universitário garantindo uma mão dupla de circulação dos saberes. No caso do serviço social, a extensão torna-se potente parceiro na formação dos discentes que são representantes da população de trabalhadores e de suas famílias que transitam pelos espaços públicos e não públicos onde a profissão se desenvolve. Na medida em que promove uma aproximação dos discentes com as realidades sociais antes mesmo do momento do estágio, a extensão contribui posto que qualifica a capacidade de leitura de realidade dos discentes através da exposição desses sujeitos e do que eles sabem ao mundo real que exige respostas, resoluções, encaminhamentos que devem ser desenvolvidos de forma coletiva e com forte carga ética, política e técnica.

A extensão é, pois um espaço privilegiado para a formação de competências profissionais, de compreensão dos direitos sociais e de

organização para a efetivação desses direitos através da troca de saberes, que é o sentido de educar, de formar sujeitos, exatamente como nos atenta Freire (2006, p. 25):

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Estabelece-se através da extensão uma ligação com os sujeitos sem degraus nem hierarquias nos saberes, propiciando que os muros da universidade se tornem cada vez mais porosos às necessidades locais. Necessidades essas que tem forte impacto sobre o desenvolvimento local dos territórios. A extensão universitária deve ser, e na UFRB o é, segundo Serrano (2011, p. 13) “[...] uma extensão a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático; e ainda, de uma extensão desenvolvida no diálogo e no respeito a cultura local [...]”. E conclui: “Este conceito apresenta uma extensão universitária democrática, que é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, possibilitando uma visão ampla e integrada da realidade social”. (SERRANO, 2011, p. 11.)

Uma visão ampla, interdisciplinar, dialética e integrada a realidade social e em rede é a prática do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação, ação de extensão da UFRB, que vem estabelecendo ações mobilizadoras e participativas com os mais diversos sujeitos e espaços para a inserção do profissional de serviço social na educação não com uma

demanda da categoria, mas sobretudo como uma demanda social pela inserção de novos olhares e saberes nos espaços educacionais formais ou informais.

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A educação que se quer emancipadora não se restringe à educação escolarizada, organizada sob a forma de política pública, mas não se constrói a despeito dela, visto que sob as condições de vida da sociedade capitalista é ela que encerra a dimensão pública que mediatiza, de forma institucional e contraditória, o direito ao acesso aos bens e equipamentos culturais de nosso tempo. Por essa razão a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. A arena da luta política e da disputa pela direção dos projetos societários e educacionais determina na sociedade capitalista a possibilidade de diferentes contornos da relação do Estado com a sociedade civil.

(ALMEIDA, 2007, p. 4.)

Já é sabido que a estrutura da educação no modo de produção capitalista é um grande campo de luta. Nos últimos anos a educação vem paulatinamente convocando não só o profissional de serviço social como também outras categorias a se fazerem presentes como interlocutores, ordenadores e executores de direitos sociais nesse espaço, deflagrando uma certa ampliação da consciência dos sujeitos sociais sobre sua condição de subalternidade que é diretamente proporcional ao exercício de reivindicações e de apresentação de demandas.

O espaço educacional e a política que o conduz vem sendo pressionado pelas demandas societárias por mais direitos e pela necessidade de articulação entre as várias formas de se ser sujeitos de

direitos. É nessa linha que, o campo da educação se configura como uma área emergente de ação do profissional de serviço social, e como tal porta-se como espaço contraditório de demandas diversas, estrutura típica do modo de produção capitalista e da expressão das políticas sociais como formas de regulação dos modos de vida a partir do Estado e a relação deste com a sociedade civil.

Entendendo a política educacional como política social ela se torna uma das expressões da questão social “[...] na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social”, (ALMEIDA, 2005, p. 10) que se resignifica entre os mundos da cultura e do mercado requerendo que compreendamos ao mesmo tempo a educação em seus espaços formais de ser e nos espaços não-formais, ambos marcadas pelas mais diversas expressões da questão social.

Os índices de evasão, de abandono e de repetência escolares, o número de instituições públicas de terceiro grau, a frequência de estudantes oriundos de escolas públicas na educação superior, não eram analisados até recentemente como expressões da questão social. O fato é que nos últimos 40 anos, num mundo em processo contínuo de pseudo-globalização, visto que as riquezas não são globalizáveis e o papel que mais se mundifica é o de consumidor, a política educacional no Brasil corrigiu muitos indicadores sem que com isso tenhamos corrigido realidades locais ou regionais. Agências multilaterais têm um papel decisivo na escolha dessa estratégia em especial para nós países considerados emergentes. Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional a Organização Mundial do Comércio vem há décadas interferindo, determinando e orientando políticas de ajustes austeras que tem resignificado as políticas públicas e os direitos sociais criando panoramas sociais cada vez mais multiformes e

policêntricos o que tem exigido mais acuidade por parte de várias categorias profissionais. E é pela lucidez em olhar essa realidade que, Piana (2009) declara:

Como afirma Iamamoto (2001, p. 28) “o Serviço Social tem como tarefa decifrar as formas e expressões da questão social na contemporaneidade e atribuir transparência às iniciativas voltadas à sua reversão ou enfrentamento imediato”. Dessa forma, é indispensável decifrar as novas mediações, por meio das quais se expressa a questão social hoje, ou seja, é importante que se possam apreender as várias expressões que assumem na atualidade as desigualdades sociais e projetar formas de resistência e de defesa da vida. (IAMAMOTO, 2004, p. 268.)

Diante do desafio de lidar com realidades locais e regionais onde especializa-se a desigualdade social, o serviço social vê-se diante de três grandes dimensões de atuação profissional na área da educação: nas escolas sejam elas públicas ou particulares; na assistência estudantil, como é chamado o conjunto de ações que se destinam ao segmento estudantil de terceiro grau, e os espaços não formais de educação como os movimentos sociais, por exemplo.

A aproximação do profissional de serviço social da área de educação vem conclamando uma maior discussão sobre a dimensão pedagógica da intervenção profissional, principal motor da efetivação do Projeto Ético Político da Profissão, resultado histórico da Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética Profissional e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

O Projeto Ético Político é vivo. E em assim sendo alimenta-se dos desafios que as demandas societárias impõem ao cotidiano do fazer profissional do serviço social. Souza (2008, p. 76) afirma:

O Projeto Ético-Político é a expressão da compreensão, inserção e atuação do Serviço Social na sociedade. É a sustentação projetiva, construída dos valores éticos e políticos da profissão, que fundamentam e direcionam o exercício de uma categoria profissional para um fim coletivo, diante projetos mais amplos (sociais, políticos, econômicos, culturais, educacionais) de uma sociedade. Ressalta-se que, os valores, os interesses dos Assistentes Sociais existem e se reconstróem a partir das necessidades dos grupos sociais, dos projetos coletivos de uma dada realidade, cultura, espaço de ação, participação e decisão.

É nessa perspectiva que a discussão sobre a inserção do profissional de serviço social na educação vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação que é uma ação de extensão da UFRB, que reúne profissionais e estudantes de serviço social e da área de educação, como também profissionais e estudantes de outras categorias como a comunidade em geral que passam a compreender não só **o que** o profissional de serviço social faz, mas **como** faz e **por que** faz, fazendo com que outros sujeitos abracem a causa, passando estes a defenderem o que o serviço social defende, como bem expressa Piana:

[...] o assistente social defende a luta pela democracia econômica, política e social, busca a defesa de valores éticos para o coletivo em favor da equidade, defende o direito ao trabalho e o emprego para todos, a luta pela universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública e previdência para todos os trabalhadores, uma educação laica, pública e universal em todos os níveis, enfim, luta pela garantia dos direitos como estratégia de fortalecimento da classe trabalhadora e mediação fundamental e urgente no processo de construção de uma sociedade emancipada. (PIANA, 2009, p. 56)

É na busca dessa experiência de emancipação que a Bahia já conta com muitos profissionais atuando na área de educação seja ela escolar ou

no terceiro grau, através do serviço social nas universidades públicas ou religiosas do Estado. Temos atualmente um Projeto de Lei em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado e, via GT alguns municípios vêm se sensibilizando e desenvolvendo discussões sobre a necessidade de uma regulamentação municipal para a inserção do profissional de serviço social na educação. Além disso, temos as ações da Comissão de Educação do CRESS/BA que tem uma memória na discussão e no acompanhamento do aumento de profissionais que atuam na área da educação.

Lutando pelo reconhecimento e pela regulamentação, a categoria profissional junto com os demais sujeitos sociais interessados na expansão dos direitos sociais através da educação. Organizou-se de forma tal que os poderes legislativos dos três níveis de governo vêm se movimentando. Em nível Federal temos o Projeto de Lei nº 837 em trâmite desde 2003. Na Bahia temos a PL de Deputado Estadual Yulo Oiticica n 17.888 que foi reapresentado em 2011 e, ano em que o GT vem estrategicamente trabalhando através das ações os municípios baianos para consumir a inserção do profissional de serviço social nas escolas municipais. O único Estado que tem a regulamentação para atuação dos assistentes sociais em escolas estaduais é o Rio de Janeiro com o Projeto de Lei aprovado desde 2005. Não basta apenas ocupar esse espaço é fundamental na perspectiva de garantia de do trabalho da educação como direito e como via formadora de sujeito de direitos que a atuação profissional seja regulamentada. É pelo reconhecimento formal, que se expressa através da regulamentação que a atividade profissional ganha memória e se expande no sentido de instaurar vias contínuas de consolidação dos direitos sociais que acabam por consolidar também a profissão junto às classes subalternas e ao Estado.

A função educativa, pedagógica do serviço social contribui para consolidação dos direitos sociais em rede cujos valores são a democracia, a cidadania a participação e a autonomia. Ainda segundo Piana:

Assim, essa função educativa, contida no projeto ético-político da profissão, contribui para novas relações pedagógicas entre o assistente social e o usuário de seus serviços. Tais relações favorecem uma maior participação dos sujeitos envolvidos por meio do conhecimento crítico sobre a realidade e dos recursos institucionais para a construção de ações estratégicas, atendendo aos interesses das classes subalternas e à mobilização, à organização, ao fortalecimento e à instrumentalização das lutas para a conquista de uma classe hegemônica. O aspecto educativo da profissão perpassa por todo contato do profissional com o usuário de seu trabalho. E o que espera desse profissional é que esteja devidamente habilitado para analisar e intervir na realidade social desenvolvendo sua formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de forma crítica; saiba definir estratégias de intervenção para a garantia dos direitos do cidadão; saiba desenvolver trabalhos de parceria para assumir trabalhos de gestão pública na área das políticas sociais em geral; compreender a questão social bem como suas expressões na realidade social e estabelecer relações efetivas entre profissional e classe trabalhadora para um trabalho com perfil educativo e pedagógico comprometido. (PIANA, 2009, p. 146).

A inserção do profissional de serviço social na educação é uma necessidade não só das camadas subalternas como ao mesmo tempo é uma necessidade da categoria profissional que quer consolidar o seu Projeto Ético-Político Profissional e que pela via dos espaços educacionais poderá exercer também sua função ao formar a comunidade na direção do fortalecimento da condição de sujeitos sociais de direitos, numa ação multidisciplinar consorciada com outras categorias profissionais e atores sociais, o que por sua vez, dará grande impulso a outros espaços sócio ocupacionais. Percebe-se que a luta pela inserção do profissional de

serviço social na área da educação não pode ser levada apenas pela categoria profissional, mas, sobretudo pelos sujeitos que já dão vida a esses espaços como os professores, funcionários, gestores, estudantes e seus familiares bem como os demais membros onde esses espaços de formação educacional se localizam.

CAMINHADA DO GRUPO DE TRABALHO DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Uno no escoge

Um homem não escolhe o país onde nasce;
Mas ama o país onde nasceu.
Um homem não escolhe a hora de vir ao mundo;
Mas deve deixar marcas de seu tempo.
Ninguém pode fugir da responsabilidade.
Ninguém pode tapar os olhos, os ouvidos,
Ficar mudo e cortar as mãos.
Todos temos um dever de amor para cumprir.
Uma história que fazer.
Uma meta a alcançar.
Não escolhemos a hora de vir ao mundo:
Mas podemos fazer o mundo
em que nascerá e crescerá
a semente que trazemos conosco.
(Gioconda Belli-Nicarágua)

O colegiado do curso de Serviço Social foi provocado em janeiro de 2010 a responder uma demanda da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis-PROPAAE/UFRB que situava a necessidade das profissionais de serviço social que atuavam nessa área, compreenderem melhor o que era a atuação do serviço social na área de educação. Para dar conta dessa demanda três docentes organizaram um curso de extensão de

duração de 20 horas, distribuídas em cinco turnos para que se discutisse o tema. O curso realizou-se de 03 à 05 de fevereiro de 2010 intitulado: *O Serviço Social na Educação: desafios e perspectivas para a atuação profissional*.

Foram discutidos temas como: as experiências de assistentes sociais na área de educação; a história da educação no Brasil, o financiamento da educação, os aspectos legais da educação como direito; as ações da comissão de educação do CRESS/BA; novas tecnologias educacionais além de serem discutidos os Projetos de Lei em curso na esfera estadual de autoria de dois deputados presentes no curso. Sobre a forma de Oficina o que permitiu uma maior participação dos participantes, discutiu-se sobre o destino dessa área que vem ganhando cada vez mais visibilidade nos cenários de atuação profissional.

Desse evento, por demanda das pessoas presentes saiu como produto da ação a criação de um GRUPO DE TRABALHO (GT), que desse continuidade às discussões e ações necessárias para dar maior visibilidade e consistência a essa prática profissional.

O GT foi registrado na UFRB como ação de Extensão e primou na sua formação por ser aberto aos profissionais de serviço social e a não profissionais da área; discentes da UFRB de qualquer um dos cursos e discentes que não são da UFRB e a todo o corpo docente da UFRB ou de outras Unidades de Formação Acadêmicas (UFA) que se interessassem pela discussão. O primeiro encontro aconteceu em 27 de fevereiro de 2010 e foram traçadas ações estratégicas semestrais para que os membros do GT desenvolvessem. Ficou agendada que a dinâmica de encontros seria mensal, com datas pré-agendadas, associando os encontros às discussões de textos que nos ajudassem a conhecer mais a educação. Nesse encontro já ficou determinado que era necessário ampliar a discussão possibilitando que o maior número de pessoas entendessem os problemas que se

apresentavam no interior das escolas e conseguissem refletir acerca das possíveis soluções para essas questões que fugissem da armadilha de achar de quem era a culpa. Mesmo porque como explica Guimaraes-Losif: “Culpar não cabe, não só por que culpa não é categoria analítica, mas principalmente porque implica moralismo vazio”. (2009, p. 14.)

No período de março a julho de 2010 foram desenvolvidas ações de formação interna dos sujeitos que faziam parte do grupo utilizando textos de Almeida (2007), Abreu e Cardoso (2009). Em abril de 2009, novos integrantes entraram no GT tanto da UFRB quanto de outras UFA da Bahia. Essa capacidade atrativa do GT se deve a vários fatores:

- à sede de conhecimentos sobre esse novo espaço sócio ocupacional que está se abrindo;
- à participação dos membros do GT em atividades diversas, semeando a discussão e convidando sujeitos a estarem participando:
 - ✓ Audiência pública sobre a inserção dos profissionais na educação no Ministério Público em Salvador;
 - ✓ Seminário sobre serviço social nas escolas na Câmara de Vereadores em Salvador;
 - ✓ Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais com trabalho cujo tema era a política de educação na Bahia, em Brasília;
- ao fato de estudantes estarem desejando desenvolver seus trabalhos de conclusão de cursos na área e encontrarem certa resistência por parte de alguns docentes em algumas UFA;
- ao fato de muitas profissionais estarem ocupando esse espaço de atuação e não terem tido durante a formação contato algum com esse processo de trabalho; e por fim

- o fato da extrema visibilidade dada às *expressões da questão social no interior dos espaços escolares* tanto da educação básica, atravessando o nível médio e chegando a formação universitária na espera pública e na particular.

Esse último fator colocou em cheque, ou melhor, deu intensa visibilidade ao nosso modelo de educação inscrito numa ordem capitalista neoliberalizante e mostrou que o processo de educar, de formar pessoas para a sociedade passa por múltiplos fatores combinados, que foram invisibilizados, reduzindo a educação ao espaço escolar; reduzindo a escola a uma função única de ensinar, esvaziando-a de sua função social mais ampla. Como foi possível dissociar durante tantos anos a relação entre as condições de vida da população em torno das escolas como fator dificultador de ingresso e de permanência de crianças e adolescentes no sistema oficial de educação? Como foi possível descolar das crianças e da juventude do país no interior das escolas a extrema fragilidade das famílias e das comunidades no acesso aos mais diversos direitos sociais? Como pudemos atomizar os problemas de evasão, repetência, abandono, não acesso às escolas e universidades a um simples desinteresse ou incompetência seja dos pais, dos diretores, dos professores ou dos próprios estudantes? Como podemos reduzir o espaço escolar às experiências de violência, de trânsito de drogas, de fome ou indisciplina tão alardados pela mídia?

A educação e os espaços que ela utiliza são o barômetro das expressões da questão social e de como o Estado e a sociedade civil tem se portado frente a esses fenômenos. Os problemas que pressionam os espaços educacionais foram desenvolvidos em rede e na história o que evoca a necessidade de, tanto na interpretação dos problemas como na

resolução deles, ser imprescindível encará-los através da compreensão da totalidade social.

No caso das escolas públicas, é inegável a importância que as políticas de assistência social tiveram para o aumento e a permanência de estudantes em sala de aula. Estudantes dos quais não se espera que fiquem, que aprendam, que progridam e que vão pressionando paulatinamente os níveis seguintes de formação. Outro exemplo são as políticas educacionais adotadas como o REUNI (2007) e o PROUNI (2004) que incluem embora ainda não indiquem como permanecer, como ficar a não ser por uma via que denomino de “inclusão seletista” dos programas de assistência estudantil e universitária, expressão das políticas públicas do capitalismo na sua versão neoliberal, como explicam Behring e Boschetti (2007), visto que o número dos que necessitam é sempre maior do que o número de bolsas existentes nas UFA. Por compreender o caminho que a educação traça na vida das pessoas e no sistema capitalista, o GT elegeu como eixo a inserção dos assistentes sociais na EDUCAÇÃO e não exclusivamente a inclusão do profissional na ESCOLA. Por isso nossas ações incluem profissionais que atuam em todas as esferas de educação como atenta Almeida (2007, p. 6):

Pensar essa inserção dos assistentes sociais exige identificar que a política educacional engloba diferentes níveis e modalidades de educação e ensino: a educação básica que é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. A organização e a execução desses diferentes níveis de educação e ensino cabem ao Estado em seus três níveis de atuação: a União, os Estados e os Municípios, sendo que cada um deles tem responsabilidades e incumbências diferenciadas. Destarte, é fundamental que não se perca a dimensão de totalidade na compreensão do significado que a política educacional tem a partir desse desenho institucional na relação entre o mundo da cultura e

o do trabalho, ou seja, no âmbito da dinâmica que particulariza as esferas da produção e da reprodução social.

Partimos para realizar mais dois cursos: um em Cachoeira e outro em Feira de Santana, por compreendermos que era necessário disseminar mais as informações e a formação para agregarmos mais sujeitos que compreendessem o campo de discussão e se tornassem parceiros da causa. Agregamos à programação as Assistentes Sociais que desenvolvem experiências na área para que déssemos visibilidade a essa realidade que já é forte na Bahia.

Os dois cursos foram realizados, com mais de duzentas pessoas certificadas e cujo perfil era de estudantes de serviço social de outros cursos e níveis da educação, profissionais da área de serviço social e das licenciaturas e da pedagogia dos municípios, membros dos conselhos de assistência, da saúde e da educação, representantes dos movimentos sociais, coordenadores pedagógicos dos municípios e, no caso de Cachoeira, um vereador. A metodologia de trabalho do GT versava pela utilização da mobilização e da organização como instrumentos para o desenvolvimento das atividades, conforme afirma Abreu e Cardoso (2009, p. 1):

A mobilização social e a organização, no âmbito do Serviço Social, traduzem modalidades da assimilação/recriação desses processos no movimento da prática profissional e, assim, inscrevem-se no corpo teórico-prático da profissão enquanto elementos constitutivos (não exclusivos) e como condição indispensável para sua concretização na sociedade.

Observando a rede necessária a ser feita, o GT realizou o I Encontro com os Secretários Municipais de Educação do Recôncavo Sul (setembro, 2010) e seus respectivos coordenadores pedagógicos para fomentar a

discussão da presença dos assistentes sociais nas escolas, realizando simultaneamente o I Fórum de discussão sobre o Serviço Social na Educação. Pautamos nesse evento a discussão sobre as expressões da questão social no interior do espaço escolar; a relação entre a assistência social e a educação; o papel da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e o Serviço Social na Educação e a relação entre escola, família, professores e estudantes.

Os membros do GT observando os resultados e suas atividades definiram como objetivo do grupo:

Mobilizar as comunidades através da formação de pessoas publicizando a discussão da educação como direito coletivo com conseqüências para a formação da cidadania e da democracia como instrumentos de organização comunitária. (FOLDER DO GTSSSEDU, 2010).

A orientação é que todas as atividades sejam desenvolvidas primando pela ampla discussão com o maior público possível a fim de que a bandeira seja assimilada pelos mais diversos segmentos da sociedade, descentralizando informação, formação garantindo visibilidade, consistência e politização do tema em todas as ações, e assim foram desenvolvidas. Como o Projeto de Lei que versa sobre a inserção dos profissionais de Serviço Social nas Escolas do Estado não tem avançado nas discussões na Assembleia Legislativa, o GT optou por realizar suas ações via municípios. A ação central do GT é a realização do Curso de Extensão: Serviço Social na educação desafios e perspectivas. Até junho de 2011 foram 11 cursos conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Cursos de Extensão realizados em 2010-2011.

CIDADE	PERÍODO	PARTICIPANTES
Cachoeira – BA	2010.1	47
Cachoeira – BA	2010.1	100
Feira de Santana – BA	2010.1	100
Salvador – BA	2010.2	386
Santo Amaro da Purificação – BA	2010.2	130
Feira de Santana – BA	2010.2	99
Salvador – BA	2010.2	150
Salvador – BA	2011.1	294
Feira de Santana – BA	2011.1	160
São Felix – BA	2011.1	150
Feira de Santana – BA	2011.1	150
TOTAL		1766

Fonte: Relatórios de Atividades do GTSSSEDU/PROEXT.

Estrategicamente, ao final de cada curso foi lançado ao grupo o desafio de criar uma organização que gere ações contínuas para o município onde o curso aconteceu, para que se crie uma história local frente ao que foi discutido e apresentado. Nessa linha, em Feira de Santana nasceu o primeiro Núcleo de Estudos em Serviço Social na Educação (NESSE), grupo vinculado ao GT e que desenvolve ações de formação na

área de serviço social na educação, bem como tem a função estratégica de continuar a desenvolver os cursos de extensão bem como articular-se no sentido de aproximar a discussão do poder político local e, encaminhando a necessidade da discussão de uma audiência pública. Esse processo aconteceu em todas as cidades sendo organizados 5 NESSE nas Cidades de Feira de Santana, Salvador, Santo Amaro, Cachoeira (o GT desenvolve as ações como NESSE) e recentemente São Félix. O pensamento de Arroyo (2011) bem explica a estratégia do GT através dos NESSE pela compreensão da totalidade e de necessidade de trabalharmos em conjunto com as relações em rede, sem discriminar qualquer sujeito, possibilitando mais uma via de participação, de visibilidade e de construção de laços afetivos e efetivos. Ele nos mostra que:

Em qualquer comunidade, bairro há uma rede de trocas e há mestres, mas o importante não são os saberes individuais, mas as redes sociais através das quais estão fortemente amarrados valores, identidades. O povo não é desestruturado. Há um tecido social pedagógico-educativo, onde seres humanos se constroem, se destroem, constroem suas identidades, seus valores. Temos que entender os pontos de encontro destas redes, não para destruí-los, mas para reforçá-los, para construirmos o Projeto Popular. (ARROYO, 2011, p. 3).

Por conta da estratégia dos cursos e dos NESSE serem grupos abertos de participação, muitos formadores de opinião local fazem o curso e encampam a luta, popularizando a discussão e as ações. Assim aconteceu em Cachoeira, Santo Amaro e São Felix. Através de uma ação encampada por um vereador participante do curso de Cachoeira que também é professor no município, nos levou a ocupar a plenária popular e nela solicitamos a audiência pública, que desencadeou um processo de

regulamentação municipal. A mesma estratégia foi realizada em Santo Amaro e São Félix.

Em São Félix o grupo foi surpreendido com a presença do profissional de Serviço Social no Plano de Cargos, Carreiras e Vantagens da Secretaria Municipal de Educação, o que facilitou em muito o desenvolvimento da audiência pública na cidade. Para se chegar às audiências públicas nos municípios, começamos pela solicitação de uso das plenárias populares explicitando as demandas locais, as estatísticas sobre a educação e as possibilidades de fortalecimento da rede de proteção social através da inserção dos profissionais de serviço social na educação.

Tabela 2. Atividades junto às Câmaras de Vereadores locais em 2010-2011.

CIDADES	PLENÁRIAS POPULARES	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Cachoeira – BA	X	X
Santo Amaro da Purificação – BA	X	X
São Félix – BA	X	X
São Gonçalo dos Campos – BA	X	

Fonte: Relatórios de Atividades do GT.

Nesses espaços foram convocados todos os secretários municipais, representantes das organizações sociais e religiosas dos municípios, professores, estudantes, pais, a imprensa local e problematizamos a partir da escuta das percepções desses sujeitos acerca das realidades locais, garantindo um espaço que desse visibilidade e sensibilizasse os sujeitos para a necessidade de outros profissionais no interior das escolas

municipais, semeando a necessidade de se ter uma política de assistência aos sujeitos que desenvolvem as suas ações nos espaços educacionais. O serviço social na educação não é para atender unicamente o aluno. Os professores, os funcionários os gestores, as famílias e a comunidade em torno do espaço educacional são alvo da prática do profissional de serviço social. Esse argumento tem sido fundamental para que esses sujeitos entendam o propósito e apoiem a causa, minimizando qualquer engano de que o profissional de serviço social no espaço escolar, por exemplo, concorre com a coordenação pedagógica ou com o professor ou será um Serviço de Orientação Educacional – SOE, ou um disciplinador. Com esse argumento no âmbito da assistência estudantil é possível desfazer a imagem que o serviço social no espaço do terceiro grau é unicamente para conceder bolsas, reduzindo a intervenção profissional a uma prática pragmática.

Ao mesmo tempo, o GT foi desenvolvendo pesquisas para cada município que desenvolve a atividade do curso que é porta de entrada para as discussões e atividades dos NESSE. Uma delas é a pesquisa que tem como eixo central o conhecimento das expressões da questão social no interior das escolas municipais de Cachoeira: um estudo do clima escolar, dando escuta aos professores um primeiro momento e depois, aos estudantes e famílias presentes no espaço escolar. A pesquisa acolhida pela UFRB e pela Secretaria Municipal de Educação. Três municípios já disseram sim à pesquisa e ela já foi realizada em Cachoeira, Santo Amaro e São Félix. A pesquisa tem papel estratégico em nossa ação de extensão pela força que ela tem é desvelar as realidades sociais por detrás de fenômenos no interior das escolas e que determinam a qualidade de relação entre os sujeitos inter e intra muros. A pesquisa é uma ação contínua do GT e é oferecido aos municípios onde existem os NESSE para que ao mesmo tempo atenda uma necessidade de se conhecer a

realidade das escolas e proporcione a todos os membros do NESSE e do GT a experiência com a produção coletiva dos conhecimentos, utilizando a pesquisa como ponte entre a realidade que se tem e a intervenção necessária para transformá-la.

O Grupo que desenvolveu as pesquisas é formado por discentes e não discentes da UFRB, professores do município e pela coordenadora do GT, compreendendo a pesquisa como instrumento de revelação não só da realidade estudada, mas reveladora também dos sujeitos que a desenvolvem, criando um espaço e um momento de formação profissional rico, capaz de desencadear processos para o desenvolvimento do trabalho profissional e da própria profissão consonante com o que o Projeto Ético político estabelece. A organização interna do GT possibilitou que todos os sujeitos que fazem parte pudessem conhecer compreender e acolher o Projeto Ético Político da Profissão.

Mas quem são os sujeitos que desenvolvem as ações do GT? Quem são os membros do GT? O GT é formado por todos aqueles que desejam compreender e trabalhar pela causa e queiram através das tarefas históricas que essa luta impõe, realizar o que chamo de “aprendizado bumerangue” posto que se lança e que é lançado precisa ser observado, cuidado com atenção pois este faz uma volta e retorna diferente, exigindo de quem o lançou um movimento, um posicionamento diferente. E nesse fluxo contínuo o grupo se transforma e se faz transformar. Atualmente participam do GT docentes da UFRB, UNIME e UNIFACS e docentes das escolas públicas municipais e estaduais dos municípios onde o NESSE está. O grupo tem discentes da UFRB, FAN, UCSAL, D. Pedro II, ANHANGUERA, UNIASELVI, VASCO DA GAMA, UNIFACS, SARTRE COC, UNISA, UEFS, de diversos cursos. Além disso, há colegas, profissionais de serviço social que atuam nos mais diversos espaço

sócio ocupacionais que vem apoiando intensamente a causa e construindo a rede e a roda de discussão por diversos espaços e com os sujeitos mais diversos. O GT tem como parceiros a Comissão de Educação do CRESS, a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, a Campanha Serviço Social nas Escolas Já e o Fórum Regional Sobre Drogas.

Essa grande roda e rede de discussão e ação tem se apresentado e se materializado nas áreas de discussão do GTSSSEDU, a saber:

- Serviço Social nas Escolas;
- Serviço Social na Assistência Estudantil,
- Relação Escola-Família e Comunidade;
- Juventude e Destinos Sociais;
- Comunidade Escolar e Desenvolvimento Local;
- Educação, Serviço Social e Desenvolvimento Social;
- Educação e Direitos Humanos.

Esse leque de ações instigou os participantes do GT a produzirem estudos que se reverteram em produção científica apresentada em diversos espaços:

1. Um artigo apresentado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2010: *Educar para vencer ou educar para vencidos? A mão visível do Banco Mundial na educação da Bahia*;
2. Um artigo apresentado no ENPESS de 2010: *Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação: a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e projeto profissional*;

3. II Jornada de Extensão Universitária: Relato de Experiência: *Grupo De Trabalho de Serviço Social na Educação: a extensão como espaço não formal de educação, de participação e mobilização social* - 2011,
4. I Congresso Internacional de Educação do Estado da Bahia – 2011, com 3 artigos:
 - *Processo não formal de educação e a contribuição do movimento negro em espaços formais de aprendizagem;*
 - *Sobre a formação de equipe multidisciplinar nas escolas: a atuação do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação – GTSSSEDU à otimização do Espaço Pedagógico;*
 - *O papel do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação – GTSSSEDU na luta pela isenção do assistente social nas escolas da Bahia.*

Por conta da inserção dos membros do GT em espaços públicos de discussão, criando a rede coletiva de discussão sobre o tema temos representantes no Fórum Regional Sobre Drogas, na UNIPOP e na Comissão de Educação do CRESS.

Com o objetivo de promover a socialização das informações e das formações, das ações e dos produtos do GT e, ao mesmo tempo arregimentar mais pessoas que comunguem com a luta do serviço social na educação, sendo assistentes sociais ou não, criando a rede tanto no mundo real quanto no mundo virtual, o GT criou um blog: **gtssedu-ufrb.blogspot.com**. O blog tornou-se mais uma superfície de contato do GT com a realidade e com os sujeitos e sua gestão é feita por um assistente social e pelos discentes de jornalismo da UFRB que tem feito a cobertura dos cursos, das audiências públicas e demais atividades do GT.

CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS

O desenvolvimento das ações do GT no período de fevereiro de 2010 a junho de 2011 com as parcerias que se formam tem concorrido para o fortalecimento de diversos movimentos no interior, no exterior e na comunicabilidade da Universidade com a vida extramuros. A extensão vem cumprindo seu papel de aproximação e de aprendizagem mútua entre a universidade e as necessidades sociais e, ao mesmo tempo, se tornando um vetor poderoso para que as ações da profissão de serviço social cumpram a materialização do projeto ético-político profissional.

O GT contribuiu para que no interior do curso incrementássemos a discussão do tema do serviço social na educação através de uma disciplina optativa chamada *Educação e Espaços não Formais de Aprendizagem* que além de publicizar a questão da educação no curso de serviço social, recebeu discentes de outros cursos além dos membros do GT como participantes. Isso tem reforçado a formação profissional respondendo ao que as Diretrizes Curriculares apregoam. Responder às diretrizes curriculares é conduzir a formação para a concretização do projeto ético-político da profissão.

Ao mesmo tempo o GT tem atraído a atenção dos discentes, docentes e dos profissionais como polo disseminador de aporte teórico-prático-organizativo para que seja possível a estes sujeitos compreenderem a educação como uma expressão da questão social e que suas manifestações requerem múltiplos olhares e fazeres profissionais e que é possível com essa configuração múltipla transformar os espaços educacionais em espaços de aprendizagem coletivos e formação de sujeitos de direitos, sejam eles estudantes, professores, familiares, gestores, funcionários ou membros da comunidade.

Através da ampliação da rede e das rodas de conversa e ação, o GT fortaleceu a discussão e o acúmulo de experiências, e com a dinâmica de traçar ações por semestre vem desenvolvendo-se de forma combinada com os profissionais de educação e de serviço social pontos de formação em outras cidades disseminando a importância da inserção do profissional de serviços na educação não pela via de garantia de frente de trabalho, mas, em primeira instância pelo meio de se garantir a educação como direito para os trabalhadores, suas famílias e seus filhos, seguindo as palavras de Paulo Freire (2000, p. 27):

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

A experiência do GT tem caminhado nessa direção e vem publicizando o fazer do profissional de serviço social e sua direção ético-política suscitando a aproximação dos discentes com as demandas sociais, apontando saídas, reconhecendo os direitos dos profissionais da área de educação, organizando o material já produzido na área e as práticas exitosas de intervenção na educação, dando visibilidade aos profissionais que já atuam na área e ocupando espaços de discussão construindo pontes, pontos de referência e pilares para a continuidade da tarefa que é a inserção do profissional de serviço social na educação.

Como resultados no âmbito escolar, temos dois Projetos de Lei Municipais um em Santo Amaro da Purificação e outro em Cachoeira. O de Cachoeira já foi sancionado pelo prefeito. Em Santo Amaro teremos um Projeto Piloto enquanto a Lei tramita. Em São Félix, aguardamos os tramites legais da aprovação do PCCV da Secretaria de Educação,

Esportes e Cultura onde já se encontra previsto a presença do profissional de Serviço Social. Em todos esses municípios o GT dará apoio técnico e acompanhará a implantação dos processos legais de implantação e implementação da inserção dos profissionais de serviço social nas escolas desses municípios, compreendendo que esse processo requer um olhar e formação contínua para todos os profissionais envolvidos.

No que refere à assistência estudantil no âmbito universitário sejam elas públicas ou particulares, o GT vem desenvolvendo ações junto às universidades parceiras para a discussão e produção de material que mostrem as atividades e os grandes desafios da assistência estudantil, sendo o maior deles, o número desproporcional de assistentes sociais para desenvolver as ações necessárias para além do cumprimento dos editais de seleção de bolsa e outros benefícios. Essa é a discussão central sobre a qual temos nos debruçado, estudando e propondo soluções sobre a quantidade de profissionais necessárias para o desenvolvimento das ações. A assistência estudantil em espaços universitários e nos institutos federais vem dando visibilidade a essa questão, que é fundamental para o desenvolvimento da luta e para a inserção dos profissionais de serviço social na educação em todos os níveis.

Além desses passos, o GT como representante do pioneirismo e protagonismo da formação pública em serviço social no estado da Bahia, através da UFRB está encaminhando a discussão de uma especialização pública na área de serviço social na educação que compreenda as necessidades loco-regionais para um desenvolvimento social que esteja comprometido mais com a transformação das realidades do que com a alteração de indicadores.

O desenvolvimento da ampliação da rede de proteção social, o desenvolvimento de espaços sócio ocupacionais, devem se traduzir no

avanço da disseminação de direitos sociais, fundamentais para o desenvolvimento humano, econômico, político e social de qualquer região. E esse é o pacto ético-político que une o GT, os NESSE e seus membros em todos os municípios em que ele atua em 17 meses de atuação, construindo, costurando e tocando a inserção do profissionais de serviço social nas escolas municipais como um Projeto Popular, multicêntrico, participativo, respeitoso, envolvente e que prime pelo recuperação da humanidade da forma como Arroyo (2011, p. 6) nos ensina:

Todo projeto educativo tem que ser um projeto de humanização; isto implica reconhecer a desumanização, ainda que seja uma dolorosa constatação. Juntar os cacos triturados pela injustiça, fome, provocadas pela brutalidade do capitalismo. Buscar a viabilização da sua humanização no contexto real, concreto do Brasil. Este é o desafio do Projeto Popular: RECUPERAR A HUMANIDADE ROUBADA DO POVO.

A inserção do profissional de serviço social na educação constituiu-se numa perspectiva real de recuperação dessa humanidade roubada através dos esforços contínuos de criação de laços de reconhecimento entre os sujeitos que desenvolvem os processos de articulação permitindo que o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias estejam a serviço da reconstrução da dignidade humana. O Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação vem contribuindo para a visibilidade da categoria profissional nos lugares onde passa e fica, constituindo-se um forte aliado na concretização do projeto ético-político profissional reiterando com os diversos e múltiplos sujeitos sociais os princípios que orientam o fazer profissional do serviço social, como democracia, liberdade, participação e transformação social.

A inserção do profissional de serviço social na educação é a uma questão de justiça social que, concretizada, contribuirá para a correção de práticas de injustiça com todo o segmento da comunidade escolar, professores, famílias, alunos e comunidade, como contribuirá para uma ampliação da proteção social, através do estreitamento de ações entre os diversos setores da sociedade que contará com mais um ponto de referência para a construção, manutenção e ampliação dos direitos sociais, propiciando aos sujeitos maiores e mais intensas experiências na condição de sujeitos sabedores dos seus direitos e por isso mais hábeis na vida coletiva.

O serviço social, isoladamente não é potente para a transformação da realidade. Não somos nem seremos “salvadores de nada”, mas existem possibilidades onde os sujeitos envolvidos são potentes para transformar a realidade em que vivem e dessa forma transforma-se a si mesmo. Mais que possível isso é real!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: *Serviço Social: competências profissionais e direitos sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, N. L. T. de. *O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio ocupacionais*. Disponível em: <www.cress-mg.org.br> [textos e arquivos]. Acesso em: 08 Jan.2009.

_____. *O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais*. Disponível em: <www.peepss.org/documentos/ney_pub3.pdf> Acesso em: 12 Abr. 2007.

_____. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. *CFESS – Caderno Especial*, n. 26. Edição: 04 a 25 Nov. 2005.

ARROYO, M. *A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a construção do Projeto Popular para o Brasil*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/13498659/Miguel-Arroyo-Paulo-Freire-e-Projeto-Popular>>. Acesso em: 04 Jul. 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BELLI, G. *Uno no escoge*. Agenda do MST, Mar. 2011.

BRASIL. MEC. *Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social*. 1999. Disponível em: <www.abepss.org.br/briefing/documentos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 Mar. 2003.

BRASIL. *Política Nacional de Extensão*. 2007. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/COOPMED/02_Politica_Nacional_Extensao_COOPMED.pdf>. Acesso em: 03 Fev. 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

GUIMARAES-LOSIF, R. *Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada*. Brasília: Liber-Livro, 2009.

PIANA, M. C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SERRANO, M. S. M. *Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire*. Disponível em: <www.prac.ufpb.br/copac/extelar/>

atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>.
Acesso em: 30 Maio 2011.

SOUZA, I. de L. *Serviço social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional*. 2008. 249 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

PARTE II

PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS NA LÓGICA CAPITALISTA

COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E O SISTEMA DE (DES)PROTEÇÃO SOCIAL

Ilzamar Silva Pereira¹

Lúcia Maria Aquino de Queiroz²

INTRODUÇÃO

O Brasil contemporâneo tem apresentado um quadro de grande complexidade, registrando-se, por um lado, um crescimento nos indicadores econômicos, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB), a existência de áreas dinâmicas, ainda que marcadas pela pobreza e pela exclusão social e, por outro, a permanência de territórios estagnados, nos quais se verifica o agravamento dos problemas sociais. Nesse contexto, o presente trabalho pretende abordar o processo de exclusão social das famílias dos remanescentes quilombolas da comunidade ribeirinha de ‘São Francisco do Paraguaçu’, situada no Recôncavo baiano, por compreendê-la imersa em uma região economicamente deprimida e permeada por

¹ Professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Mestre em Serviço Social, Pesquisadora do Grupo de Políticas Sociais e Desenvolvimento Regional da UFRB. E-mail: ilzamar.pereira@hotmail.com.

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional, Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de Políticas Sociais e Desenvolvimento Regional da UFRB. E-mail: luciamaqueiroz@yahoo.com.br.

dramáticas expressões da questão social, marcada pela pobreza e pela exclusão social, com um deficitário sistema de proteção social público.

Região tradicionalmente produtora de açúcar e fumo, o Recôncavo baiano, embora convivendo com ciclos periódicos de prosperidade e declínio, por causa da instabilidade proporcionada pelo modelo primário exportador, liderou a socioeconomia baiana até a segunda metade do século XIX, quando perde progressivamente sua importância econômica e política isolando-se dos novos processos dinâmicos que passam a comandar o cenário nacional. Não conseguindo se inserir, efetivamente, nos processos da reestruturação produtiva, de novas exigências estabelecidas pelo capital, esta região atravessa o século XX em intenso marasmo, o que vem a configurar ampla decadência, com a qual se intensificam as mais diversas formas de exclusão presentes em sua realidade.

A decadência vivenciada pelo Recôncavo baiano, ao tempo em que intensificou o quadro de pobreza e exclusão social, possibilitou, com o próprio isolamento da região, a preservação de um vasto patrimônio cultural, que hoje a caracteriza como um dos mais importantes repositórios da cultura de matriz africana no Brasil. Os saberes e fazeres de comunidades locais – suas tradições, seus ritos, gastronomia, artesanato, religião, manifestações populares, entre outros –, que, através do trabalho, resistiram a este processo, compõem hoje o patrimônio imaterial desta região, o que não garante a estes grupos, entretanto, uma inserção digna na vida social, um reconhecimento efetivo por parte dos mais distintos segmentos regionais e, inclusive, a própria manutenção de sua atividade laboral. Em consequência, nessas comunidades, a exemplo da de São Francisco do Paraguaçu, emergem várias expressões dramáticas da questão social.

QUESTÃO SOCIAL: UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL

Não é fácil situar o debate da questão social na contemporaneidade. Trata-se de um tema complexo, considerando ser este um conceito multidimensional, pois compreende diferentes interpretações e significados no âmbito das ciências sociais e do serviço social.

À luz de distintas perspectivas, a questão social é entendida como ameaça ao sistema e à ordem capitalista, ou seja, vista como um problema, uma disfunção social. Na visão liberal, os problemas sociais são percebidos isoladamente, atribuindo-se aos indivíduos seus sucessos ou fracassos.

A esse respeito, observa Medeiros (1991 apud PEREIRA, 2004, p. 18):

O pensamento liberal funda-se na convicção de que a ordem política existe para assegurar a livre expansão dos direitos naturais do indivíduo; a passagem do estado de natureza para a sociedade civil só se justifica se o governo assegurar esses direitos. A ideologia liberal defende que o Estado exista com a finalidade de garantir o interesse geral, ou seja, justiça igual para todos.

Nessa perspectiva, a liberdade é vista como bem maior que não pode ser afetado, sendo as desigualdades atribuídas aos indivíduos, concebendo-se a pobreza como resultado da incapacidade de poupar e da acomodação. Segundo esse entendimento, a liberdade se constitui também como condição fundamental para resolver as desigualdades, por ser capaz de propiciar oportunidades de ascensão social individualmente para todos. Ao Estado, como organismo político, cabe garantir a liberdade e a propriedade (LIMA, 1984).

Não muito diferente do chamado liberalismo clássico, a questão social, na perspectiva de Castel (1995), é algo próprio das sociedades

modernas, a expressão profunda de suas contradições, na medida em que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramadas na dinâmica das relações de poder e dominação. Essas contradições, hoje, também apontam para a disjunção entre as esperanças de um mundo que valha a pena ser vivido, inscritas nas reivindicações por direitos, e o bloqueio de perspectivas de futuro para as maiorias atingidas por uma modernização selvagem, a qual desestrutura formas de vida e faz da vulnerabilidade e da precariedade formas de existência que tendem a se cristalizar como único destino possível.

Em suas abordagens, Robert Castel argumenta que no cenário do capitalismo contemporâneo a questão social muda de natureza, expressando-se com muita intensidade na exclusão social pela via da vulnerabilização do trabalho e da precarização do trabalho. Nesta direção, Castel mostra que o dismantelamento da sociedade salarial, no contexto da mundialização do capitalismo, é o determinante principal do processo de Exclusão Social da “nova pobreza”, ou seja, da “nova questão social”.

Outro estudioso do tema, Rosavallon (1997) acompanha o pensamento de Castel, pois entende que se trata de um produto da crise do Estado de Providência (na França), do *Welfare State* ou do Estado do Bem-Estar Social (na Inglaterra e em outros países), ou seja, uma “Nova Questão Social”.

Segundo Telles (1996, p.85), discutir a questão social significa de certo modo problematizar alguns dilemas cruciais da contemporaneidade, como a crise dos modelos conhecidos do *Welfare State*, que traz à tona o

problema da justiça social, redefina o papel do Estado e o sentido da responsabilidade pública, e também:

As novas clivagens e diferenciações produzidas pela reestruturação produtiva e que desafiam a agenda clássica de universalização de direitos; [...] o esgotamento do chamado modo fordista de regulação do mercado de trabalho (não a perda de sua centralidade) na sua dinâmica societária, afetando sociabilidades, identidades, modos de existência e também formas de representação.

Ao situar o *Welfare State* em sua historicidade, observa Pereira (2000) que o consenso político mediado pelo Estado é determinado por uma prosperidade econômica sem precedentes, em países da Europa, como Inglaterra e França, a qual possibilitou o ingresso de três grupos de medidas no sistema de proteção social em desenvolvimento, como se verifica, sem grandes percalços, no período entre o pós-guerra e meados dos anos 1970. Para a autora, o primeiro grupo de medidas atrelava-se ao compromisso com o pleno emprego; o segundo, à introdução e ampliação de uma série de serviços sociais de caráter universal, categorizados como direitos, e por último, ao estabelecimento de uma rede de segurança, que teria como função principal impedir que pessoas socialmente vulneráveis deslizassem para uma situação socioeconômica aquém do considerado satisfatório pelo conjunto da sociedade.

Este padrão de bem-estar, baseado no modelo fordista de produção (de larga escala), não flexível e regulado pelo Estado, entrou em declínio a partir do decênio de 1970, em virtude principalmente de mudanças estruturais e econômicas contrárias à lógica desse modelo e também do aparecimento de forças políticas e ideológicas contrárias ao *Welfare State*.

A tendência neoliberal contrapõe-se ao *Welfare State* porque o responsabiliza por quase todas as “mazelas” sofridas pelo sistema

capitalista a partir dos anos 1970. Não por outro motivo, o neoliberalismo defendeu com intensidade a desregulação do mercado, o corte e a reorientação dos gastos públicos e a redução do Estado, como a privatização de vários setores públicos, incluindo também as políticas de proteção social (PEREIRA, 2000).

Ainda como assinala Pereira (2000), para justificar tamanha intervenção, os governos neoliberais não hesitaram em fabricar uma noção de “crise” do *Welfare State*, altamente ideológica, como se não fosse possível dar outro rumo à política social do pós-guerra — ou, ainda, preconizar a transição de um padrão de bem-estar para outro.

Em contraposição à perspectiva apontada por Castel e Rosavallon, José Paulo Netto (2002) sublinha que discutir a questão social a partir da crise do *Welfare State* e do esgotamento do modelo fordista de produção, não pode se constituir em elemento central para um tema tão complexo e antigo, pois entende que há novas expressões da questão social: o que está mudando são os circuitos produtivos, o caráter do trabalhador coletivo; a própria crise estrutural do capitalismo tem levado a mecanismos de financeirização e a um padrão de hipertrofia nunca sonhado, alterando completamente as modalidades da questão social, porque a relação capital x trabalho continua a ser o “núcleo duro” de onde se expressam os vetores que a configuram.

Nessa direção, Iamamoto (2002) faz uma análise da questão social assegurando haver uma dupla armadilha envolvendo este conceito quando suas múltiplas e diferenciadas expressões são desconectadas de sua gênese comum, não considerando os processos sociais contraditórios em sua totalidade, que as criam e as transformam. Escreve Iamamoto, (2002, p. 27)

A primeira armadilha é a pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos singulares a responsabilidade por suas dificuldades e pela sua pobreza, isentando a sociedade de classes de sua responsabilidade na produção das desigualdades sociais. Perde-se assim a dimensão coletiva da questão social que se expressa na vida dos indivíduos singulares. A partir de uma artimanha ideológica e mistificadora, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo isolado, típica do pensamento liberal. Este ao desconhecer os direitos sociais, transforma a questão social em questão de dever moral de prestar assistência aos pobres, despolitizando-a, como assinala Yasbek (2001).

Percebe-se claramente que, na perspectiva liberal, a responsabilidade da arena pública é deslocada para a arena privada, ou seja, para a responsabilidade individual, isolada do indivíduo, isentando dessa forma o Estado de sua responsabilidade fundamental em relação aos direitos sociais na perspectiva de universalidade e atribuindo as sequelas da questão social a iniciativas pontuais, fragmentadas, movidas por interesses clientelistas e eleitoreiros, incentivando o desmonte dos direitos sociais, conforme assinala Iamamoto (2002).

Prossegue a autora:

A segunda armadilha a ser evitada é a difusão de um discurso genérico e uma visão unívoca e indiferenciada da questão social prisioneira das análises estruturais e segmentadas da dinâmica conjuntural, da vida e da luta dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2002, p. 28).

Portanto, nessa perspectiva a autora considera que as múltiplas manifestações da questão social é que podem demarcar o padrão de sociabilidade, pois se esse fenômeno é uma velha questão social, inscrita

na própria natureza das relações sociais capitalistas, provavelmente tem novas roupagens, novas expressões em consequência dos processos históricos que a redimensionam na contemporaneidade, acirrando as contradições sociais.

Iamamoto (2002) ressalta que a questão social é, com efeito, indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, porque esta promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza.

Argumenta Iamamoto (2002) que a questão social não pode ser vista de modo mecânico, porque alguns processos estruturais que demarcam o padrão de sociabilidade, na sociedade capitalista, estabelecem algumas particularidades e uma explicação das múltiplas expressões da questão social, que não se pode reduzir à pauperização. Para a autora, a questão social tem dimensões econômicas e políticas, pois compreende diferenças sociais, culturais e de gênero, que conformam o seu tecido. Acrescenta:

Essa questão social assume novos determinantes com a modernização conservadora da sociedade brasileira, com a ação do grande capital internacional na constituição do Estado nacional que incorpora interesses oligárquicos e patrimonialistas, atribuindo um ritmo lento à ‘modernização’ da sociedade. Ou seja, o desenvolvimento da sociedade não acompanha linearmente o processo de desenvolvimento do capital e do próprio Estado. As desigualdades se diversificam e se ampliam desde as lutas operárias/camponesas, as lutas pela terra, liberdade sindical, a luta por saúde, educação, meio ambiente, enfim, se modernizam a economia, o aparato do Estado, mas as conquistas sociais e políticas apresentam uma enorme defasagem na construção da cidadania na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2002, p. 3-4).

Nessa linha de raciocínio, Ianni (1992 apud IAMAMOTO, 2002, p. 26) considera que, pelo fato de possuir uma dimensão estrutural, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

Neste percurso analítico, percebe-se que, assim como considerado por Iamamoto, é necessário se ter clareza de que as lutas sociais forçaram o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais.

Portanto, a discussão da realidade social brasileira e, especificamente, do Recôncavo baiano, nos aspectos que atingem as populações de comunidades que sobrevivem em um contexto de extrema desigualdade social e econômica, em um quadro social de grande complexidade, é relevante e não pode ser dissociada da realidade regional e da singularidade dos sujeitos sociais que materializam cada cenário social. Neste sentido, compartilha-se com as reflexões de Carvalho M. (1998, p. 3-4), segundo as quais a questão social implica múltiplas expressões, assumindo, pois, um caráter multifacetado em cada cenário social, movimentando diferentes sujeitos políticos, a partir de suas formas específicas de expressão e de concretização.

Partindo dessas reflexões em torno da questão social, neste estudo tomou-se como expressão da questão social a realidade vivenciada pela comunidade ribeirinha de São Francisco do Paraguaçu, marcada pelos conflitos fundiários, pela ausência de trabalho, pela precariedade das condições e relações de trabalho, pela insuficiência de serviços sociais básicos (saúde, educação, habitação, assistência social, Bolsa Família,

transporte e outros), ou seja, pela violação de direitos e de acesso às necessidades fundamentais do ser social.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE FRANCISCO DO PARAGUAÇU

O Recôncavo baiano, tradicionalmente definido como uma região em forma de “fértil crescente em torno da Baía de Todos os Santos” (PEDRÃO, 1998, p. 219), chegou ao apogeu na sua função de centro produtor de açúcar e fumo, artigos primário-exportadores que, atravessando ciclos de prosperidade e retração, sustentaram o sistema escravista-colonial brasileiro de meados do século XVI a inícios do século XVIII. Nesse período, a expansão da economia açucareira e fumageira, associada a outras atividades como a criação bovina e a busca de metais e pedras preciosas, possibilitou o nascimento de diversas vilas na Bahia, propiciando a criação de caminhos e trilhas entre estas e as regiões produtoras. Como refere Uzêda (2005), esse foi o caso das vilas de Cachoeira (fundada em 1693), Santo Amaro (1724), Maragogipe (1730), Jaguaripe (1693), entre outras. A vila de Cachoeira, além de sua comunicação aquática com a cidade do Salvador, era também o local de saída e chegada do gado e dos faiscadores de ouro e pedras preciosas que vinham da estrada geral. Citando Tavares, informa Uzêda:

A vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira data de 1693. Originou-se do povoado à margem esquerda do Paraguaçu, em terras de Gaspar Rodrigues Adorno. Ganhou enorme importância no século XVIII, por causa de sua condição de centro comercial de uma região que incluía o rio Iguape e era passagem para vilas e povoados dos sertões do rio São Francisco. (TAVARES, 2001 apud UZÊDA, 2007, p. 76.)

Como registra Santos (1998 apud QUEIROZ; SOUZA, 2009), a economia açucareira desempenhou papel fundamental no povoamento do Paraguaçu; as primeiras tentativas de povoamento dessa área estão configuradas nos antigos engenhos erguidos pelo mameluco Rodrigo Martins e por Luiz de Brito e Almeida.

Ao findar o século XVI já existiam CINCO ENGENHOS DE AÇÚCAR às margens do Rio Paraguaçu, apesar dos ataques constantes dos indígenas. Só depois de feita a “paz” com os índios foi possível o desenvolvimento das povoações dos brancos portugueses em nossa região (SANTOS, 1998 apud QUEIROZ; SOUZA, 2009, p. 35.)

Um dos primeiros núcleos de habitação dos colonizadores no Recôncavo situava-se no entorno da pequena Capela de Nossa Senhora do Rosário, hoje denominada Nossa Senhora da Ajuda. Posteriormente, devido à localização estratégica da capela, implantada no último ponto, por via fluvial, de acesso ao sertão, e às cobiçadas minas preciosas, este núcleo passou a denominar-se Porto da Cachoeira, assumindo, depois, a denominação de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (QUEIROZ; SOUZA, 2009, p. 35).

Na formação da vila de Cachoeira há que se destacar, como sublinha Mello (2001 apud QUEIROZ, SOUZA, 2009, p. 36), a participação de Paulo Dias Adorno, fidalgo português, genro de Diogo Álvares Correia (Caramuru), que, chegou à Baía de Todos os Santos em 1532, tendo, posteriormente, recebido estas terras em doação efetuada por D. Álvaro da Costa, filho do 2º Governador Geral do Brasil, D. Duarte da Costa.

D. Álvaro da Costa, filho de D. Duarte da Costa, tornou-se donatário da Capitania de Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo Baiano. De posse da Capitania, D. Álvaro distribuiu sesmarias de

terras de sua Capitania a vários fidalgos portugueses, e, entre eles, Paulo Dias Adorno foi contemplado com a sesmaria que compreendia a região ribeirinha do rio Paraguaçu. Era intenção do 2º Governador intensificar a cultura da cana-de-açúcar em toda a Capitania de seu filho D. Álvaro. (MELLO, 2001 apud QUEIROZ, SOUZA, 2009, p. 36.)

No ano de 1561 outros fidalgos chegam ao Iguape, junto com os primeiros jesuítas que vieram tomar posse das sesmarias doadas por D. Álvaro da Costa. Foi quando começou a esboçar-se uma povoação que mais tarde daria origem à cidade de Cachoeira. As terras excelentes para a cultura da cana-de-açúcar foram um atrativo fundamental para que novos colonos migrassem para essa área interessados em construir seus engenhos e casas de fazenda.

Com a posse das terras iniciava-se a formação dos canaviais, a instalação dos engenhos e alambiques, ao tempo em que as ordens religiosas eram também atraídas. Em 1649, a Ordem Franciscana se instala na povoação, em uma área posteriormente denominada São Francisco do Paraguaçu, e implanta, no lagamar do Iguape, o convento Santo Antônio do Paraguaçu. Esse convento, situado em terras doadas pelo padre Pedro Garcia ao custódio Frei João Batista, foi o segundo instalado no Brasil, após o de Igarça, em Pernambuco.

A comunidade de São Francisco do Paraguaçu foi, assim, constituída no entorno do convento de Santo Antônio, em um território outrora ocupado por engenhos de cana-de-açúcar, dentre os quais ‘O Engenho Velho’, um dos primeiros a exportar açúcar para a Europa. A origem desta comunidade remonta, pois, à inserção subordinada da socioeconomia brasileira ao sistema mercantil capitalista, período de intenso domínio da oligarquia rural brasileira, ainda que sujeito às crises típicas do modelo primário-exportador. Período em que se aguçavam

violentas contradições: por um lado, verificava-se o domínio absoluto dos senhores de engenhos da região, elite patrimonialista, coronelista, e, por outro, a superexploração da mão de obra escrava, a degradação e brutalização da força de trabalho. Período em que, conforme a análise de Netto e Braz (2008, p. 67), “o trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo produtor direto (escravo) lhe era subtraído mediante a violência real e potencial”.

Nessa fase e, mais especificamente, na segunda metade do século XVII, a construção do Convento de Santo Antônio, por mão de obra escrava, possibilitou a ocupação desta área da Baía do Iguape e a conformação do quilombo do Boqueirão, na região do Boqueirão, Alamão e Caibongo, fruto da resistência dos escravos que, não suportando a excessiva exploração, estabeleceram-se em mata fechada, e, após a Abolição, retornaram à vila do São Francisco do Paraguaçu, onde residiam brancos e donos de engenho. Naquele momento, o retorno à vila, próxima ao mar e a manguezais, apresentava-se para os quilombolas como uma possibilidade de melhoria de vida; entretanto, até os dias atuais os conflitos são ainda uma realidade premente nesta comunidade, assim como permanecem as precárias condições de vida.

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL VIVENCIADAS PELA COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

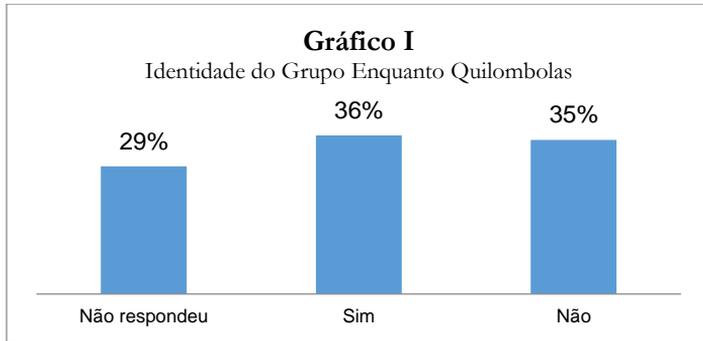
A comunidade de São Francisco do Paraguaçu, que compreende cerca de 300 famílias,³ foi reconhecida oficialmente como quilombola pela Fundação Palmares em 2005; entretanto, até o presente momento, o

³ Conforme Gecilene Jesus de Santana, enfermeira chefe do posto de saúde de São Francisco do Paraguaçu, esta localidade é composta por 312 famílias.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não demarcou o território, ação imprescindível para o reconhecimento dos direitos coletivos da comunidade ao acesso às terras tradicionalmente ocupadas. A não conclusão deste processo tem resultado em inúmeras implicações para esta comunidade que vive sob a ameaça constante dos proprietários das terras, sujeita aos diversos tipos de violência e, ao mesmo tempo, a um processo brutal de cisão interna: uma parte de sua população se reconhece como remanescente quilombola e luta por seus direitos, outra parte não se reconhece enquanto tal e expressa esse posicionamento, inclusive, através de cartazes afixados nas fachadas de suas residências.

Pesquisa realizada em junho de 2010, com 35 moradores da comunidade São Francisco do Paraguaçu,⁴ corrobora a inexistência de um posicionamento consensual em relação à identidade do grupo enquanto quilombola. Quando perguntados sobre este reconhecimento, 36% dos entrevistados afirmaram se considerar quilombolas em oposição a 35% que negaram esta condição; os demais não responderam à pergunta.

⁴ Na pesquisa utilizou-se uma amostra aleatória, buscando-se, entretanto, entrevistar apenas um representante de cada família. O questionário, instrumento de pesquisa, foi produzido no primeiro semestre de 2010, no âmbito das disciplinas Economia e Serviço Social, Trabalho e Questão Social, ministradas, respectivamente, pelas professoras Lúcia Aquino de Queiroz e Ilzamar Silva Pereira, do curso de Serviço Social da UFRB, aplicado pelos alunos das referidas disciplinas e tabulado pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais e Desenvolvimento Regional.



Fonte: Pesquisa Direta, 2010.

A exclusão do direito à terra que, dentre outros fatores, vem contribuindo para a perda de identidade desse grupo é apenas uma das diversas expressões da questão social a que está submetida a comunidade de São Francisco do Paraguaçu. Como analisa Martins (1997, p. 18), a exclusão

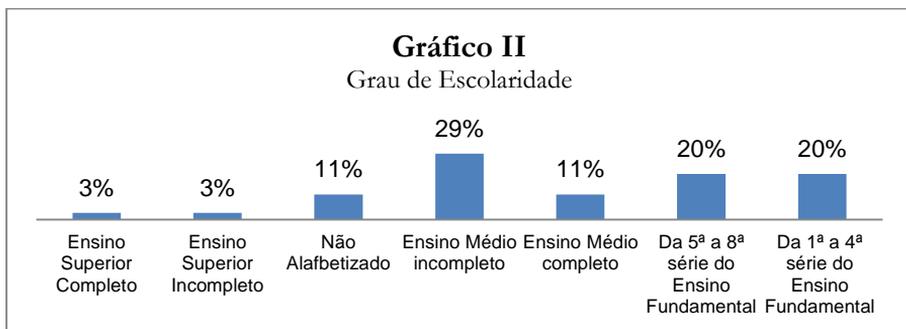
[...] é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança. É isso, em termos concretos, o que vulgarmente chamamos de pobreza.

Ainda seguindo a reflexão de Martins (1997, p. 18), é necessário cuidado na mudança do nome de pobreza para exclusão, pois corre-se o risco de se escamotear o fato de que “a pobreza hoje, mais do que mudar de nome, mudou de forma, de âmbito e de consequências”.

Na comunidade de São Francisco a pobreza⁵ assume a forma da inexistência de oportunidades de trabalho, da precarização das relações de

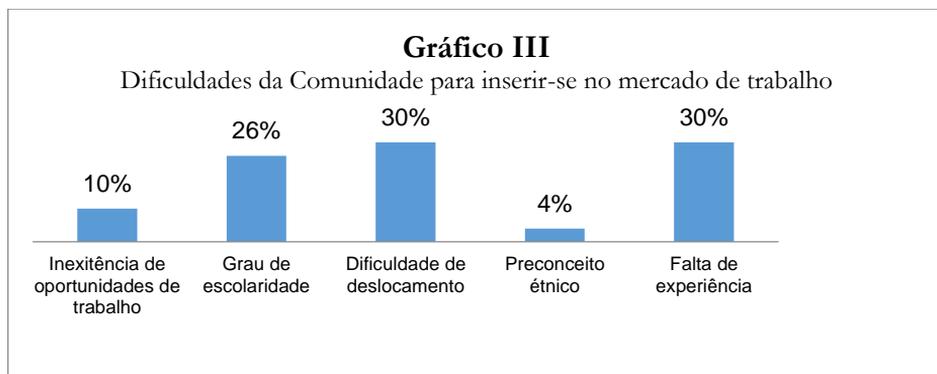
⁵ O conceito de pobreza, aparentemente simples, é, na realidade brasileira, extremamente complexo. A princípio, pode ser definido como “grupos sociais

trabalho, da insuficiência de serviços públicos, da exclusão da riqueza socialmente produzida, dentre outras privações. Conforme a amostra pesquisada, o acesso à educação nesta comunidade é insuficiente e precário; 51% da população entrevistada possuem baixa escolaridade e, dentre estes, 11% não são alfabetizados e 40% tem apenas escolaridade fundamental (Gráfico II). O baixo grau de escolaridade é um dos fatores centrais a dificultar o acesso desta população ao mercado de trabalho (apontado por 26%), aliado a outros aspectos, como a falta de experiência e a dificuldade de deslocamento, indicados, respectivamente, por 30% dos entrevistados (Gráfico III).



Fonte: Pesquisa Direta, 2010.

vulneráveis como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situada na linha de pobreza” (OLIVEIRA, 1995, p. 9). Ainda segundo Oliveira, uma definição econômica da vulnerabilidade social é incompleta, embora não haja exceção se pensarmos nos pobres como esse contingente maior da vulnerabilidade social. Trata-se dos grupos étnico-raciais mais discriminados, como também todas as crianças de rua, no drástico e perverso treinamento da mendicância para a delinquência. Estas parcelas populacionais são discriminadas socialmente, economicamente, discriminadas principalmente no campo dos direitos sociais que lhes são negados, incluindo dessa forma, além da vulnerabilidade econômica e social, a vulnerabilidade cultural.



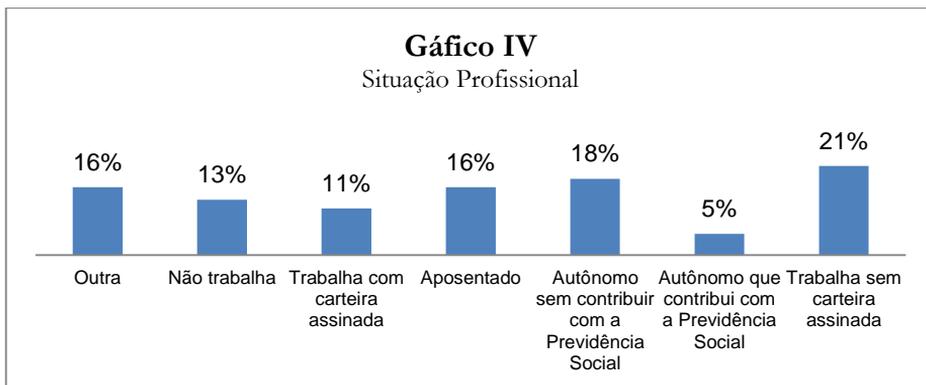
Fonte: Pesquisa Direta, 2010.

O trabalho, “categoria fundante do ser social” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 37), como uma atividade vital, específica do homem, mediatiza a satisfação de suas necessidades. Conforme Iamamoto (2001, p. 17), a vivência do trabalho

[...] extrapola o ambiente da produção e se espraia para outras dimensões da vida, envolvendo as relações familiares, a fruição dos afetos, o lazer e o tempo de descanso, comprometendo a reposição das energias físicas e mentais, a duração da vida e os limites da noite e do dia.

O trabalho assume a centralidade na vida dos indivíduos sociais e a sua ausência dificulta o acesso a bens e serviços necessários à obtenção de condições dignas de vida. Na comunidade de São Francisco do Paraguaçu esta dificuldade é evidenciada no desemprego (que atinge 13% da população entrevistada) e nas relações precarizadas de trabalho. Estas relações emergem na leitura dos dados levantados que indicam a existência de um expressivo percentual de sujeitos (39%) inserido em ocupações informais e sem proteção social; neste conjunto, 21% trabalham sem carteira assinada e 18% são autônomos e não contribuem para a

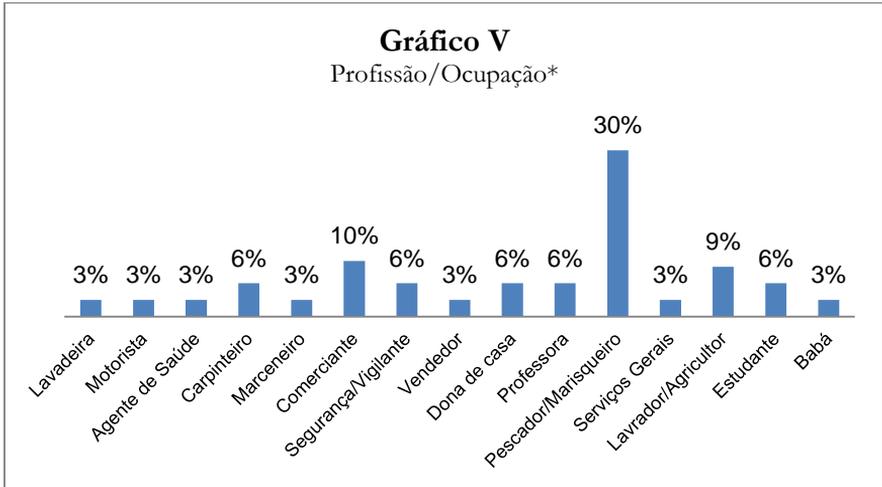
Previdência Social. Com proteção social foram identificados, dentre os trabalhadores ativos, 16%, sendo 11% com carteira assinada e 5% autônomos, e, dentre os inativos, 16% de aposentados (Gráfico IV).



Fonte: Pesquisa Direta, 2010.

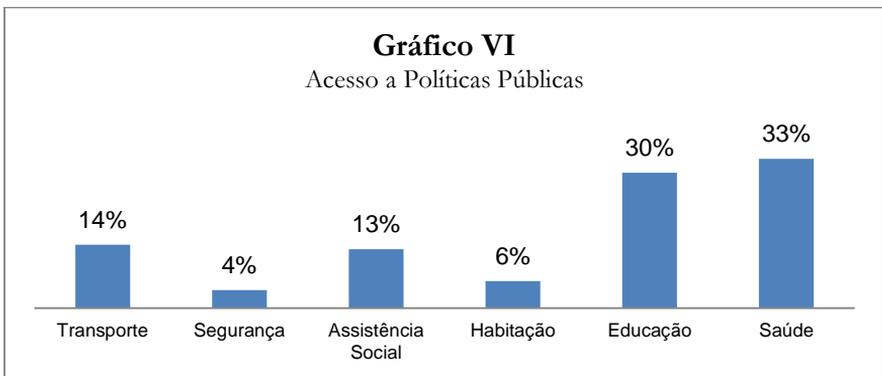
As ocupações identificadas na comunidade de São Francisco do Paraguaçu ratificam a precariedade das condições de trabalho vigentes. Ainda que haja um reconhecimento de algumas categorias por parte do Estado, a exemplo dos pescadores, principal ocupação dos trabalhadores desta comunidade (31% – Gráfico V), considerados como segurados especiais da Previdência Social, o acesso a outras políticas públicas ainda é extremamente precário, como pode ser visualizado no Gráfico VI. Este indica que apenas 33% dos entrevistados reconhecem o acesso à política de saúde e 13% à assistência social. O Gráfico VI também evidencia a precariedade do acesso às demais políticas sociais, como educação, apontada por 30%, transporte, por 14%, habitação, por 6%, e segurança pública, por 4%. A oferta precária dessas políticas sociais básicas contraria os princípios constitucionais previstos no artigo 6º da Constituição Cidadã que define o amplo sistema de proteção social, formado pelos direitos

sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência e a assistência social.



Fonte: Pesquisa Direta, 2010.

* Foram escolhidas mais de uma alternativa



Fonte: Pesquisa Direta, 2010.

O atual sistema de (des)proteção social ao qual está submetida a comunidade de São Francisco do Paraguaçu, precário, inacabado, com baixa efetividade, tem se apresentado de forma injusta e distante das demandas dos segmentos mais empobrecidos da população. Como assinala Sposati (2007, p. 17), estar protegido

[...] significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização/privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição. Porém, estar protegido não é uma condição inata, ela é adquirida não como uma mera mercadoria, mas pelo desenvolvimento de capacidades e possibilidades. No caso ter proteção e/ou estar protegido não significa meramente portar algo, mas ter capacidade de enfrentamento e resistência.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, ao garantir os direitos humanos e sociais como dever do Estado e direito de cidadania, operou mudanças fundamentais rompendo no campo legal com os padrões tradicionais, conservadores de clientelismo, paternalismo, subalternidade, e instituindo o Sistema de Seguridade Social enquanto um aparato de proteção social. A concepção da Seguridade Social sob a primazia da responsabilidade do Estado traz implicitamente a contradição entre as demandas sociais e os interesses do mercado. Ainda que não alcance um caráter universalizado, garantindo uma renda digna para o conjunto da população, este sistema mobiliza um grande volume de recursos, capaz de impactar as condições de vida de diversos segmentos sociais. Como afirma Jaccoud (2009), não se deve desconsiderar que não cabe a este sistema a responsabilidade exclusiva pelo combate à pobreza e à desigualdade, mas

do qual espera-se que seja capaz de impactar a população que vive abaixo das linhas de pobreza⁶ ou de indigência.⁷

País marcado por elevada concentração de renda e intensas desigualdades, como sabido, o Brasil, apesar do crescimento econômico que o possibilitou posicionar-se entre os dez mais ricos do mundo, não foi capaz de promover alterações na universalização das políticas sociais asseguradas pela Constituição de 1988 e na distribuição da riqueza socialmente produzida, conforme sublinha Boschetti (2004).

Não basta garantir direitos em leis. É preciso assegurar as condições políticas, materiais e institucionais necessárias para sua concretização e estabelecer as condições de vida necessárias para que a população possa ter acesso a estes direitos – o que deveria ser função das políticas sociais. Ainda que incapazes de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas pública e institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema.

⁶ Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estão em pobreza absoluta os membros de famílias com rendimento médio por pessoa de até meio salário mínimo mensal.

⁷ A linha de indigência considera as pessoas que conseguem adquirir, com sua renda monetária, uma cesta de alimentos com a quantidade de calorías mínimas para sua sobrevivência. Conforme Oliveira (1995. p. 9), o que diferencia os indigentes dos pobres, num recorte puramente analítico, posto que a rigor é um grupo só, é que, na maior parte, “[...]são trabalhadores e trabalhadoras que não recebem salário, nem o mínimo. São os do chamado setor informal, que às vezes dispõem de emprego fixo, mas não têm sua situação trabalhista regularizada. São os trabalhadores que não têm qualquer classe de emprego e ocupam ou subocupam atividades típicas da informalidade do trabalho, como biscateiros, vendedores ambulantes”.

O Sistema de Seguridade no Brasil, desde a década de 1990, sob a influência do neoliberalismo, esteve submetido a uma linha extremamente conservadora, o que tem dificultado a efetivação do aparato de proteção social e a garantia do caráter universalizado dos direitos sociais. Como afirmam Silva, Yasbec e Giovanni (2007, p. 25), “em última análise, vem se assistindo a um verdadeiro desmonte do Sistema Brasileiro de Proteção Social que parecia apontar, a partir dos anos 1980, em direção à universalização dos direitos sociais básicos, evidenciando retrocessos nas ofertas de serviços, mesmo nas áreas sociais básicas”. Nesse contexto, o tripé seguridade social, políticas de saúde, assistência e previdência foi também igualmente impactado pela política neoliberal e consequente desmonte das políticas que consolidaram os avanços da Constituição de 1988, reduzindo a ação do Estado no campo social à promoção de programas assistenciais voltados, em sua maioria, ao atendimento das necessidades imediatas da população.

A Constituição Federal (Artigo 194) define o Sistema de Seguridade Social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, instituindo enquanto competência do Poder Público a universalização da cobertura e do atendimento; a uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade nos benefícios; a irredutibilidade do valor dos benefícios; a equidade na forma de participação no custeio; a diversidade da base de financiamento e o caráter democrático e descentralizado da administração. Diversos autores, a exemplo de Fleury (2004 apud BOSCHETTI, 2004), criticam a forma como o Sistema de Seguridade Social foi implantado, qualificando-o como inconcluso, dada a não instituição do que deveria ser homogêneo,

integrado e articulado e à forma diferenciada de aplicação de cada uma das políticas que o compõem.

Como ressalta Boschetti (2004, p. 116), não se pode também desconsiderar que a Seguridade Social no Brasil é extremamente condicionada e limitada pela condição do mercado de trabalho, visto que apenas a Saúde incorporou o princípio da universalidade, enquanto que a previdência destina-se apenas aos contribuintes, e a Assistência é restrita aos pobres em situação de extrema vulnerabilidade.

Ainda conforme Boschetti (2004), as reformas neoliberais e os ajustes fiscais dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, ao priorizar o econômico em detrimento do social, acabaram por dilapidar e fragmentar o Sistema de Seguridade Social, além de promover um redirecionamento de seus recursos para outras áreas. Observa-se que a forma de implementação desse Sistema – aliada à estrutura econômica e social brasileira concentradora de riqueza –, à medida que institui relações de trabalho precarizadas, temporárias, incertas e não garantidoras de direitos, promove a exclusão do acesso aos direitos previdenciários e assistenciais por comunidades vulnerabilizadas, a exemplo da de São Francisco do Paraguaçu.

Esta comunidade vivencia a precarização do Sistema de Seguridade Social, expressa através das condições precarizadas de trabalho, do desemprego, do trabalho pontual, temporário, informal, sem carteira assinada, ou seja, apenas uma pequena parte usufrui do sistema previdenciário (11% – ver Gráfico IV), por ser este limitado a seus contribuintes, promovendo uma exclusão de parcela significativa da população.

Essas novas relações de trabalho também presentes na comunidade de São Francisco do Paraguaçu apontam para a perda de direitos dos

trabalhadores, que, cumpre lembrar, foram adquiridos com muita luta da classe-que-vive-do-trabalho⁸, assegurado na Constituição Federal de 1988, como redução da jornada de trabalho para 44 horas, licença maternidade de 120 dias e paternidade de 8 dias, aumento da multa por rescisão contratual, abono de férias, extensão de direitos a trabalhadores rurais e domésticos, liberdade à greve, extensão do direito de sindicalização aos funcionários públicos etc. Observa-se que este grupo encontra-se praticamente à margem dos processos produtivos, fato agravado pelo baixo grau de escolaridade da maioria da população (ver Gráfico II), o que acentua o pauperismo e amplia a população sobrando para as necessidades médias da produção capitalista.

Parte expressiva da população de São Francisco do Paraguaçu compõe substratos sobrantes que nunca foram incluídos e não têm condições de se incluir; são fruto da exclusão, historicamente excluídos da sociedade do conhecimento; nunca tiveram acesso a uma vida digna. Conforme o *Atlas da exclusão social no Brasil*, de Márcio Pochmann (2003), 74% dos brasileiros vivem num *mar de exclusão*, rodeados de poucas ilhas de incluídos. Tem-se hoje um imenso contingente de homens e mulheres que em nada contribuem para a acumulação do capital, que se transformaram em seres inúteis do ponto de vista do capital e, pois, descartáveis para o capital. A comunidade de São Francisco do Paraguaçu está retratada neste contexto cruel da realidade brasileira.

⁸ Classe-que-vive-do-trabalho — Compreende todos aqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo tanto o trabalho produtivo quanto improdutivo (no sentido dado por Marx); inclui os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural; inclui o proletariado precarizado, sem direitos, e também os trabalhadores desempregados, que compreendem o exército industrial de reserva; e exclui, naturalmente, os gestores e altos funcionários do capital, que recebem rendimentos elevados ou vivem de juros. (ANTUNES, 2000, p. 9)

A política de saúde, que também compõe o sistema de seguridade social, enquanto parte de um desejado processo de consolidação de uma cidadania democrática, decorre de uma questão política, ou seja, enquanto a saúde não for concebida como direito de cidadania, as instituições de saúde parecem estar construindo cada vez mais obstáculos à universalização desse serviço, o que se traduz no desconhecimento da população quanto à necessária garantia de seus direitos sociais, contrariando assim o Artigo 196 da Constituição Federal que dispõe:

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, Artigo 196, 1988).

Segundo Costa (2000), o que se observa em relação à política de saúde no Brasil, no que concerne à operacionalização desse serviço, é a existência da histórica questão da demanda reprimida, porque se privilegia o aspecto curativo em detrimento de uma concepção preventiva e coletiva que considera a saúde como resultante da qualidade geral de vida da população, e não como redução do controle de doenças.

Ora, não por acaso, cumpre ressaltar, à luz do conceito de saúde, estabelecido na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1996), as condições de habitação, alimentação, educação, lazer, transporte, trabalho e outras áreas da vida humana devem ser consideradas como *ingredientes sociais* do processo saúde-doença, exigindo, portanto, a abordagem de um especialista capacitado para atuar nas questões sociais oriundas das relações sociais que afetam a saúde.

O estudo sobre a comunidade de São Francisco do Paraguaçu revela que as necessidades reais objetivas dos usuários desses serviços são

atendidas de forma insuficiente (apenas 33% reconhecem ter acesso à política de saúde – ver Gráfico VI). Estes usuários são portadores de necessidades materiais não contempladas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, eles não têm a quem recorrer ou são atendidos precariamente nos hospitais, postos de saúde. Em verdade, para essas famílias convergem todos os tipos de exclusão – social, econômica, político-cultural.

A assistência social, política pública que também compõe o sistema de seguridade social, embora, contraditoriamente, seja pouco reconhecida pela comunidade (indicada por apenas 13% – ver Gráfico VI), tem nesses grupos um amplo potencial de demanda. São grupos pobres, indigentes, que vivenciam diversas expressões da questão social, sendo, portanto, os demandatários dessa política. Entretanto, a inexistência de uma política de assistência social efetiva, aliada ao desconhecimento dos direitos sociais, dentre outros fatores, resulta em uma oferta de serviços sociais pontual, fragmentada, residual; assume um caráter clientelista, paternalista, dificultando a percepção do direito por parte desta população. É uma assistência social que acaba se limitando, quando muito, ao atendimento à pobreza e à extrema pobreza, contrariando a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 (LOAS), que determina:

A Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado. É Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais. É uma política realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Art. 1º da LOAS).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), em seus princípios, deve realizar-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento das desigualdades sócio territoriais, a garantia

das necessidades humanas, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Entretanto, como se pode observar na comunidade de São Francisco, os serviços da Assistência Social se mostram focais, pontuais e excludentes. Em entrevista, a enfermeira chefe do Posto de Saúde de São Francisco do Paraguaçu informou a existência de apenas um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no distrito de Santiago do Iguape, que presta atendimento ao conjunto das comunidades aí localizadas, dentre as quais a de São Francisco do Paraguaçu.

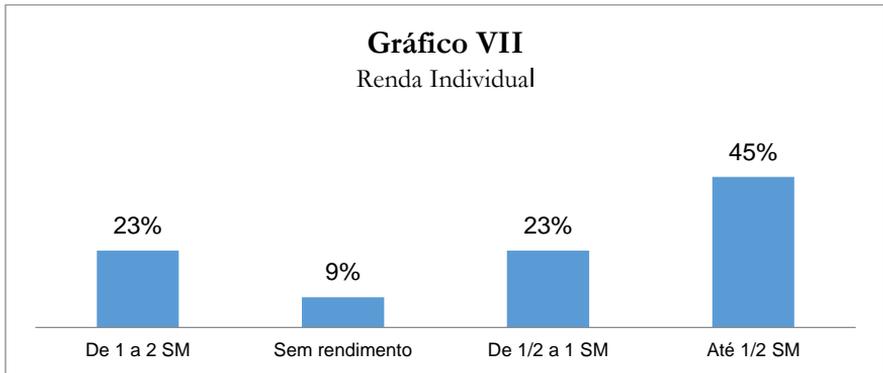
O CRAS tem por função prevenir a situação de risco e vulnerabilidade das famílias, através de serviços, programas e projetos. No município de Cachoeira, assim como em outros de pequeno porte, por causa da inexistência de uma unidade do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), equipamento público estatal que trabalha com a violação do direito de diversos segmentos e suas famílias, a Secretaria da Assistência assume a responsabilidade de desenvolver ações voltadas para grupos que têm seus direitos violados, através, por exemplo, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que contempla a comunidade de São Francisco do Paraguaçu. Deve-se ressaltar, entretanto, que, dada a amplitude territorial e da demanda por esses serviços de proteção especial de média e alta complexidade, a sua oferta para essas comunidades termina por adquirir um caráter fragmentado e descontínuo, contrariando, inclusive, o que está previsto no Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

O modelo de gestão do SUAS é descentralizado e participativo, prevê a regulação e organização das ações socioassistenciais, serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social em todo o território nacional, focaliza o atendimento à família, seus membros e indivíduos.

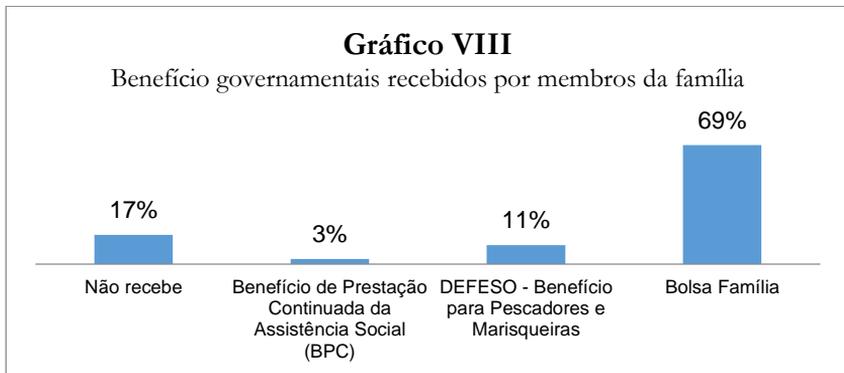
O SUAS possui três eixos centrais de base organizacional: matricialidade sociofamiliar, territorialização e controle social. A matricialidade sociofamiliar rompe com o atendimento fragmentado por segmento, tendo como foco a família. A territorialização compreende os territórios “enquanto espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução, de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (MDS, 2008, p. 53). O controle social, instrumento de efetivação da participação popular, é um espaço de diálogo, pactuação e deliberação entre o governo e a sociedade civil e de fiscalização da execução dos serviços socioassistenciais. Para a PNAS, o Sistema Único de Assistência Social organiza uma rede de serviços, ações, benefícios de diferentes complexidades que se dividem em níveis de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir as situações de risco e está destinada à população em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação, precário acesso aos serviços públicos e/ou fragilização dos vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social. Nesta modalidade de atendimento, os serviços socioassistenciais, como o benefício de prestação continuada, os eventuais e outras formas de transferência de renda, como os benefícios pagos pelo programa Bolsa Família, se materializam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A proteção social especial, cujos serviços são realizados nos CREAS, está direcionada a indivíduos e suas famílias com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários estejam fragilizados ou rompidos.

Para a comunidade de São Francisco do Paraguaçu, cuja renda de parte expressiva da população é inferior ou igual a 01 Salário Mínimo (renda declarada por 77% dos entrevistados — ver Gráfico VII), o Bolsa Família destaca-se como o benefício governamental de mais amplo acesso,

indicado por 69% dos entrevistados (Gráfico VIII). Este programa, ao tempo em que tem impactado de diversas formas a política de assistência social brasileira, garantindo a sua afirmação e expansão, tem também possibilitado que um número expressivo de famílias, o qual é parte da força de trabalho superexplorada do país, ainda que permanecendo na exclusão, amplie o seu poder de consumo, suprimindo algumas de suas necessidades básicas.



Fonte: Pesquisa Direta, 2010.



Fonte: Pesquisa Direta, 2010.

De acordo com Sitcovsky (2010), a assistência social no Brasil, no campo dos direitos sociais e a sua recente expansão, vem sendo operada mediante programas de transferência de renda. Dentre esses, destaca-se o Bolsa Família, cuja progressiva expansão, ao longo dos últimos cinco anos, ainda conforme Sitcovsky, “consolidou a transferência de renda não contributiva como um efetivo pilar da proteção social brasileira”. Embora, do ponto de vista da estrutura de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Social, não esteja inserido na Assistência Social, o Bolsa Família é “um benefício não contributivo, localizado no âmbito da segurança de renda, que constitui uma das seguranças a serem alicerçadas pela Política Nacional de Assistência Social”. (SITCOVSJKY, 2010, p. 226.)

O Bolsa Família, segundo Bernardo (2010 apud SITCOVSKY, 2010, p. 230), possui uma positividade no sentido de opor-se às formas mais arcaicas de exploração da força de trabalho — o que, entretanto, não significa a inserção dos usuários do programa no mercado de trabalho mediante trabalho socialmente protegido, nem a redução dos trabalhadores precarizados. Estas constatações podem ser ratificadas na análise dos dados levantados na pesquisa direta. Como mostram os Gráficos IV e V, são elevados os percentuais de trabalhadores precarizados, no campo da informalidade e desempregados, ou seja, trabalhadores sem proteção social, desprotegidos, os quais constituem os usuários do Bolsa Família em São Francisco do Paraguaçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar a realidade concreta da vida de homens e mulheres que sofrem intensos processos de exclusão social, resistem a diversas violações de direitos sociais, vivenciam graves

expressões da questão social, em consequência de um modelo concentrador de renda, excludente, gerador de desigualdades sociais. Diante do exposto, o grande desafio que se coloca para que comunidades pobres, vulneráveis, excluídas da riqueza socialmente produzida, como a de São Francisco do Paraguaçu, em um contexto extremamente adverso, alcancem uma vida mais digna, implica uma mudança estrutural, pela construção de um novo projeto societário. Para Carvalho A. (2003, p.1), a definição de um novo projeto societário requer

[...] a negação da sociedade em que vivemos, regida pela lógica do capital e seus fetiches da mercadoria, do consumo, centrada na concorrência, no individualismo exacerbado, no consumismo. Não queremos essa sociedade marcada por desigualdades duráveis que separam, que segmentam a população entre os que podem viver e os que não têm direito à vida... sociedade de morte!...

Há que se negar essa “sociedade de morte” – que, em nome da “paz”, produz e dissemina a “guerra”; que, em nome da “globalização” e da “modernização”, produz e reproduz a fome, a miséria e o desespero da violência. Há que se negar essa sociedade, porque ela consubstancialmente alimenta a exclusão daqueles substratos sobrantes que nunca foram incluídos e não têm condições de se incluir, como é o caso da comunidade de São Francisco do Paraguaçu, historicamente excluída dos sistemas produtivos vigentes no Recôncavo baiano e distante do acesso a uma vida digna.

Esta comunidade resiste aos crescentes níveis de exploração e às desigualdades, travando uma luta cotidiana expressa nos conflitos pela posse da terra, nas lutas pelos direitos sociais. Lutas, muitas vezes, omitidas ou ignoradas pelos meios de comunicação, cooptadas por interesses antagônicos, mas que, em seu desejo irreprimível, expressam

tensões e revelam forças que podem produzir avanços históricos capazes de alargar o horizonte de um novo projeto societário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.* Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.* Brasília: MDS/SNAS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. *SUAS: Configurando os eixos de mudança.* Capacita SUAS, Volume 1, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008.

BOSCHETTI, I. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXIV, n. 79, Set. 2004.

CARVALHO, A. M. P. A questão social e as transformações nas políticas sociais: as respostas do Estado e da Sociedade Civil. *Oficina Regional da ABESS*. Fortaleza: UFCE, 1998. 39 p. (Mimeo)

CARVALHO, A. M. P. Inserção do Brasil na nova ordem do capital: a experiência do ajuste em questão. In: BRAGA, E. M. F. (Org.). *América Latina – Transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: UFC, 2003.

CARVALHO, A. M. P. *A disputa de projetos nos percursos da era Lula: a possibilidade de inversão de rota*, 2003. Curso de Verão Terra do Sol – mesa redonda, 2003.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. 2. ed.. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, M. D. H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (das) assistentes sociais. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 20, n. 62, Mar. 2000.

IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. *Revista em Questão*, Brasília, Fev. 2002.

IAMAMOTO, M. V. *Algumas particularidades históricas que redimensionam a produção/reprodução da questão social na atualidade*. São Paulo: [s.n.], 2002. (Mimeo)

INCRA. *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 20 Jun. 2011.

IPEA. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 Jun. 2011.

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL/MDS. *Concepção e Gestão da Proteção Social não-contributiva no Brasil*. Brasília: UNICEF, 2009.

LIMA, M. H. de A. *Serviço Social e Sociedade Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

NETTO, J. P. *As relações entre questão social e serviço social*, 2002. Atividade Programada do Programa de Estudos de Pós Graduados em Serviço Social. Junho/2002.

_____; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PEDRÃO, F. C. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, M. A. (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado/Academia de Letras da Bahia/Universidade Federal da Bahia, 1988. p. 219-239.

POCHMANN, M. *Atlas da exclusão social no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TELLES, V. da S. Questão Social. Afinal, do que se trata? *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 4, 1996.

OLIVEIRA, F. de. A questão do Estado. Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos. *Cadernos ABONG*, São Paulo. Série especial: Subsídios a I Conferência Nacional de Assistência Social, Out. 1995.

PEREIRA, P. A. P. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. *Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social*, Brasília, Jan./Jun. 2000.

PEREIRA, I. S. *Famílias privadas de liberdade: a saga da violência vivenciada por adolescentes que trilharam os áridos caminhos da criminalidade*. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

QUEIROZ, L. M. A. de; SOUZA, R. C. de A. *Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo baiano*. Salvador: Programa Monumenta, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), UNIFACS, UFRB, Bahiatursa, 2009.

ROSAVALON, P. *A crise do Estado-providência*. Goiânia: UFG, 1997.

SILVA, M. O. da S. e; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, A. Proteção e Desproteção Social na Perspectiva dos Direitos Socioassistenciais. In: BRASIL/MDS. *Cadernos de Textos: VI Conferência Nacional de Assistência Social*. CFESS; p. 17-21, 2007.

SITCOVSKY, M. Conciliações e contradições entre a assistência social e o trabalho: o impacto do bolsa família. In: MOTTA, A. E. (Org.). *As ideologias da contrarreforma e o serviço social*. Recife: Editora da UFPE, 2010.

UZÊDA, J. A. A Cidade da Bahia e o seu caminho aquático. In: SOUZA, R. C. de A.; MOUSINHO, M. C. A. de M.; SÁ, N. C. de. (Orgs.). *Turismo cultural: novos desafios*. Salvador: UNIFACS, 2007.

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. *Temporalis* – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPPSS), Brasília, ano 2, n. 3, Jan./Jun. 2001.

A INSTITUCIONALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Fabrcio Fontes de Andrade¹

INTRODUÇÃO

É objetivo deste artigo demarcar a dinâmca da Assistência Social enquanto política pública no âmbito da proteção social brasileira. As questões que se colocam na construção deste artigo fundamentalmente são: *Quais as grandes inovações da assistência social no Brasil no período pós-constitucional, especialmente as inovações do SUAS?; Não obstante, quais as principais tensões na implementação deste sistema em relação ao âmbito dos direitos sociais?*

Assim, busca-se enfocar as inovações e retrocessos da assistência social no Brasil, não a partir de si mesma, mas situando-a nos marcos dos limites impostos na conjuntura de uma política econômica e das correlações de forças políticas presentes nas disputas no seio da sociedade, buscando superar tanto as visões fatalistas quanto conformistas em relação aos processos e relações sociais.

¹ Professor Assistente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB; Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes/MG; ganhador do “Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social” na categoria Estudos Profissionais, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS. Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa “Violência, Gênero, Raça/etnia”. E-mail: fabriciof8@yahoo.com.br.

O enfoque se desenvolverá em três momentos: Primeiramente farei um breve resgate da formação do padrão brasileiro de proteção social, tendo em vista seus principais elementos e mudanças. Posteriormente buscar-se-á delinear a especificidade da trajetória da Assistência Social no Brasil; seus principais marcos recentes, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social; e em um terceiro momento realizar-se-á uma análise sobre o SUAS, as possíveis inovações e tensões em torno do seu conteúdo.

PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE RESGATE.

Antes de emprendermos a análise da proteção social na sociedade brasileira se faz necessária a caracterização do que entendemos ser o Sistema Brasileiro de Proteção Social, que durante o passar dos anos foi se modificando. Neste sentido, caracteriza-se que:

[...] entende-se por Sistema Brasileiro de Proteção Social o conjunto de políticas e programas governamentais destinado à prestação de bens e serviços e à transferência de renda, com o objetivo de cobertura dos riscos sociais, garantia dos direitos sociais, equalização de oportunidades e enfrentamento das condições de destituição e pobreza (CARDOSO JR; JACCOUD, 2005, p. 194.)

O Sistema de Proteção Social Brasileiro em suas diversas matizes setoriais tem - mesmo que insuficientemente consolidado - caracterizado algum nível de institucionalização fundamentalmente após a Constituição de 1988.

Neste âmbito, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atua na organização de um Sistema de Proteção Social não contributiva, mas, marcadamente perpassado pela focalização e seletividade,

operacionalizando o acesso aos benefícios e serviços pela via da necessidade não pela via do pertencimento e da cidadania social.

Desde o surgimento das medidas públicas de proteção social no Brasil, estas são marcadas pela estratificação do acesso a serviços e do público alvo. Dessa forma, historicamente, o atendimento das demandas se restringe ao *locus* ocupacional no qual determinado trabalhador está incluído, assim sendo, vivencia-se neste âmbito, um sistema de proteção social de *benefícios duais*, uma vez que grande parte da população, - trabalhadores autônomos e desempregados - não obtinha acesso aos serviços e benefícios no sistema de proteção público, estas camadas ficavam relegadas a ações de caráter filantrópico e religioso. Assim, o cerne da política social corporativa está no individualismo, concentrando transferências individuais, posteriores a contribuições (*ex-post*), não existe assim, qualquer motivação coletivista, altruísta, de equidade ou de justiça social (FONSECA, 2001).

Tendo em vista as especificidades descritas acima, configura-se a combinação perversa entre paternalismo e medidas repressivas no trato da “questão social”, em que as oligarquias colocavam em seu favor o funcionamento das instituições e da burocracia estatal. No enfoque de tal dinâmica, entre os estudos brasileiros de construção de um perfil periférico de proteção social, é marcante o estudo clássico de Santos (1979), que versa sobre a configuração e eficácia das políticas sociais brasileiras. Para Santos (1979), o conceito central para se entender a política social brasileira seria o de *cidadania regulada*.²

² “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras são cidadãos todos aqueles membros da comunidade

O conceito de cidadania regulada alinha o sistema de proteção social brasileiro com regime Conservador/Corporativo proposto por Esping-Andersen (1991), em que o *Status* de cidadão está ligado à inserção no mercado formal de trabalho. Portanto, as políticas sociais empreendidas no Brasil tinham preponderantemente um corte operário-industrial, baseadas na seleção dos beneficiários por caráter corporativo, complementadas com a ação de famílias e grupos na proteção social aos indivíduos.

Tais situações reforçam a estratificação social, baseando o acesso aos direitos sociais a uma questão de mérito, ou seja, a mediação e extensão dos direitos se sistematizavam de acordo com a capacidade de inserção laborativa do beneficiário, portanto de acordo com seu mérito no mercado de trabalho.

Neste quadro, a inserção das classes trabalhadoras na cena política brasileira se fez via o estabelecimento e intervenção controlada de uma burocracia clientelista, que se complexificou sob o um viés excludente e elitista, resultando na ampliação das burocracias estatais e no impedimento da formação de identidades coletivas.

As mudanças empreendidas no período militar, por sua vez, caracterizaram-se pelo seu caráter tecnocrático e autoritário, que visava à regulação dos conflitos sociais tendo em vista a segurança nacional. De acordo com Raichelis (2000) durante este período aumentou-se muito a cobertura das medidas sociais, incorporando grupos até então excluídos do sistema de proteção.

que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei". (SANTOS, 1979, p. 75.)

Embora neste contexto tenha ocorrido a expansão dos direitos sociais, – em contradição com a restrição dos direitos civis e políticos – tal expansão é caracterizada como excludente, pois, não operou efeitos redistributivos e deixou a margem de sua expansão segmentos pauperizados da população. Neste momento aprofunda-se a reestruturação das políticas sociais no Brasil em busca da superação das características populistas persistentes desde a década de 1930, em busca de um aparelho estatal centralizado objetivando o aumento da racionalidade técnica do mesmo. Destaca-se que neste período caracteriza-se a subsunção dos interesses sociais aos interesses econômicos, relegando as decisões ao privatismo da burocracia.

No entanto, esta ampliação da proteção social se dava sob o ponto de vista da legitimação social do regime militar, e se fez especialmente junto às camadas médias e aos assalariados urbanos pela propaganda massiva acerca do sucesso do milagre brasileiro, criando condições de sustentação social e política para o relacionamento com os diversos segmentos sociais. Sob tal dinâmica, as demandas sociais eram atendidas em um *mix* de intervenções que transitavam na dualidade assistência/repressão.

Tal condição das políticas sociais acarretou que a implementação institucional e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil demarcavam, – desde as primeiras medidas até a década de 1980 – sobretudo, uma baixa capacidade de superação da desigualdade social e um descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Analisando historicamente, constata-se que na década de 1980, as políticas sociais brasileiras se caracterizavam pela centralização decisória e financeira na esfera federal, relegando aos municípios a execução de

programas sob as determinações de comando federal, comprometendo a eficiência dessas políticas. (BERETTA; MARTINS, 2004.)

A partir da década de 1970 inicia-se a superação deste padrão, juntamente com a luta pela redemocratização do país. As lutas pela redemocratização do país integram uma agenda de reformas institucionais em busca de maior efetividade e eficiência das políticas e dos programas, supondo um reordenamento das políticas para responder as demandas sociais em quadro de regressividade das condições sociais. Tais mudanças engendradas no processo de redemocratização resultaram na ampliação das medidas sociais garantidas e registradas no texto constitucional.

Embora o estudo de Santos (1979) conceitue a proteção social brasileira desta forma, as mudanças empreendidas pela constituição de 1988 trazem novas mediações políticas na intervenção social. Deste modo, é possível afirmar que temos um sistema de proteção amplo, indubitavelmente por vezes incompleto, inconsistente e ineficaz, mas, com a presença de características consolidadas no que diz respeito às instituições, recursos humanos e definição de fontes orçamentárias previstas constitucionalmente. Nesse contexto, ao caracterizar o sistema de proteção após as mudanças constitucionais, Pereira (2006a) denomina o modelo brasileiro como *Misto*, uma vez que apresenta características dos diversos regimes propostos por Esping-Andersen (1991), quais sejam:

Intervenções públicas tópicas e seletivas – próprias dos regimes *liberais* –; adoção de medidas autoritárias e desmobilizadoras dos conflitos sociais – típicas dos modelos *conservadores* – e, ainda, o estabelecimento de esquemas universais e não contributivos de distribuição de benefícios e serviços – característicos dos regimes *social-democratas*. (PEREIRA, 2006a, p. 127)

Portanto, as mudanças ressaltadas na Constituição de 1998 estabeleceram na Seguridade Social brasileira a Previdência, Saúde e Assistência Social. Ao se comparar as modalidades de intervenção destas políticas com a análise proposta por Pereira (2006a), constata-se que a Saúde compõe o sistema universal com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), o caráter Corporativo é advindo da Previdência Social (embora tenha incorporado segmentos não contributivos), que predominantemente pressupõe contribuição prévia, já a Assistência Social é historicamente marcada pelos excessivos testes de meio e o estigma atribuído aos usuários dos serviços, típicos dos regimes liberais.

As mudanças institucionais ocorridas nos direitos sociais introduzem um aprofundamento do caráter redistributivo das políticas e da responsabilidade pública na oferta e coordenação dos benefícios e serviços. Traz importantes mudanças no direcionamento das medidas sociais, buscando ampliar o acesso, assim como romper, com o caráter contributivo da lógica do seguro social. Engendra-se uma visão mais ampliada da proteção social ancorada na concepção da seguridade social, com o conseqüente comprometimento do Estado e da sociedade em financiar o sistema através de impostos específicos, e não somente a contribuição individual.

Em direção as prerrogativas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, na revisão do pacto federativo, o sistema de proteção social brasileiro passou por um redesenho, com o objetivo de transferir paulatinamente competências, funções, responsabilidades, bem como recursos dos demais entes federados para as esferas municipais de governo.

No bojo destas transformações institucionais e operacionais, inicia-se o processo de municipalização das políticas sociais, sendo transferidas

aos municípios responsabilidades, não só na área orçamentária e fiscal, mas no campo do planejamento e da gestão das políticas sociais, que para sua efetivação requerem estratégias de intervenção e incentivo para a superação das insuficiências técnicas locais. A descentralização enquanto gestão municipal supõe que “municipalização significa uma articulação de forças do município como um todo para a prestação dos serviços, cujos corresponsáveis seriam a prefeitura municipal e organizações da sociedade civil”. (STEIN, 1997, p. 89.)

Porém, é necessário demarcar uma virada conservadora, pois, no mesmo instante da afirmação dos direitos sociais elencados na Constituição Federal de 1988, articula-se no país um bloco de viés conservador que busca a partir da vitória eleitoral, escamotear o conteúdo progressista da Constituição. Ou seja, efetivaram-se neste país manobras para o descumprimento dos preceitos constitucionais e a descaracterização das propostas, bem como a restrição fiscal dos gastos sociais.

Neste sentido, se torna importante na análise da política de assistência social em nível municipal, o entendimento das características gerais dos sistemas de proteção social, a fim de se dar conta do caminho que está sendo traçado pelo SUAS em sua implementação nos municípios, estabelecendo em que sentido se direciona a universalidade proposta no marco legal da LOAS e da Constituição de 1988, bem como se busca estabelecer as reais mediações que impedem a universalização da cobertura, impondo obstáculos e direcionamentos via focalização.

A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Historicamente, a política de Assistência Social se configurou no Brasil de maneira marginal aos direitos sociais, esteve ligada a atividade voluntarista carregada por uma forte carga moralista de patrimonialismo, clientelismo e das diversas expressões da cultura do favor. No Estado Novo criou-se a LBA (Legião Brasileira de Assistência) que tinha o objetivo de cuidar e dar assistência as famílias dos pracinhas que foram a II Guerra Mundial. Embora tenha sido o primeiro aparato estatal de intervenção social na Assistência Social, a LBA tradicionalmente se constituiu como um lugar de arranjos clientelísticos e da filantropia estatal. (RAICHELIS, 2000.)

Em sua gênese a LBA era composta por um grupo elitista de mulheres, que se destinava ao apoio familiar junto às famílias dos soldados que foram chamados a combater na II Guerra Mundial. Ou seja, “[...] a LBA assim compôs seu patrimônio, definindo seus programas em torno da necessidade de substituir o antigo espírito filantrópico e religioso da assistência social por formas de atendimento fundadas no conhecimento técnico-científico”. (TEIXEIRA, 1995, p. 63.)

Concomitantemente a tais processos, temos o surgimento da profissionalização do Serviço Social, buscando efetuar o controle sobre as pessoas, sob a influência de Igreja Católica e de caráter elitista, trazendo valores de ajuda ao próximo e da filantropia. Segundo dissertam Iamamoto e Carvalho (1985), este foi o imaginário social em que se afirmou a consolidação da Assistência Social influenciada pela Doutrina Social Católica. Neste contexto, funda-se a visão de que a miséria e a pobreza eram decorrentes da má formação social das coletividades – sobretudo a classe operária – em que, estes poderiam colocar em risco a

boa sociedade e gerar fissuras sociais, prejudiciais à manutenção da paz e da coesão.³

Neste escopo, a assistência social se restringiu a situações específicas e inerentes ao ciclo de vida do ser humano. Embora sempre tratada no debate político, - as ações da assistência no combate à pobreza - estas eram mediadas como intervenção em um espectro específico que escapou à lógica inexorável da ação civilizadora da modernização no Brasil. Diante disto decorre a baixa representatividade da Assistência Social no campo das políticas sociais

A identidade da assistência social é definida pelo negativo, por ser a ação que os outros setores não desejam implementar, é a população-alvo que os outros setores não entendem como de sua competência. E esse sinal negativo de sua identidade tem repercussão imediata no fato de o setor da assistência jamais ser reconhecido como um interlocutor válido no conjunto dos setores que compõem a política social, mesmo porque jamais conseguiu se constituir em política de assistência social, mas tão somente numa somatória de programas desarticulados. (COHN; DRAIBE; KARSCH, 1995, p. 08.)

Situações como estas acarretaram a estreiteza da concepção da assistência social, em que se entende tal conteúdo apenas como um

³ No que toca a emersão do Serviço Social enquanto profissão, inserida na divisão sócio técnica do trabalho, entende-se que “O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 77.)

processo solidrio, fragilizando sua especificidade no quadro das polticas sociais e metamorfoseando cidadania em relaes de troca e favor.

Soma-se a estes aspectos o assistencialismo, que muitas vezes no discurso dos mais variados atores sociais   abordado de forma simplista. O conceito de assistencialismo não se situa em um campo a - histrico, mas inserido nas situaes demarcadas por caractersticas que se diferem no que diz a sua condio  o-espaço-tempo.

Deste modo, Alayon (1995) disserta que “[...] o assistencialismo   uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a misria que geram e para perpetuar o sistema de explorao”. (ALAYON, 1995, p. 48.) Na efetivao destas mediaes assistencialistas, estabelecidas em tempos histricos diferenciados, corroboraram os mais diversos atores pblicos e privados, filantropos e religiosos, que intencionalmente estabeleciam as conexes das prticas assistencialistas nas suas situaes concretas.

Não obstante, a Assistência Social carrega consigo o legado histrico da imprevisibilidade das acoes, relegadas   boa vontade do solidarismo, quando não ligados   chamada individualizao da questao social⁴ de que nos fala Castel (1998). Na sociedade brasileira, este quadro regressivo de poltica pblica alou muros de grande magnitude em direao   não estruturao da Assistência Social afianadora do direito social.

A inscriao da prtica assistencialista na assistência social brasileira se deu atravessada de focalismo, reducionismo, identificada com os

⁴ “Sem a mediao dos direitos coletivos, a individualizao das ajudas [...] correm sempre o risco de encontrar a velha lgica da filantropia: jure fidelidade e será socorrido”. (CASTEL, 1998, p. 607.)

desprovidos, despossuídos de capacidade econômica e “moral”, que para ser reconhecido enquanto atendido pela política de assistência social, tinha que se mostrar pobre dentre os mais pobres. Deste modo, visualiza-se uma estreita relação entre assistência social e o conceito de pobreza. Pobreza que é marcada pelas suas múltiplas dimensões e faces, que se expressam cotidianamente na vida das pessoas, ou seja, as dimensões da pobreza superam a vinculação unívoca entre falta de renda e condição de pobreza. Assim, ao se focar a assistência social enquanto mediadora da pobreza absoluta (meramente vinculada a renda) desqualifica-se o conteúdo e especificidade desta política.

A exposição de tal quadro leva ao que Teixeira (1995) conceitua como *Cidadania Invertida*, ou seja, para ter acesso aos direitos e aos serviços sociais o possível beneficiário deve mostrar-se um não-cidadão, que não tem acesso aos demais direitos. Neste sentido, as mediações estabelecidas pelas ações da Assistência Social se caracterizavam pela dinâmica da triagem, das classificações, das demarcações dos *necessitados*, não das necessidades.

Esses processos que são, via de regra, conformados pela formação do Estado e a institucionalização do pensamento liberal no Brasil, que, ao contrário do contexto europeu, surge não para superar a lógica do feudalismo e da monarquia, mas, filtrado pelas elites nacionais consolida uma estrutura de privilégios e de privatização da esfera pública. Tais condições conformaram práticas sociais arraigadas e perpassadas pela tensão entre a originalidade e o conservadorismo das provisões sociais.

No bojo das transformações ocorridas na sociedade brasileira na década de 1980 - no período de democratização do Brasil – possibilitou-se que a Política de Assistência Social alcançasse viabilidade de estruturar-

se enquanto Política Social no campo da Seguridade Social brasileira, consagrada no texto constitucional de 1988.

No âmbito das discussões sobre as mudanças institucionais no escopo das políticas sociais brasileiras, chega-se ao diagnóstico de um descompasso na capacidade das políticas sociais se realizarem enquanto medidas eficazes e eficientes na redução das desigualdades e combate à pobreza, ou mesmo da efetivação de processos de desenvolvimento social. Na avaliação de tais processos entende-se que tomou corpo na agenda social brasileira uma agenda reformista buscando ampliar os princípios sociais do sistema brasileiro de proteção social precedentes a Constituição Federal.

Portanto, vislumbrar e efetivar a Assistência Social enquanto direito de Proteção Social requer a redefinição e a superação dos padrões subalternos em que se assentaram historicamente as práticas ligadas a esta política, tais como a benemerência, caridade e sua ação individualizada.

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA TRAJETÓRIA NO MARCO DA CF 1988

Salienta-se que embora a Constituição Federal de 1988⁵ tenha elevado a Política de Assistência Social ao caráter de política pública, sua

⁵ A CF/88 é um marco histórico “ao ampliar legalmente a proteção social para além da vinculação com o emprego formal. Trata-se de uma mudança qualitativa na concepção de proteção que vigorou no país até então, pois inseriu no marco jurídico da cidadania os princípios da seguridade social e da garantia de direitos mínimos e vitais à reprodução social. Nesse sentido, houve uma verdadeira transformação quanto ao *status* das políticas sociais relativamente e suas condições pretéritas de funcionamento. Em primeiro lugar, as novas regras constitucionais romperam com a necessidade do vínculo empregatício/contributivo na estruturação e concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores oriundos do mundo rural. Em segundo lugar, transformaram o conjunto de ações assistencialistas do passado em um embrião

concretização não aconteceu (ou está acontecendo) em “mar de calma”. É fato que os diferentes governos federais resistiram veementemente em investir na configuração da Assistência Social no campo das políticas sociais de Estado.

Destaca-se neste contexto acima explicitado, a luta pela regulamentação do artigo 203 da Constituição Federal de 1988, realizado na LOAS (lei 8742 de 1993). Assim sendo, a LOAS traz consigo uma gama de acúmulos advindos da luta histórica pela afirmação de um novo padrão de Assistência Social no Brasil, sendo que nestes termos, “A LOAS é um documento juspolítico [...] que expressa no seu conteúdo aparentemente neutro toda a gama de discussões que caracterizaram a história da Assistência Social” (PEREIRA, 1998, p. 69-70). O artigo 1º da LOAS, seguindo os princípios constitucionais, define a assistência social como direito do cidadão garantido através de dever do Estado, como política de proteção social não contributiva.

Compartilhando com Sposati (2001), referencia-se a ideia de que a Assistência Social enquanto partícipe do sistema de proteção social brasileiro deve ser uma “[...] política com conteúdo próprio voltado para a provisão [...] da universalização dos mínimos sociais como padrões básicos de inclusão”. (SPOSATI, 2001, p. 62.)

Embora o arcabouço jurídico legal estabelecido pela Constituição Federal de 1988, e pela aprovação da LOAS em 1993, tenha corroborado

para a construção de uma política de assistência social amplamente inclusiva. Em terceiro, estabeleceram o marco institucional inicial para a construção de uma estratégia de universalização no que se refere às políticas de saúde e à educação básica. Além disso, ao propor novas e mais amplas fontes de financiamento – alteração esta consagrada na criação do Orçamento da Seguridade Social – estabeleceu condições materiais objetivas para a efetivação e preservação dos novos direitos de cidadania inscritos na ideia de seguridade e na prática da universalização”. (IPEA, 2007, p. 08.)

para o avanço do aspecto jurídico formal da política de Assistência Social, estas (a CF e a LOAS) apresentam importantes debilidades, sobretudo, por fatar o público-alvo de sua intervenção (crianças, velhos, mulheres etc.) e por rebaixar a linha de pobreza brasileira ao *status* de indigência, escamoteando os reais objetivos de uma política que deve se pautar por seu caráter desmercadorizante e a busca pela universalidade no acesso aos direitos e serviços sociais.

Não obstante, nota-se que as ações no âmbito da assistência social acabam se restringindo a grupos sociais específicos e, sobretudo, condicionados ao nível de renda, em que o acesso a serviços e benefícios é operacionalizado pela focalização e seletividade através dos testes de meios. Tal situação demarca a não cobertura de significativos contingentes populacionais, que invariavelmente dependem de ações individuais e particulares para a garantia da sobrevivência.

Porém, a implementação da LOAS não aconteceu de forma linear, uma vez que enfrentou grandes resistências dos governantes, sobretudo no período do governo FHC (1995-2002).⁶ As medidas neoliberais adotadas por este governo escamotearam a possibilidade de estruturação de um sistema de proteção social público no Brasil, em detrimento de uma medida truculenta de adoção do Programa Comunidade Solidária. A lógica do programa acarretou uma fragilidade da possibilidade de implementação dos padrões de gestão estabelecidos na LOAS.

De acordo com Souza (2006), as estratégias preconizadas pelo Programa Comunidade Solidária o afirmaram enquanto um programa que

⁶ Neste sentido, de acordo com Jaccoud e Cardoso Jr. (2005) a média do gasto social federal com medidas de assistência social no período de 1995-2002 gira em torno de 2,4% do orçamento total. Vê-se portanto, o baixo nível de incremento orçamentário no referido período.

“[...] inspirado no princípio da solidariedade e da subsidiariedade, reiterou a assistência social como dever moral, e não como um direito de cidadania, conquistado por meio de um movimento de luta por uma sociedade democrática”. (SOUZA, 2006, p. 26.)

Sob a égide do pensamento neoliberal, as ações do Programa Comunidade Solidária caminharam em sentido oposto ao preconizado nos parâmetros estabelecidos pela LOAS para a estruturação de um sistema de proteção social, atribuindo à responsabilidade estatal caráter marginal no controle, oferta e administração de serviços e programas sociais dirigidos a coletividade.

Em decorrência das estratégias neoliberais ensejadas no Programa Comunidade Solidária, em contra tendência ao que está proposto e pensado na Constituição Federal de 1988, a municipalização ao invés de consolidar um novo pacto federativo, estabelecendo novas formas de pactuação entre os entes federados, acarretou o deslocamento das responsabilidades entre as diversas instâncias de governo, indefinição de competências e orçamentos, precariedade no sistema público de oferta de serviços e a pujança de iniciativas de caráter privado e filantrópico na proteção social.

Os fundamentos das políticas sociais característicos dos movimentos de ajuste econômico neoliberal apresentam principalmente: a Focalização, a Privatização. A *focalização* se justifica no cerne das ideias neoliberais pela necessidade de se redirecionar os investimentos sociais concentrando-os, sobretudo, nos mais pobres, acarretando segundo Draibe (1993) uma nova forma de beneficência e benemerência no âmbito do Estado, que seleciona os pobres dentre os mais pobres. A *privatização* por sua vez é fundamentada em um entendimento de melhor racionalidade no uso dos recursos, configurando o que Borón (1995)

denomina “satanização do Estado” e santificação do mercado na oferta dos bens e serviços.

No âmbito da assistência social emergem um escopo de novos atores: as empresas “socialmente responsáveis”; ONGs; que fundamentam o que Yazbeck (2001) denomina “refilantropização” da questão social. A focalização e a retirada do Estado enquanto instância que possui primazia na oferta de serviços e benefícios de caráter universal – de acordo com o preconizado na LOAS – acarreta importantes situações no que tocam os direitos sociais e a cidadania.

Sob a égide de tal visão acima explicitada, impõe-se a compreensão da Assistência Social como “[...] Um ato subjetivo de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e pelo sentimento pena, comiseração [...]”. (PEREIRA, 2007, p. 218.) Ao recorrer-se a inconsistência de tal análise, a assistência social se torna uma categoria antitética das categorias analíticas que conferem sistematicidade aos modernos sistemas de proteção social, tornando-se, pois, um anti-direito que estigmatiza e humilha quem dele necessita.

Ao analisar os aspectos concernentes a implantação da política de Assistência Social no ano de 2003, Sposati (2006) elenca algumas características que emperraram a estruturação de um sistema republicano de proteção social, dentre as características destacam-se sinteticamente algumas:

- Inadequada relação convenial;
- Homogeneização no trato dos municípios;
- Precarização do caráter democrático;

- Caráter estritamente formal de planos e das competências dos entes federados.

A relação convenial revela na verdade, a imprevisibilidade das ações públicas, seu caráter emergencial, bem como sua lógica estrutural ligada a troca de favores, moedas de trocas intergovernamentais e da perpetuação da subsidiariedade.⁷

Neste sentido, a assistência social se coloca em um terreno de disputa que confere ao seu conteúdo um caráter contraditório de inovar conservando o cerne de uma política focalista e de caráter restritivo em relação aos direitos sociais, assim, é necessário analisarmos os avanços e retrocessos na configuração do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O SUAS: INOVAÇÕES E TENSÕES DA AÇÃO ESTATAL

Destaca-se que embora a Assistência Social esteja contemplada no arcabouço da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, não fica especificado a composição do sistema e os direitos concernentes a este setor.

⁷ Segundo Mestriner (2001), a subsidiariedade é um aspecto central na doutrina social da igreja que se particulariza no fato de que “[...] o estado deve ajudar os membros do corpo social, sem, contudo impedi-los de fazer o que podem realizar por si mesmos”. (MESTRINER, 2001, p. 19.) Neste sentido, o Estado deve subsidiar os indivíduos através das mais diversas fontes a alcançar seus fins sem precisar positivamente da ação do Estado. Os princípios da subsidiariedade são típicos de regimes de Welfare State Conservador/Corporativo explicitados por Esping-Andersen (1991), que subsidia os membros da sociedade na provisão de seu bem estar.

Em relação ao conteúdo do SUAS, apresentam-se aspectos que impõem avanços e inovações na gestão desta política social, e outras que em nossa interpretação apresentam limites no que diz respeito a configuração de um sistema republicano de gestão e garantia de direitos.

Deste quadro apreende-se que as *inovações institucionais* da Assistência Social desde a PNAS (2004) traz o desafio de concretizar o escopo da Assistência Social enquanto *política* e sua realização de forma pública (RAICHELIS, 2000). Logo, na concepção de Pereira (2007), o entendimento da assistência social enquanto política requer que esta seja encarada de forma: *Racional, Ética e Cívica*. Enfatizando este enfoque: *Racional* – vem do fato que toda política de intervenção na realidade assumida de forma pública deve pautar-se pela utilização de estudos pesquisas, diagnósticos, monitoramento e avaliação, uma vez que “[...] trata-se de um processo que implica não só gestão e aplicação de programas, serviços e recursos, mas, principalmente, definição de prioridades, estratégias e metas, tendo como principal compromisso a melhor satisfação possível das necessidades sociais”; (PEREIRA, 2007, p. 220.) *Ético* – Tal componente se justifica porque constitui uma responsabilidade pública que cabe indubitavelmente aos governos garantir medidas de assistência social, no sentido de ofertar a satisfação das necessidades básicas para que as pessoas possam realizar escolhas concretas sobre a vida que querem levar e sua participação social. Logo a assistência social deve eleger a *justiça social* como referência de sua intervenção; *Cívico* – O componente cívico da assistência social se afirma pela indissociável vinculação que possui com os direitos sociais, com a concretização da cidadania. Neste sentido, concretizar direitos significa assegurar as pessoas, “[...] como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido, em resposta às suas necessidades sociais”. (PEREIRA, 2007, p. 221.)

Em busca de tais sistematizações, a PNAS articula o SUAS em eixos de inovação institucional na assistência social que se caracterizam pelos seguintes conteúdos: a matricialidade sócio familiar; territorialização; descentralização político-administrativa; co-financiamento nas três esferas de governo; relação democrática entre governo e sociedade civil; controle social; qualificação dos recursos humanos; e os sistemas de gestão, monitoramento e avaliação.

Na concretização de tais eixos busca-se a compreensão a articulação da rede socioassistencial. O conceito de rede socioassistencial explicitado na NOB-SUAS seria esta “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa pública a da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas as unidades de provisão da proteção social”. (BRASIL, 2005, p. 94.) A operacionalização do serviço socioassistencial apreendido no SUAS, se concretiza através de níveis diferenciados de hierarquia e de complexidade, sendo: proteção social básica e a proteção social especial dividida em média e alta complexidade.

A ação da proteção social básica tem por objetivo prevenir situações de risco social, buscando prevenir situações e reforçar os vínculos sociais e comunitários. Este serviço se destina a população em situação de vulnerabilidade social decorrente de situações da vida em sociedade. As ações desencadeadas pela proteção social básica têm como elemento agregador fundamental o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), conhecido por ser a “porta de entrada” dos serviços e programas da atenção básica. A implantação dos CRAS leva em conta a territorialização do município, tendo em vista condições de vida, vulnerabilidade, potencialidade, que tem como referência o número de famílias referenciadas por território. A quantidade e as características

operacionais do CRAS são definidas através do porte e particularidade social dos municípios.⁸

As ações da proteção social especial objetivam, por sua vez, atendimento as famílias e/ou indivíduos mais vulneráveis ou expostos a riscos mais graves de rompimento do vínculo social e comunitário. (LOPES, 2006, p. 88.) As ações da proteção social especial se operacionalizam através dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que objetivam dar suporte e situações em que o convívio familiar e comunitário está ameaçado ou precisa ser rompido.

Ao eleger a matricialidade sócio familiar enquanto eixo estruturante a PNAS 2004, busca superar a focalização no indivíduo, garantindo a oferta de direitos sociais de acordo com as necessidades das famílias, assim como busca romper com o foco fragmentado das visões estereotipadas das famílias. Tal consideração que não passa sem críticas que serão debatidas no próximo item.

No que toca a territorialização da Assistência Social no âmbito do SUAS a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) entende-a enquanto movimento que busca a dinamização das potencialidades coletivas e comunitárias concebendo o território enquanto ator social. De acordo com a NOB – SUAS,

[...] trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que

⁸ A quantidade de CRAS seria estabelecida de acordo com o porte dos municípios: Pequeno I- 1 Cras para até 2500 famílias; Pequeno II- 1 Cras para até 3500 famílias referenciadas; Médio – mínimo de 2 Cras, cada um para cada 5000 famílias referenciadas; Grande- mínimo de 4 Cras, cada um para até 5000 famílias referenciadas; Metrópole- mínimo de 8 Cras, cada um para até 5000 famílias referenciadas.

identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. (BRASIL, 2005, p. 44.)

Atuar neste enfoque territorial pressupõe apreender as características territoriais brasileiras em sua singularidade, características cotidianas dos usuários da Assistência Social que perpassam um mosaico de situações que revelam a negação de direitos e cidadania, dividindo a nossa sociedade em dois mundos: o mundo dos direitos e o mundo dos favores.

A descentralização político-administrativa se relaciona ao fato de que a implementação do SUAS se operacionalizará primordialmente no âmbito dos municípios, com responsabilidades e competências nas três esferas de governo, inclusive na questão do financiamento, ou seja, no cofinanciamento nas três esferas governamentais. Tendo em vista estas características, os direcionamentos empreendidos pelas políticas públicas devem superar o formalismo burocrático e o pragmatismo financeiro, ou seja, a mera adequação a exigências burocráticas e visão de consecução de transferências de recursos, mas, avançando na efetivação ativa das políticas sociais em cada esfera de governo.

Outra importante inovação institucional engendrada na configuração do SUAS é a relação democrática entre governo e sociedade civil, assim como o controle social da assistência social através dos conselhos de direitos. A configuração de relações democráticas e do controle social busca romper com a cultura do patrimonialismo e da mediação do favor, uma vez que, os critérios de partilha e distribuição de recursos são pactuados através de critérios estabelecidos na Comissão

Intergestora Tripartite (CIT), que congrega representantes de gestores municipais, estaduais e federais da política de assistência social.

Neste sentido, Sposati (2006) explicita que os critérios de partilha são equacionados de forma:

A equalizar, priorizar e projetar a universalização da cobertura pela política de assistência social. Criou-se a Taxa de Vulnerabilidade Social, composta por nove indicadores. [...] essa aplicação de indicador foi reconhecida como índice SUAS, que classifica os 5563 municípios brasileiros por ordem de prioridade para o financiamento federal. (SPOSATI, 2006, p. 111.)

Portanto, a criação do índice Suas estabelece critérios claros de partilha entre os municípios de acordo com o porte, as condições socioeconômicas, e a alocação de recursos na política de assistência. É importante ressaltar que a prioridade se concentra nos municípios de pior situação, assim sendo, a prioridade é para os municípios de pior índice Suas.

Uma das principais consequências desta nova forma de alocação e distribuição orçamentária da assistência social é a tentativa de rompimento com a visão convenial, minimalista, emergencial que sempre permeou o financiamento da política de assistência social. Outro fator importante reside no fato de que a chamada série histórica foi substituída por pisos e níveis de atenção, garantindo maior previsibilidade as ações, além de possibilitar o planejamento objetivando a universalização do atendimento aos riscos sociais.

Na condução da assistência social, em que pese a implementação do SUAS, a configuração de uma política de recursos humanos conforma-se com fator de grande importância. Neste sentido, a aprovação da

NOB/RH/SUAS busca dar sistematicidade as ações da Assistência Social e nova institucionalidade as condições de trabalho na área. Dentre os avanços, a NOB/RH institui a formulação a implementação de uma política de capacitação de recursos humanos – trabalhadores, conselheiros e usuários – de forma continuada, participativa e descentralizada em âmbito nacional. Igualmente, indica a contratação por concurso público e a estruturação de condições de trabalho de acordo com as demandas exigidas pelas famílias atendidas.

Segundo conteúdo da NOB-SUAS, os instrumentos de gestão são: Plano,⁹ Orçamento,¹⁰ e o relatório de gestão.¹¹ Ressalta-se que a operacionalização dos instrumentos de gestão explicitados na NOB-SUAS, devem contemplar o trato da qualidade dos serviços, a política de recursos humanos, os critérios de pactuação com entidades.

No que toca os instrumentos de gestão estabelecidos pela NOB-SUAS, estes não podem ser encarados de forma formalista e burocrática, mas objetivando que tais instrumentos sejam ferramentas de otimização da oferta de serviços, benefícios e programas, sob o ponto de vista da garantia de direitos sociais. Dentro destes parâmetros, torna-se fundamental a gestão da informação para a concretização democrática e republicana de uma política pública. Neste sentido, na estruturação do

⁹ “O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS”. (BRASIL, 2005, p. 119.)

¹⁰ “O financiamento da política de Assistência Social é detalhado no processo de planejamento, [...] que expressa a projeção das receitas e autoriza os limites de gastos nos projetos”. (BRASIL, 2005, p. 119.)

¹¹ “O relatório de gestão destina-se a sintetizar e divulgar informações sobre os resultados obtidos e sobre a probidade dos gestores do Suas às instâncias formais do Suas, ao Poder Legislativo, ao Ministério Público e à sociedade como um todo”. (BRASIL, 2005, p. 121.)

SUAS, incorporou-se a gest3o da informac3o sobre a pol3tica de assist4ncia denominado Rede SUAS.

De acordo com Tapaj3s (2006), “[...] a Rede suas foi projetada, e est3 sendo desenvolvida, para o suporte 3 gest3o, financiamento e controle social, o monitoramento e avalia3o de programas, servi3os, projetos e benefrcios, alcan3ando integralmente essa pol3tica p3blica”. (TAPAJ3S, 2006, p. 188.) Com o advento da estrutura3o da rede SUAS, incorporou-se a no3o de maior racionalidade e rapidez aos processos de monitoramento e avalia3o das a3oes da pol3tica p3blica de assist4ncia, corroborando ao maior espa3o destinado ao planejamento e a avalia3o atrav3s do ac3mulo de dados armazenados, que podem propiciar uma maior nitidez ao 3mbito da efetiva3o da pol3tica de assist4ncia social.

Segundo Tapaj3s (2006), a Rede SUAS 3 composta por v3rios ambientes que se destinam a diferentes usu3rios, desde a popula3o em geral, at3 os gestores da assist4ncia social em qualquer escala de governo. N3o obstante, o trato qualificado da gest3o da informac3o 3 imperativo na gest3o democr3tica das pol3ticas sociais, seu controle social, bem como 3 uma ferramenta eficaz para a transpar4ncia e visibilidade p3blica das a3oes no campo da assist4ncia social.

Assim sendo, s3o centrais as pondera3oes discorridas por Sposati (2006) quanto aos desafios 3 efetiva3o da pol3tica de assist4ncia social enquanto extens3o das medidas de prote3o social da seguridade social brasileira. Deste modo, o ingresso da assist4ncia social como pol3tica p3blica exige que esta deva:

- a) Ser planejada – o que exige o conhecimento pr3vio da realidade atrav3s da fun3o da vigil3ncia social, conhecendo demandas e necessidades, construindo metas;

- b) Ser orçamentada – o que supõe o desenvolvimento da tecnologia de orçamentação da assistência social, o que é muito mais do que definir percentuais de gastos anuais;
- c) Dispor de um quadro de trabalhadores permanentes e capacitados para o exercício de suas funções;
- d) Desenvolver tecnologias de gestão, conhecimentos teóricos e metodologias do trabalho social;
- e) Fortalecer mecanismos de gestão democrática;
- f) Ser avaliada – o que indica a necessidade da discussão dos resultados e de seus indicadores o que é muito mais do que estabelecer o número e atendimentos. (SPOSATI, 2006, p. 115)

Desse modo, é necessário que todas as instâncias do pacto federativo brasileiro realizem a mudança no entendimento do caráter da política de assistência social, encarada de forma republicana, aprofundando direitos sociais com vistas a universalidade.

Acrescenta-se a necessidade de se romper com os estigmas e representações que perpassam a dinâmica da política de assistência social, rompendo com o patrimonialismo, clientelismo e com relações de favor, tantas vezes personificadas nas figuras das primeiras damas, isto é um desafio a ser alcançado em todas as esferas, mas sobretudo nos municípios.

De acordo com Behring (2008), bem como em relação as discussões anteriormente feitas, as principais possibilidades de inovações pressupostas no SUAS, são: constituição de uma rede de serviços socioassistenciais de forma territorial, fortalecimento dos instrumentos de gestão. Ou seja, a inovação se configura na instalação de uma maior capacidade operacional da política social de assistência.

A instalação de uma maior capacidade operacional se torna fato preponderante, sobretudo, em um contexto histórico de precarização e residualidade desta política. Não obstante, a capacidade de gestão se

afigura “[...] importante numa área marcada pela superposição de recursos, pelo favor, e é fundamental para a vida dos cidadãos que acessarem os benefícios e serviços[...]”. (BEHRING, 2008, p. 167.)

As tensões da ação estatal na configuração do SUAS perpassam os entendimentos que na visão dos autores que neste tópico serão explicitados, aspectos que podem acarretar dimensões conservadoras na política de assistência social no Brasil.

O primeiro dos aspectos destacados como dimensões conservadoras da assistência social no Brasil elencado na PNAS é o eixo da *Matricialidade sócio familiar*. Embora a PNAS destaque o entendimento de família de forma plural que comporta diferentes arranjos, o limiar da inovação ao conservadorismo se torna bastante tênue, pois não basta demarcar as transformações que perpassam as famílias, “[...] se persistirem abordagens conservadoras e disciplinadoras no trabalho profissional que se realiza”. (RAICHELIS, 2007, p. 35.)

Desde a crise mundial do capitalismo ocorrida na década de 1970, a família vem sendo redescoberta enquanto fonte privada de bem-estar. Em decorrência disto, tornou-se parte da estratégia de quase todas as agências governamentais e não-governamentais, realizar medidas de intervenção junto às famílias. Concomitantemente à sua redescoberta enquanto ente de proteção social, a família emerge enquanto categoria acadêmico-científica importante, sobretudo, em relação à ação estatal, ou seja, em relação ao campo das políticas públicas. (PEREIRA, 2006b.)

Ou seja, para Pereira (2006b) as causas da pobreza para este enfoque de políticas sociais acima explicitados, não estão relacionadas à “questão social”, e ainda fazem uma leitura da pobreza a partir da incapacidade e fracasso pessoal de prover seu auto sustento e bem-estar. Nessa mesma direção, as políticas de família na maioria das vezes apresentam uma

desconexão com a realidade familiar, apresentando visões idílicas sobre famílias.

Este enfoque põe em jogo não só a questão da eficácia da intervenção estatal ou da sociedade em termos das vantagens comparativas, mas se afirma por ser

[...] uma estratégia de esvaziamento da política social como direito de cidadania, já que, com o ‘desvanecimento das fronteiras entre esfera pública e privada’ se alarga a possibilidade de privatização das responsabilidades públicas, com a consequente quebra da garantia de direitos. (PEREIRA, 2006b, p. 33.)

Deste modo, a centralidade da família no âmbito do SUAS deve ser abordada e sistematizada com o maior cuidado, para que esta não seja enfatizada de forma regressiva gerando uma responsabilização e pressão sobretudo em relação as famílias pobres. De tal forma, a matricialidade sócio familiar no âmbito do SUAS corre o risco de se tornar um “avanço em direção ao passado”, abordando como forma progressista quesitos presentes nas formas tradicionais de proteção social. (LAURRELL, 2004.)

Outro foco de tensão presente na configuração do SUAS é o item da *descentralização político-administrativa*, uma vez que esta não apresenta um valor inequívoco independente dos atores que o advogam. Tanto setores da direita quanto da esquerda sustentam as estratégias de descentralização enquanto medidas de inovação institucional, porém, por vieses diferenciados. A defesa neoliberal da descentralização perpassa a estratégia privatizante e a superação da “tutela” do Estado frente aos entes econômicos. Na direção oposta aponta a estratégia de descentralização dos setores progressistas da esquerda, que vislumbram este processo

enquanto estratégia para a aproximação e redefinição das relações entre Estado e sociedade.

Deste modo, Stein (1997) destaca duas concepções fundamentais sobre a abordagem do termo descentralização. Primeiramente estaria colocada a concepção neoliberal, que relaciona a descentralização com a redução do gasto público e à privatização dos serviços sociais. Neste aspecto a descentralização não se direciona a universalização dos direitos sociais. Não obstante, tal direção da descentralização objetiva desresponsabilizar os governos centrais e redirecionar as responsabilidades aos governos locais, sem, no entanto, operar a necessária divisão de capacidades institucionais e orçamentárias.

Na perspectiva inversa às teses liberais, as estratégias de descentralização se organizam buscando operar a descentralização enquanto redefinição das relações entre os diferentes níveis de governo, e destes com a sociedade. Tais medidas seriam organizadas em direção a uma relação mais democrática. No que diz respeito à articulação entre descentralização e democracia, esta articulação seria entendida como “[...] intermediação das divergências sociais enquanto um instrumento de expansão da lógica democrática, à medida que amplia as instâncias de negociação e, conseqüentemente, de conciliação”. (STEIN, 1997, p. 83.)

Diante deste debate, dependendo do modo como se articulam as forças sociais locais, bem como os diferentes contextos institucionais, podemos visualizar as estratégias de descentralização se tornando medidas de desresponsabilização do poder público, sem, no entanto efetivar uma gestão pública democrática. Portanto, na visão dos críticos ao processo de descentralização tais medidas estariam reforçando ao invés de mudar relações sociais verticais existentes nos municípios, sobretudo, nos municípios de pequeno porte.

Em síntese, os críticos em relação ao processo de construção do SUAS advogam que os parâmetros estabelecidos pela PNAS e pela NOB operam o reforço de medidas que não deixam claras as ações estatais, bem como seu conteúdo reforçaria medidas conservadoras de retorno a família e aos entes de sociabilidade primária em detrimento de garantias de direito e garantias sociais exigíveis.

É importante destacar que o direcionamento de conformação do SUAS se dá na arena de disputas políticas, que em certa medida carregam o legado histórico dos direitos sociais no Brasil, pois, velhas políticas influenciam novas políticas, o que conforma no Brasil uma travessia entre a originalidade e o conservadorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações expostas no decorrer do artigo apresentam-se algumas considerações a se fazer em relação às inovações e tensões da ação estatal no que diz respeito ao SUAS. Ou seja, procurou-se demarcar os avanços da política e os pontos contraditórios da mesma.

No que toca os aspectos positivos visualiza-se a demarcação de uma maior capacidade de gestão a sistematização da assistência social através dos instrumentos de gestão monitoramento e avaliação e a gestão territorial das políticas sociais.

No campo das tensões há que se atentar para o risco de supervalorização do escopo da assistência social, configurando à mesma a responsabilidade de realizar isoladamente a proteção social, o que configura-se na visão de Motta entre outros (2007) na assistencialização da seguridade social. Outro fator de tensão é a defesa da família como ente central da oferta de bem-estar, descontextualizando as diversas

transformações da mesma e os processos sociais mais gerais da sociedade dividida em classes.

Em síntese, temos que avançar no sentido da qualificação e do conteúdo dos serviços públicos no sentido de um sistema efetivo e eficaz e universal, na direção do fortalecimento dos serviços e do cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAYON, N. *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* São Paulo: Cortez, 1995.

BEHRING, E R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, E.; ALMIDA, M. T. *Trabalho e Seguridade: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BERETTA, R. C. de S.; MARTINS, L C. O. Estado, municipalização e gestão municipal. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 77, p. 63-77, Mar. 2004.

CARDOSO JR, J. C.; JACCOUD, L. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1985.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COHN, A.; DRAIBE, S.; KARSCH, U. *Desafios atuais para a assistência social: a busca de alternativas*. São Paulo: FUNDAP, 1995. (Mimeo)

DRAIBE, S. Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recentes. Santiago do Chile, Cepal. *Série Reformas de Políticas Públicas*, n. 14, 1993.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *Welfare state*. *Lua Nova*, Rio de Janeiro, n. 24, 1991.

FONSECA, M. da *Família e política de renda mínima*. São Paulo: Cortez, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *PNAD 2006: primeiras análises*. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

LOPES. O Tempo do SUAS. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Número especial, p. 76-95, 2006.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MUNIZ, E. *Os Serviços de Proteção Social: um estudo comparado entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, P. A. Política Social no Contexto da Seguridade Social e do Welfare State: a particularidade da Assistência Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 56. 1998.

_____. *Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. Mudanças Estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M.; LEAL, M. C. (Orgs.). *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

_____. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil In: PEREIRA, P. A.; BRAVO, M. I. S. (Orgs.). *Política social e democracia*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELIS, R. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social*: caminhos de construção democrática. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. (Coord.). SUAS: Configurando os eixos de mudança. *Caderno 1-SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça Social*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOUZA, M. de F. *Implementação municipal do SUAS – Sistema Único da Assistência Social: balanço das condições de gestão da Assistência Social em municípios do Vale do Paraíba – São Paulo*. 2006. Dissertação (Programa de estudos Pós-graduados em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <www.dominiopublico.com.br> Acesso em: 17 Jul. 2007.

SPOSATI, A. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 68, p. 54-82, 2001.

_____. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Número especial, p. 96-122, 2006.

STEIN, R. H. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 54, p. 75-94, 1997.

TAPAJÓS, L. Gestão da Informação no SUAS. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Número especial, p. 178-201, 2006.

TEIXEIRA, S. M. F. Assistência na Previdência Social – uma política marginal. In: SPOSATI, A.; FALCÃO, M. do C.; TEIXEIRA, S. M. F. *Os Direitos (dos desassistidos) Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

O SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA O DEBATE¹

Francisco Henrique da Costa Rozendo²

INTRODUÇÃO

As análises críticas sobre a atual conjuntura brasileira nos revelam novos determinantes nas relações sociais, econômicas e políticas constitutivas de uma sociedade desigual, tendo nuances peculiares próprias de uma formação sócio histórica regida pelo clientelismo, lógica do favor e, prioritariamente, pela tentativa de exaustão das lutas da classe trabalhadora. No âmago dessas discussões situam-se aqueles adeptos do pensamento neoliberal, e aqueles que embatem cotidianamente às forças objetivas e ideológicas próprias da sociedade capitalista.

Partindo deste cenário, que ocasiona, entre outros elementos, a desmobilização das lutas dos movimentos sociais, com ações pontuais e de manutenção da ordem vigente, assentada no desmonte dos direitos sociais e no favorecimento do capital, é que se constrói a base para se pensar o trabalho profissional do/a Assistente Social, situando-o no campo daqueles que, ainda, mantém viva a discussão, no terreno crítico,

¹ O artigo apresentado é parte da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN, que tem como título: “O Serviço Social na Previdência Social: a afirmação do seu espaço na materialização dos direitos” sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Odília Sousa de Araújo (PPGSS/UFRN).

² Professor Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional”. E-mail: fhenriquecr@gmail.com.

do potencial reivindicativo da classe trabalhadora. Nestes termos, o Serviço Social se exponencia por defender um projeto profissional, construído coletivamente, que se vê na contracorrente ao projeto neoliberal, na contramão da história (NETTO, 2006).

Sob estas considerações, torna-se imperativo destacarmos a tentativa de esgarçamento dos direitos construídos coletivamente pela luta da classe trabalhadora. Neste jogo, o trato quanto às políticas sociais se constitui num terreno fértil para as investidas neoliberais, a partir dos anos 1990, fazendo com que sua implementação por parte do Estado, seja cada vez mais restritiva, sendo subordinada às exigências das agências internacionais que preconizam, dentre outros elementos, o enxugamento do aparelho estatal.

Tais implicações rebatem diretamente na profissão e nas políticas constitutivas da seguridade social: saúde, assistência social e previdência social. O debate, complexifica-se, na medida em que a Previdência Social é marcada por pontos polêmicos na atualidade, que faz implodir na subjetividade da classe trabalhadora uma ideia de reforma, tratando-a, segundo Aluísio Teixeira, como “uma expressão cabalística ou um artigo de fé, perante o qual todos têm que se curvar e prestar homenagem”. (ARAÚJO, 2004, p. 15.)

Com isso, o modo pela qual se apreende a realidade “não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1978, p. 117), capaz de evidenciar elementos que auxiliem no detalhamento crítico das análises conceituais, tão caras ao pensamento moderno.

Assim, pretende-se analisar tais desdobramentos imbricados na realidade específica do Serviço Social na Previdência Social. Partimos do entendimento que o processo de escolha, na delimitação teórica e espacial

do nosso objeto, constitui o processo de síntese de muitas determinações, como apontava Marx (1978), aparecendo não como meras abstrações do intelecto, mas, pelo contrário, como fruto de uma consciência humana forjada no bojo das relações sociais.

Com isso, o estudo proposto não parte do nada, “[...] mas antes se trabalha sobre conhecimentos já formulados em que o pesquisador se apoia, ainda que seja para negá-los”. (LIMOEIRO, 1976, p. 6.)

A aproximação teórico-crítica e política com o objeto de estudo se justifica pela relevância do ponto de vista acadêmico e social, por entender, que o debate sobre o Serviço Social na Previdência Social, torna-se imperativo na atualidade, tendo em vista a afirmação da profissão na estrutura previdenciária, bem como a atual conjuntura de contrarreforma previdenciária.

Nestes termos, o debate sobre a atuação do/a Assistente Social no âmbito previdenciário na luta por direitos, é o objeto central no debate contemporâneo da profissão, pois requerem análises sobre os processos de acumulação capitalista, suas contradições, na produção e reprodução da vida material e social, que determinaram a criação dos sistemas de proteção social. Neste sentido, o presente estudo – como parte das discussões levantadas na nossa dissertação de Mestrado em Serviço Social pelo PPGSS/UFRN – objetiva analisar os avanços e desafios que permeiam o trabalho profissional do Assistente Social na política previdenciária.

Assim, os resultados da pesquisa, aqui apresentados, tiveram como área de abrangência as Gerências Executivas da Previdência Social de Mossoró e Natal-RN, sendo realizadas entrevistas a um total de 07 (sete) Assistentes Sociais que trabalham no Setor de Serviço Social,

correspondendo a um universo de 08 (oito) profissionais,³ anteriores a realização do último concurso público para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizado em janeiro de 2009.

Com isso, o presente trabalho analisa o contexto sócio institucional que abriu espaço para o ingresso do Serviço Social na Previdência, entendendo a partir daí, como se dá a afirmação profissional na instituição previdenciária e quais os desafios postos a sua atuação, numa conjuntura desfavorável a organização e luta da classe trabalhadora.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, as primeiras manifestações da previdência datam do Império e foram emergindo de fenômenos comuns a determinadas categorias profissionais, encaminhando-se desse modo, os primeiros passos rumo à instituição previdenciária. Despontaram na instância da sociedade civil, a partir da comunhão dos mesmos interesses que geraram o mutualismo e a solidariedade entre os homens, numa busca de segurança para os infortúnios futuros.

No cenário brasileiro, os primórdios da Previdência Social, confluem-se com a influência do liberalismo individualista que se refletiu na Primeira Constituição Republicana de 1891, na qual não se incluía direitos previdenciários, nem trabalhistas. É fortuito destacar que os problemas de ordem social, neste período de forte incursão do liberalismo econômico, eram tratados de maneira repressiva, em que os movimentos

³ Este número reduzido de Assistentes Sociais na Previdência Social do Rio Grande do Norte era responsável em atender os seus 167 municípios, numa total degradação das suas condições de trabalho.

das classes populares, também, eram vistos como baderna ou desordem pelo governo.

Assim, podemos destacar que o marco inicial da política previdenciária no Brasil se dá no ano de 1923, no período histórico da Velha República, com a Lei Eloy Chaves, na qual se estabelece, pela primeira vez, um sistema baseado na lógica do seguro e na proteção do mundo do trabalho. Entretanto, este não é um debate consensual, pois alguns autores/as consideram o seu início desde o final do século XVIII, quando são criadas as primeiras instituições de natureza previdenciária (MOREIRA, 2005), demarcada, também, pela Lei sobre acidentes de trabalho de 1919, mas que não responsabilizava o/a empregador/a pelos riscos do trabalho e não reconhecia automaticamente o direito à indenização por acidente (BOSCHETTI, 2006).

A Lei Eloy Chaves institui as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's), cuja organização se dava na forma de instituições civis privadas. A proposta previdenciária, alçada por esta Lei, não se dirige aos trabalhadores em geral, nem referenciava um conceito de cidadania, mas criava medidas de proteção a determinados grupos específicos (CABRAL, 2000). As CAP's eram supervisionadas pelo governo e financiadas pelos/as trabalhadores/as e empregadores/as, além dos/as usuários/as dos seus serviços, via impostos. Este financiamento se dava da seguinte forma

[...] as contribuições baseavam-se na folha de salários (cada trabalhador contribuía com 3% do salário), na renda bruta das empresas (1% do total anual) e em um imposto anual de 1,5% sobre os serviços prestados pelas empresas [...]. As empresas recolhiam o montante resultante dessas três fontes e depositavam-no em uma conta aberta em nome da Caixa, sem nenhuma interveniência do Estado (BOSCHETTI, 2006, p. 17).

Estas características, na abordagem de Boschetti (2006), apontam duas implicações: primeiro que se estabelecia um sistema de desigualdade entre os/as trabalhadores/as das diversas categorias, no sentido de que o montante dos benefícios dependiam da arrecadação da própria Caixa e, segundo, que apenas os/as empregados/as e seus/suas dependentes tinham acesso aos benefícios, deixando à margem os/as usuários/as dos serviços que contribuíam através dos impostos.

Em 1930, com o Governo de Getúlio Vargas, cria-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931, expandindo as CAP's às diversas categorias de trabalhadores. Neste período evidencia-se o avanço na legislação trabalhista e previdenciária, como também de instituições responsáveis pela sua operacionalização (ARAÚJO, 2004).

A partir de 1933, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensão (IAP's), abrangendo agora os/as trabalhadores/as por categoria profissional e não mais por empresa específica. É importante destacar que foi a partir dos anos 1930, que o Estado passou a intervir mais diretamente na organização econômica e social e que, pela primeira vez, surgia a tentativa de distinção entre previdência e assistência (BOSCHETTI, 2006).

O financiamento dos IAP's incorporava, agora, a contribuição do Estado, que, administrativamente, participava do seu controle, introduzindo em suas gestões representantes do aparelho estatal nomeados pelo Presidente da República. Destaca-se que neste período

[...] buscou-se demarcar a diferença entre benefícios e serviços, previdência e assistência, chegando a estabelecer que apenas os benefícios pecuniários eram atribuições obrigatórias da Previdência Social, excluindo a prestação dos serviços médicos e outros, ficando

estes sujeitos à disponibilidade das instituições (MOREIRA, 2005, p. 41).

Este processo ganha novos elementos, ainda no governo de Getúlio Vargas, em que se tem a tentativa não consolidada de reforma do sistema previdenciário (CABRAL, 2000), com um projeto de unificação das instituições securitárias. O debate alicerçado vai desaguar na Lei 3.807, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), em 26 de setembro de 1960, havendo a uniformização dos benefícios e serviços prestados pelos IAP's sem a unificação em uma única organização, considerada por Araújo (2004) como a segunda reforma da Previdência Social no Brasil.

Em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), são unificados todos os IAP's existentes, retirando os/as trabalhadores/as da gestão previdenciária. Outras inovações decorrentes foram: a incorporação do Seguro Acidente de Trabalho em 1967 ao INPS; extensão da Previdência aos/as trabalhadores/as rurais em 1971; incorporação das empregadas domésticas em 1972 com caráter compulsório; a incorporação dos autônomos em 1973; e a instituição da renda mensal vitalícia e salário maternidade em 1974 (CABRAL, 2000).

Em 1977, há a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), pela Lei n.º 6.434/77, composto pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), além da empresa de processamento de dados da Previdência Social (DATAPREV). Na composição do SINPAS se incorpora, também, a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) – responsável pela assistência social em nível nacional - criada em 1942, a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) – responsável pela política de assistência à criança e

adolescentes - criada em 1964 e a Central de Medicamentos (CEME) criada em 1977.

Assim, a inclusão das instituições de saúde, previdência e assistência social em um mesmo Ministério (Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS) e a separação institucional a partir de suas funções, consolidariam a tendência de distinção entre previdência e assistência social (BOSCHETTI, 2006, p. 57), que se dava na forma de

[...] universalização da assistência médica a todos os cidadãos (via INAMPS), restrição da previdência aos contribuintes (via INPS e regimes especiais para funcionários públicos), limitação da assistência social às pessoas pobres (via LBA) e oferecimento de assistência social específica a jovens infratores (via FUNABEM)

Nesta prerrogativa, no final dos anos 1970, novos sujeitos sociais começaram a entrar em cena, através de organizações sindicais e populares que pressionaram o Estado para garantir os seus direitos. Culmina-se, com isso, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1985 (CABRAL, 2000).

OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA NEOLIBERAL PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A conjuntura que se formava, nos anos 1980, exponenciava-se pelo endividamento externo e arrocho salarial, havendo grandes mobilizações populares. Esta crise estrutural da economia, marcada pelo desemprego e aumento da pobreza, são decorrentes, também, da crise do padrão de acumulação capitalista e do esgotamento do seu processo produtivo.

Neste contexto, em 1988, é elaborada uma Nova Constituição Brasileira, promulgada em 05 de outubro, na qual traz em seu bojo a

compreensão da Seguridade Social como um direito social. No Artigo 194 da Constituição Federal, conceitua-se a Seguridade Social como um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade que se destina a assegurar direitos referentes à Saúde, à Assistência e à Previdência Social. Entende-se, contudo, que as alterações mais significativas desta concepção dizem respeito à defesa do direito do cidadão e do dever do Estado, reconhecendo a Seguridade como um direito inerente à condição de cidadania.

Entretanto, o presidente eleito em 1989, Fernando Collor de Melo, ao realizar suas alterações na estrutura ministerial, transformou em 1990, o Instituto Nacional da Previdência Social em Instituto Nacional do Seguro Social, consolidando a Previdência como uma forma de seguro (VIANNA, 2000).

De acordo com as Assistentes Sociais pesquisadas, podemos observar que nesse período, o Serviço Social na Previdência, também, sofreu alguns rebatimentos, a saber:

No governo Collor, que veio dismantelandando as suas políticas, né? Ai ficou o serviço social, que foi preciso ver um novo conceito do serviço social da previdência, né? Porque aquelas ações que eram efetivadas pelo Ministério da Previdência [...] elas foram retiradas, né? E com isso, houve uma grande [...] perda para o serviço social da previdência (Pérola).

Ao longo dos anos 1990, propagaram-se em nível nacional discussões em torno de reformas, tido como mote na era Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se orientavam para o mercado, num contexto em que os problemas enfrentados pelo Estado tinham como causas centrais a crise econômica e social vivida desde o início dos anos 1980 (BEHRING, 2003).

Desprezando, assim os preceitos da Constituição de 1988, o governo através do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) sobre as formulações de Luís Carlos Bresser Pereira, então Ministro do Ministério de Administração da Reforma do Estado (MARE), confirma que “[...] o Estado do século XXI será um Estado social-liberal: social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal porque o fará usando mais os controles do mercado e menos os controles administrativos”. (PEREIRA, 1997, p. 18).

Nestes termos, embora o termo “reforma” tenha sido utilizado de modo exaustivo pelo governo, corroboramos com Behring (2003) que se trata de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, “[...] a qual é destituída de seu conteúdo progressista e submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e direção sociopolítica” (p. 128). Assim, o que se configura na realidade brasileira é uma verdadeira contrarreforma, no sentido das perdas de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

É neste contexto de avanço da hegemonia do capital que se tem a disseminação de uma cultura da crise, que segundo a autora é

[...] formador de uma cultura política que procura negar os referenciais teóricos, políticos e ideológicos, que permitiam, no caso brasileiro, até a segunda metade da última década, identificar propostas e práticas diferenciadas por parte das classes trabalhadoras e capitalistas acerca da situação social e econômica do país. (MOTA, 2005, p. 101.)

Em suma, a contrarreforma da Previdência Social, caudatária de uma cultura da crise, constitui numa peça importante do ajuste neoliberal,

na medida em que reduz o seu caráter público e estimula massivamente a ótica privatista, de minimização dos direitos numa atuação reduzida do Estado, na garantia da financeirização do capital.

Com isso, a continuidade das contrarreformas, efetivam-se nesse cenário sob o velho discurso da crise ou déficit da Previdência Social, utilizado pelo governo para justificar contrarreformas nesta área, mas que teve suas causas contestadas, tendo em vista que

Estas apontam que o déficit não resulta da incompatibilidade entre receitas e despesas, conforme defendido pelo governo, e sim da não-materialização da seguridade social constitucional e de seus princípios de diversidade e equidade no financiamento (BOSCHETTI, 2004, p. 117-118).

Nisto, as mudanças mais significativas de corte dos direitos, refere-se à implantação da aposentadoria por tempo de contribuição atrelada a idade, a contribuição previdenciária dos aposentados do setor público e a não equiparação salarial entre ativos e inativos (MOREIRA, 2005).

Neste contexto, a orientação neoliberal quanto às políticas sociais, pressupõe a sua regulação pela lógica do mercado, naturalizando-a harmonicamente, tendo em vista que sua intervenção minimiza a atuação do Estado. Esta ideia de conceder ao mercado as respostas às expressões da questão social demarca o limite ideológico do projeto neoliberal, fazendo com que o Estado nacional e os governos limitassem suas investidas na área social.

Para o neoliberalismo, o princípio da universalidade do acesso aos direitos sociais, se vê estritamente esquecido, assumindo e colocando em cena a pontualidade e focalização das políticas sociais à camada populacional que se encontra em extrema situação de vulnerabilidade

social. Assim, as lutas da classe trabalhadora em favor dos direitos sociais, são, aos poucos, dilaceradas por esta ideologia neoliberal.

Convém verificar, ainda, que, na atualidade, é prática corrente as privatizações dos serviços públicos, altamente atrativos aos capitalistas, bem como os serviços sociais, sobre a premissa de incapacidade do Estado em geri-los. Nota-se, assim, uma grande dualidade na sociedade, entre os que podem pagar os serviços de melhor qualidade e àqueles que ficam à mercê da restrita acessibilidade as políticas sociais.

Com isso, entender como as determinações da sociedade e da própria Previdência Social brasileira repercutem para a afirmação do trabalho profissional do/a Assistente Social, constitui-se no debate a ser posteriormente evidenciado.

A ADOÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

O ingresso do Serviço Social na estrutura previdenciária se dá a partir de uma exigência institucional do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) tendo como presidente o Sr. Filinto Muller, autorizando a adoção do Serviço Social, que o compreende “nitidamente contido na finalidade das instituições da previdência social, como parte indispensável às suas atividades, sobretudo nos setores de benefícios, construções de conjuntos residenciais e assistência médica”.

Nesse contexto, o Serviço Social na Previdência se legaliza através da Portaria n.º 52, de 06 de setembro de 1944 do CNT, na qual autoriza a organização pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), a título experimental, de um Serviço Social, tendo em vista atender uma determinação do próprio CNT, por meio do Decreto-lei n.º 6.707, de 18 de julho de 1944, que aceitava a

carteira profissional como prova provisória de registro civil, para efeito de concessão de benefícios.

Em 1948, o Departamento Nacional da Previdência Social (DNPS), pelo Ofício-Circular N.º 250, do Sr. Moacir Veloso Cardoso de Oliveira – Diretor Geral do DNPS – encaminha sugestões para adoção de Seções de Serviço Social nas instituições previdenciárias, por entender que cumpria ao Departamento “orientar, coordenar e estimular essa espécie de atividade, que se apresenta como de máxima importância para o futuro da previdência social”.

As atividades previstas para as Seções de Serviço Social eram:

- Orientação para o melhor processamento dos benefícios e facilidade para obtenção de documentos, tutelas, curatelas, realização de casamento, registros de nascimento etc.;
- Orientação e educação sociais nos conjuntos residenciais ou nas casas individuais dos segurados, financiadas pela instituição e nos serviços de assistência médica, de conformidade com o que as circunstâncias indicarem em cada caso;
- Encaminhamento de segurados ou beneficiários, doentes e necessitados, a outras instituições assistenciais públicas ou previdenciárias, quando não esteja no âmbito legal da Previdência Social o respectivo amparo, no caso concreto;
- O estudo e exame dos casos individuais de *desajustamento* dos segurados e beneficiários e seu acompanhamento por meio de visitas periódicas e registro em fichas reservadas; cumprindo notar, porém, que tudo isto deverá ser feito sem tirar a iniciativa do próprio segurado ou beneficiário, somente como *função supletiva ou de ajuda*, quando evidenciada a dificuldade ou impossibilidade de agir da parte deles (grifos nossos) (Ofício Circular n.º 250).

Nestes termos, o Serviço Social é tido como assistência complementar, apregoando o ideário institucional de individualização dos

benefícios, para que a Previdência Social se tornasse eficiente numa conjuntura de desajuste.

Ao adotar a conceituação da “assistência complementar”, da “individualização do benefício”, na perspectiva de solucionar os relevantes problemas dos “desajustamentos sociais”, é que se condensa a fórmula do Serviço Social previdenciário deste período de emergência no âmbito dos IAP’s (SILVA, 2008).

O referido Ofício Circular n.º 250 ainda determinava o ingresso de servidores nas Escolas de Serviço Social com direito a bolsas de estudo, salientando que: “somente devem se matricular nos cursos os que, tem vocação e um desejo sincero de dedicar-se às atividades do serviço social”. Neste sentido, o Serviço Social atua, no primeiro momento, com um discurso de humanização das grandes máquinas burocráticas, destacando a necessidade de amenizar os conflitos, cujos objetivos profissionais se identificavam com os objetivos institucionais (MPAS/INSS, 1995).

AS PROPOSTAS PROFISSIONAIS NOS PLANOS BÁSICOS DE AÇÃO (PBA)

No período em que se unificam os IAP’s, em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), dá-se a expansão da profissão, tendo uma atuação mais ampla nos diversos espaços da Instituição: planejamento, supervisão e execução, com a contratação de novos profissionais na estrutura organizacional. Nesta marca, a sua *prática* se normatiza, através da implantação do Plano Básico de ação (PBA), de 07 de fevereiro de 1972, com influência do modelo psicossocial e da matriz funcionalista, voltando-se para

[...] sistematizar programas de assistência social, integração e promoção das classes trabalhadoras, com o desenvolvimento de

ações voltadas para diferentes segmentos e áreas como: idosos, portadores de necessidades especiais, capacitação ao trabalho, saúde e benefícios. Preconizava também a afirmação de uma mentalidade previdenciária entre os empresários e trabalhadores. O trabalho do Serviço Social era desenvolvido nos Centros Sociais, Centros de Reabilitação, Seções de Serviço Social de Servidor e Seções de Serviço Social atreladas aos hospitais e ambulatórios de saúde (MOREIRA, 2005, p. 95).

Este plano, aprovado em 1972, constitui-se numa das mais significativas expressões da perspectiva modernizadora do Serviço Social (NETTO, 1991), no exercício da sua prática profissional, sintetizado no “I Seminário de Teorização do Serviço Social”, realizado em Araxá-MG em 1967, resultando no denominado Documento de Araxá, sendo consolidado e maturado com a realização do “II Seminário de Teorização – Metodologia do Serviço Social” em Teresópolis-RJ em 1970.

Com a criação, em 1977, do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), há a confirmação do caráter do seguro social pela lógica da contribuição dos/as beneficiários/as, com introdução de novas modificações na política previdenciária, sob o controle do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), em 1974. O trabalho do/a Assistente Social, com isso, sofre profundas mudanças com a extinção dos Centros Sociais, sendo transferidos vários programas desenvolvidos para a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Este período caracterizou-se pela perda de espaço profissional e de uma perspectiva de exclusão da profissão na previdência (MPAS/INSS, 1995).

A busca pela conquista de espaço profissional no interior da Instituição vai desencadear na elaboração do segundo PBA, de 04 de setembro de 1978, ainda alicerçado no modelo psicossocial e no funcionalismo. É pertinente considerarmos, que, no contexto maior do

Serviço Social no Brasil, processa-se o momento da sua reconceituação, calcada na preocupação teórico-prática e na oposição ao funcionalismo norte-americano, influenciado pelo componente político transformador latino-americano (MPAS/INSS, 1995).

Nesse processo de reconceituação da profissão no contexto nacional, percebem-se algumas mudanças no Serviço Social da Previdência com relação ao tecnicismo,⁴ ficando o componente político de viés transformador ausente, contribuindo para que

A não-renovação do Plano Básico de Ação – PBA face às demandas sociais impostas pela dinâmica da sociedade contribuiu para uma prática profissional tradicional, burocratizada, ahistórica baseada no senso comum, alicerçada numa ausência de reciclagem e supervisão profissional, o que gerou a formação de uma cultura profissional rotineira, internista e tarefaira que se corrobora pela forma como o Serviço Social adentrou-se nos Postos por uma imposição institucional e não por uma demanda populacional (MPAS/INSS, 1995, p. 15).

O PBA do Serviço Social do INPS de 1978 revela, assim, o modelo conservador e funcionalista de solução dos problemas sociais, havendo uma forte prática assistencialista, “focado na relação instituição/cliente e na busca de produzir um funcionamento social ou individual considerado adequado ao sistema previdenciário” (FALEIROS, 2008, p. 88).

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, evidencia-se a expressão de novas práticas profissionais, no esforço dos/as Assistentes Sociais em se aproximarem das fontes de conhecimento da Universidade, participando de cursos de pós-graduação, congressos, assim como nos movimentos

⁴ É importante destacar, que esta é uma tendência adotada neste período por segmentos profissionais inseridos em diversas áreas de atuação. Cf. Netto, 1991.

sociais emergentes, na qual os/as profissionais buscaram transformar as suas inquietações e insatisfações em compromisso com uma Previdência Social pública e redistributiva.

NOVOS RUMOS DO TRABALHO PROFISSIONAL: A MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O trato quanto às políticas sociais, a partir dos anos 1990, constituiu-se num terreno fértil para as investidas neoliberais, fazendo com que sua implementação por parte do Estado, fosse cada vez mais restritivo e subordinado às exigências das agências internacionais que preconizam, dentre outros elementos, o enxugamento do aparelho estatal.

O debate, ainda se complexifica, na medida em que a Previdência Social é marcada por pontos polêmicos, que faz implodir na subjetividade da classe trabalhadora uma ideia de reforma, tratando-a, segundo Aluísio Teixeira, como “[...] uma expressão cabalística ou um artigo de fé, perante o qual todos têm que se curvar e prestar homenagem” (ARAÚJO, 2004, p. 15).

Ainda nos anos 1990, propagaram-se em nível nacional discussões em torno de reformas, tido como mote na era Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se orientavam para o mercado, num contexto em que os problemas enfrentados pelo Estado tinham como causas centrais a crise econômica e social vivida desde o início dos anos 1980 (BEHRING, 2003).

Desprezando, assim os preceitos da Constituição Federal de 1988, o governo através do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) sobre as formulações de Luís Carlos Bresser Pereira, então Ministro de

Administração da Reforma do Estado (MARE), confirma que “[...] o Estado do século XXI será um Estado social-liberal: social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal porque o fará usando mais os controles do mercado e menos os controles administrativos” (PEREIRA, 1997, p. 18).

Nestes termos, embora o termo “reforma” tenha sido utilizado de modo exaustivo pelo governo, corroboramos com Behring (2003) que se trata de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, “[...] a qual é destituída de seu conteúdo progressista e submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e direção sociopolítica” (p. 128). Assim, o que se configura na realidade brasileira é uma verdadeira contrarreforma, na perda de direitos.

É neste contexto de avanço da hegemonia do capital que se tem a disseminação de uma cultura da crise (MOTA, 2005, p. 101), que segundo a autora é

[...] formador de uma cultura política que procura negar os referenciais teóricos, políticos e ideológicos, que permitiam, no caso brasileiro, até a segunda metade da última década, identificar propostas e práticas diferenciadas por parte das classes trabalhadoras e capitalistas acerca da situação social e econômica do país.

Em suma, a contrarreforma da Previdência Social, caudatária de uma cultura da crise, constitui numa peça importante do ajuste neoliberal, na medida em que reduz o seu caráter público e estimula massivamente a ótica privatista, de minimização dos direitos numa atuação reduzida do Estado, na garantia da financeirização do capital.

Neste período, a elaboração da Lei n.º 8.213,⁵ de 24 de julho de 1991, no seu artigo 88 define nos marcos institucionais da Previdência Social a competência do Serviço Social “no campo do esclarecimento dos direitos sociais, dos meios de exercê-los e do estabelecimento conjunto com os beneficiários quanto a solução de problemas, tanto na sua relação com a instituição como na dinâmica da sociedade” (MPAS/INSS, 1995, p. 15).

É neste contexto histórico, marcado por tensões, que se tem a busca coletiva dos/as Assistentes Sociais em realizarem uma análise crítica da real situação do Serviço Social, discutindo possibilidades “de elaborar respostas profissionais que transparecessem o compromisso com a previdência pública, redistributiva, de qualidade e com a participação dos[as] trabalhadores[as]” (MOREIRA, 2005, p. 150).

Implica-se, com isso, redefinir o fazer profissional do Serviço Social na Previdência Social redimensionado por um novo paradigma, compreendendo que

[...] esse espaço tem sua especificidade determinada de um lado, objetivamente, pela resposta dada historicamente quando de sua inserção nas relações sociais de produção, e por outro lado, pelas matrizes teórico-metodológicas que direcionam o seu fazer. Sua identidade, a partir disso, define-se pela autonomia técnica explicitada em seu método, objeto e objetivos que se concretizam em uma correlação de forças e encaminham o conteúdo de sua ação (MPAS/INSS, 1995, p. 16).

Assim, buscava-se construir um novo fazer profissional, respaldado num referencial teórico-metodológico que rejeita claramente a

⁵ Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

neutralidade e alerta para a necessidade do compromisso para a efetivação dos direitos sociais e para articulação com os movimentos sociais.

Nesta premissa, o comprometimento de algumas profissionais inseridas na produção de conhecimentos da Universidade, fez embasar a formulação da Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, em 1994, adotando a concepção de política pública e controle social por parte dos/as trabalhadores/as.

Desta forma, na análise dos dados coletados, observamos que 71% das Assistentes Sociais conhecem as diretrizes e princípios defendidos pela Matriz, e os outros 29% não a conheciam em sua totalidade. Nisto, o entendimento profissional que elas possuem sobre a Matriz é o seguinte:

Nós trabalhamos tendo como norte a matriz teórico metodológica do serviço social e o nosso projeto ético político profissional e a matriz está, com certeza, dentro desse projeto maior né? Então a gente, eu vejo assim, nós trabalhamos, todas as nossas ações é com base na matriz, essa é a orientação que nós damos para as nossas colegas que entraram agora, a orientação que nós temos, as meninas falam: – ora, a gente pode fazer isso? Pode fazer aquilo? Eu digo: – olhe, tudo que tiver de acordo com a matriz teórico metodológica do serviço social e de acordo com o projeto ético-político profissional, vocês tem toda autonomia de tá fazendo, até porque cada uma conhece a sua realidade e as ações de acordo com a realidade (Diamante);

Não conheço bem, conheço levemente, como eu cheguei de paraquedas aqui [antes trabalhava na LBA] não deu pra conhecer isso direito, não me lembro muito de ter lido a matriz, mas sei que faz muito tempo que não foi revisada e acho que merece uma revisão (Esmeralda).

As falas das assistentes sociais nos permitem fazermos duas considerações: a primeira refere-se à profissional que conhece os princípios definidos pela Matriz e os coloca a serviço do trabalho

profissional no reforço ao projeto ético-político profissional; e a segunda, que aponta a necessidade de revisar a Matriz sem ao menos conhecê-la de forma mais concreta, demarcando uma ausência no seu trabalho dos pressupostos que alimentam a própria materialização desta dentro da Previdência Social.

A Matriz, ao reforçar o compromisso com os interesses da classe trabalhadora nas suas ações profissionais, estabelece como objetivos:

- a) implementar a Política Social Previdenciária sob a ótica do direitos social e da cidadania contribuindo para viabilizar o acesso aos benefícios e serviços previdenciários e garantir as demandas e reivindicações da população;
- b) contribuir para a formação de uma consciência coletiva de proteção ao trabalho no âmbito da Previdência Pública em articulação com os movimentos organizados da sociedade. (MPAS/INSS, 1995, p. 19).

Nesta medida, ao indagarmos se para as profissionais a Previdência Social pública é possível, numa vinculação aos objetivos propostos pela Matriz, chegamos aos seguintes depoimentos:

Sim, é eu acho que é possível, mas eu acho o possível muito distante, uma política totalmente pública, por aquilo que eu lhe falei, porque eu vejo uma política contributiva onde os trabalhadores, vão ter que contribuir, então que pública? que política pública e essa que eu só posso ter acesso se eu pagar? Vejo, também, que isso a gente tem pensado que os trabalhadores, não tomam conhecimento sobre a política previdenciária, não toma conhecimento, das mudanças que são realizadas a nível de Ministérios, as decisões dos gestores, eu não vejo a política falar dos trabalhadores participando, se são sujeitos dessa política, não existe um Conselho Municipal da Previdência Social, onde os trabalhadores possam ir lá, eu não vejo

uma Conferência de Previdência Social, que pública é esse? Então eu acho, [...] é pública, mas eu ainda acho que tá muito distante (Diamante);

Acho que é, apesar de toda dificuldade para acesso é possível, desde que tenha políticas voltadas para isso, implementações, as lutas. Só que temos que atravessar um longo caminho para incluir de fato, mas é possível, sim (Cristal).

Neste bojo, percebemos que as Assistentes Sociais, procuram enraizar o seu trabalho profissional, na defesa intransigente dos interesses do/a usuário/a, contribuindo para que se possa reconhecer os direitos, em um propósito e com o fim de que a Previdência Social pública é possível, utilizando para se chegar a este fim, das mediações necessárias, sempre antenadas aos princípios ético-políticos do nosso projeto profissional, consolidado a partir da defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Com isso, a proposta defendida pela Matriz insere, os/as Assistentes Sociais do INSS, no movimento efervescente vivenciado pelo Serviço Social desde a década de 1970, buscando alicerçar o fazer profissional aos pilares fundamentais constitutivos do Código de Ética de 1993, bem como na intrínseca relação deste novo trabalho profissional com o Projeto Ético-Político.

O método adotado pela Matriz o compreende “dentro da concepção histórico-dialética, como o processo de conhecimento pelo qual apreende-se a realidade com vista à sua transformação” (MPAS/INSS, 1955, p. 22).

Requer analisar as múltiplas determinações que compõe o trabalho profissional e conectá-las a realidade concreta, que também é contraditória, entendendo esta como fruto das correlações de forças, ora no favorecimento dos direitos sociais, ora atendendo a lógica capitalista (ROZENDO, 2007). Nisto as ações profissionais do Serviço Social devem

ser direcionadas aos objetivos e proposições teórico-metodológicas que alimentam o seu direcionamento ético-político cotidiano, assim, a Matriz estabelece três principais ações:

a) Socialização das informações previdenciárias: esta ação supera uma simples orientação, pois busca uma análise do real, indo além do aparente, que contribua para a formação de uma consciência crítica da população, embasada na concepção de direito social.

As informações sobre a Previdência Social, no que tange ao acesso aos benefícios e outros auxílios, são muito complexas e por vezes não levam em consideração a realidade concreta dos sujeitos. A Matriz, nesta linha, vem sinalizar o trabalho do/a Assistente Social sob a ótica do direito e da proteção social, que não é uma mera adequação do usuário as burocracias institucionais, mas uma aproximação da sua vivência individual e coletiva, que numa visão de totalidade buscará apreender as condições reais dos/as usuários/as e na garantia do acesso aos direitos.

b) Fortalecimento do coletivo: trata-se de uma ação que possibilita e potencializa o protagonismo dos sujeitos sociais em sua coletividade, buscando compreender as situações concretas desta conjuntura e propiciar, de forma sistemática, a discussão contínua com grupos de usuários, que pode desdobrar em outras questões que fortaleçam o coletivo e encaminhe suas reivindicações.

c) Assessoria: este trabalho volta-se para a instrumentalização dos movimentos organizados da sociedade sobre as determinações da política previdenciária, podendo ser estendida ao estado e municípios de acordo com as possibilidades técnico-institucionais contribuindo, também, para a elaboração de propostas alternativas à Previdência Social.

Em profunda sintonia com o projeto profissional, esta ação favorece a mútua troca de saberes e forças, pois ao atuar neste contexto, conhecê-lo, problematizá-lo e dar-lhe proposições de avanço, estará piamente contribuindo para a criação de fortes aliados ao seu trabalho.

Vinculados a esse contexto, o trabalho profissional das Assistentes Sociais pesquisadas se dão de maneira mais detalhada em projetos ligados ao Serviço Social (Crista, Safira, Diamante, Esmeralda, Ametista e Pérola); Atendimento Geral ao Usuário (Diamante, Rubi e Esmeralda); Projeto Saúde do Trabalhador (Rubi, Diamante e Ametista); Benefício Assistencial (Cristal, Safira, Pérola, Esmeralda e Ametista).

O engajamento e a participação do/a profissional na Instituição, via projetos, direciona o seu trabalho para o conhecimento de demandas específicas, que devem ser analisadas com uma visão de totalidade, na apreensão dos conflitos e das correlações de forças existentes. Esta vertente se coaduna com os objetivos propostos ao Assistente Social que trabalha na Previdência Social, tendo em vista que é nessa interlocução entre a atuação profissional e a prática social que as suas ações ganham bases mais sólidas.

As atividades profissionais, contudo, não se limitam apenas a execução seja dos projetos do Serviço Social ou projetos institucionais, destaca-se também, que a sua atuação ganha novos elementos, a partir do momento em que se efetiva na cultura institucional um reconhecimento do seu trabalho, nestes termos, o profissional é chamado, para atuar

[...] junto com a Junta de Julgamentos, onde está previsto trabalharmos junto a Procuradoria, pra que ele possa defender o INSS junto com os Procuradores nos processos judiciais, tá surgindo que é uma demanda pra redução de processos judiciais e aí nós estamos tentando conversar com eles, mostrar uma forma da

gente trabalhar aqui dentro da previdência, os que tem os benefícios indeferidos, a gente procurar saber o porque? Refletir junto com eles, faltou algum documento, atestado, porque foi indeferido? Pra não sair sem saber porque e gastar com um advogado, podendo a gente fazer esse trabalho aqui dentro. Enfim, o serviço social tem muito o que fazer, o importante é que deixem a gente fazer e não atrapalhem (Diamante).

Estas ações para serem viabilizadas requerem a utilização de vários instrumentos e técnicas, que possam ser coerentes com as proposições teóricas adotadas no norte da ampliação dos direitos. Nisto, a Matriz nos destaca os seguintes instrumentos:

a) Parecer Social: consiste numa opinião profissional, após estudo sobre dada situação, visando possibilitar o acesso dos/as usuários/as aos benefícios e serviços previdenciários. É costumeiramente utilizado para: concretizar dependência econômica, estabilidade na união familiar, intercorrências sociais no agravamento de doenças e na incapacidade laborativa.

Ao serem indagadas sobre a utilização do parecer social no seu trabalho, as Assistentes Sociais demarcaram que

Aqui a gente utiliza o parecer quando a Junta de Recursos solicita, para esclarecimento de renda do grupo familiar e pronto (Esmeralda);

Era um parecer social que era solicitado pelo setor de concessão, ou habilitação, onde a gente ia ver aquela situação socioeconômica da pessoa, no que diz respeito, assim, ao grupo familiar, em que condições viviam, até aquele ambiente onde ele morava como condição do grupo familiar, se aquele benefício era somente aquilo que ele tinha pra viver, a gente fazia mais ou menos nesse aspecto, né? (Ametista);

Tá sendo mais utilizado quando a Junta de Recursos solicita, quando os segurados eles dão entrada, quando os benefícios são

indeferidos eles recorrem a Junta de Recursos [...]. Aqui na Agência, surgiu uma cultura que não sei de onde, que o serviço social não serve pra nada, como não é uma prova plena, então para a concessão do benefício eles nunca pedem o parecer social, agora temos a Procuradoria está dando muita atenção ao parecer social, porque o juiz vê no parecer social um instrumento que pra ele dá um grande subsídio, [...] e a gente vê que os juízes eles dão muita atenção ao parecer social, mas aqui para concessão faz muito tempo que eles não pedem (Diamante).

b) Recursos materiais: prestação de assistência ao usuário em espécie, que visa atender o acesso aos direitos previdenciários e ao atendimento de situações emergenciais, não se refere a uma benesse, mas a direitos sociais negados à população usuária.

c) Pesquisa Social: entendida como um movimento entre teoria e prática, imprescindível na superação do aparente, contribuindo para uma análise de totalidade, possibilitando o conhecimento crítico e interpretativo da realidade.

Nestes termos, a Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social veio a enraizar no trabalho do/a Assistente Social o direcionamento com o Projeto Ético-Político, sendo alicerçada sobre suas bases para a concepção de uma política social pública de proteção e de direitos sociais (ROZENDO, 2007).

Entretanto, o projeto neoliberal, desenvolvido no governo Fernando Henrique Cardoso, edita a Medida Provisória n.º 1.729 de 1998, que propunha a supressão do Art. 88 da Lei de Benefícios, tornando-se eminente a exclusão do Serviço Social.

Contudo, deve-se destacar que a mobilização dos/as profissionais garantiu a elaboração de uma Emenda Supressiva, encabeçada por parlamentares do PT. Nesse processo, a mobilização da população, via

abaixo-assinado, as manifestações de apoio de Casas Legislativas, de ONG's, sindicatos de trabalhadores/as e aposentados/as, além do posicionamento dos órgãos da categoria e de Unidades de Ensino de Serviço Social, concorreram para o fortalecimento da luta (SILVA, 1999), sendo considerado pelas profissionais pesquisadas um dos maiores momentos em que o Serviço Social na Previdência Social esteve fortalecido no processo de luta pela sua permanência na estrutura institucional.

A realização de concurso, em janeiro de 2009, para 900 vagas para Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social foi uma grande conquista e permitiu ao INSS avançar na implementação dos direitos previdenciários e assistenciais. Esse número, contudo, é insuficiente para o provimento do quadro de pessoal das 100 Gerências Executivas e 1.403 Agências da Previdência Social, visto que antes da realização do concurso público, o INSS contava com apenas 548 profissionais, sendo que somente 270 desempenhavam suas ações nas seções específicas de Serviço Social do INSS. Os demais técnicos atuavam nos setores de Reabilitação Profissional, Recursos Humanos, exerciam cargos comissionados e/ou atuavam nos diversos setores deste Instituto.

Tal feito veio a preencher uma lacuna histórica no Serviço Social previdenciário, que passa a trabalhar de maneira mais enfática sobre o Decreto 6.214/2007, que regulamenta o BPC-LOAS, o qual coloca como atribuição privativa do Serviço Social realizar a avaliação social para concessão do citado benefício: “§3º As avaliações de que trata o § 1º deste artigo serão realizadas, respectivamente, pela perícia médica e pelo Serviço Social do INSS, por meio de instrumentos desenvolvidos especificamente para este fim (Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008).

Contudo, com o enxugamento da instituição previdenciária foi estabelecido uma categoria genérica para enquadrar os profissionais de nível superior, em Analista do Seguro Social, atribuindo-se especificidades as profissões regulamentadas. Conforme mencionamos, esse procedimento administrativo tem suscitado questionamentos, quanto à perda da legitimidade da profissão na instituição previdenciária.

Ao especificar, ou melhor, ao determinar as atividades do cargo, o referido edital, previu, corretamente, aquelas de atribuição privativa e de competência legal do profissional Assistente Social, o que pressupõem, sem qualquer dificuldade, que para o exercício de tais atividades é obrigatório o registro no Conselho Regional de Serviço Social de sua área de ação, quais sejam: prestar atendimento e acompanhamento aos usuários dos serviços prestados pelo INSS e aos seus servidores, aposentados e pensionistas; elaborar, executar, avaliar planos, programas e projetos na área de Serviço Social e Reabilitação Profissional; realizar avaliação social quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais; promover estudos socioeconômicos visando à emissão de parecer social para subsidiar o reconhecimento e a manutenção de direitos previdenciários, bem como a decisão médico-pericial (Redação do Parecer Jurídico n.º 12/10, do CFESS).

É nessa tessitura institucional que o Serviço Social previdenciário se vê inserido e é a partir desse contexto que a materialização cotidiana do projeto ético-político profissional do Serviço Social deve se tornar o fio condutor para a consolidação do/a Assistente Social nesta Instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desajuste da Seguridade Social, atualmente, bem como das políticas sociais em geral, não se conectam com as proposições constitucionais que lhes geram, mas seguem pela contramão dos direitos sociais, na orientação do grande capital e da lógica do mercado. Nessa compreensão a política previdenciária no Brasil, atualmente, vê-se envolta no processo de *contrarreforma* que restringe e minimiza o acesso aos direitos sociais.

Nesta premissa, a atuação do Serviço Social na política previdenciária legalizada em 1944, sob as bases de uma matriz funcionalista, de culpabilização dos indivíduos sociais, transforma-se no decorrer da história, através de inúmeras reformulações teóricas e práticas que desencadearam na formulação de uma nova proposta de fazer profissional, consolidada em 1994, através da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, basilada sob os princípios ético-políticos do Serviço Social.

O debate atual sobre o trabalho profissional na Previdência Social ganha novo elemento, com a realização do concurso público para injetar novos assistentes sociais na estrutura previdenciária. Tal realidade requer que o amadurecimento teórico-metodológico adquirido nos últimos anos e a competência ético-política cotidiana se tornem uma base sólida para concretização desse espaço profissional com vistas a garantia dos direitos sociais.

A postura crítica enraizada na cultura profissional desde os anos 1970, deve se constituir no debate sempre presente nas lutas travadas, cotidianamente, nos espaços sócio ocupacionais a qual estamos inseridos, na garantia do perfil profissional que busca romper, pelo seu trabalho, os

processos de disparidades econômicas, sociais e culturais característicos da sociedade capitalista.

Destarte, podemos demarcar, com essa pesquisa, algumas considerações que permeiam este trabalho na contemporaneidade.

Primeiro, que as condições de trabalho atuais do(a) Assistente Social na Previdência Social, são, por vezes, inadequadas para a efetivação do seu exercício, pois não se tem condições estruturais suficientes para desenvolver, com qualidade, as suas funções. Também, podemos concluir que há uma escassez de recursos humanos e materiais para o desenvolvimento das suas atividades profissionais; a Instituição, INSS, não garante em sua totalidade os meios e instrumentos imprescindíveis para o seu trabalho; e pôr fim a incompreensão, por parte de algumas chefias e servidores acerca das atribuições deste profissional, concorrem para o não reconhecimento do seu trabalho e conseqüentemente, dificulta a melhoria nas condições do seu trabalho.

Segundo, refere-se ao compromisso ético-político da sua ação. Com base nos resultados da pesquisa conclui-se que as Assistentes Sociais do INSS afirmam o Projeto Ético-Político do Serviço Social, respondendo, assim, a questão central da nossa problematização. Esta afirmação se dá na vinculação profissional aos interesses da classe trabalhadora, respaldada na participação em projetos, na defesa dos direitos sociais, no engajamento político aos movimentos sociais e no conhecimento acerca dos elementos constitutivos deste projeto profissional, bem como da sua consecutiva materialização.

Terceiro, a afirmação deste projeto contribuiu para alicerçar as bases de uma nova proposta de fazer profissional na Previdência Social, calcada no compromisso ético-político e na análise de totalidade para se pensar os rumos da sua ação. O(a) Assistente Social deixa de ser um mero

reprodutor das normas institucionais e vai buscar, agora, entender, atuar e propor medidas interventivas capazes de consolidar a emancipação humana dos(as) usuários(as).

Portanto, acreditamos que a nossa pesquisa explicitou a necessidade de, no contexto atual, afirmamos que os rumos emancipatórios da afirmação profissional do(a) Assistente Social na Previdência Social, deve se dá através da consolidação hegemônica cotidiana do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, O. S. *A reforma da Previdência Social brasileira no contexto das reformas do Estado: 1988 a 1998*. Natal: Editora da UFRN, 2004.

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma – Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I. *Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil*. Brasília: Letras Livres / Editora UNB, 2006.

_____. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 79, 2004.

CABRAL, M. S. R. *Previdência Social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Módulo III*. Brasília: CEAD, UNB, CFESS, ABEPSS, 2000.

FALEIROS, V. P. *Tecnocracia e assistencialismo no capitalismo autoritário. O Serviço Social na Previdência Social dos anos 70*. In:

BRAGA, L.; CABRAL, M. S. R. (Orgs.). *O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes*. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMOEIRO, M. *Para o conhecimento dos objetos históricos – Algumas questões metodológicas*. Rio de Janeiro: [s.n], 1976. (Mimeo)

MARX, K. Introdução. In: _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Col. Os Pensadores.

MOREIRA, M. C. *O Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a partir da década de 90 – Uma análise da implantação da Matriz Teórico Metodológica*. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e Seguridade Social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MPAS/INSS. *Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social*. Brasília: MPAS, 1995.

NETO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *Seminário Regional Nordeste*, 1. 2006, Fortaleza, Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Fortaleza: ABEPSS/OPAS, 2006. [1 CD-ROM]

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

PEREIRA, L. C. B. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Cadernos MARE da reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

ROZENDO, F. H. C. *O Serviço Social na Previdência Social: a afirmação do seu espaço na materialização dos direitos*. 2010. 111 f. Dissertação

(Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

_____. *O(A) assistente social e os processos de trabalho: uma análise na Previdência Social da materialização do projeto ético-político do Serviço Social*. 2007. 122 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2007.

SILVA, A. A. O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício. In: BRAGA, L.; CABRAL, M. S. R. (Orgs.). *O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes*. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M. L. L. Serviço Social no INSS luta para garantir direitos e cidadania. *Revista Inscrita*, Brasília, CFESS, n. V, 1999.

OFÍCIO CIRCULAR, n.º 250. *Trabalho e Seguro Social*. Legislação de previdência social. [Rio de Janeiro], v. 18, n. 64-66, Abr./Jun. 1948.

VIANNA, M. L. T. W. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, UCAM / IUPERJ, 2000.

DIREITOS SOCIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS: A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Valéria dos Santos Noronha Miranda¹

Márcia da Silva Clemente²

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre as ações afirmativas, enquanto estratégia de reparação dos danos sofridos pelo povo negro no Brasil. Está vinculado ao comprometimento com a garantia e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, enquanto mediações importantes para o fortalecimento da luta por uma sociedade emancipada, para além do capital.

Assim sendo, entendemos que a luta social deve incluir a política de ações afirmativas para os negros, uma vez que os estamos reconhecendo como alvo preferencial das desigualdades sociais, presentes na sociedade brasileira, há séculos. Daí, precisarmos tratar, de forma diferenciada, aqueles que são iguais, porque membros da espécie humana. Porém, diferentes porque portadores de particularidade histórica vinculada à marca da discriminação, do preconceito e violência de classe, de raça/etnia e de gênero.

¹ Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. E-mail: valerianoronha@gmail.com.

² Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. E-mail: marcia_sclemente@yahoo.com.br.

Aqueles contrários às ações afirmativas estão vinculados a uma análise superficial da realidade. Geralmente, argumentam que a melhor solução para os negros é que esperem pela melhoria da escola pública, nos níveis infantil, fundamental e médio, como premissa inicial para o debate. No entanto, é importante registrar que, há muito tempo, a luta pela melhoria da escola pública não vinha tendo um eco tão forte na sociedade. O debate das ações afirmativas ajuda-nos a compreender que jamais iremos “humanizar” o sistema capitalista porque ele é gerador de desigualdade social.

As ações afirmativas visam abrir uma porta que, por séculos, esteve fechada para os negros, com vistas a reparar, fortalecer este grupo social para sobreviver em meio à barbárie. Entendemos que o Serviço Social precisa desenvolver mais pesquisas sobre as ações afirmativas, tendo em vista que se trata de um tema envolto em polêmicas e só a produção crítica de conhecimentos pode nos fornecer os fundamentos para realizarmos um debate sobre a questão supracitada.

Apresentamos uma discussão sobre a resistência negra contra a escravidão e a discriminação étnica e o significado histórico da Conferência contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata pontuando tais determinações no campo da saúde da população negra.

Com todas as reflexões já sinalizadas, o presente artigo busca discutir as possíveis causas das desigualdades étnico-raciais em saúde na região do Recôncavo da Bahia, uma região com uma população predominantemente negra, encontrando-se “decadente” economicamente e com municípios que apresentam sérias dificuldades no acesso e utilização dos serviços de saúde no interior do Estado da Bahia.

O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO MODERNA NEGRA: EM TELA O CASO BRASILEIRO

Ao longo de mais de cinco séculos, os negros e negras no Brasil, resistem historicamente, criando e recriando continuamente variadas formas de lutas e de organização para fazer valer sua dignidade.

No entanto, para compreendermos a complexidade da situação social dos negros no Brasil hoje, é necessário levarmos em conta, os aspectos concernentes ao passado de escravidão negra, fato determinante para o surgimento dos atos discriminatórios em nosso País. A escravidão não é um fenômeno novo na história da humanidade. As civilizações antigas já escravizavam os povos considerados inimigos ou bárbaros. O Livro do Primeiro Testamento bíblico relata a história de subjugação do povo hebreu aos reis egípcios. Os gregos, na sua organização social, também conviviam com a escravidão.

A constatação acima, nos provoca para iniciarmos um debate sobre o significado histórico da escravidão moderna, tendo como alvo preferencial os negros africanos, utilizando vários tipos de violência, tais como: física, sexual, psicológica e o sequestro como meio para atender a um comércio altamente lucrativo. O tráfico de seres humanos também favoreceu a acumulação de capital nas principais metrópoles europeias.

Sabemos que, no Brasil, País em que houve o domínio português, do Século XVI ao XIX, a escravidão negra foi um marco histórico que se estendeu por mais de três séculos. Ainda com a singularidade de ter sido a última nação do mundo que concretizou a abolição da escravatura, no ano de 1888.

Inicialmente, os colonizadores portugueses tentaram escravizar a população nativa, denominada por eles de indígena. Porém, não

conseguindo alcançar o propósito estabelecido, recorreram ao tráfico negreiro, comércio de alto valor lucrativo para os mesmos. A maior parte dos negros vindos para o Brasil era originária de países africanos como Angola, Nigéria, Moçambique, Senegal e Congo.

De acordo com Klein (1987):

Há estimativas de que, entre os Séculos XVI e XIX, somente para a América, vieram aproximadamente vinte milhões de escravos. Cerca de um quinto desses escravos veio para o Brasil. Ou mais precisamente, o tráfico negreiro desembarcou no Brasil 4.009.400 escravos (KLEIN, 1987, p. 13).

Os negros vinham destinados ao trabalho nas lavouras de açúcar ou aos afazeres domésticos. Frequentemente sofriam maus tratos, açoites, torturas, assassinatos e mutilações. Dessa maneira, eram considerados meros instrumentos de trabalho, uma mercadoria de propriedade dos senhores. Luiza Tucci Carneiro (1994), ao refletir sobre esta fase, afirma: “As condições insalubres em que viviam e os maus tratos a que eram submetidos, favoreciam a manifestação de doenças e os surtos de insanidade” (CARNEIRO, 1994, p. 16).

Outro fator importante deve-se ao fato de que os escravos eram a maioria da população, em vários momentos da vida colonial e em regiões diversas do País. Assim, as revoltas tornavam-se muito temidas pelos senhores de escravos. Para prevenir rebeliões, evitavam ter escravos da mesma origem, para que estes não conversassem entre si. Essa separação por origem ocasionava rompimento de laços familiares, afetivos e culturais.

O Brasil estava na rota do sistema escravista, uma vez que, os portugueses, desprovidos de população abundante que pudesse explorar

com eficácia o grande território, recorreram à mão de obra escrava africana. Estes africanos eram considerados seres sem alma. Dessa forma, concordamos com Assis (1983), quando afirma:

O negro foi introduzido no Brasil a partir do Século XVI, devido à escassez de mão de obra, às necessidades do colono branco, aos interesses de alguns que tinham no tráfico negreiro, um comércio altamente lucrativo, bem como aos interesses da Coroa, pois o tráfico negreiro era fonte de renda para o Tesouro Real. A escravidão moderna foi a forma ideal que o capitalismo comercial encontrou para a exploração da periferia, isto é, para a exploração das colônias. Logo, o escravismo moderno é um escravismo capitalista. (ASSIS, 1983, p. 177.)

Assim, todos os anos, milhares de africanos, originários de regiões africanas como Angola, Nigéria, Moçambique, Senegal e Congo, entre outros, ingressavam em território brasileiro, os quais se tornaram sustentáculos da economia luso-brasileira durante quatro séculos.

Ressaltamos que, em vários momentos da vida colonial, os escravos eram maioria da população. De acordo com Furtado (1999):

Pela metade do Século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da força de trabalho. O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existia no Brasil, aproximadamente, 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos no começo do Século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do Século XIX se importou, muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à natalidade (FURTADO, 1999, p. 117).

As duras condições de trabalho e a má qualidade da vida do escravo em terras brasileiras determinavam altas taxas de mortalidade entre os cativos. Os senhores de escravos, no Brasil, optaram, preferencialmente pela reprodução de sua escravatura através da aquisição de negros africanos em idade produtiva, pois a exploração intensa da mão de obra escrava era compensada pelos lucros obtidos com a exportação dos gêneros por eles produzidos.

Além disso, os navios negreiros transportavam principalmente homens adultos, sendo menor à quantidade de mulheres e crianças a bordo dos mesmos. Neves (1996) constata que:

A ganância dos mercadores de escravos fazia com que a longa travessia do Atlântico fosse um verdadeiro sofrimento para os negros, devido à sobrecarga de ‘mercadoria’ comercializável, à falta de água, cujos reservatórios eram substituídas por negros, à escassez de víveres, às péssimas condições de higiene e à promiscuidade que facilitavam a proliferação de moléstias. (NEVES, 1996, p. 08.)

Depois de uma longa viagem, nas condições acima citadas, os africanos eram encaminhados aos depósitos próximos aos portos, onde permaneciam até serem comercializados. No Estado da Bahia, um dos “depósitos de negros” era o Mercado Modelo, justamente situado na zona portuária de Salvador. Atualmente, este local se configura num espaço de visitação pública.

Os escravos negros no Brasil, e nas Américas central e do norte, onde existia o sistema escravista, eram comercializados para atender tarefas que exigiam esforço físico, tanto no campo como na cidade. No campo, os negros desempenhavam, essencialmente, tarefas ligadas ao trabalho na terra ou atividades domésticas. Nas cidades, além das atividades domésticas como lavadeiras, cozinheiras, cocheiros, amas,

mucamas, eram carregadores de gente e de objetos, e atuavam ainda, como sapateiros, alfaiates, carpinteiros e ferreiros, dentre outras ocupações.

Entendemos que a construção da imagem social do negro foi intimamente ligada a trabalhos braçais, domésticos, manuais. Ou seja, a mentalidade escravista se impregnou em nossa sociedade por séculos, sendo aquela em se afirmam que “isto é trabalho para negro”. Por outro lado, as atividades ligadas às profissões de nível universitário estão naturalmente ligadas ao “branco”, sendo comum encontrarmos uma hegemonia “branca” na universidade. Dessa forma, concordamos com Inocêncio (1999):

[...] por haver uma hegemonia da intelectualidade branca que reduz e minimiza as sequelas do racismo é que o embate no campo das ideias tornou-se um confronto absolutamente desequilibrado, deixando, obviamente, militantes e acadêmicos negros que querem intervir no debate dentro da universidade, em significativa desvantagem (INOCÊNCIO, 1999, p. 12).

Os negros que trabalharam na lavoura tinham em média, cinco anos de vida útil, Quando chegavam aos 30 anos, estavam fisicamente desqualificados para atividades pesadas, devido ao excesso de trabalho na agricultura e às condições de vida a que eram submetidos. Com bastante frequência, Os negros no Brasil – Colônia sofriam açoites, maus tratos, torturas, mutilações e assassinatos. Os mesmos eram considerados meros instrumentos de trabalho, uma mercadoria de propriedade dos senhores. Concordamos com Marx (1890), quando afirma no Livro I do Capital:

O capital se interessa exclusivamente pelo máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo à terra a sua

fertilidade [...] a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força de trabalho, a qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e do desenvolvimento. Ela ocasiona esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho (MARX, 1890, p. 301).

Ser escravo, aos moldes da escravidão moderna, implicava um status jurídico que reduzia o negro africano a simples objeto, passível de comercialização e de utilização como bem entendesse seu proprietário.

Marx (1890), no Livro I do Capital, faz a seguinte analogia: “O senhor de escravos compra um trabalhador como compra um cavalo. Ao perder um escravo, perde um capital que tem de substituir por meio de novo dispêndio no mercado de escravos. A medalha, entretanto, tem um reverso” (MARX, 1890, p. 110).

Continua com o exemplo de Cairnes:

Os campos de arroz da Geórgia e os pântanos do Mississipi podem exercer fatalmente sua ação destruidora sobre a constituição humana, mas, esse desperdício de vida humana não é tão grande que não possa ser reparado pelas criações de população negreira, de Virgínia e Kentucky. Considerações econômicas, identificando o interesse do senhor com a preservação do escravo, poderiam assegurar a este um tratamento humano, todavia, com o funcionamento do tráfico negreiro, elas mudam de sentido: o que passa a interessar é apenas extrair o máximo de trabalho escravo, pois a duração é menos importante que a sua produtividade quando pode ser substituído por outro escravo importado das zonas negreiras. É, por isso, máxima nos países escravistas que importam escravos, que a economia mais eficaz consiste em extrair de gado humano a maior quantidade possível de trabalho no menor tempo possível. A vida dos negros é sacrificada da maneira mais impiedosa justamente nos trópicos, onde os lucros anuais igualam todo capital

das plantações. A agricultura das Índias Ocidentais, há séculos fonte de riquezas fabulosas, tem sacrificado milhões da raça africana. É em Cuba, cujas rendas se contam por milhões e cujos senhores de engenho são verdadeiros nababos, que atualmente vemos a classe dos escravos ser mais maltratada, alimentada de maneira mais grosseira, sujeita a trabalhos mais penosos, mais esgotantes, sem interrupções, sendo parte dela diretamente destruída cada ano pela tortura lenta da estafa e da privação do sono e do repouso (MARX, in Cairnes, 1.c, p. 110 e 111).

Continuando a crítica, a partir da citação de Cairnes, Marx (1890) argumenta: “Mudemos os nomes, em lugar de Kentucky e Virgínia, Irlanda e os distritos rurais da Inglaterra, Escócia e País de Gales; em lugar da África, Alemanha [...] o mercado de trabalho em Londres está sempre superlotado de alemães e outros candidatos à morte, para trabalhar na panificação (MARX, 1890, p. 303).

O debate que Marx traz a partir de Cairnes, fala da transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. O mundo do trabalho sofre profundas mudanças no início do Século XVIII. No entanto, o trabalho continua explorado, a mão de obra servil e escrava passam a ser mão de obra assalariada.

Todo este contexto de dominação nos faz refletir sobre o fato de que a escravidão foi um processo devastador da condição humana dos negros, favorecendo, assim, a insurreição e a luta contra a escravidão. Esta luta, no caso brasileiro veio acompanhada da resistência negra contra as diversas formas de discriminação.

A RESISTÊNCIA NEGRA CONTRA A ESCRAVIDÃO E A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA

Iniciamos este tópico nos perguntando por que a necessidade de ações afirmativas para os negros? Tentaremos buscar na história de luta do povo negro no Brasil os condicionantes que revelam a necessidade destas ações afirmativas no nosso país.

Para compreendermos a complexidade da situação social em que os negros encontram-se, atualmente, na sociedade brasileira, é necessário nos remetermos ao passado, pois a partir dele observaremos os condicionantes que determinaram o surgimento dos atos discriminatórios no Brasil. Além disso, também é imprescindível observar como ocorreram atos constantes de resistência contra a discriminação por parte da população negra, as maiores vítimas deste processo.

Carneiro (1994), ao analisar o cotidiano do ex-escravo, afirma: “As condições e as oportunidades de trabalho oferecidas pouco diferem de uma escravidão disfarçada. Apesar de livres por lei, os negros e seus descendentes continuavam vivendo na condição de servo ou de criado” (CARNEIRO, 1994, p. 16).

A abolição trouxe avanços nos termos dos direitos civis, pois, os negros estavam livres, mas no que tange a vida em sociedade eram considerados desqualificados para o trabalho na indústria. Podemos dizer que na sociedade brasileira, o “racismo”, direcionado à população negra, é um fato tão verdadeiro e intrínseco que o uso de frases como “a coisa está preta”, “negro é o teu passado”, “negro da alma branca”, entre outros, são atitudes comuns em nosso cotidiano. Por diversas vezes nós as pronunciamos e nem nos damos conta de que estamos exercendo “racismo”, o que pode ser explicado pela proliferação de ideologias que

estimulam a discriminação racial, há séculos, disseminadas, em nosso país. São ideologias tão eficazes, profundas e nocivas à sociedade que fazem com que as vítimas tornem-se culpadas de sua situação. Ou seja, aos negros é posta à culpa do “racismo”, mascarando, assim, a “face” do culpado.

No Brasil, é complexo e polêmico discutir sobre “racismo” e discriminação “racial”, por se ter um alto índice de miscigenação por um lado e, por outro, pela valorização da chamada “democracia racial”. No entanto, os brancos vivem em melhores condições de vida que índios e negros.

A afirmação de que no Brasil não existe “raça” pura, e sim, um “caldeirão de cor”, faz com que os negros se classifiquem como pardos, pretos, morenos claros e escuros. Isto resulta da ideologia do branqueamento que politicamente fragmentou este grupo, dificultando sua organização e identidade.

Ao contrário dessa ideologia, consideramos como negros, os pardos, os morenos e os pretos que conservam, ainda, uma forte herança negra em suas vidas, no que se refere, principalmente, aos âmbitos culturais, físicos, religiosos etc. Entendemos como Carril (1997) que: “[...] ser negro não corresponde somente à cor da pele, mas envolve um aspecto ideológico” (CARRIL, 1997, p. 66).

Neste sentido, faz-se necessário tecermos considerações sobre o conceito de “raça” humana. Concordamos com Nascimento (2000) ao afirmar que: “do ponto de vista da natureza ninguém é melhor ou pior por causa de seus traços ou cor de pele. O racismo é unicamente social, fruto da ignorância e da opressão” (NASCIMENTO, 2000, p. 97).

Lucena³ (2005), ao refletir criticamente sobre o conceito de raça, revela a complexidade da palavra. Concordamos com suas argumentações:

Não existe raça. Existe espécie humana: *Homo Sapiens sapiens*. O conceito de raça foi construído historicamente para legitimar a dominação de classe sobre os diferentes: aqueles que não eram brancos, europeus, colonizadores, donos do poder. Biologicamente falando, somos todos quase cópias uns dos outros. O que nos diferencia verdadeiramente não são os genótipos e sim os fenótipos. Daí, quando precisamos de transfusão de sangue e de transfusão de órgãos, não perguntamos qual a melanina da pele, o formato do nariz, da boca, o tipo de cabelo. Procuramos apenas garantir a compatibilidade do sangue e do órgão do doador! Existem etnias para explicar grupos sociais que se identificam através de ancestrais comuns. A raça é uma construção histórica para dominar aqueles considerados, preconceituosamente, como “inferiores”, “classes perigosas”, “rebeldes”, dentre tantas denominações carregadas de discriminação/ violência. A raça também pode ser usada pelo Movimento Negro como forma de autoafirmação da luta contra a violência sobre homens e mulheres descendentes daqueles que construíram a riqueza do Brasil durante mais de trezentos anos: os africanos escravizados. Neste caso, é também uma construção histórica, embora o sentido seja positivo, não cabendo formas de preconceito e sim, de afirmação positiva do negro e da negra. No lugar de raça, podemos usar a ideia de que somos todos iguais, porque somos *Homo Sapiens sapiens*, na universalidade. Na singularidade, somos diferentes. Na particularidade, nos encontramos nas nossas semelhanças. O real é a síntese de múltiplas determinações, nos dizia Marx. Todo singular faz parte do particular e ambos compõem o universal. Por esse caminho ontológico do ser social, na Dialética em Marx, certamente encontraremos as respostas para a negação do estranhamento/ alienação e afirmação da necessidade da construção de uma humanidade emancipada.

³ A referência: anotações de aulas da Professora Doutora Fátima Lucena, no Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2005.

Outras formas de resistência estão relacionadas as fugas, os suicídios, a realização dos cultos africanos (praticados ocultamente), a capoeira, entre outras práticas foram, inicialmente as formas de resistência utilizadas pelos negros. Mas foram os Quilombos, (organizações que concentravam negros, mestiços e índios que viviam de acordo com suas culturas), a forma de resistência mais importante do período colonial. Na contemporaneidade o movimento negro brasileiro unifica sua pauta de lutas sociais em torno da exequibilidade das ações afirmativas. A seguir iremos tratar da matriz ideológica dos direitos humanos e o significado histórico da Conferencia de Durban.

A III CONFERÊNCIA, CONTRA O RACISMO, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, EM DURBAN NA ÁFRICA DO SUL

O século XX é marcado por duas grandes guerras mundiais, cujos fundamentos se pautavam nos interesses econômicos, políticos e sociais. A consequência imediata do pós-guerra foi o surgimento da chamada guerra fria, sob o confronto de dois blocos bélicos, um liderado pelos Estados Unidos da América e outro pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Neste contexto, surge, então, a necessidade de se desenvolver um esforço na tentativa de reconstrução dos direitos humanos como: “[...] paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea tendo como tema central a dignidade humana”. (CEDAW, 2003, p. 08.)

A fim de se evitar que uma outra guerra germinasse, em 26 de junho de 1945, foi criada a ONU, a partir das seguintes intenções:⁴

Um organismo internacional, criado através de um tratado internacional, chamado Carta das Nações Unidas. Surgiu no pós-guerra, tendo por objetivo contribuir para desenvolver relações entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar medidas para fortalecer a paz universal. Também é seu objetivo conseguir cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua, religião ou outra.

Em 10 de dezembro de 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta se baseia no princípio de igualdade formal, sendo esta geral, abstrata e genérica. Diante de tal insuficiência faz-se necessário: “conferir, a determinados grupos, uma proteção especial e particularizada em face à sua vulnerabilidade”, uma vez que, a visibilidade dos novos sujeitos de direitos se dá apenas ao homem, ocidental, adulto, heterossexual e dono de patrimônio.

Nascem, assim, os **Tratados Internacionais de Direitos Humanos**, dos quais destacamos os seguintes:

- Carta das Nações Unidas 1945;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948;

⁴ Referência: Notas de sala de aula, do Professor Doutor Luciano Maia, no III Curso de Especialização em Direitos Humanos, na Universidade Federal da Paraíba.

- Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 1966;
- Convenção Internacional para Eliminação das Discriminações Raciais 1965, incorporadas ao Direito Brasileiro em 1969;
- Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis para Abolição da pena de Morte 1989;
- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação a contra Mulher, em fevereiro de 1979;
- Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, 1984;
- Convenção Relativa aos Povos Indígenas e Tribais em países Independentes 1989;
- Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, 1989;
- Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 1966.

Instrumentos na Esfera da Organização dos Estados Americanos (OEA)

- Carta da organização dos Estados Americanos 1948;
- Convenção Americana de Direitos Humanos 1969;
- Convenção de Belém do Pará 1994;
- Protocolo referente a Abolição da Pena de Morte 1990;
- Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura 1985;

- Protocolo Adicional a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos 1988.

Instrumento na Esfera da Organização da Unidade Africana

- Carta Africana dos Direitos e dos Povos 1981.

Instrumento na Esfera da União Europeia

- Convenção para a proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais 1950.

Um dos acontecimentos internacionais mais importantes do final do século XX, foi a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia exemplo, das iniciativas de abordagem da questão racial.

Atualmente existe quem afirme, e concordamos que pelo menos dois terços dos conflitos do mundo têm motivação econômica e étnica. A III Conferência, realizada em Durban, África do Sul em 2001, refletiu a preocupação, pelo aspecto de estabelecer medidas de recusa ao racismo no Brasil e a reparação aos dez milhões de africanos e africanas que foram submetidos à tortura, estupro, escravidão, perseguição religiosa, exploração e que ainda hoje sofrem com o fenômeno do racismo estrutural, que continuam caracterizando nossa sociedade.

A Conferência de Durban, para o Movimento Negro Brasileiro assume importância fundamental, para o plano do debate sobre as ações afirmativas para os negros, em todos os segmentos da vida, pois declara

entre outros aspectos que o Estado brasileiro passa a reconhecer suas obrigações e responsabilidades jurídicas, pelos fatos do passado e pela omissão do presente, e por todo tipo de violência física e simbólica que venha a atingir os grupos étnicos historicamente afetados. A consequência de Durban compreende a elaboração de uma Declaração e um Plano de Ação, a ser adotada pelos países membros das Nações Unidas, incluindo as ações afirmativas.

Conferência de Durban, no ano de 2001, onde o Brasil foi signatário das suas recomendações, entre elas a adoção das cotas, tiveram o poder de unificar a pauta de lutas sociais do movimento negro. Estas políticas, em última instância, tratam de:

Qualquer política que vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, religião, sexo, etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais. Ação afirmativa também é chamada de discriminação positiva. Implica na formulação de políticas abertamente não universais, visando beneficiar de forma diferenciada, grupos discriminados, de modo a permitir que, no médio e longo prazo, eles possam alcançar as condições econômicas, sociais e culturais equânimes (VALDECIR, 1998, p. 23).

No Brasil, foi criada Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, mostrando a intenção do atual governo em garantir avanços nas políticas sociais para os negros no país. A criação destes espaços reflete as lutas desenvolvidas pelo movimento negro nos diversos campos da vida humana, seja nos conselhos de direito, nos governos e nos movimentos sociais.

O Brasil através do Decreto n°. 1.904 de 13.05.96 instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, que se fundamenta no seguinte:

Direitos Humanos são direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, portadores de deficiência, populações de fronteiras, estrangeiros e migrantes refugiados, portadores de HIV, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso à riqueza. Todos enquanto pessoas devem ser respeitadas, e sua integridade física protegida e assegurada.

As afirmações que fizemos até agora, nos permitem dizer que, não obstante a igualdade formalmente prevista pelo ordenamento jurídico brasileiro permanece uma situação concreta de desigualdades.

No Brasil, convivemos com a seguinte contradição: temos uma noção/conceito de direitos humanos dos mais avançados, sob um aparato judiciário hegemonicamente conservador. Neste sentido a noção de Direito de Azambuja (1988, p. 381), expressa o caráter conservador a que nos referimos:

É necessário sempre que uma elite natural forme um setor da consciência social com prudência e competência capazes de sugerir normas e soluções legais que a maioria dos indivíduos não podem encontrar. A observação dos fatos, a compreensão e aspiração de valores pelos sociólogos, filósofos e juristas, constituem uma consciência jurídica, permanente e eficiente para elaborar preceitos gerais, fazê-las compreender e aceitar pela consciência social e oferecê-las aos órgãos do poder público a fim de serem expressas em normas e providências legais. Sem essa função benéfica, muitos transtornos e violências ameaçam a cada instante o equilíbrio social e podem levar a subversões imprevisíveis (AZAMBUJA, 1988, p. 381.)

No que tange a questão da efetividade dos direitos humanos, concordamos com Bobbio (1992), ao dissertar sobre o “presente e futuro dos direitos humanos”, informa que o problema não é de fundamentação e sim de proteção. Vejamos: “[...] não se trata de saber quais e quantos são estes direitos, qual a natureza e o seu fundamento, se são naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro de garanti-los, para impedir que apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados” (BOBBIO, apud CEDAW, 1992, p. 15).

Para chegarmos a uma compreensão mais ampla acerca das desigualdades sociais que retratam a não efetivação de direitos, é condição essencial que reconheçamos a correlação de forças que move a sociedade, situando o debate nas condições objetivas e subjetivas dos ajustes estruturais da nova ordem do capital.

De acordo com Meszáros (2008, p. 168):

Em uma sociedade de transição, os direitos humanos promovem o padrão que estipula que, no interesse da igualdade verdadeira, “o direito, ao invés de ser igual, teria de ser desigual”, de modo a discriminar positivamente em favor dos indivíduos necessitados, no sentido de compensar as contradições e desigualdades herdadas

Nesse sentido, a III Conferencia contra o racismo, xenofobia e intolerâncias correlatas aponta a necessidade de garantir direitos, dentre eles o direito a saúde que constitui-se também um direito humano fundamental e direito social estabelecido na Constituição de 1988 no Brasil. Assim no tópico a seguir discutiremos as implicações do racismo no Sistema Único de Saúde, o ambiente conjuntural no qual esta política é desenvolvida, destacando os desafios postos à sua efetivação.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE- SUS: DESAFIOS NA ATUALIDADE

É preciso reconhecer que para a implementação do SUS na sua concepção original torna-se necessário enfrentar os obstáculos estruturais presentes a partir da década de 90. Sem dúvida, a década de 80 representou um avanço na direção da democratização do acesso à saúde, porém as políticas sociais com um recorte universal foram tensionadas por tendências que se expressaram no país através da adoção de políticas de estabilização da economia e de ajuste estrutural com corte nos gastos sociais e privatização com redução do papel do Estado.

Diante do forte conteúdo político-ideológico neoliberal⁵ das reformas, os princípios e diretrizes do SUS estavam situados na contracorrente do processo de Reforma do Estado. Desafios e novas perspectivas precisam ser formulados mediante a necessidade de oferecer respostas mais efetivas em relação aos principais problemas que afetam à

⁵ As origens do neoliberalismo como fenômeno distinto do liberalismo clássico do século XIX situa-se no período posterior a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. De acordo com Anderson (1995, p. 9): Seu texto de origem é *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944, trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. [...] Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíram, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros.

saúde da população brasileira, ampliando a resolubilidade e a qualidade dos serviços de saúde.

Um dos principais desafios do SUS é superar os “vícios” que afetam a tradição política da sociedade brasileira, tais “vícios” são caracterizados pelo: clientelismo político, nepotismo, descontinuidade de projetos sociais em função da rotatividade existente no âmbito dos governos com a troca de cargos, centralização excessiva. Esses “vícios” interferem negativamente em qualquer processo de gestão e conseqüentemente de atenção à saúde. Por exemplo, para a implementação e desenvolvimento de uma política, os gestores da administração pública precisam de uma significativa capacidade política para enfrentar essas interferências que influenciam as instâncias decisórias e na continuidade dos projetos institucionais.

Além disso, **uma série de desigualdades no acesso e na utilização dos serviços de saúde** é identificada no território brasileiro, exigindo do SUS o estabelecimento de estratégias que sejam capazes de reorganizar o nível de entendimento e articulação entre as principais esferas governamentais.

Outro desafio para a superação de obstáculos estruturais está relacionado à articulação intersetorial para o desenvolvimento de políticas mais abrangentes. Pode-se dizer que além dos campos típicos da atenção à saúde (assistência, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária), que compreendem as atividades mais diretamente voltadas para o atendimento das necessidades de saúde, outros campos de atuação do Estado são estratégicos em uma política pública destinada à garantia da saúde como direito social de cidadania (NORONHA; et. al, 2008, p. 466).

Em vinte anos de consolidação do SUS, foram construídos resultados que impactaram de forma positiva na situação de saúde da

população usuária dos serviços. Em contrapartida, muitas dificuldades foram verificadas para garantir o pleno funcionamento do sistema de saúde em condições adequadas.

Um dos aspectos-chave que demanda um enfrentamento significativo, diz respeito à universalização efetiva do acesso à saúde, a mudança no modelo de atenção e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

De modo especial, a questão da qualidade dos serviços prestados também requer uma mudança no modelo de gestão e na organização do processo de trabalho em saúde:

Exige a implementação de mudanças no processo de trabalho em saúde, tanto no que se refere a seus propósitos ou finalidades, quanto nos seus elementos estruturais, isto é, no objeto de trabalho, nos meios de trabalho, no perfil dos sujeitos e principalmente, nas relações estabelecidas entre eles e a população usuária dos serviços (TEIXEIRA, 2002, p. 157).

Uma reformulação no modelo de atenção se fez necessária, especialmente em muitas realidades municipais do Brasil, pois as maiores dificuldades encontradas na gestão do sistema estavam em grande parte vinculadas às relações interpessoais constituídas entre profissionais de saúde x usuários e gestores nos serviços de saúde. Essas dificuldades ligadas às relações interpessoais se configuram através do descaso, da negligência, da impessoalidade e de uma abordagem médica voltada muito mais para a queixa-conduta, não estabelecendo vínculo e uma responsabilização sobre o usuário, sem o reconhecimento das

determinações sociais da saúde. Pesquisas⁶ de satisfação do usuário que vêm sendo realizadas, tanto em âmbito nacional como em âmbito local, contribuem para incluir a ótica do usuário e fomentar propostas de mudança no modelo de gestão e atenção em saúde, além de traçar avaliações substantivas em relação ao acesso ao sistema de saúde, formas de tratamento e os principais problemas identificados pelos usuários no que diz respeito ao Sistema Único de Saúde. Essas iniciativas têm se multiplicado e contribuído de forma bastante diversificada para o processo de melhoria do sistema público de saúde.

RAÇA: UMA DAS DIMENSÕES ESSENCIAIS DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

O mito da democracia racial no Brasil fez com que durante muito tempo a discriminação pela raça não fosse matéria de denúncias e debates. A luta do movimento negro fez com que gradualmente houvesse o reconhecimento da profunda desigualdade que marca a sociedade brasileira. A questão das cotas para negros nas universidades, nesse sentido, teve o papel de trazer para o debate público a questão da raça, sendo um momento importante de contestação do imaginário popular de

⁶ Como um dos produtos divulgados pelo “Programa de Informação e Apoio Técnico às Novas Equipes Gestoras Estaduais do SUS de 2003” (PROGESTORES, 2003) temos a pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi “A Saúde na Opinião dos Brasileiros: Um Estudo Prospectivo” produzida em 2003. A pesquisa nacional **A Saúde na Opinião dos Brasileiros** foi encomendada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) para identificar o nível de conhecimento, opiniões, avaliações, grau de satisfação e posicionamentos da população brasileira frente a diversas questões relativas ao atendimento à saúde prestado pelo SUS em todo o País. O objetivo maior foi oferecer as informações coletadas aos gestores como mais um elemento para a tomada de decisões e o desenho de políticas de saúde que possibilitem um desenvolvimento do SUS contínuo e consistente.

democracia racial. A crescente produção de indicadores sociais tem contribuído para evidenciar um Brasil segmentado, hierarquizado e desigual.

Werneck (2005) considera o racismo uma ideologia que “se mantém às custas do privilegiamento de setores auto definidos como racialmente superiores” (WERNECK, 2005, p. 319). Desse modo, é preciso um processo continuado de explicitação e destituição do racismo, de mobilização ética dos segmentos privilegiados bem como a elaboração de instrumentos legal e social de repressão e reparação às ações de racismo. Segundo Werneck (2005), raça é um conceito a ser utilizado em diferentes esferas como categoria de hierarquização social e política, e tem operacionalidade na produção de desigualdades afetando diferentes grupos humanos em diversas partes do mundo. Outro conceito que vem sendo utilizado por alguns autores é o de etnicidade, que é “um conceito que incorpora variáveis sociais, religiosas, linguísticas, dietárias e outras, para identificar indivíduos e populações” (WERNECK, 2005, p. 324). Este conceito, entretanto, afasta as perspectivas histórica, ideológica e social associadas ao termo raça.

Segundo Lopes (2005), o racismo é “[...] um fenômeno complexo caracterizado e de caráter ideológico que atribui significado social a determinados padrões de diversidades fenotípicas e/ou genéticas e imputa características negativas ao grupo com padrões ‘desviantes’, que justificam o tratamento desigual” (LOPES, 2005, p. 16). Para a autora, o racismo é uma programação social e ideológica a qual todos estão submetidos. Uma vez programadas, as pessoas reproduzem atitudes racistas consciente ou inconscientemente. Diz que o racismo tem sido traduzido em políticas e arranjo sociais que tem limitado oportunidades e expectativas de vida. Sendo ele um fenômeno ideológico, sua dinâmica é revitalizada e mantida

com a evolução das sociedades, das conjunturas históricas e dos interesses dos grupos.

Tais estudos revelam a questão do preconceito, do racismo e das disparidades presentes na sociedade brasileira que incidem diretamente nas diversas dimensões da vida humana e nos diferentes espaços e instituições sociais. O cotidiano dos serviços de saúde e a prestação do atendimento são perpassados por atitudes e comportamentos que trazem consigo a marca da discriminação afetando especialmente a população negra, que historicamente se insere em uma situação de grande vulnerabilidade social.

De acordo com Werneck (2005), a presença do racismo na saúde não é fenômeno somente brasileiro. **A III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas** apontou, por exemplo, o racismo como fator de produção de iniquidades em saúde a que estão expostas as populações africanas e afrodescendentes. Para a autora, a desigualdade racial e o racismo estabelecem-se no setor de saúde tanto do ponto de vista institucional e corporativo, quanto individual, no “face a face” da relação entre profissionais e seus clientes. A mesma ressalta que as dificuldades de acesso e qualidade de serviço apresentam disparidades importantes. A autora destaca as várias definições de racismo institucional:

1) “a forma de racismo que se estabelece nas estruturas de organização da sociedade, nas instituições, traduzindo interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes” (WERNECK, 2005, p. 339-340). Esse conceito fala não só do privilégio branco, mas de suas ações para o controle, manutenção e expansão dessas prerrogativas via apropriação do Estado. Para ela, o racismo institucional é um auxiliar importante na compreensão da

abrangência do racismo e seus mecanismos de perpetuação, além de ser a ferramenta para sua superação.

2) “a incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação através de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam minorias étnicas”. (WERNECK, 2005, p. 340.)

3) “aquilo que, de forma implícita ou explícita, reside nas políticas, procedimentos, operações e cultura de instituições públicas ou privadas reforçando preconceitos individuais e sendo por eles reforçado” (definição do diretor do Instituto de Relações Raciais da Inglaterra).

Segundo Lopes (2005, p. 18), saúde pode ser definida como “o conjunto de condições integrais e coletivas de existência, influenciado por fatores políticos, culturais, socioeconômicos e ambientais”. A autora apresenta dados da pesquisa *Saúde da População Negra no Brasil: Contribuições para a Promoção da Equidade* realizada em 2004 que demonstram a discriminação racial no serviço de saúde:

- 3% da população brasileira já se percebeu discriminada nos serviços de saúde. Entre os(as) negros(as), 68% foram discriminados(das) no hospital, 26% nos postos de saúde e 6% em outros serviços não especificados.
- Em pesquisa feita com os usuários dos serviços de saúde no município do Rio de Janeiro, portadores de hipertensão arterial, os negros relatam com frequência tratamento desigual. A falta de cordialidade por parte dos recepcionistas foi citada por 4,5% dos

brancos e 13,3% dos negros, por parte do auxiliar de enfermagem, 4,5% para brancos e 5,4% para negros, por parte do clínico geral, 4,5% entre os brancos e 13,3% entre os negros.

Da mesma forma, a pesquisa realizada por Leal et al. (2005), que analisa as desigualdades sociais no acesso e utilização dos serviços de saúde em relação à cor da pele em amostra representativa de puérperas que demandaram atenção hospitalar na hora do parto, também se verificou uma situação desfavorável das mulheres de pele preta e parda em relação às brancas. A pesquisa foi realizada com 9.633 puérperas, dentre essas são maiores as proporções de puérperas adolescentes pretas (24,5%) e pardas (22,3%). Além disso, as puérperas pardas e negras apresentam menor grau de escolaridade, apenas 1,3% das pretas e 2,8% das pardas completaram o ensino superior, em contraste com 13,1% alcançado pelas brancas. O grupo das pretas tem uma proporção de mulheres com menos de quatro anos de estudo, duas vezes maior do que o das pardas e brancas. Da mesma forma, as disparidades se estendem para a área profissional, sendo maior o percentual das que possuem trabalho remunerado entre as brancas, 44,3%, em relação às pardas e pretas, ambas, com percentual aproximadamente de 32%.

Assim, verificaram-se dois tipos de discriminação, a educacional e a racial, que perpassam a esfera da atenção oferecida pelos serviços de saúde à população de puérperas do município do Rio de Janeiro. Um importante indicador que evidencia a discriminação racial é que apesar da anestesia vaginal para o parto ter sido utilizada tanto para mulheres negras quanto brancas, a proporção de puérperas que não tiveram acesso a esse procedimento foi maior entre as pardas (16,4%) e pretas (21,8%). Outro indicador importante de tratamento desigual injusto é que a peregrinação em busca de atendimento foi de 31,8% entre as pretas, 28,8% entre as

pardas e 18,5% entre as brancas. Assim, os resultados encontrados na pesquisa trazem importantes evidências de discriminação racial na saúde, pois se observa uma persistente situação desfavorável das mulheres de pele preta e parda em relação às brancas. (LEAL; et al., 2005)

Além disso, segundo a pesquisa, a variável “tipo de prestador” reforça a desigualdade no acesso ao serviço de saúde entre brancas, pardas e pretas. As mulheres de cor preta e parda são majoritariamente atendidas em estabelecimentos públicos, 58,9% e 46,9%, e nas maternidades conveniadas com o Sistema Único de Saúde (SUS), 29,6 e 32,0%. As brancas, ao contrário, quase a metade, 43,7%, tiveram seus partos realizados em maternidades privadas. No que tange a avaliação da satisfação materna com a atenção recebida nos serviços de saúde, as mulheres de cor preta e parda expressaram menor grau de satisfação do que as brancas para o atendimento recebido no pré-natal, parto e ao recém-nascido. Quanto ao nível de instrução, verifica-se que a satisfação cresce com os anos de estudo. Tanto nos níveis de instrução mais baixos, quanto nos mais elevados, as brancas mostram mais satisfação que as pardas e negras. Pode-se inferir, portanto, que o sistema público de saúde gera mais insatisfações as usuárias que o sistema privado.

Outra pesquisa, realizada por Menezes et al. (2006), teve como objetivo a identificação dos fatores sociais, demográficos e obstétricos associados à peregrinação anteparto. Das 6.652 pacientes analisadas, 2.228 (33,5%) buscaram assistência em mais de uma maternidade. Em quase 70% dessas pacientes, o motivo assinalado para escolha da maternidade foi falta de vaga em outro estabelecimento. Das 2.228 pacientes que buscaram assistência em mais de uma maternidade, 70,7% foram internadas na segunda maternidade, 15% na terceira, 7,8% na quarta e 1,5% na quinta maternidade que procuraram. Segundo as autoras apesar

da peregrinação ter atingido mulheres brancas e negras, “[...] a chance de peregrinar foi mais elevada entre as mulheres negras/mestiças, com idade menor do que 17 anos e residentes em áreas onde o lixo não é recolhido”. (MENEZES; et al, 2006, p. 555).

Particularmente, a discriminação étnica e racial nos serviços de saúde decorre de uma formação societal baseada nas diferenças sociais de classe, raça e cultura. Apesar das leis outorgarem que todos são iguais e, no caso da saúde, esta ser direito universal, os vestígios históricos de preconceito e discriminação continuam e afetam negativamente o serviço de saúde. Apesar do progresso social, político e econômico para eliminar as disparidades raciais e étnicas, ainda persistem graves evidências de racismo e discriminação na sociedade brasileira.

A REGIÃO DO RECÔNCAVO E AS DESIGUALDADES RACIAIS NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES

A Região Recôncavo encontra-se no Estado da Bahia, quinto estado do país em extensão territorial, localizado na Região Nordeste do Brasil, compreendendo 564.692,67 km², o que corresponde a 6,64% do território e a 36,34% da Região Nordeste brasileira. De acordo com o Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, é o quarto estado mais populoso do país, com uma população de 13.070.250 habitantes (8.772.348 na zona urbana e 4.297.902 na zona rural), correspondendo a 27,38% da população do Nordeste brasileiro e a 7,70% da população do país, como também o estado nordestino mais industrializado e um dos mais dinâmicos em termos econômicos, contando com o maior contingente de habitantes rurais do país, ou seja, cerca de 33% da população baiana e 13% e 29% das populações rurais brasileira e nordestina, respectivamente.

Pelo novo conceito de regionalização que vem sendo implantado no Estado da Bahia com a utilização de um recorte geográfico denominado “Territórios de Identidade”⁷ considera-se que a Região do Recôncavo congrega 20 (vinte) municípios a saber: Cabaças do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.

Essa região, que tinha como principal referência econômica o Município de Cachoeira e cujo papel no processo histórico e de produção do Espaço Baiano diz muito da sua importância geográfica, encontra-se decadente, não por força de qualquer processo de valorização ambiental e sociocultural da região em si, mas pelo efeito conjunto de vários fatores. Em primeiro lugar, uma herança social, fundada no escravismo e na grande propriedade monocultora, que lhe deixou uma estrutura muito rígida e estéril; em segundo, uma industrialização altamente concentrada e especializada – petróleo e derivados –, totalmente desapoiada por programas de reestruturação regional e de valorização social; e, por fim,

⁷ Um novo padrão de regionalização está sendo implantado no Estado da Bahia utilizando o conceito de territórios de identidade. Território é aqui entendido como a base geográfica da existência social, espaço simbólico em que a população constrói a sua identidade, exprime sentimentos de pertença e cria seu patrimônio cultural. Esta regionalização deverá orientar a formulação de políticas públicas democráticas na área da cultura, descentralizando as tomadas de decisão, consultando a sociedade civil e criando instâncias intermediárias entre o poder municipal e o estadual. Esta divisão difere da divisão regional estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pela divisão proposta pelos Territórios de Identidade, o Estado da Bahia concentra 26 territórios entendendo as suas especificidades sociais e culturais como “base geográfica de existência social”. DUARTE, 2009.)

determinações de mercado e uma política governamental que desviaram da região as melhores opções de articulação desta com o resto do país. Como consequência, tem-se um quadro atual de profunda depressão socioeconômica, agravada pela falta de dinâmica das atividades locais e da estagnação sociocultural.

Segundo os dados do DATASUS (abril de 2010) e trabalhando com a noção de Territórios de Identidade, a região do Recôncavo hoje conta com 279 estabelecimentos públicos de saúde, onde a rede assistencial com tipo de atendimento de internação corresponde à **10 (dez)** hospitais somente públicos prestando atendimento à população. Essa oferta de leitos de internação ainda é bastante limitada para atender toda a área territorial, não expressando um aumento significativo na criação de unidades hospitalares.

Outra questão interessante a ser ressaltada é a pouca literatura e/ou produção de informações encontrada sobre a totalidade do sistema de saúde da região. Neste sentido, a existência e criação da UFRB em 2005 é absolutamente estratégica e essencial tanto para produzir o desenvolvimento regional e também incentivar aos pesquisadores e docentes para a proposição de pesquisas que tenham como foco a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento das políticas públicas no atendimento de suas demandas sociais.

Com isso, o presente estudo se constrói partindo das necessidades e especificidades da região, onde a informação sobre as condições de atendimento à população negra é pouco produzida, sistematizada e conhecida. Uma região que predominantemente é afrodescendente e possui em seu espaço uma grande concentração de terreiros e de

comunidades quilombolas.⁸ Seu passado revela a resistência de uma terra marcada pelo escravismo e pelo sofrimento.

Compreendemos que a pesquisa tem o papel estratégico de fortalecer a centralidade e a demanda por investimentos em ações e programas específicos para a identificação de práticas discriminatórias; pelas possibilidades de elaboração e implementação de mecanismos e estratégias de não-discriminação, combate e prevenção do racismo e intolerâncias correlatas – incluindo a sensibilização e capacitação de profissionais; pelo compromisso em priorizar a formulação e implementação de mecanismos e estratégias de redução das disparidades e promoção da equidade principalmente em uma região cujo passado expressa tantas lutas no campo étnico-racial.

⁸ O Projeto de Mapeamento dos Espaços de Religião de Matriz Africana no Território de Identidade do Recôncavo foi lançado no dia 21 de janeiro de 2010, deverá ser concluído em 15 meses com o fomento da Secretaria de Promoção da Igualdade (SEPROMI) e Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Abrangendo os espaços religiosos dos Territórios de Identidade do Recôncavo Baiano e do Baixo Sul, os dados coletados serão disponibilizados em uma publicação e na internet. As pesquisas coletarão informações sobre origem e história dos espaços, nação a que pertencem, tempo de fundação, trajetória de resistência, perfil das autoridades religiosas, condições físicas e infraestrutura, recursos ambientais, além de levantar subsídios para construção de ações governamentais. Quanto as áreas de quilombolas espalhadas por todo o país, em 24 dos 27 estados da federação. Somam mais de mil comunidades, segundo a Comissão Pró-Índio. Mas, em algumas regiões, a concentração deles é maior. **Na Bahia, os maiores agrupamentos de quilombolas estão concentrados no Recôncavo Baiano, nos municípios de Cachoeira, Maragogipe e Santo Amaro.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a consequência do tratamento discriminatório induz as diferenças de oportunidades de acesso à educação, ao trabalho, à renda e à qualificação, gerando mais pobreza. Uma sociedade que discrimina é uma sociedade desigual, daí a necessidade da tomada de consciência em si, no sentido de avançar, rumo à superação destas mesmas desigualdades.

As ações afirmativas são uma realidade na sociedade brasileira. Elas fazem parte de uma estratégia de reparação dos danos sofridos por uma parcela significativa da população brasileira.

Desse modo, afirmamos que a adoção de políticas públicas e afirmativas pelo Estado, faz parte de uma etapa importante, no sentido de que se reconheça a desigualdade social produzida na sociabilidade do capital. No entanto, reconhecer que existe discriminação e formular leis para eliminá-la não é suficiente, precisamos cada vez mais nos apropriar de conhecimentos acerca da temática em tela, para que a agenda de lutas sociais não seja fragmentada.

Consideramos, também que o Serviço Social através de seu projeto ético-político de defesa intransigente dos direitos humanos, tendo a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero, se torna essencial para a produção e socialização de conhecimentos sobre as ações afirmativas em curso na sociedade brasileira.

Com isso, o artigo deixa uma contribuição para produzirmos uma discussão sobre os reflexos da discriminação no campo das políticas públicas, em especial na saúde, como se evidencia através dos autores citados ao longo desse artigo. Destacamos que o racismo institucional

perpassa o sistema de saúde comprometendo o acesso e a utilização dos serviços de saúde garantidos constitucionalmente. No Recôncavo baiano a maioria da população é afrodescendente, viabilizar a universalidade, a integralidade e a equidade é um desafio posto que deve constar na agenda dos diversos segmentos da sociedade, a saber; universidade, movimentos sociais, Estado, conselhos, pois é por meio do controle social e de uma efetiva participação da sociedade que podemos eliminar tais formas de violência institucional e discriminação étnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO, REDE UNIDA, ABRES, CEBES E AMPASA. “O SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade”. *Fórum da Reforma Sanitária Brasileira*. Julho de 2006.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ASSIS, F. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1983.

AZAMBUJA, D. *Teoria Geral do Estado*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *A Saúde na Opinião dos Brasileiros* / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR, 2007.

CARNEIRO, M. L. T. *O Racismo na História do Brasil: mito e realidade*. São Paulo: Ática, 1994.

CARRIL, Lourdes. *Terra de Pretos: herança de quilombos*. São Paulo: Scipione, 1996.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. *Declaração e Plano de Ação*. Brasília: Ministério da Cultura e Fundação Cultural Palmares, 2001.

CEDAW. *Relatório Nacional Brasileiro*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 2002.

CNDSS – Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde. *As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil. Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)*. Abril 2008.

CRIOLA. Saúde da População Negra no Brasil. *Cadernos Criola 2*, Rio de Janeiro, 2004.

DATASUS. Tecnologia da Informação à Serviço do SUS. Dados sobre informações em Saúde- *Estabelecimentos por Tipo* – Bahia. Disponível em: <<http://www.tabnet.datasus.gov.br>>. Acesso em: 3 Jun. 2010.

DATASUS. Tecnologia da Informação à Serviço do SUS. Dados sobre informações em Saúde. *Estabelecimentos por Tipo de Atendimento Prestado – Internação* – Bahia. Disponível em: <www.tabnet.datasus.gov.br>. Acesso em: 3 Jun. 2010.

DUARTE, J. C. S. Territórios de Identidade e Multiterritorialidade: paradigmas para a formulação de uma nova regionalização da Bahia. *V ENECULT. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 27 a 29 de Maio de 2009, UFBA, Salvador.

FONSECA, A. C. N. de O. *Aspectos no desenvolvimento regional do Recôncavo Sul Baiano: O Caso do Município de Cachoeira – Bahia – Brasil*. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 29. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1999.

KING, M. L. *O Pensamento Vivo*. São Paulo: Martin Claret, 1991.

KLEIN, H. *The Middle Passage: Comparative Studies em the Atlantic Slave Trade*. Princeton. Univ. Press, 1987.

INOCÊNCIO, M. 50 anos depois: relações sociais e grupos socialmente segregados. *Artigo do Movimento Nacional de Direitos Humanos*, 1999.

LEAL, M. do C.; GAMA, S. G. N. da; CUNHA, C. B. da. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. *Revista Saúde Pública*, v. 39, n. 1, p. 100-107, Fev. 2005.

LOPES, F. *Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil*. Brasília: FUNASA/MS / UNESCO, Dez. 2004.

_____. *Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. Saúde da População Negra no Brasil – Contribuições para a promoção da equidade*. Brasília: Funasa, 2005.

LEAL, M. do C.; MENEZES, D. C. S.; LEITE, I. da C.; SCHRAMM, J. M. A. Avaliação da peregrinação anteparto numa amostra de puérperas n Município do Rio de Janeiro, Brasil, 1999/2001 *Cad. saúde pública*; v. 22, n. 3, Mar. 2006.

MESZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MUNANGA, K. Identidade e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, J. P. (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

NASCIMENTO, F. *Revista Raça Brasil*, Dez. 2000.

NEVES, M. de F. R. das. *Documentos sobre a Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

NORONHA, J. C. de; LIMA, L. D. L.; MACHADO, C. V. O Sistema Único de Saúde. In: GIOVANELLA, L.; LOBATO, L de V, C.; ESCOREL, S.; NORONHA, J. C. de; CARVALHO, A. I. de. (Orgs.). *Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

SILVA, W dos S. et al. Avaliação da Cobertura do Programa de Triagem Neonatal de Hemoglobinopatias em Populações do Recôncavo Baiano, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2561-2566, Dez. 2006.

TEIXEIRA, S. M. F. O desafio da gestão das redes de políticas. *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa, p. 8-11, Oct. 2002.

VALDECIR. *Direito à Moradia e Territórios Étnicos: proteção legal e violação de direitos das comunidades de quilombos no Brasil*, 1998.

WERNECK, J. Iniquidades Raciais em Saúde e Política de Enfrentamento: as experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In: LOPES, F. (Org.). *Saúde da População Negra no Brasil – Contribuições para a Promoção da Equidade*. Brasília: Funasa, 2005. p. 315-342.

MAPEANDO A VIOLÊNCIA NO RECÔNCAVO BAIANO: DESAFIOS METODOLÓGICOS

Simone Brandão Souza¹

Sílvia Cristina Arantes de Souza²

INTRODUÇÃO

A violência, em função de seu crescimento e de sua intensificação, ao longo das últimas décadas no Brasil, tem sido motivo de preocupação de vários setores da sociedade. No campo intelectual, diversos estudiosos³ têm-se debruçado sobre o assunto e os números elucidados pelas pesquisas ratificam esse incremento no fenômeno.

Tais números desnudam, não só uma realidade de vitimização crescente de indivíduos – em sua maioria, homens, jovens e negros -, mas também, são o reflexo da organização da vida social, explicitando uma sociabilidade heterogênea e uma estrutura cultural, política e social que nega a participação popular e o acesso igualitário aos direitos.

A violência, enquanto expressão da questão social se manifesta de diversas formas, e sua conceituação também vem se ampliando em função

¹ Professora Assistente do Curso de Serviço Social da UFRB. Email: sibrandauofrb@yahoo.com.br.

² Professora Assistente do Curso de Serviço Social da UFRB. Email: sillaran@yahoo.com.br.

³ Podemos destacar, além daqueles citados neste trabalho, Alba Zaluar, Ignácio Cano, Sérgio Adorno, Nanci Cardia e Luiz Eduardo Soares.

mesmo deste caráter dinâmico que o fenômeno possui, influenciado pelos determinantes históricos, pelas transformações sociais que irão imprimir uma nova interpretação a ações antes toleradas socialmente e tidas como padrões de conduta nas relações sociais.

Conhecer as formas como a violência se expressa e compreender seus determinantes é um caminho para efetivar a sua prevenção através de políticas públicas eficazes que não só rompem com o circuito da violência, mas que também evitem a sua reprodução no âmbito institucional.

De acordo com os dados do “Mapa da Violência no Brasil (2010)”,⁴ estudo que acompanha há cinco edições a evolução da violência no país, baseando-se prioritariamente nos registros de morte violenta por causas externas, identificou-se uma mobilidade territorial dos polos dinâmicos do fenômeno no país ao longo dos últimos anos.

Se até 1999 as maiores taxas de violência se concentravam nas capitais e nas grandes metrópoles, nos anos subsequentes, percebe-se uma estagnação dos números e ato contínuo, um crescimento desses eventos no interior do país.⁵

No levantamento realizado pelo Mapa da Violência de 2010, do número de homicídios na população total por Unidade Federativa e Região, em uma série que compreende os anos de 1997 a 2007, o Estado da Bahia teve, no período, um incremento nesse tipo de violência e ficou

⁴ <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>

⁵ O fenômeno da interiorização da violência foi observado ainda em 2005 no Mapa da Violência para o Estado de São Paulo e em 2006 no Mapa da Violência do país, sendo confirmado em 2008 com o Mapa da Violência dos municípios brasileiros e mais recentemente no Mapa da Violência de 2010 para todo o país.

em segundo lugar no ranking de números de homicídios por estado na Região Nordeste em 2007.

No ordenamento dos Estados por homicídio para 100.000 habitantes, o Estado da Bahia sobe de 16º lugar em 1997 para 14º lugar em 2007. E quando se faz um escalonamento dos 300 municípios com maior taxa de homicídio para 100.000 habitantes, a Bahia aparece com 16 municípios incluídos no ranking.

Partindo-se da hipótese da interiorização da violência, apontada pelo estudo citado e considerando-se a importância do desenvolvimento de pesquisas que sejam relevantes tanto pelo conhecimento que vão produzir, quanto pela identidade desse conhecimento com as questões vivenciadas na comunidade onde a UFRB se insere e com a qual tem a responsabilidade e o compromisso de contribuir, reconheceu-se a necessidade de realizar a pesquisa “Mapa da Violência no Recôncavo: um estudo comparativo dos municípios de Cachoeira, São Francisco do Conde e Santo Antônio de Jesus”.

A Bahia possui quatrocentos e dezessete municípios em sua divisão política, agrupados por territórios de identidade, dentre estes o Recôncavo que é composto por 20 municípios. Para a realização do estudo comparativo entre os municípios, selecionamos as cidades de Cachoeira e São Francisco do Conde que possuem um número populacional aproximado (33.782 e 31.699 habitantes) e Santo Antônio de Jesus, com a maior população do Recôncavo (88.768 habitantes).

Ao definir o recorte geo-espacial de abrangência da pesquisa adotamos a configuração dos territórios de identidade, que incorporados pelo governo da Bahia desde 2007 no planejamento das políticas públicas do Estado, são conceituados a partir do entendimento de território de identidade como:

[...] espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, ocupado por uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente, por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SEI, 2009).

Neste sentido a pesquisa, iniciada em agosto de 2010 vem mapeando as expressões da violência no Recôncavo da Bahia, especificamente nas cidades de Cachoeira, São Francisco do Conde e Santo Antônio de Jesus, a partir da análise não só de indicadores de violência letal, como também da violência não letal, realizando um estudo comparativo entre as cidades eleitas com o objetivo de, ao final, contribuir para o adensamento do debate sobre o tema na região e subsidiar a criação de políticas públicas que contemplem a questão.

O que propomos neste artigo é discutir os desafios metodológicos enfrentados pela pesquisa na caracterização da violência no Recôncavo da Bahia, em sua fase exploratória, quando do levantamento dos dados em fontes primárias como boletim de ocorrência das delegacias de polícia civil e notificações de maus tratos e violência dos conselhos tutelares. Através dos dados obtidos será possível refletir sobre possibilidades que venham não só minorar o problema da precariedade dos dados, mas instrumentalizar órgãos vinculados a execução das políticas sociais que geram dados para as estatísticas oficiais.

Será apresentado ainda o marco conceitual sobre violência que tem norteado a pesquisa e conseqüentemente as discussões próprias do processo de apreensão teórica, realizado por docentes e discentes envolvidos na investigação.

DE QUE VIOLÊNCIA ESTAMOS FALANDO?

Estudar a violência em suas diversas formas de manifestação, analisando seu crescimento e distribuição desigual no país, tem sido objetivo perseguido por muitos pesquisadores e legitimado pelos dados que apontam a escalada de uma violência multiforme seguida da sistemática violação dos direitos humanos.

Se de um lado a busca pelo desvelamento de um fenômeno, que em sua face mais letal ceifa vidas majoritariamente jovens, negras e masculinas, se traduz num compromisso da comunidade acadêmica com a sociedade, do outro lado essa mesma sociedade, envolta na cultura midiática do medo, e sequiosa de segurança, paradoxalmente cultua a violência pelo avesso, aplaudindo a “justiça” violenta da “Tropa de Elite”, a ação truculenta dos agentes da lei.

Por sua vez, as instituições policiais que deveriam controlar o crime promovem a violência. Em nome da segurança vale a Lei de Talião: “olho por olho, dente por dente”.

Essa lógica que produz a violência em nome da ordem, também produz uma falsa sensação de segurança. A conformidade com esse estado de coisas não só privilegia a segurança em detrimento da liberdade e dos demais direitos humanos, como também legitima um modelo de governança pelo crime.

A naturalização de ações, fatos e relações na sociedade necessita de uma roupagem absoluta para que possa ser efetivada. A desigualdade social, por exemplo, produto das relações estabelecidas entre os homens e que serve à reprodução do capital, precisa ser entendida como natural, como uma condição necessária às relações humanas para que seja garantida a sua manutenção e o seu caráter absoluto.

Essa pseudo naturalidade atribuída à desigualdade, não só desacredita os indivíduos de que seja possível mudar tal realidade, como também institucionaliza a violência presente nas expressões dessa desigualdade que favorece a poucos viver com muito e muitos com pouco.

Assim, segundo Odália (2004) a naturalidade será apenas uma maneira de escamotear o fato concreto de que a desigualdade se forja na própria estrutura social mutável e historicamente determinada, forma que nos é imposta para ser reproduzida de modo a manter esta mesma estrutura social.

Então a violência da desigualdade é um produto social que, embora esteja presente nas relações sociais, não é uma escolha dos homens, ou mesmo uma condição natural dessas relações, mas surge em condições históricas determinadas e se perpetua com roupagens diferentes, a partir da reprodução destas mesmas condições.

É nesse contexto que Odália (2004, p. 35) afirma que toda violência é institucionalizada quando se admite “[...] explícita ou implicitamente que uma relação de força é uma relação natural – como se a natureza das relações fossem de imposição e não de equilíbrio”. Essa reflexão do autor remete à aquiescência do cidadão com a violência perpetrada pelo Estado para garantir a sua segurança.

Por ser um fenômeno tão amplo e multifacetado, com uma pluralidade de fatores que a produzem em diferentes momentos históricos, a conceituação de violência pode ter diversos enfoques.

Um deles é o de DaMatta (1982) que entende existirem dois níveis de discurso sobre a violência: o teórico e o do senso comum. O primeiro percebe a violência como um processo que permeia o sistema, um estado da sociedade e o segundo como uma agressão, um conflito, uma ação que

se estabelece entre dois atores com forças desiguais. Então o discurso teórico vai focar a natureza socioeconômica e política da violência, enquanto o senso comum vai se pautar no aspecto de ação interpessoal.

Para o autor os dois discursos, embora sejam de natureza diferente, não são equivocados ou se excluem, pelo contrário, se complementam dialeticamente na medida em que essa violência no varejo, e percebida no dia a dia, está vinculada e é também produzida por uma violência de natureza estrutural.

Essa análise remete, portanto, à existência de dois níveis de violência: a violência interpessoal e a violência estrutural que estão interligadas e se auto determinam. Assim não é possível pensar a violência interpessoal isoladamente, ignorando suas múltiplas determinações e sem considerar que ela é mediada por inúmeros aspectos a serem desvelados e considerados, quando se deseja compreender esse fenômeno na sua totalidade.

O conceito de Chauí (1985) para violência corrobora essa correlação entre a violência interpessoal e a violência de natureza estrutural, ultrapassando leituras reducionistas sobre o fenômeno da violência.

Assim como Odália (2004) conceitua a violência institucionalizada a partir de relações de forças desiguais, Chauí (1985) entende a violência como uma relação de força que se utiliza da dominação, da anulação da diferença, da submissão e da coisificação como resultado desse processo:

Entendemos por violência uma realização determinada das relações de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de

desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas há violência (CHAUÍ, 1985, p. 24).

A autora entende, portanto que a violência é uma relação de força entre desiguais. Neste sentido é correto afirmar que a violência é resultado de relações de poder, entendendo-se o poder como um instrumento de dominação

Nesse sentido, a violência origina-se nas relações de ou pelo poder, pois quando nessa relação o poder de um anula o poder do outro aí se instala a violência.

Na definição de Arendt (1994, p. 36) o poder “corresponde à habilidade humana não apenas de agir, mas para agir em concerto, o poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido”.

Para se ter acesso a esse poder ou fazer parte dele, é preciso estar incluído, pois não há poder isoladamente já que para um indivíduo ascender a um posto de liderança é necessário que haja antes concessão do grupo para que ele lá esteja.

Arendt (1994, p. 63) afirma ainda que “cada diminuição no poder é um convite à violência”. Dessa forma, a decepção dos indivíduos com a faculdade de agir, ocasionada pela “burocratização da vida pública, vulnerabilidade dos grandes sistemas e monopolização do poder”, que impedem a participação dos sujeitos no processo de construção da sociedade, em especial aqueles excluídos de sua cidadania, desprotegidos socialmente e sem acesso aos instrumentos de poder, vão estimular a

violência, pois essa exclusão suscita a troca do poder, que lhes escapa, pela adoção da violência, que teria um caráter instrumental nessa busca de empoderamento.

A violência surge quando numa correlação de forças o poder de um dos lados está ameaçado. Essa violência, que emerge na ausência e luta pelo poder, por estar isolada, não só elimina qualquer possibilidade de se ter o poder como também não é capaz de (re) criá-lo, porque segrega os indivíduos que utilizam a violência para resgatá-lo. Destrói-se assim a possibilidade da participação na construção social, que seria a verdadeira fonte de poder.

A marca mais evidente da destruição do poder pela violência é o “isolamento” entre os homens e a concomitante desagregação da esfera pública enquanto espaço da aparição da pluralidade de homens e opiniões, e isto se dá na exata medida em que a violência usurpa e ocupa o lugar do poder: “[...] do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (ARENDDT, 1994, p. 42).

Assim a violência pode ser para muitos a possibilidade ilusória de obter “poder”, a partir do acesso a símbolos de distinção, valorização e pertencimento no âmbito social.

Podemos afirmar que a violência traduzida na exclusão social, que perpassa a vida e as relações dos indivíduos é o que Minayo e Souza (1998, p. 30) chamam de violência estrutural.

O conceito de violência estrutural se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte.

A violência deve ser entendida não apenas como um fenômeno estritamente ligado à delinquência, ou interpessoal, mas como algo que se apresenta de formas diversas, que, portanto possui uma pluralidade de causas, e que tem a delinquência como uma de suas expressões e não como sua síntese.

Se a violência possui diversas expressões e variadas causas, e é, portanto estrutural, podemos seguramente afirmar que tanto para o seu surgimento quanto para sua manutenção deve-se considerar fatores sociais, econômicos, culturais, psicológicos e biológicos.

O homem, pensado enquanto unidade dialética, congemma em seus componentes psíquicos e emocionais as representações que produz acerca do mundo e das relações que estabelece, enquanto ser corpóreo e sujeito social (MINAYO; SOUZA, 1998).

Conforme afirma Andery (1988), o homem é um ser natural que para sobreviver como espécie e atender às próprias necessidades atua sobre a natureza. Entretanto, a ação do homem não é determinada apenas biologicamente, mas através da absorção de experiências e conhecimentos transmitidos pela educação e cultura. Na sua intervenção sobre a natureza, o homem não só a transforma como também a si próprio, estabelecendo aí o processo de produção da existência humana, que vai se dar tanto no campo material como no campo das ideias e que podemos considerar como um processo social. É na interdependência entre os homens e na relação entre os mesmos que as necessidades são criadas, atendidas e transformadas

Para que essas necessidades humanas sejam atendidas é necessária a produção de bens. O trabalho, que está na base das relações humanas e é

uma atividade intencional, com formas específicas de organização objetiva a produção desses bens e determina e condiciona a vida.

É a forma como esse trabalho é organizado e sua divisão sócio técnica que vão determinar a relação entre os homens, em especial no que diz respeito à propriedade dos meios de produção e à apropriação do resultado do processo de trabalho pelos mesmos. Em função mesmo da desigualdade de condições entre os homens no processo produtivo, é que as relações entre os homens são desiguais. São as relações de trabalho, com sua divisão e forma de organização que conformam a base econômica social que, por sua vez irão definir as formas políticas, jurídicas e o conjunto de ideias de uma dada sociedade.

Essas ideias, enquanto produtos da existência humana, também são atravessadas pela história e são por ela influenciadas. São as ideias, as representações dos homens a respeito do seu viver, seu relacionar e produzir em sociedade, e estão o tempo todo sendo produzidas, reproduzidas e transformadas, influenciando e sendo influenciadas pelos homens.

Andery sintetiza bem a forma como se engendra o conflito de classes na sociedade a partir do desenvolvimento do homem e de sua história que é determinado por diversos fatores, dentre eles as ideias:

Nesse processo do desenvolvimento humano multideterminado e que envolve inter-relações e interferências recíprocas entre ideias e condições materiais, a base econômica será o determinante fundamental. Tais condições econômicas em sociedades baseadas na propriedade privada resultam em grupos com interesses conflitantes, com possibilidades diferentes no interior da sociedade, ou seja, resultam num conflito entre classes. Em qualquer sociedade onde existam relações que envolvam interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças. E, embora acabem por predominar

aquelas que representam os interesses do grupo dominante, a possibilidade mesma de se produzir ideias que representam a realidade do ponto de vista de outro grupo reflete a possibilidade de transformação que está presente na própria sociedade. Portanto é de se esperar que, num dado momento, existam representações diferentes e antagônicas do mundo. Por exemplo hoje, tanto as ideias políticas que pretendem conservar as condições existentes quanto as que pretendem transformá-las correspondem a interesses específicos às várias classes sociais” (ANDERY, 1988, p. 13).

A violência social, por exemplo, deixa à mostra as estruturas de dominação de uma sociedade e expressa as contradições entre os que detendo o poder oprimem e aqueles que se rebelam contra essa opressão.

Podemos, a partir dessa reflexão, retomar o conceito de violência estrutural definido por Minayo (1994) que adotamos no presente trabalho: “[...] violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos”. A dominação de classes, de grupos e do próprio Estado, são exemplos desta violência estrutural, que por ser praticada por instituições oficiais que gozam de tradição e poder, não são questionadas.

Quando, por exemplo, em uma sociedade o acesso aos direitos básicos é restringido pelo Estado, ou substituído por ações que visam tão somente a alienação dos indivíduos, numa estratégia de favorecer a grupos hegemônicos, em detrimento das camadas menos favorecidas da sociedade, vemos aí a violência estrutural perpetrada pelo próprio Estado.

A violência estrutural, não pode ser entendida como algo natural, mas como um fenômeno histórico e construído socialmente, que favorece a um pequeno grupo em detrimento de muitos, aumentando a

desigualdade social, pobreza, criminalidade e favorecendo preconceitos sociais.

Esse cenário de violência através da desigualdade e das privações infligido pelo sistema socioeconômico e político, que produz meios de conservação da ordem pública e de classes, é fortemente percebido com a consolidação do modelo econômico neoliberal. Sua estratégia político econômica desvela um novo mundo, com múltiplos desejos, valores, novos padrões de consumo, quase nunca atingíveis para a maior parte da sociedade. Na busca de alcançar os novos padrões de sucesso e felicidade, vinculados a posse de bens materiais, essa sociedade tem nos jovens suas maiores vítimas.

Se pensarmos que o cotidiano de muitos jovens é marcado por desigualdade e exclusão social e que estes encontram muitas vezes nas ações de risco a possibilidade de se sentirem incluídos, de saírem da invisibilidade social e pertencerem a esse mundo de prazeres e consumo sem limites, podemos entender o envolvimento dos jovens em práticas violentas ou perigosas, que não só tem sido objeto de estudo em todo o mundo, mas tem tornado essa população foco de um estado penal num fenômeno denominado criminalização da pobreza.

VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

A criminalização da pobreza é mais uma faceta da violência estrutural. Trata-se de um fenômeno que não surgiu agora, mas que é uma particularização de um processo próprio do capitalismo: a dominação de classes. Neste caso, está voltada para uma expressão específica da questão social, qual seja a criminalidade. O Estado enfrenta a pobreza como caso de polícia e demarca territórios, onde vivem as classes pobres, como local

de excluídos e da classe perigosa, que, portanto devem ser controlados por políticas focais para minimizar os efeitos da pobreza e pela repressão policial.

Na verdade a criminalização da pobreza é, historicamente, estruturante para o capitalismo. Essa violência, que é legitimada pelo Estado, começa a ser engendrada com o início da era capitalista, quando a estrutura econômica da sociedade feudal progressivamente dá lugar à estrutura econômica da sociedade capitalista, momento em que se instala o divórcio entre os trabalhadores, que à época eram os camponeses, e seus meios de produção, sua propriedade, transformando os meios sociais de vida e de produção em capital e os produtores imediatos em operários assalariados.

O produtor imediato, o trabalhador, só pode se tornar vendedor livre de sua força de trabalho, quando deixa de ser servo e vassalo dos senhores feudais, para tanto são expropriados dos seus meios de produção e de todas as garantias da sua existência proporcionadas pelas velhas instituições feudais. Essa história de expropriação marca também a ascensão dos capitalistas industriais e a derrocada do poder feudal que impedia a livre exploração do homem pelo homem.

Em Lesbaupin (1984), vemos que esse processo de transformação de homens e mulheres em despossuídos, antes de serem explorados pelo capital é legitimado pelo Estado, que apoia o capitalismo e cria leis não só para expropriar os trabalhadores como também penalizar os sem trabalho e as organizações de trabalhadores que surgem a partir do século XVII.

Grandes contingentes são arrancados de seus meios de produção e subsistência e lançados ao mercado de trabalho como proletários fora da lei. As terras de onde são arrancados são destinadas à agricultura capitalista e essa massa de proletariados fora-da-lei vai compor o abastecimento da

mão e obra necessária às indústrias citadinas, entretanto, nem podiam ser absorvidos tão rapidamente quanto eram expulsos do campo, nem conseguiam se adaptar tão rapidamente ao novo contexto.

Esse contingente se transforma rapidamente em mendigos, ladrões, vagabundos, e logo é criada uma legislação contra a vagabundagem, que trata a todos como criminosos «voluntários» e entende que depende da boa vontade deles continuar a trabalhar em velhas condições que já não existiam mais. Aos idosos e incapazes davam licença de mendigo e aos saudáveis, prisão, açoite e até mesmo execução.

A população do campo é, portanto, expropriada da terra, expulsa e transformada em vagabundos, com essa alcunha eram chicoteados, marcados a fogo e torturados, sob a aquiescência da lei, do Estado, impondo assim uma disciplina própria do modo de produção capitalista.

Esta é, portanto a forma como historicamente a pobreza é criminalizada, a partir do advento do capitalismo, utilizando-se do poder do Estado, através das suas leis e de suas instituições, para legitimar essa criminalização.

Ainda dentro desta mesma lógica, surge na virada do século XVIII para o século XIX, a instituição policial, tendo seus integrantes o papel de impositores das regras. Com a intensificação da exploração capitalista e dos conflitos entre capital-trabalho, essa polícia passa a reprimir os trabalhadores em seus movimentos e organizações.

No Brasil não é diferente. A Polícia Militar é instituída com a vinda da Família Real para o país em 1808, através da criação da Intendência Geral de Polícia, que era um órgão administrativo com poderes judiciais e diversas atribuições administrativas da cidade. Conforme assinala Bretãs (1998), além dessa diversidade de tarefas, a polícia surge como um

instrumento de dominação e repressão do Estado, no sentido de “manter submissas as massas oprimidas de escravos e homens livres pobres”, ou os trabalhadores desempregados. Os policiais seriam, portanto, “agentes encarregados do controle social”. A construção desse modelo de polícia está associada à construção do modelo de Estado (BRETÃS, 1998, p. 220). Daí pode-se inferir que se o Estado tem a função de reproduzir as relações econômicas e políticas de classe e se coloca como instrumento de repressão a serviço da classe dominante, e o faz através de seus organismos, então a polícia deste Estado também reproduz na sua intervenção cotidiana o modo de produção vigente. Esse modo de produção tem por sequelas a questão social⁶. A criminalização da pobreza e a própria violência são expressões desta questão social. É numa prática pautada ideologicamente na criminalização da pobreza que a polícia vem reproduzindo o modo de produção vigente em nossa sociedade, desde a criação dessa instituição.

Embora o foco dessa criminalização mude ao longo dos anos, passando por diferentes grupos de indivíduos, de origens nem tão distintas assim, não se altera a ideologia que orienta esse fenômeno que remete para o que alguns autores chamam de cidadania regulada, ou seja, uma

⁶ Entendemos a questão social e suas expressões a partir de Yamamoto (2001, p. 16-17): “A questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal”.

cidadania que só é legítima para o sujeito que é reconhecido como cidadão a partir dos parâmetros do Estado.

Dessa forma, a criminalização de parcelas da sociedade consideradas subalternas e, por isso moralmente inferiores, é histórica no Brasil. Esse processo busca mascarar o adensamento das desigualdades sociais, num país de capitalismo periférico e tardio, que tenta impor a ordem através do recrudescimento de leis.

A norma só existe na possibilidade de ser transgredida. Existem critérios sociais que são historicamente construídos e que são necessários para que uma norma seja produzida, além disso, a sua construção é sempre atravessada pela subjetividade de quem as constrói. A legitimidade do Estado e de suas instituições, que acumulam poder para ditar as normas, se origina do seu contrário, ou seja, do caos gerado pela ausência dessas normas, pois só se atribui legitimidade à norma, ao ponto de restringir a própria liberdade, em nome da liberdade coletiva. A construção social da norma e a criminalização são atos político-ideológicos, que não estão restritos ao aparato jurídico ou policial, mas perpassa o imaginário de todos os segmentos sociais, incluindo o povo, os poderes públicos e a mídia.

Sabe-se que os fatores criminógenos já foram associados às características físicas dos indivíduos, conforme defendia Lombroso (1876), e recentemente estes fatores produtores do mal passaram a ser associados a lugares, em geral as periferias, ou até mesmo a fatores genéticos, numa versão repaginada das teses do referido autor.

Essa lógica que separa os indivíduos em classes perigosas e classes de trabalhadores, utilizando a vigilância, a segregação de territórios, o aprisionamento e o discurso criminalizante com viés positivista de higienismo social, é histórica e marcada por ações de repressão ostensiva

a segmentos menos privilegiados da sociedade, bem como a mendigos e desocupados, movimentos de cunho político (através de leis duras), movimentos trabalhistas e anarquistas.

A chefia de polícia do Rio de Janeiro, na Primeira República e nos anos subsequentes, imprimia a ordem burguesa na sociedade, sob a ótica do higienismo e da criminalização, internando ou isolando os considerados perturbadores da ordem pública, tratando a questão social como caso de polícia. E durante todo o século XX, lei e ordem foram pautadas numa cultura excludente que distinguia cidadão de não-cidadãos.

É a lógica da “cidadania regulada”, conceito de Santos (1979), que explica como a própria legislação cria uma divisão entre cidadãos e não cidadãos, baseado não em um “código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (SANTOS, 1979, p. 68). Assim o que determinava a condição de cidadão era ser considerado trabalhador e ter a carteira assinada, tanto que quem fosse abordado pela polícia sem carteira de trabalho era preso por vadiagem, contravenção prevista em lei, exemplo de vigilantismo amparado por leis e concretizado através do sistema penal, nas décadas de 60 e 70.

Os movimentos sociais nas décadas de 70 e 80 demarcam a resistência das classes subalternas à opressão, rompendo com o conformismo e com a submissão na luta por serviços sociais e respostas coletivas e institucionais às expressões da questão social e tem comprovada relevância quando na Constituição de 1988, os conceitos de cidadania universal, justiça e trabalho são absorvidos e contribuem para a reconfiguração do status de cidadão no país.

Na prática, entretanto, essa universalidade do conceito de cidadania não se cumpre plenamente, em especial no que tange à frágil garantia dos

direitos civis, já que se percebe uma estratificação de classes de cidadãos, onde empresários, banqueiros, políticos, profissionais liberais e altos funcionários públicos são considerados cidadãos de primeira classe e acima da lei; na segunda classe está o cidadão comum, sujeito ao rigor da lei. São os pequenos proprietários rurais e urbanos, assalariados e funcionários públicos. Os cidadãos de terceira classe são aqueles inseridos na informalidade, empregados domésticos, população de rua, presos, egressos, a quem a cidadania lhes é negada pelo próprio Estado.

Se nos anos de chumbo a criminalização e a restrição da cidadania estavam voltadas para os chamados subversivos, nos anos 80, com o apoio da mídia, o foco volta-se para a criminalidade urbana, em especial o tráfico de drogas e os assaltos, com o engajamento, a esta causa, de políticos que propunham a intolerância e a segregação de criminosos.

Essa visão se recrudescer na década de 90 com a consolidação do modelo neoliberal que importa dos Estados Unidos o modelo “Lei e Ordem”, que tem influência direta sobre as políticas criminais na busca do eficientismo penal, e conforme citado por Pereira (2006), desloca o foco da penalização unicamente no sujeito e passa a criminalizar um conjunto de pessoas integrantes de grupos sociais considerados perigosos e culpabilizados de causar a desordem social. A legitimidade e legalidade desta estratégia residem não na criminalização do pobre unicamente, mas na associação da sua comunidade ao terror imposto por um grupo de “bandidos cruéis e facínoras”: os traficantes de drogas. É a figura do traficante nessas comunidades que vai legitimar a política de invasão e extermínio.

Esse eficientismo penal, invocado pelas elites, segundo Pereira (2006) se “[...] expressa em mais repressão, mais controle social, mais invasão dos espaços privados e públicos dos segmentos vulneráveis”

(PEREIRA, 2006, p. 81) e implica no direito penal máximo, com a intensificação do aprisionamento para redução da criminalidade. Neste sentido, se baseia no programa “tolerância zero” implementado em Nova York na década de 90. Não é possível reconhecer o Estado Democrático de Direito, como previsto na Constituição Federal, a partir de tais ações e políticas.

Essa política de combate à criminalidade hoje, se traduz em ações de combate aos pobres, em especial nas comunidades onde vivem, locais considerados perigosos, com alto índice de violência e problemas sociais:

[...] as circunstâncias em que o Estado constrói um cinturão sanitário em torno de grupos sociais temidos como fonte de perigo pelas camadas superiores da cidade. O propósito é esterilizar a fonte e apagar do mapa estas comunidades: explorar sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, condená-los à invisibilidade. Nesses casos, a polícia costuma ser usada para fazer o trabalho sujo. Ela se torna o princípio ativo do “muro” (ATHAYDE, 2005, p. 94).

A violação dos direitos constitucionais e o controle e a coerção são orientados especialmente para as camadas mais pobres e discriminadas. O cumprimento às determinações constitucionais, no sentido de preservar o indivíduo, é reservado apenas àqueles que são oriundos das classes mais abastadas e que cometem delitos. E embora a criminalidade esteja presente em todas as classes sociais, os crimes praticados pela elite não parecem alimentar a cultura do medo, pois não são crimes que à primeira vista utilizem a violência objetivamente, mas lesam a sociedade através de conchavos e corrupção.

Essa cultura do medo é insuflada fortemente pela mídia que espetaculariza crimes cometidos por indivíduos das camadas mais pobres

e políticas de segurança pública voltadas para o enfrentamento ostensivo dessa população, reforçando ainda mais a criminalização da pobreza.

VIOLÊNCIA NA BAHIA: O QUE DIZEM OS DADOS?

Ao abordar a violência estrutural, Minayo e Souza (1999) consideram que esta atinge fortemente a juventude, sendo os homens jovens, negros, com baixa escolaridade, nenhuma ou pouca qualificação profissional e oriundos de bairros pobres os que mais morrem vítimas de homicídio. Essa é uma das faces mais duras da violência estrutural: A criminalização e vitimização da pobreza. As estatísticas sobre criminalidade e violência reforçam esta assertiva dos autores.

O Mapa da Violência 2011⁷ indica que o fosso entre a segurança de brancos e negros no Brasil aumentou significativamente nos últimos anos. Em 2002, foram assassinados 46% mais negros do que brancos, em 2005 esta diferença aumentou para 67% e em 2008, atingiu 103%. Na referida pesquisa, os critérios para se identificar a “cor” das vítimas fatais da violência são os mesmos do Censo do IBGE, ou seja, considerou-se todos os classificados como “pardos”, “pretos” e “negros”, a partir dos atestados de óbitos dos homicídios e até mesmo dos suicídios.

O estudo apontou que, entre os anos de 2002 e 2008, enquanto o número de brancos assassinados diminuiu em 22,3%, a morte de negros aumentou em torno de 20%. Especialmente no Nordeste, ocorreu um

⁷ O Mapa da Violência em sua versão 2011, publicado pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça, traz um diagnóstico da violência no Brasil, que tem causado mortes, principalmente de jovens, nos grandes centros urbanos e no interior. Baseado em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, o estudo mostra o aumento do número de mortes de jovens por homicídio, acidentes de trânsito e suicídio.

aumento significativo da prevalência de homicídios de negros em relação aos mortos branco, ainda mais se considerarmos as políticas afirmativas desenvolvidas a partir de 2003 e da melhora dos índices de Desenvolvimento Humano naquela região. As estatísticas demonstraram ainda que na Paraíba morreram 1083% mais negros; em Alagoas, 974% e na Bahia, 439% mais negros do que brancos foram assassinados quando comparados os períodos investigados.

Este aumento significativo da violência, especialmente contra os negros, num contexto de melhoras nos índices sociais, sobretudo nos de distribuição de renda, remete a outras variáveis, além da desigualdade social para explicar tal fenômeno. Na reportagem “Ecos da Escravidão”, publicada na revista Carta Capital (2011), algumas hipóteses foram lançadas e/ou reforçadas.

Uma delas refere-se ao destino dos investimentos públicos para a segurança. Verifica-se a partir de 2002, um incremento de recursos públicos destinados pelos estados para a segurança pública, porém sem alteração na lógica observada historicamente com relação ao destino de tais recursos que continuam direcionados aos setores mais abastados da sociedade, leia-se a elite branca. Ainda com relação à destinação dos recursos, estes continuaram concentrados nas capitais e regiões metropolitanas, a despeito da emergência do fenômeno “interiorização da violência” verificado no Mapa da Violência de 2010.

Na Bahia, mais precisamente em sua capital, Salvador, algumas ações públicas na área de segurança corroboram as hipóteses citadas. Vejamos, segundo Jacobo Waiselfisz, coordenador do Mapa da Violência 2011, os bairros onde residem os mais ricos, como a Barra e a Graça, contam com uma proporção de um policial para cada 200 habitantes, enquanto que em bairros populares como Liberdade e Pirajá, há um

policial para cada 2,1 mil habitantes (p. 27). E ainda, segundo o Observatório da Violência na Bahia, o policiamento em Salvador é centrado em viaturas, estratégia no mínimo discutível numa cidade em que o acesso a regiões do entorno do centro e na periferia é difícil para automóveis.

Outro fator indicado como possível colaborador no aumento de mortes violentas de negros é o processo de privatização da segurança: protege-se mais do crime quem tem mais dinheiro, ou seja, os brancos.

E, incidindo diretamente nos fatores anteriormente mencionados temos a ineficácia das instituições de coerção, aliadas à formação tradicional dos policiais como outros determinantes para compreendermos a violência, especialmente aquela que atinge os negros. Neste último quesito, a opinião da ministra da Igualdade Racial, a socióloga Luiza Barros, na reportagem supracitada é bastante ilustrativa:

O negro foi caracterizado como perigoso em estudos de criminologia e o lugar onde ele mora é visto como suspeito. É automaticamente enquadrado nas três possibilidades da suspeição: lugar; características físicas e atitude. Ou seja, como o racismo institucional existe, acaba moldando o comportamento de boa parte da corporação (CARTA CAPITAL, 2011, p. 28).

Sabemos que o racismo produz desigualdades e que, portanto, o enfrentamento desse tipo de preconceito é essencial. Entretanto, não é possível considerar este fator isoladamente, quando abordamos algumas expressões da questão social como a violência.

É necessário considerar outros fatores que, associados ao racismo, por exemplo, reforçam mormente as desigualdades. No caso da violência,

essa coexistência de fatores, aumenta exponencialmente a probabilidade da vitimização dos indivíduos.

Esta intersecção de diferentes fatores, ou eixos de subordinação, simultaneamente, na vida dos indivíduos, é conceituada por alguns autores como Crenshaw (2002), de interseccionalidade.

Nesta perspectiva a articulação de sistemas de subordinação como raça, classe, gênero, geração, moradia criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de negros, pobres, jovens, dentre outros, potencializando seus efeitos e gerando condições para a violação de direitos e favorecimentos de privilégios e desigualdades.

Os efeitos desta intersecção entre os sistemas de subordinação estão manifestos nos dados publicados no Mapa da Violência de 2011 – Os jovens do Brasil, que cobre o intervalo de tempo de 1998 a 2008, abrangendo as grandes regiões, 27 estados, 10 regiões metropolitanas, 27 capitais e 5564 municípios.

A análise realizada pelo Mapa da Violência evidencia que a população jovem no país, na faixa etária entre 15 e 24 anos, vem decrescendo ao longo dos anos e passou de 21,1% da população total do país em 1980 para 18,3% em 2008.

Paralelamente, processos como a redução da taxa de fertilidade, aumento da expectativa de vida e redução da taxa de mortalidade global também foram detectados, entretanto a taxa de mortalidade juvenil teve um pequeno aumento no período.

Se nos detivermos nas causas dessa mortalidade de jovens, será possível constatar que a maioria dos óbitos (73,6%) se dá por causas externas. E quando essa causa externa é violenta os dados para o Brasil

em 2008 mostram que, somente 1,8% dos não jovens morreram assassinados, enquanto que 37,9% de jovens foram vítimas de homicídio.

Na Bahia esse panorama é ainda mais sombrio, pois mais da metade das mortes de jovens foram ocasionadas por homicídio.

No ranking nacional das taxas de homicídio na população jovem, o estado pulou da 22ª posição em 1998, para a 9ª posição em 2008.

Esses dados demonstram que a violência em sua expressão mais extrema, o homicídio, tem sido a responsável por ceifar a vida de grande parcela dos nossos jovens, sendo esses suas principais vítimas.

Quando analisamos esses dados a partir do conceito de interseccionalidade, onde vários eixos de subordinação estão associados, como raça/cor, idade e gênero os números de vitimização são ainda mais expressivos.

Ao se relacionar dados geracionais com os de gênero, o que se desvela é um grande contingente de homens jovens engrossando as taxas de vitimização por homicídio. No Mapa da Violência de 2011 essa taxa atinge mais de 90%; na Bahia entre os jovens, a taxa de mortes masculinas está acima da média nacional, alcançando 94,6%.

Enquanto a taxa de homicídios de jovens brancos decresceu 23,3% no período de 2002 para 2008, as taxas para jovens negros cresceram 13,2% no mesmo período.

Ainda na perspectiva da interseccionalidade, os dados indicam um agravamento da tendência histórica de distanciamento entre as posições relativas de jovens negros e jovens brancos. Em 2002 morreram proporcionalmente 45,8% mais jovens negros do que jovens brancos. Este índice sobe em 2005 para 77,8% e em 2008 atinge 127,6%.

As estatísticas de homicídios apresentadas em pesquisas como o Mapa da Violência, que já está em sua quinta edição, são terrivelmente impressionantes e, ao mesmo tempo imprescindíveis para a formulação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência. Porém, desafios metodológicos persistem para que se possa ter uma maior aproximação à concreticidade da realidade das mortes violentas, em especial os homicídios.

PONDERAÇÕES ACERCA DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

É importante esclarecer que o entendimento que se tem de metodologia diz respeito ao conhecimento crítico dos percursos trilhados cientificamente, questionando e indagando sobre seus limites e possibilidades (DEMO, 1989).

Partindo do pressuposto que a violência manifesta-se de múltiplas formas, em diferentes períodos históricos e sociais e em acordo com os determinantes culturais, espreado-se assim por toda a sociedade em seus agrupamentos e organismos institucionais, elegemos como fontes para a pesquisa de campo os registros de ocorrências das Delegacias de Polícia Civil e dos Conselhos Tutelares nos respectivos municípios e, como principal fonte secundária, o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério de Saúde.

Tal escolha guia-se pela intenção de não limitar o mapeamento e a análise da violência aos indicadores de violência letal, por entendermos que a violência não letal pode seguir uma dinâmica diferenciada da violência letal e, portanto ter evoluções diferentes.

Neste item nos deteremos sobre aspectos metodológicos referentes ao processo de pesquisa de campo implementados até o presente momento, portanto restrito a problematização no uso das fontes junto aos Conselhos Tutelares e Delegacias de Polícia Civil.

Não existe uma normatização que defina parâmetros nacionais para o registro e compilação de estatísticas de criminalidade; assim o que é registrado como homicídio em um estado pode ser avaliado como morte por “intenção indeterminada” em outro. Ou mesmo possibilita disparates de registro em um mesmo estado, quando neste há vários institutos investigando o tema.

As diferenças entre os indicadores referem-se na maioria das vezes às opções metodológicas adotadas. Por exemplo, há registros que consideram a ocorrência e não o número de vítimas, assim uma ocorrência com mais de um homicídio não indicará precisamente o número de mortes violentas naquela ocorrência.

Uma das fontes para coleta de dados sobre homicídios é o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, no qual o registro segue uma lógica epidemiológica.

Este é feito com base nas certidões de óbitos e nos laudos do Instituto Médico Legal. Sendo assim, o número de vítimas de homicídios é captado de forma mais precisa, posto que possibilita contabilizar as vítimas que foram a óbito após a ocorrência policial. Por outro lado, tais indicadores possuem algumas limitações, como categorizar corretamente determinadas formas de morte violenta a partir dos diferentes tipos penais.

Outra limitação dos registros do SIM ocorre quando a certidão de óbito não especifica a circunstância da morte (homicídio, suicídio ou

acidente) e o caso é notificado como morte de “intenção indeterminada”. Quando isso ocorre a morte não é incluída nas estatísticas de assassinatos.

As mortes causadas por policiais ensejam outra dificuldade metodológica, já que muitas não são classificadas como homicídios nos boletins de ocorrência e, portanto, não quantificadas como tal. Essa opção na classificação é justificada pelos órgãos de estatísticas policiais como um método de verificação da letalidade das forças de segurança, posto que tais números não se diluem nas estatísticas gerais de homicídios. Entretanto essa escolha obscurece a verificação efetiva de homicídios cometidos por policiais.

Assim, o que se verifica do ponto de vista metodológico é que os desafios se colocam ao pesquisador do universo da violência tanto no que se refere ao manejo de fontes primárias quanto de secundárias, seja em relação a registros de violência letal ou outras formas de violência.

CONSELHO TUTELAR E AS FORMAS DE VIOLÊNCIA

Conselho Tutelar (CT) é um órgão público municipal, de caráter autônomo e permanente, garantido legalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Sua função é fiscalizar e fazer cumprir os direitos legais das crianças e adolescentes, estabelecidos no ECA, por meio de atendimento e encaminhamentos das situações de violência denunciadas. Os conselheiros, munícipes eleitos pela comunidade local, exercem mandato de três anos e são responsáveis pela comunicação dos casos suspeitos ou confirmados de violências, determinando as medidas de proteção necessárias, solicitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança, dentre outros. É também de responsabilidade

do Conselho Tutelar representar e/ou encaminhar as vítimas e suas famílias ao Ministério Público.

As denúncias que chegam ao CT devem ser investigadas e registradas de acordo com as formas de violência relacionadas no ECA e que podem ser sintetizadas em: negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual.

Considera-se negligência o ato de omissão dos responsáveis pela criança ou pelo adolescente, em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento. A negligência manifesta-se por meio de ações de omissão de cuidados básicos ou a prática de abandono.

Embora as estatísticas sobre violência contra crianças e adolescentes apresentem geralmente, a negligência como a mais significativa numericamente, apreendê-la na perspectiva de totalidade não é tarefa fácil, pois nem sempre é possível diferenciar a negligência causada por atos omissivos de seus responsáveis daquela causada pela violência estrutural manifesta, por exemplo, na condição socioeconômica das famílias. Na verdade, constatar a negligência não é difícil quando estamos diante das vítimas, porém, e justamente pela vinculação dialética entre a violência estrutural e a interpessoal, o desafio é identificar o agressor, se a família ou o sistema e, assim, responsabilizar pela negligência.

A violência física costuma ser a forma mais imediatamente visível do fenômeno; porém não menos complexa. Caracteriza-se pelo dano físico não acidental provocado por responsáveis ou por terceiros; é comumente reclamado por pais e familiares como método educativo. À medida que cada sociedade define o que considera padrões aceitáveis de agressão como forma de educar e os reproduz culturalmente, obscurece os limites entre disciplina e violência, favorecendo inclusive que técnicos

e/ou responsáveis pela identificação da violência se equivoquem na determinação da mesma.

Já a violência psicológica ocorre quando há significativo sofrimento mental da criança ou do adolescente provocado por um adulto. Trata-se de violência em sua forma mais sutil, porque carregada de subjetividade e de diferentes expressões, portanto de difícil identificação reduzindo conseqüentemente, a possibilidade de seu registro.

A violência sexual ocorre quando uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de adulto ou de adolescente mais velho, baseado em relação de poder; manifesta-se na forma de abuso ou exploração sexual. (MONTEIRO, [s/d])

Quando há o contato físico, o abuso sexual pode ser diagnosticado pelo exame médico-legal. Porém nas suas formas de exibicionismo, manipulação de órgãos sexuais ou mesmo de exploração sexual, a identificação da violência torna-se difícil devido à fragilidade de produção de provas materiais da agressão. Assim, diminuem-se as chances do registro da violência sexual e, ainda mais quando consideramos também a subnotificação de tal fenômeno. A subnotificação da violência sexual deve-se, sobretudo pela prevalência de sua manifestação no ambiente doméstico, potencializada pelo “[...] medo de denunciar, a incredibilidade do sistema legal, e o silêncio da vítima por diversos motivos, tais como o constrangimento e o receio da humilhação” (NUNES; et al, 2008, p. 05).

Assim, quando nos debruçamos sobre o papel dos conselhos tutelares enquanto fiscalizadores e cumpridores de direitos da criança e do adolescente, há que se salientar a relação intrínseca entre as formas de violência referenciadas cientificamente, categorizadas legalmente e o devido registro das ocorrências.

Mesmo sendo compulsória a notificação por suspeita de maus-tratos, o registro da violência é assistemático e a ausência de um referencial único em nível nacional dificulta a verificação de suas manifestações na realidade, fragilizando ou mesmo inviabilizando processos de prevenção e combate à violência.

Nesta perspectiva de análise ressalta-se que a pesquisa *Mapeamento da Violência no Recôncavo da Bahia* em sua atual fase exploratória tem enfrentado alguns desafios no processo de levantamento de dados junto aos Conselhos Tutelares, exatamente no trato das fontes documentais.

É importante destacar que o processo de autorização para a realização da pesquisa neste campo foi bastante tranquilo, e se deu a partir da realização de reuniões com os conselheiros, onde a proposta da pesquisa foi apresentada e prontamente aquiescida pelos mesmos.

O projeto de pesquisa, que conta com 16 discentes teve, neste primeiro momento, 04 (quatro) discentes designados para o levantamento de dados em cada Conselho Tutelar, sendo 01 (um) CT em Cachoeira e 01 (um) em São Francisco do Conde. Outros 04 (quatro) discentes estão realizando o trabalho de campo na delegacia de Cachoeira e os demais na delegacia de São Francisco do Conde.

Embora a pesquisa se encontre na fase de coleta de dados e não de sua tabulação, alguns indicativos decorrentes da forma de registro das denúncias ou do trabalho desenvolvido pelos conselhos, já foram percebidos.

Tanto o Conselho Tutelar de Cachoeira, quanto o de São Francisco do Conde possuem somente livros de ocorrência⁸; inexistente prontuário,

⁸ Além do livro de ocorrência, São Francisco do Conde produziu, no ano de 2010, um relatório com a quantificação dos dados, tipificando as ocorrências.

formulário de identificação das denúncias ou de notificação de violência, instrumentos que favoreceriam a sistematização das informações, tanto para acompanhamento dos casos, quanto para gerar informações e indicadores, subsidiando o desenvolvimento de políticas que minorem os riscos e sequelas provenientes dos diversos tipos de violência a que crianças e adolescentes possam estar submetidos.

Os livros de ocorrência, por sua vez, apresentam uma redação corrida, não se verificando nenhuma padronização no registro das denúncias ou nos encaminhamentos dos casos. O relato incompleto, a letra ilegível e a classificação imprecisa do tipo de maus tratos nos registros disponibilizados, também geraram dificuldade para o grupo de pesquisadores no processo de levantamento de dados.

Esses relatos sugerem, por parte dos conselheiros, ausência de fundamentação onto-filosófica e fragilidade significativa de conhecimento legal no que se refere aos direitos das crianças e adolescentes que podem estar sendo violados naquelas situações apresentadas ao CT.

Outrossim, percebe-se pelo conteúdo destes registros, que o entendimento de alguns conselheiros sobre as funções do CT é, muitas vezes, distorcido e estas são compreendidas como ajuda e aconselhamento à população usuária, remetendo à práticas assistencialistas e filantrópicas, quando não repressivas e autoritárias.

As manifestações de violência e desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes, registradas assistematicamente e sem planificação ficam obscurecidas na sua imediatez fragilizando a aferição das formas de violência mais frequentes que possam subsidiar estudos que balizem políticas sociais de prevenção e combate à violência.

DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL E OS REGISTROS DA VIOLÊNCIA

Com relação ao processo de pesquisa de campo nas delegacias de polícia civil, a realidade não é muito diferente. Iniciamos o trabalho de campo nas delegacias, logo após o princípio da investigação nos Conselhos Tutelares.

A autorização para a investigação nestas instituições requereu um maior empenho por parte dos pesquisadores, posto que necessitou da permissão do Secretário Estadual de Segurança Pública, o que se deu após dois meses de interlocução, através de reuniões com sua chefia de gabinete, na própria secretaria estadual.

Dadas as autorizações para a realização da pesquisa pela Secretaria de Segurança Pública, passamos ao contato, com delegados de São Francisco do Conde e posteriormente Cachoeira a fim de definir as estratégias para levantamento dos dados, a partir do reconhecimento das fontes documentais a serem investigadas.

Como atestam, entre outros, um dos primeiros estudos sócio antropológicos levados a efeito no Brasil sobre o mundo dos presídios – instituição correlata das delegacias – o de Ramalho (1979) na Casa de Detenção em São Paulo, e, ainda, os de Lemgruber (1999) e Soares (2002) sobre o sistema penitenciário do Rio de Janeiro, são inúmeras as dificuldades de realização de pesquisa nas prisões entre outras instituições que conformam o sistema judiciário.

Estas dificuldades estariam pautadas na rigorosidade dos critérios para autorização e também na ausência de cooperação dos agentes institucionais para a implementação do trabalho de campo. A não cooperação seria motivada pela obsessiva intencionalidade de garantir tanto o sigilo das informações produzidas quanto a ocultação das ações

empreendidas dentro daquelas instituições, muitas das quais violadoras dos direitos humanos.

Podemos afirmar, no entanto, que houve uma relativa facilidade no nosso acesso às delegacias, e embora o clima de desconfiança com a pesquisa e os pesquisadores tenha estado presente, não encontramos maiores resistências para realizar o trabalho de campo.

Do ponto de vista de infraestrutura, as instalações da delegacia de São Francisco do Conde não são de todo apropriadas a dar suporte ao trabalho de campo, posto que a ausência de salas disponíveis obriga a ocupação de espaços improvisados na realização do levantamento de dados, espaços esses com barulho e sob a vigilância indireta dos policiais.

Na delegacia de Cachoeira uma sala foi disponibilizada para a equipe de pesquisa, entretanto as atividades de campo só foram autorizadas nos finais de semana, dias em que, segundo o delegado, é possível disponibilizar um dos dois únicos computadores da delegacia, para a consulta daqueles boletins de ocorrência que estão informatizados.

A questão da informatização dessa fonte de dados representa outro desafio metodológico para a pesquisa, pois dentro do recorte temporal estabelecido – 2009 e 2010 – os boletins de ocorrência só deixaram de ser anotados em livros, a partir de agosto de 2009.

Dessa forma, o volume de ocorrências feitas manualmente é grande e a qualidade dos dados é questionável, tanto pela forma, já que não há padronização nos registros, quanto pela confiabilidade, posto que a tipificação da violência, feita pelo policial na ocorrência, se baseia não só no código penal, mas na lógica discricionária, que é influenciada por questões subjetivas e culturais como o sexismo e o preconceito de classe, por exemplo.

Neste sentido, já foi possível observar, a partir dos relatos contidos nos boletins de ocorrência, que vários eventos de violência contra a mulher, que deveriam ser enquadrados na Lei Maria da Penha, são tipificados como outros tipos de violência.

Este problema no registro das ocorrências vai ter como consequências não só o sub-registro daquele tipo de violência, mas também a manutenção da impunidade e a violação de direitos.

Essa precariedade nos dados disponíveis para se mensurar e analisar a violência existe e parece se tornar mais perceptível no interior dos estados, lócus da pesquisa de campo, onde não só o investimento em tecnologia/informatização foi tardio, em relação às capitais, como também os recursos humanos carecem de ser instrumentalizados a partir de uma maior fundamentação onto-filosófica, bem como adquirir um maior conhecimento legal no que se refere aos direitos da população usuária.

É correto afirmar, portanto, que essa carência e baixa qualidade nos dados produzidos pelas instituições policiais é também um problema de segurança pública, na medida em que são reflexos da obsolescência e ineficiência desses órgãos e do descrédito da sociedade na própria polícia, resultando ainda alta subnotificação para diversificados tipos de violência.

A repercussão deste cenário nas políticas públicas de segurança é catastrófica, pois inviabiliza o planejamento adequado e a criação de estratégias de enfrentamento da violência a partir de um diagnóstico exato dos problemas, além de um monitoramento e avaliação corretivos das medidas adotadas.

Os dados de violência, que possuem forte apelo emocional, simbólico e político, quando equivocados ou inconsistentes também têm

reflexos negativos na formação de opiniões e ideias junto à sociedade, pois favorecem os discursos ideológicos, genéricos e superficiais, próprios daqueles veiculados e defendidos pela mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas sintetizam o caminho que estamos trilhando para nos aproximarmos criticamente do fenômeno da violência no Recôncavo Baiano. A pesquisa *Mapa da Violência no Recôncavo da Bahia* propõe um estudo comparativo nos municípios de Cachoeira, São Francisco do Conde e Santo Antonio de Jesus, especialmente a partir das fontes primárias das Delegacias de Polícia Civil e Conselhos Tutelares, bem como da fonte secundária Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde que disponibiliza dados sobre mortes violentas.

Na dimensão teórica, a pesquisa parte da concepção de violência como manifestação da questão social enquanto um fenômeno complexo que interage dialeticamente a violência estrutural e a interpessoal (sendo esta decorrente daquela), numa constante correlação de forças.

A partir do pensamento de Chauí (1985) e Arendt (1994) reconhecemos a violência como manifestação social que se dá quando a correlação de forças entre dois polos é significativamente desigual conduzindo a ausência de poder; é nesse vazio que a violência se instala quando o poder de um polo anula o poder do outro.

Com as contribuições reflexivas de Minayo e Souza (1998) é possível perceber a predominância da violência estrutural determinando a violência interpessoal à medida que a primeira, “gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais”

manifesta-se “na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos”.

Assim, a violência estrutural não é natural e sim histórica, construída socialmente de maneira a favorecer a desigualdade social, pobreza, criminalidade e preconceitos sociais, expressões da questão social onde também se retroalimenta.

No trato das fontes que elegemos, o desafio metodológico se constitui em apreender tal complexidade na particularidade das três cidades do recôncavo da Bahia, tipificando a violência que emerge no contexto regional.

No atual estágio da pesquisa, de coleta de dados, já foi possível verificar que a ausência de sistematização e padronização do processo de registros de dados, especificamente as ocorrências policiais e as notificações dos conselhos tutelares, aliado ao despreparo dos agentes técnicos envolvidos nas ações de registro, comprometem a apreensão concreta das formas de violência manifestas na realidade. Situação que, por sua vez, incidirá negativamente nos processos de formulação das políticas de prevenção e combate à violência.

Por fim, ressaltamos nossa finalidade propositiva na realização desta pesquisa sobre a violência no recôncavo. Partimos do pressuposto que uma pesquisa acadêmica, realizada com a participação de estudantes, na perspectiva de iniciação científica, constitui uma ação pedagógica relevante para formação universitária *stricto sensu*, mas também é fundamental para a formação de cidadãos conscientes de sua contribuição enquanto agentes de transformação da realidade social.

Entendemos que a universidade tem por finalidades profissionalizar, introduzir à prática científica e estruturar a consciência

político social do discente, neste sentido e enquanto espaço de produção de conhecimento, deve manter sua dinâmica em constante movimento através do diálogo entre ensino, pesquisa e extensão.

Reconhecendo a relevância do conhecimento no processo de transformação social, devemos estender esta importância à educação, posto que é através desta que o conhecimento se produz e se reproduz, se mantém e se organiza, se difunde e se universaliza (SEVERINO, 2007).

Portanto, para que na educação este processo de produção de conhecimento se sistematize, faz-se necessário não apenas contemplar o ensino, mas estabelecer uma postura investigativa, na relação ensino/aprendizagem e mais do que isso, desenvolver atividades de ensino e pesquisa voltadas intencionalmente para a sociedade na qual está inserida.

Efetivar o compromisso do conhecimento e da educação com a sociedade implica em envolvimento com os interesses e demandas desta mesma sociedade. Este envolvimento se materializa a partir das atividades de extensão.

Portanto, a contribuição de pesquisas desta natureza deve se dar não só no nível científico - seja na produção de conhecimento e fomentação de debates que incidam indiretamente na construção de políticas públicas, como também na proposição de atividades extensionistas que favoreçam a implantação e execução de tais políticas.

As fragilidades encontradas nos processos de registro de dados das instituições pesquisadas e no desenvolvimento do trabalho técnico desenvolvidos indicam um espaço importante para a universidade exercer sua missão de extensão na direção da garantia dos direitos humanos, por meio de atividades de assessoria, instrumentalização, socialização de

conhecimento e mobilização para ações que impliquem na transformação da realidade social.

É também a partir das ações de pesquisa e extensão que o conhecimento passa a ter uma dimensão política, à medida que o discente se insere no contexto social, percebe o papel do conhecimento na construção social, adquire uma nova consciência social e torna-se um agente político, ético e comprometido com o processo de transformação social.

Dessa forma, a pesquisa pretende nas próximas etapas concluir um estudo científico vislumbrando como desdobramento a proposição de ações interventivas que possivelmente propiciarão mudanças nas políticas públicas de enfrentamento às questões de violência, favorecendo a promoção e garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, M. A. P. A.; et al. *Olhar para a história: caminho para a compreensão da ciência hoje*. São Paulo: Espaço e Tempo / EDUC, 1988.

ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ATHAYDE, C. et al. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BRETAS, M. L. A Polícia carioca no império. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n 22, p. 219-234, 1998.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (Org.). *Perspectivas Antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

COSTA, M. C. O. et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, ano/v.12, n. 5, Set.-Out. 2007.

CRENSHAW, K. Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, v. 172, 1º Semestre de 2002.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Brasília, ano II, n. 3, 2001.

LESBAUPIN, I. *As classes populares e os direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LEMGRUBER, J. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOMBROSO, C. *O Crime, suas causas e soluções*. 1899

MINAYO, M. C. de S; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. IV, n. 3, p. 513-531, Fev. 1998.

MONTEIRO, L. *Violência contra crianças – Perguntas e respostas sobre violência contra crianças*. Disponível em: <http://www.observatoriodainfancia.com.br/rubrique.php?id_rubrique=77>. Acesso em: 01 Jul. 2011.

NUNES, E. S. *Violência contra a criança e o adolescente: tipos mais frequentes e papel do enfermeiro*. (Publicado em 18 Ju. 2009). Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/21602/1/violencia-contra-a>

crianca-e-o-adolescente-tipos-mais-frequentes-e-papel-do-enfermeiro/pagina1.html.>. Acesso em: 01 Jul. 2011.

ODÁLIA, N. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PEREIRA, T. M. D. “*O guarda espera o tempo bom*”: a relação de custódia e o ofício dos inspetores penitenciários. 2006. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RAMALHO, J. R. *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça*. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

AUTORES E ORGANIZADORES

Albany Mendonça Silva – possui graduação em Serviço Social, especialização em Tecnologias da Comunicação, Informação e Desenvolvimento Regional e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Assistente II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, Educação, Trabalho, Assistência Social e Habitação. É Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional” do CNPq. Coordenadora do Grupo de pesquisa e extensão “Seso no Recôncavo” que discute as questões políticas, técnicas e éticas relacionadas ao mercado de trabalho do assistente social. Atuou como representante nas entidades organizativas da categoria (CRESS e ABEPSS). Atualmente é membro do colegiado de curso e representante sindical da Associação dos Professores / APUR.

Alecsonia Pereira Araujo – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2005), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2008). Atualmente é professora

assistente I da Universidade Federal da Paraíba no Departamento de Serviço Social, Pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisa em Saúde e Serviço Social - SEPSASS/PPGSS. Tem experiência como Assistente Social na área da Saúde e de Habitação. No âmbito da pesquisa trabalha com ênfase na área de fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: formação, prática profissional e políticas sociais.

Danielle Viana Lugo Pereira – Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba (2000), mestre em Serviço Social pela UFPB e especialista em Direitos Humanos (UFPB). Iniciou sua trajetória docente na área de Serviço Social no ano de 2003 na UFPB. Em 2008 foi professora do primeiro curso de caráter público de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Atualmente é professora do Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisa temas como: trabalho e sociabilidade, fundamentos do Serviço Social e direitos humanos.

Fabício Fontes de Andrade – Graduado em serviço social pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (2007), Mestre em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES (2010). Dissertação

realizada com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com título: “Mudanças institucionais na política de assistência social: implementação do SUAS no norte de Minas Gerais”. 1º lugar do prêmio Rosani Cunha de desenvolvimento social na categoria “estudos profissionais” realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em março de 2010. Professor do curso de serviço social e pedagogia das faculdades Santo Agostinho de Montes Claros até julho de 2010. Atualmente, professor assistente II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em regime de dedicação exclusiva. Pesquisador e autor de artigos nas áreas de políticas sociais, especialmente assistência social, sistemas de proteção social e desenvolvimento social.

Francisco Henrique da Costa Rozendo – Assistente Social pela UERN e Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN. Participou da Diretoria Regional Nordeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na Gestão 2007/2008, faz parte da atual Diretoria do Conselho Regional e Serviço Social CRESS/BA 5ª Região – Gestão 2011/2014 e atualmente é Professor Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em Cachoeira/BA. Membro do Corpo Editorial da Revista Extensão (UFRB), Revista Argumentum (UFES) e

Revista Extensão e Sociedade (UFRN). Atua principalmente nos seguintes temas: Seguridade Social, Serviço Social previdenciário, Formação Profissional e Pesquisa social. Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, trabalho e formação profissional” do CNPQ/UFRB.

Heleni Duarte Dantas de Ávila – Graduação em Serviço Social (1983) e em Direito (1995) pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Saúde Pública e Doutora pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA - ISC/UFBA. Assistente Social concursada da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, local onde laborou durante 20 anos. Professora de cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social. Tem experiência na área de Saúde Pública, Direitos Humanos, Criança e Adolescente e Docência em Cursos de Serviço Social. Já ocupou vários cargos na área de coordenação: acadêmica e administrativa. Atualmente é professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Coordena o Grupo de Estudos em Cidadania e Políticas Sociais (GECEPS), com discussão acerca da política de saúde e política de drogas no Brasil. Participa do projeto de pesquisa e extensão da INCUBA/UFRB - Incubadora de Empreendimentos Solidários. Foi Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e atualmente é Presidente do Conselho Regional de Serviço Social CRESS/BA 5ª Região – Gestão 2014/2017;

Ilzamar Silva Pereira – Graduada em Serviço Social (1990) e em Pedagogia (1996) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2004). Foi Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) em Natal/RN. Ministrou curso de especialização na Universidade Potiguar – UNP e na FACEX, curso de Especialização em Assistência Sócio jurídica e Segurança Pública. Tem experiência na área da Política Pública de Assistência Social, Controle Social, Gestão Social, Criança e Adolescente e Assistência Sócio Jurídica. Atualmente, professora assistente nível 02 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Coordenadora do Colegiado do Curso de Serviço Social (2010 – 2012). Pesquisadora do Grupo de Políticas Sociais e Desenvolvimento Regional.

Jucileide Ferreira do Nascimento – Professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), coordenou o Colegiado de Graduação em Serviço Social (2008-2010). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Brasília (2000) e mestrado em Política Social pela Universidade de Brasília (2004), Doutoranda em Política Social na Universidade de Brasília (2013-2017). Atualmente integra o grupo de estudos, pesquisas e extensão em Serviço Social e

Políticas Sociais do CAHL/UFRB e a Incubadora de Empreendimentos Solidários INCUBA/ UFRB da Rede UNITRABALHO. Faz parte da Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS - Bahia) nas gestões 2007-2011 e 2011-2014 (Vice- Presidente). Atualmente representa o CRESS no Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Bahia (Conselheira titular – segmento dos trabalhadores da área). Faz parte da representação da UFRB no Conselho Territorial do Recôncavo da Bahia CODES Recôncavo da Bahia. Representa o CRESS no Fórum Estadual dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FETSUAS-BA). Tem experiência docente e profissional na área de Serviço Social, com ênfase em Assistência Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, Famílias, Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Direitos Humanos, Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial.

Lúcia Maria Aquino de Queiroz – Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pós-graduada em Economia (UFBA), Mestre em Administração (UFBA) e Doutora em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, 2005. Consultora ad hoc e avaliadora do Ministério da Educação (desde 2007); membro da Câmara de Ciências Sociais da Fundação Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB (desde 2009). Consultora

independente, com atuação nas áreas de turismo, economia, cultura, educação, desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, planejamento e gestão de espaços urbanos. Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Sociais de Desenvolvimento Regional da UFRB (desde 2008).

Marcela Mary José da Silva – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (1991). Especialista nas áreas de Gerontologia (UFBA), Educação (UNEB) e Serviço Social (UNB). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade Estadual da Bahia (2007). Atualmente é docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira. Atuou como assistente social nas áreas de Saúde Mental, Educação, Assistência Social, Direitos Humanos e na Docência. Tem experiência nas áreas de Serviço Social atuando principalmente nos seguintes temas: direitos, envelhecimento, políticas públicas, formação profissional, educação e saúde pública. Foi tutora da Especialização em Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde (EESP) e é Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação (UFRB) ação de extensão e do Grupo de Pesquisa de Serviço Social na Educação. Autora de três publicações: Serviço Social na Educação: Teoria

e Prática da Editora Papel Social (2012); Caderno de Discussão sobre Serviço Social na Educação: o olhar daqueles que ainda estão em formação, Editora da UFRB (2012) e A Materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social da Editora Papel Social (2012).

Márcia da Silva Clemente – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1999), especialista em direitos humanos pela UFPB (2003) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Foi Professora do Instituto Macapaense de Ensino Superior (2006-2009). Atualmente é professora do curso de Serviço Social do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos – Possui graduação em Serviço Social e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Sergipe, do curso de graduação e do mestrado em Serviço Social. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, serviço social, cooperativismo, extensão

acadêmica e economia solidária. É Membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais do CNPq. Publicou o livro “Além da geração de trabalho e renda: economia solidária e participação de cooperados/associados em Sergipe pela Editora UFS em 2010”. Possui artigos em livros e trabalhos completos bem como resumos em anais de congressos, seminários etc. É membro do corpo editorial das Revista do mestrado em Serviço Social e da Revista de Extensão da UFS.

Maria Elizabeth Santana Borges – Assistente Social. Docente UFBA desde 2009. Mestre em Serviço Social / UFPE (2000). Doutoranda no PPGSS-UERJ (2013). Experiência profissional: assistente social e assessoria técnica; docente desde 1986 (UCSAI e UFBA); supervisora acadêmica de estágio; superintendente da assistência social da SEDES-BA (2007-08); Conselheira do CFESS (1996-99 e 1999-2002); participação em Congressos do Serviço Social como assessora temática, parecerista e apresentação de comunicações; participação em ENPESS como assessora temática, parecerista e integrante do GTP Ética e Direitos Humanos. Participação em Grupo de Pesquisa: “O conselho como instrumento de política pública: inovação e aprendizagem em busca da teoria implícita”, iniciada em 2011.2, vinculada ao SIAGS/NEA-ADM.

Maria Lúcia Machado Aranha – Possui graduação em Serviço Social e Especialização em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). É professora Associado I da UFS, onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Serviço Social e Educação, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Trabalho, gênero, formação profissional, diretrizes curriculares e Serviço Social são as principais áreas/linhas de investigação. Líder do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais do CNPq. Tem atuado, desde 2003, como avaliadora de cursos de graduação junto ao INEP/MEC. É Tutora do Grupo PET /DIFES/SESu/MEC (Programa de Educação Tutorial) de Serviço Social da UFS.

Sílvia Cristina Arantes de Souza – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professora assistente, concursada, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lotada no Centro de Artes, Humanidades e Letras, na cidade de Cachoeira-BA. Tem experiência profissional nas áreas de Assistência Social, Gestão Social e Formação Profissional. As principais áreas de atuação são políticas sociais e fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Na universidade

está vinculada a pesquisas nas áreas de Trabalho e Formação Profissional em Serviço Social e, Violência e Direitos Humanos.

Simone Brandão Souza – Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Especialista em Saúde e Serviço Social pela UERJ, Especialista em Segurança Pública pela UFRJ/SENASP/MJ, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela ENCE/IBGE e Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade - UFBA. Trabalhou como Assistente Social no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro por 13 anos e na área de saúde pública do Estado do Rio de Janeiro por 10 anos. Atualmente é Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) onde leciona as disciplinas de Direitos Humanos e Estágio Supervisionado e coordena o projeto de pesquisa “Mapa da violência no Recôncavo: Um estudo comparativo dos municípios de Cachoeira, São Francisco do Conde e Santo Antônio de Jesus” e o projeto de extensão “Direitos Sexuais das Mulheres Negras e Lésbicas em situação de prisão no Estado da Bahia”.

Valéria dos Santos Noronha Miranda – Assistente social graduada pela UFF, Sanitarista e Especialista em Gestão Hospitalar pela ENSP-

FIOCRUZ, Mestre em Serviço Social pela UERJ, Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Trabalhou na área da saúde pública durante 13 anos (hospital público, programa saúde da família etc.). Atualmente é Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e foi tutora do Curso de Especialização à Distância – Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS/CEAD-UNB. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência, Gênero Raça/Etnia Maria Quitéria. Coordenadora do Projeto Orun Aiyê: Um Estudo Propositivo em Defesa da Saúde da População Negra no Recôncavo da Bahia – Projeto financiado pelo CNPQ e Coordenadora Operacional do Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Serviço Social da UFRB com a UFRJ – financiado pela CAPES.

Wilson Rogério Penteado Júnior – Graduado (2001) em Ciências Sociais, Mestre (2004) e Doutor (2010) em Antropologia Social pela Unicamp. É Professor Adjunto de Antropologia, nível 2, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde atua como pesquisador e leciona no Centro de Artes, Humanidades e Letras, sediado na cidade histórica de Cachoeira-BA.

Formato: 15 x 21 cm

Fonte: Garamond

Mancha: 12 x 17,5

Tipologia: Garamond 12 X 16

Papel: miolo em Pólen 80g, capa em Supremo 250g

Gráfica: RB Digital

Ano: 2014